

**DORA CRISTINA SOEIRO MIRA**

**AS CRIANÇAS DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE  
RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO  
ARTICULAÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO  
INDIVIDUAL E DOS PLANOS DE INSERÇÃO**

Orientadora: Professora Doutora Isabel Vieira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Instituto de Serviço Social

**Lisboa**

**2017**

**DORA CRISTINA SOEIRO MIRA**

**AS CRIANÇAS DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE  
RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO**

**ARTICULAÇÃO DOS PLANOS DE ESENVOLVIMENTO  
INDIVIDUAL E DOS PLANOS DE INSERÇÃO**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado em Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar (2º Ciclo) conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com o despacho de nomeação de júri nº378/2017 com a seguinte composição:

Presidente-Professora Doutora Aida Lopes  
Bento Esteves Ferreira

Arguente: Professora Doutora Graça Maria  
Rolin André Queirós André

Orientadora: Professora Doutora Isabel Maria  
Paula Amado de Freitas Vieira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Serviço Social

**Lisboa**

**2017**

A todos os que acreditaram em mim e me deram força para não desistir e continuar a lutar pelos meus sonhos. A mim que, todos os dias acreditava mais um pouco.

## **Agradecimentos**

Devo, em primeiro lugar, agradecer à Professora Doutora Isabel Vieira por ter aceite a orientação da minha Dissertação. Obrigada, por ter acreditado e estar presente nos momentos mais difíceis, sempre com palavras sábias e certas, não me deixando desistir.

À minha especial amiga Marília Aniceto, sem ti, não tinha conseguido percorrer este caminho. Obrigada por estares sempre presente, pela tua amizade.

Às amigas e colegas Sandra Valério, Carla Jesus, Mariana Ferraz, Patrícia Paz e Irina Marto pela disponibilidade, partilha e préstimos durante a fase de pesquisa, observação direta e análise documental.

À IPSS, ” O Sonho”, na pessoa do Doutor Florival Cardoso, por me abrir as portas e facultado toda a informação e documentos necessários à elaboração da Dissertação. Ao Dr. Florival realço a força, o companheirismo e a motivação que me deu para que acabasse o Mestrado.

Finalmente dedico aos meus pais, Olivia Mira e Fernando Mira, irmão Rui Mira, sogros, Humberto Mariano e Lucinda Mariano, marido Hugo Mariano e filhas Viviana Mariano e Daniela Mariano por todos os dias, horas, minutos e segundos que prescindi de estar com vocês para me dedicar a este meu sonho.

## **Resumo**

As questões da infância assumem cada vez mais uma importância na sociedade portuguesa. As desigualdades sociais a que assistimos diariamente e a constante transgressão ao superior interesse da criança leva-nos a uma atenção mais centrada naquilo que são os seus direitos.

As famílias têm-se deparado com situações graves de desemprego, que as levam a situações de pobreza e exclusão social, e por sua vez à condição de beneficiários de rendimento social de inserção. Cabe-nos a todos, educadores e interventores sociais, o papel de encontrar soluções viáveis de inserção destas crianças e suas famílias, para que consigam voltar a inserir-se na sociedade.

É então compreendida a necessidade de uma união e conjugação de esforços, de complementação de práticas, onde Educadores de Infância e Interventores Sociais definam planos comuns, que se complementem no que diz respeito à inserção social das crianças, dos 0 aos 3 anos de idade, de famílias beneficiárias de rendimento social de inserção, em creche. Importa perceber como cada profissional entende o conceito de inserção e em que circunstâncias se cruzam os Planos de Desenvolvimento Individual e os Planos de Inserção Social das crianças de famílias beneficiárias de R.S.I.

**Palavras – Chave:** Desenvolvimento Infantil, Família, Creche, Rendimento Social de Inserção, Educadores de Infância, Interventores Sociais, Planos Individuais, Planos de Inserção Social

## **Abstract**

The issues of childhood are becoming increasingly important in Portuguese society. The social inequalities we witness daily and the constant transgression of the child's superior interest leads us to a more focused attention on what his rights are.

As Families have faced severe unemployment, which leads them to situations of poverty and social exclusion, and in turn to the condition of beneficiaries of social insertion income. It is up to all of us, educators and social interveners, to find viable solutions for the insertion of these children and their families, so that they can get back into society.

It is then understood the need for a union and combination of efforts, complementing practices, where Childhood Educators and Social Intervenors define common plans, which complement each other with respect to the social insertion of children, from 0 to 3 years of age, of families receiving social insertion income, in infant daycare. It is important to understand how each professional understands the concept of insertion and under what circumstances the Individual Development Plans and the Social Inclusion Plans of the children of beneficiary families of S.I.I.

**Key Words:** Child Development, Family, Infant Daycare, Social Insertion Income, Child Care Educators, Social Intervenors, Individual Plans, Social inclusion plans

## **ABREVIATURAS**

AAE – Ajudante de Ação Educativa

AS – Assistente Social

CI – Contrato de Inserção

EI – Educadora de Infância

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

MPCSS - Manual de Processos Chave da Segurança Social

MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

NLI – Núcleo local de Inserção

PI – Plano Individual de Desenvolvimento

RSI – Rendimento Social de Inserção

## ÍNDICE GERAL

Introdução .....	11
1. Justificação do tema.....	15
1.1 Definição do objeto de Estudo .....	15
1.2 Questões de Investigação .....	16
PARTE I. Campo Empírico de Observação.....	16
Capítulo I. IPSS O Sonho.....	17
1. Caraterização da Instituição .....	17
1.1 Missão, Visão, Valores, Objetivos .....	17
1.2 O Programa de RSI .....	20
1.3 O Programa CLDS .....	23
2. Caraterização das Crianças e Famílias .....	24
PARTE II - Quadro Conceitual.....	28
Capítulo II - A Educação de Infância e o Desenvolvimento Infantil.....	28
1. Evolução dos conceitos .....	28
2. Desenvolvimento Infantil – dos 0 aos 3 anos de idade .....	31
3. O Papel do Educador de Infância na Creche .....	35
Capítulo III. Pobreza e Exclusão social/Percursos de Inserção.....	40
1. Conceitos de Pobreza e Exclusão.....	40
2. As Situações de Pobreza e as Estratégias de Inserção das Famílias.....	43
Capítulo IV - Políticas Sociais Públicas e Medidas de Inserção.....	45
1. A Medida do Rendimento Social de Inserção .....	45
2. Dados sobre as Famílias Beneficiárias de RSI em Portugal.....	47
2.1 Dados do RSI em Setúbal.....	47
3. O Papel do Assistente Social no acompanhamento de famílias de RSI.....	49
Parte III –Percurso de Investigação Capítulo V. Metodologia de Investigação.....	54
1. A Metodologia Qualitativa.....	55
2. A Abordagem Etnográfica.....	56
3. Métodos e Técnicas de Recolha e Análise .....	58
4. Definição do Universo de Análise – As Crianças, os Profissionais e os Programas de Inserção .....	62
Parte IV- Resultados da Investigação.....	64

---

Capítulo VI. A Inserção Social de Crianças em Creche.....	64
1. O Programa Pedagógico da Creche.....	64
1.1 O Programa Pedagógico na Creche O SONHO .....	68
2. O Plano Individual de Desenvolvimento da Criança .....	69
2.1 O Plano Individual de Desenvolvimento na Creche O Sonho .....	72
3. O Plano de Inserção Social Familiar .....	75
3.1. O Plano de Inserção Social Familiar na Creche O Sonho .....	78
Capítulo VII. O papel dos profissionais de Educação e Ação Social na Inserção Social .....	86
1.O Papel das Educadoras que acompanham crianças de famílias de RSI, em Creche .....	86
2. O Papel das Interventoras Sociais que acompanham crianças de famílias de RSI, em Creche .....	91
3. O Plano Individual de Desenvolvimento e os programas de inserção das crianças de famílias de RSI.....	99
Considerações finais e Recomendações.....	104
Referências Bibliográficas .....	116
Legislação Consultada.....	123

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Crianças Inscritas na Creche .....	25
Quadro II – Crianças de Famílias Beneficiárias de RSI.....	25
Quadro III - Relação de Crianças a cargo e em equipamento para a infância dos 0 aos 3 anos de idade (NLI Setúbal), construção própria de acordo com informação cedida pela IPSS O SONHO.....	26
Quadro IV – Resumo do quadro teórico de referência .....	34
Quadro V – População residente em risco de pobreza ou exclusão social, segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2011-2014 .....	42
Quadro VI - Cronograma do Percurso de Investigação.....	61
Quadro - VII – Fluxograma Plano Individual e Planeamento de Atividades (IPSS O SONHO).....	74
Quadro VIII - Funções das Ajudantes de Ação Educativa na Creche O SONHO .....	83

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Fonte: Relatório Semestral NLI Setúbal .....	48
--	----

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura A – Articulação do Plano de Desenvolvimento Individual e do Contrato de Inserção. Colaboração entre a Educadora de Infância e a Assistente Social.....	103
Figura B – A inserção social da criança em Creche .....	111
Figura C – Ação Social com Famílias de RSI.....	113
Figura D – Modelo colaborativo entre profissionais de Educação e Ação Social.....	115

## ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndices.....	I
Apêndice I – Guião de entrevista às educadoras .....	II
Apêndice II - Guião de entrevista aos interventores sociais.....	IV
Apêndice III - Transcrição da entrevista à educadora A.....	VI
Apêndice IV – Transcrição da entrevista à educadora B.....	X
Apêndice V – Transcrição de entrevista ao interventor social A.....	XVIII
Apêndice VI – Transcrição da entrevista ao interventor social B.....	XXIII
Apêndice VII - Grelha de análise da entrevista à educadora A.....	XXVII
Apêndice VIII - Grelha de análise da entrevista à educadora .....	XXX
Apêndice IX – Grelha de análise da entrevista ao interventor social A.....	XXXV
Apêndice X - Grelha de análise da entrevista ao interventor social B.....	XLI
Apêndice XI - Grelha de recolha e observação da educadora A.....	XLVI
Apêndice XII - Grelha de recolha e observação da educadora B.....	LV
Apêndice XIII - Grelha de recolha e observação do interventor social A.....	LXIV
Apêndice XIV - Grelha de recolha e observação do interventor social B.....	LXX
Apêndice XV - Pâmetros de desenvolvimento (12 aos 24 meses de idade).....	LXXVI
Apêndice XVI - Pâmetros de desenvolvimento (24 aos 36 meses de idade).....	LXXXV
Apêndice XVII - Análise da grelha de recolha e observação da educadora A e B....	XCVI
Apêndice XVIII - Análise da grelha de recolha e observação do interventor social A e B.....	CII
Apêndice XIX - Glossário.....	CVI
Apêndice XX - Proposta de modelo colaborativo .....	CXVIII
Apêndice XXI - Autorização e consentimento informado da direcção.....	CXX
Apêndice XXII - Autorização e consentimento informado dos participantes.....	CXXI

## **Introdução**

Esta dissertação teve como objetivo conhecer como se processa a inserção social das crianças de famílias beneficiárias de rendimento social de inserção, em Creche. Importava perceber como cada profissional, educadoras de infância e interventoras sociais, entendia o conceito de inserção e em que trâmite traça os Planos de Desenvolvimento Individual e os Planos de Inserção das crianças de famílias beneficiárias de R.S.I. Quais os critérios? Quais os princípios orientadores? Quais os fatores que levavam quer os educadores, quer os interventores, a delinear um determinado plano em detrimento de outro? Que dimensões do desenvolvimento da criança e do ser humano serão tidos em conta por cada um dos profissionais? Estaria somente a ser tida em conta a satisfação das necessidades básicas (alimentação, saúde, higiene, habitação, segurança) por parte do interventor social? Quais as dimensões que o educador contemplava ao definir o seu plano, para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança em idade de creche? Determinariam as crenças pessoais, valores ou conceções de cada um dos profissionais a forma como definiam e aplicavam um plano de inserção? Importava saber que linhas se cruzavam num plano individual e num plano de inserção tendo como ponto de partida o superior interesse da criança. Que pontos divergiam? Que pontos convergiam? Seria possível vislumbrar a construção de um plano em parceria onde o maior beneficiário fosse a criança e por sua vez, a sua família? Seria possível que educação e ação social, poderiam contribuir para uma intervenção mais adequada e ajustada às necessidades das crianças e à sua inserção em Creche?

Não sendo possível responder a todas estas questões, elegemos duas questões de investigação:

- Como os educadores de infância entendem o plano de desenvolvimento individual como um plano de desenvolvimento humano e treino de competências dos pais e cuidadores para a inserção social da criança?

- Como os interventores sociais (assistentes sociais, em Creche) entendem o plano de inserção social como um plano de desenvolvimento humano e treino de competências dos pais e cuidadores para a inserção social da criança?

A escolha do território de Setúbal e da IPSS O Sonho deve-se à proximidade

com o território de práticas e com a facilidade de acesso ao campo.

O texto está organizado em quatro partes: campo empírico, referenciais teóricos, escolhas metodológicas e resultados da investigação.

Assim, na Parte I, capítulo I. caraterizamos a organização e conhecemos a sua Missão, Visão e Valores, assim como o programa Rendimento Social de Inserção e o programa Contrato local de Desenvolvimento Social da IPSS O SONHO. No mesmo capítulo, procedemos à caraterização das crianças de famílias com programa de inserção.

Na Parte II, a construção do quadro teórico teve a preocupação de cruzar conceitos e autores tanto da área educativa como da área social para permitir uma grelha de leitura que entrecruze estas duas abordagens. Assim, no capítulo II abordamos as questões da educação de infância e o desenvolvimento Infantil, a Educação de Infância em Portugal e as teorias do desenvolvimento infantil dos 0 aos 3 anos de idade, salientando as abordagens de Gessel (2000), Cool (2004), Piaget (1952,1966), Vygotsky (1998), Erikson (1950), Montessori (1964) entre outros autores. Procuramos, também dar a conhecer o papel do Educador de Infância na Creche.

O capítulo III, outro eixo teórico, aborda o conceito de Pobreza e Exclusão Social e os Percursos de Inserção, as situações de pobreza e as estratégias de inserção das famílias e ainda a Inserção Social de Crianças em Creche. Para perceber os processos de inserção social das crianças destacamos os Planos Individuais de Desenvolvimento e o plano de Inserção Social Familiar. Defendemos que a inserção da criança no mundo social se fundamenta em estabelecer relações pessoais gratificantes, aprender habilidades quotidianas essenciais e ao mesmo tempo ter garantidas as suas necessidades básicas, de forma a desenvolver-se emocional, psíquica, física e cognitivamente. A inserção social da criança em creche, no seu sentido mais profundo, é garantir que esta possa ter acesso aos instrumentos necessários ao seu desenvolvimento integral.

No Capítulo IV – Políticas Sociais Públicas e medidas de inserção, na abordagem da área social, temos como orientação o princípio da inserção social previsto no Artigo 12º, lei nº 83-A/2013 de 30 de dezembro, caraterizado pela natureza ativa, preventiva e personalizada das ações desenvolvidas no âmbito do sistema, com vista a eliminar as

causas de marginalização e exclusão social e a promover a dignificação humana. Identificamos o papel do Assistente Social na Creche, como agente facilitador da inserção social da criança e da família. Seria, assim interessante compreender as várias dimensões e perspectivas de ambos os profissionais, de educação e ação social, na construção dos planos e programas de inserção da criança e ao mesmo tempo desconstruir os canais de comunicação que se revelavam paralelos e desconetados.

Compreendendo a inserção social como o acesso a direitos, a bens e serviços e a oportunidades, tornou-se necessário criar o enquadramento deste conceito dentro do quadro das políticas sociais. Entramos no campo da medida do Rendimento Social de Inserção e conhecemos alguns dados sobre as famílias beneficiárias de R.S.I em Portugal e mais especificamente dados do R.S.I, em Setúbal.

A fundamentação metodológica encontra-se na Parte III onde vislumbramos todo o percurso de construção desta dissertação que teve como base de investigação as metodologias qualitativas onde, segundo Fortin, (1999:23), o investigador se preocupa com a compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. Ele observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno, tal como se apresenta, sem procurar controlá-los. O objetivo é descrever ou interpretar mais do que avaliar. A abordagem metodológica foi indutiva, onde cruzámos os testemunhos dos entrevistados com os conceitos e os autores de modo a construirmos um quadro teórico de referência. A abordagem indutiva de acordo com Bacon, filósofo Inglês, permite inferir uma verdade geral partindo de premissas particulares. O enfoque de recolha de informação foi uma abordagem etnográfica uma vez que a observação foi participante, em contato direto com as crianças, famílias, educadoras e assistentes sociais, de forma a perceber quais as dinâmicas praticadas, como interagem, quais as perspectivas e representações, focando a análise nos processos de acompanhamento de seis crianças da Creche O Sonho. Inicialmente, a pesquisa foi de carácter exploratório, ou seja abrangente, de sondagem, de procura dos aspetos mais importantes, ideias, autores, secções a ler em mais profundidade.(Cardoso et al. 2010:35) Através da pesquisa bibliográfica, o investigador, segundo Fortin (1999), compreenderá os textos existentes, situando através destes o seu domínio de investigação no contexto dos seus conhecimentos atuais. Foram delineados o método e as técnicas a utilizar, uma vez que, de acordo com (Fortin, 1999), o investigador pode determinar os métodos que utilizará para obter

respostas às questões de investigação colocadas (...), deste modo utilizou-se a observação direta e participante, a análise documental e a entrevista.

De acordo com Guerra (2006), o universo de análise constituiu-se escolhendo a parte da população que detêm as características do objeto de estudo; assim foram identificadas seis crianças cujas famílias beneficiam da medida de R.S.I; foram entrevistadas duas educadoras de infância e duas interventoras sociais que acompanham estas seis crianças de quatro famílias integradas na medida de R.S.I.

Foram elaboradas entrevistas exploratórias quer aos interventores sociais, quer às educadoras de Infância, e foram recolhidos vários dados em momentos de observação direta, devidamente planeados e agendados com os profissionais, que permitiram compreender como eram elaborados os Planos Individuais de Desenvolvimento e os programas de inserção das seis crianças de famílias beneficiárias de R.S.I.

Chegamos assim à Parte IV onde apresentamos os resultados de pesquisa: Apresentamos o Programa Pedagógico da Creche. No projeto educativo da IPSS O SONHO, o programa pedagógico da Creche prevê proporcionar à criança um desenvolvimento global e harmonioso, desenvolvendo todas as suas capacidades quer a nível pessoal, quer a nível social. Identificamos o Plano Pedagógico da Creche, O Plano de desenvolvimento Individual e O Plano de Inserção Social, como instrumentos pedagógicos fundamentais para acompanhar o desenvolvimento de cada criança; o resultado das entrevistas traduz o conceito de inserção social reproduzido nas representações dos profissionais de Educação e de Ação Social, sendo que ambas reconhecem a necessidade de envolver as famílias nestes processos e defendem a existência de uma maior colaboração entre profissionais de educação e profissionais de ação social. Face a esta observação ensaiamos realizar o desenho de um modelo colaborativo potenciador da colaboração entre profissionais de modo a facilitar a inserção social das Crianças em Creche.

## **1. Justificação do tema**

### **1.1 Definição do objeto de Estudo**

Definir um objeto de investigação é o ponto de partida do investigador, para posteriormente ir focando a sua atenção para um objeto de estudo mais preciso e objetivo. O tema definido é geral que irá ser desenvolvido consoante a progressão da investigação. Tal como refere Fortin (1999), antes de elaborar um projeto é necessário estar convencido da sua importância (...) a partir daí parte-se para a investigação científica porque de todos os métodos o mesmo autor defende que a investigação científica é o mais rigoroso e o mais aceitável, uma vez que assenta num processo racional (...) e que pode ser corrigido conforme a sua progressão e recolocar em questão tudo o que ele propõe. (...) é dotado de um poder descritivo e explicativo dos fatos, dos acontecimentos e dos fenómenos.

O objeto de estudo define a porção da realidade que queremos conhecer e estudar. Assim, definimos como objeto de estudo, a inserção social das crianças de famílias beneficiárias de R.S.I, o papel das educadoras de infância e dos interventores sociais, em Creche.

Esta dissertação teve como objetivo reconhecer o papel das Educadoras de Infância e dos interventores sociais como facilitadoras da inserção social das crianças, de famílias beneficiárias de R.S.I, em Creche, e questionar se existe alguma articulação ou colaboração entre os profissionais de educação e ação social.

A nível profissional, enquanto Diretora Técnica na resposta social de Creche e Educadora de Infância o que questionava era o fato de não existir comunicação das estratégias utilizadas entre a Educadora de Infância e os Interventores Sociais nos Planos Individuais e Programas de Inserção desenvolvidos com as crianças e as famílias, sendo importante a existência de um protocolo de cooperação que beneficiasse ambos. Por outro lado, esta cooperação seria facilitadora uma vez que ao partilharmos informações, ideias, ações e estratégias estávamos a adequar a nossa prática na intervenção junto da criança e das suas famílias.

Os resultados esperados seriam, identificar o papel das Educadoras de Infância sobre a inserção social e descrever os critérios que estas integram no plano de desenvolvimento individual para potenciar o desenvolvimento infantil (social, emocional, cognitivo, físico) e assegurar a inserção social da criança. Do mesmo modo, identificar o papel e critérios de inserção que os interventores sociais integram no plano de inserção social da criança e da sua família. Por fim, pretendemos encontrar um modelo onde o Plano Individual e o Plano de Inserção social da família possam ser concertados entre os profissionais de educação e os serviços sociais, em parceria, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança e a sua inserção familiar e social.

A nível científico a justificação prende-se com a vontade de conhecer e reconhecer a a educação/ creche como espaço de aprendizagem e socialização que disponibiliza instrumentos de autonomia da criança para um desenvolvimento saudável e integral. Ao mesmo tempo, realiza uma intervenção que responde às necessidades das famílias em situação de maior vulnerabilidade, cruzando as estratégias dos profissionais de educação e de ação social para criar a articulação do PI com o contrato social de inserção realizado com as famílias através do R.S.I.

## **1.2 Questões de Investigação**

Ao definir o problema define-se o trabalho de pesquisa a efetuar. De acordo com Gomides, (2002) a definição do problema de pesquisa consiste em dizer de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos deparamos e que pretendemos resolver. O objetivo da formulação do problema da pesquisa é torná-lo individualizado, específico. Sendo assim, as questões de partida que concebemos foram:

- Qual o papel das Educadoras de Infância como facilitadoras da inserção social das crianças de famílias beneficiárias de R.S.I?
- Qual o papel dos interventores sociais como facilitadoras da inserção social das crianças de famílias beneficiárias de R.S.I?
- Como é que o plano de desenvolvimento individual é articulado e complementado pelo plano de inserção social da família, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança e a sua inserção social ?

## **PARTE I. Campo Empírico de Observação**

### **Capítulo I. IPSS O Sonho.**

#### **1. Caraterização da Instituição**

##### **1.1 Missão, Visão, Valores, Objetivos**

O SONHO é uma IPSS gerida por uma Direção que, como tal, possui órgãos de gestão sujeitos a eleições periódicas. Esses órgãos são constituídos pela Direção, o Conselho Fiscal e a Assembleia Geral.

Como IPSS, e sendo esta uma entidade que integra a Lei de bases a economia social (Lei n.º 30/2013 de 8 de maio), atua de acordo com os seguintes princípios orientadores: a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais; b) A adesão e participação livre e voluntária; c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros; d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social; g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade do objeto social da Associação.

**Visão** - Ser reconhecida como uma instituição de referência, consolidando as respostas sociais e atuando de uma forma proativa face às necessidades emergentes da comunidade.

**Valores** - orienta a sua ação segundo os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Criança e os Direitos e Deveres consignados na Constituição da República Portuguesa assim como os valores:

*Solidariedade*: apoiar os utentes e a comunidade local na satisfação das suas necessidades;

*Articulação:* articular com os diferentes parceiros para o maior conhecimento do território bem como para adequação dos serviços à comunidade local;

*Participação:* participar e promover/incentivar o envolvimento de todos nas atividades da instituição.

O compromisso de O SONHO baseia-se na prestação de serviços/ acompanhamento social que permita dar uma resposta de qualidade aos cidadãos da comunidade em que se insere, apoiando a integração social e comunitária dos mesmos.

Os objetivos gerais da instituição passam por :

- Promover ações conducentes a participar no desenvolvimento integrado da comunidade, com especial atenção aos carenciados e socialmente excluídos;
- Participar na resolução das questões sociais, educativas, de saúde e culturais da população, especialmente das crianças, dos deficientes, dos jovens e dos idosos;
- Apoiar as famílias, mediante a promoção de ações socioculturais, especialmente as mais jovens e de menores recursos;
- Contribuir mediante estudos e ações para a investigação das metodologias e dos critérios de decisão adequados a suscitar um desenvolvimento harmonioso das pessoas e da comunidade local;
- Colaborar com os demais organismos públicos e privados, na resolução de problemas que pela sua natureza estrutural, ao nível da região, interfiram, direta ou indiretamente, com os fins prosseguidos pela instituição;
- Atuar aos níveis regional, nacional e internacional, no sentido de reforçar o papel e a atuação das pessoas e instituições que desenvolvam a sua atividade prioritariamente nos domínios social e cultural.

Desde a sua criação em 1980, O SONHO pretende “manter e alargar o conjunto de atividades e objetivos sociais, educativos e culturais; dotar-se dos meios e equipamentos necessários para fazer face às necessidades emergentes da comunidade, intervir de forma ativa junto da mesma e dos organismos competentes, consolidando a sua rede de parcerias.

De acordo com o projeto educativo de 2013-16 e com as suas novas áreas de atuação, são ainda eixos estratégicos de intervenção da IPSS O SONHO:

- Proporcionar o desenvolvimento de competências específicas que potenciem a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) com ferramentas de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação;
- Estimular o empreendedorismo;
- Demonstrar aos/as futuros/as empresários/as como podem aumentar o êxito das suas empresas através da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
- Reduzir o fosso entre Negócios e Tecnologia;
- Aplicação de Tecnologia, segundo a perspetiva do/a Empresário/a;
- Obter conhecimentos e competências na aplicação das TIC em contexto empresarial;
- Avaliar as suas necessidades de formação e de investimento em tecnologia;
- Partilha de ideias, experiências e opiniões.

De acordo com os seus Estatutos, a IPSS O SONHO tem por áreas de intervenção:

- Apoio a Crianças e Jovens;
- Apoio à Família;
- Apoio à Intervenção Social e Comunitária;
- Proteção dos cidadãos na velhice ou invalidez e em todas as situações de falta, de diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho.

Em 1995, alargou o seu âmbito de intervenção a nível local de apoio social, desenvolvendo um programa de Atividades de Tempos Livres (ATL), destinado a crianças em idade escolar, assente num princípio de atividades livres e criativas, baseada numa metodologia de grupo e no desenvolvimento de atividades que contribuíssem para a socialização, responsabilização, autonomia, valorização pessoal e reforço da autoestima. Em 1999, a resposta social de Creche passou a ter também berçário.

Em 2005, a convite da Câmara Municipal de Setúbal, a IPSS O SONHO passa a integrar a organização do Conselho Local de Ação Social, o que lhe tem permitido ter uma palavra sobre decisões de âmbito regional, aumentando a possibilidade de parcerias e o acesso a mais informação sobre financiamentos e intervenção económica e social.

A 20 de maio de 2010, foi inaugurada a Creche Vale Flor, por sua excelência o senhor secretário de estado da Segurança Social, Dr. Pedro Marques. Projeto cofinanciado pelo programa PARES. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Este espaço, tem capacidade para 66 crianças.

Em novembro, de 2012, a IPSS O SONHO passou a gerir o Centro Infantil “O Ninho” com as respostas sociais de Creche Familiar, Creche e Pré-escolar, com capacidade para 184 crianças, sendo que 84 fazem parte do serviço de Creche Familiar.

No ano de 2014, no mês de junho O SONHO alargou a sua intervenção à resposta social de CATL, acolhendo assim crianças entre os 6 e os 10 anos de idade.

A IPSS mantém, na presente data (2016), as respostas sociais de Creche Familiar, Creche, Pré-escolar, CATL, Gabinete de Inserção Profissional, Rendimento Social de Inserção, Loja Social e Formação.

Está prevista a construção de uma estrutura residencial para idosos, projeto em fase de aprovação, entregue em 2015, de forma a colmatar as necessidades existentes no apoio à terceira idade.

## **1.2 O Programa de R.S.I**

A equipa de Rendimento Social de Inserção do SONHO surgiu no seguimento de um protocolo celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, desde 2007. As pessoas ou famílias que têm direito ao R.S.I, de acordo com o Guia prático rendimento social de inserção, 2015, publicado pelo ISS, I.P. são as que necessitam de apoio para melhorar a sua integração social e profissional, que se encontrem em situação de carência económica grave e que cumpram as demais condições de admissão. A área territorial de intervenção da equipa é bastante vasta, englobando tanto a zona rural como a zona urbana do concelho de Setúbal.

A zona urbana compreende parte da freguesia de São Sebastião, a zona rural compreende a freguesia do Sado e a freguesia da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. A nível de habitação, na área urbana são abrangidos vários bairros de habitação social, bem como algumas habitações ilegais de construção precária. A freguesia onde este estudo se baseou é a freguesia de S. Sebastião, considerada uma das mais populacionais de Portugal, sendo a que tem maior densidade populacional no Concelho de Setúbal. É uma freguesia onde se cruzam diversas identidades culturais, pelo fato de a população ter diferentes origens. O território agrega vários bairros de habitação municipal e cooperativas de construção económica que caracterizam grande parte do padrão habitacional desta freguesia.

O programa de rendimento social de inserção, realizado pela instituição O SONHO, de acordo com o Relatório de progresso Semestral – Protocolo de RSI, de fevereiro a março de 2014, cedido pela Assistente Social, apoia diferentes tipologias de famílias (quadro I). Esta resposta social tem como objetivos de intervenção:

Promover a participação social e cívica,
Promover competências pessoais e sociais,
Desenvolver competências parentais e familiares,
Melhorar a qualidade da rede informal de apoio,
Promover o acesso à formação e à integração socioprofissional
Proporcionar o conhecimento de direitos e deveres cívicos
Eficaz utilização de recursos formais de apoio.

A equipa de R.S.I é interdisciplinar e composta por *4 técnicos superiores e 6 ajudantes de ação direta com formações diversas. (...) 2 assistentes sociais, 1 socióloga, 1 psicóloga.* (Apêndice IX - Entrevista a Interventor Social A).

As equipas interdisciplinares concentram diversos saberes num objetivo comum, sendo uma mais-valia quer para a equipa quer para as famílias. De acordo com Ferreira (2014:278), os assistentes sociais intervêm em articulação com outras disciplinas cujos saberes se cruzam para um melhor conhecimento do “objeto”. *Na equipa foi estabelecido um briefing diário onde cada colaborador descreve a sua jornada de trabalho e onde se podem partilhar alguns constrangimentos que possam existir no âmbito das intervenções. Cada técnico tem liberdade*

*para (...) agendar os atendimentos na sua maioria para o período da manhã e (...) um período de visitas domiciliárias. (Apêndice X – Entrevista a Interventor Social B)*

De acordo com o plano de ação 2014, protocolo R.S.I, equipa do Sonho desenvolvido pelos técnicos, incluindo as duas interventoras sociais que participaram desta investigação, o processo de construção de uma boa equipa depende da perceção e do esforço de cada um para alcançar algo mais satisfatório e motivador: chegar aos objetivos pessoais, através dos resultados obtidos por todos. Assim, foi necessário:

Conhecer a evolução da equipa, com a finalidade de ajustar as atitudes individuais às do grupo;
Desenvolver as capacidades sociais indispensáveis ao trabalho em equipa, independentemente da função ou do papel dentro da mesma;
Dotar a equipa de sistemas eficazes de comunicação global, gestão por objetivos, levantamento de necessidades de formação e avaliação de desempenho;
Treinar a assertividade funcional, para que a equipa atinja desempenhos profissionais elevados e que atenda ao princípio da qualidade total.
Fomentar a intervenção em conjunto e conseqüentemente uma colaboração suportada pela partilha de objetivos, comunicação aberta, discussão e resolução de problemas.

Para além disso são realizadas de reuniões de frequência semanal, dinamizadas pelos Gestores de Caso e estas seguem a seguinte metodologia:

Discussão dos casos em acompanhamento, nos quais a intervenção de cada um dos elementos, na sua contribuição de conhecimentos técnicos, levará a uma tomada de decisão sobre qual a melhor estratégia a adotar para cada um dos casos concretos (estratégias de intervenção, propostas de cessação, suspensão, entre outras);
Discussão das várias formas de articular e trabalhar com os AAD de forma a maximizar a intervenção destes junto das famílias e uniformizar procedimentos;
Construção ou alteração de instrumentos de trabalho de forma a responder às necessidades da equipa interdisciplinar.

### **1.3 O Programa CLDS**

Em 2008, “O Sonho”, enquanto entidade executora, assinou o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), com o Instituto de Segurança Social, a Câmara Municipal de Setúbal (CMS), a Associação Cristã da Mocidade de Setúbal (ACM) e a Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras (APACCF), para o desenvolvimento e dinamização do Projeto “Jovens em vantagem”. Este contrato visa a inclusão social dos cidadãos através da execução de ações que integram os seguintes eixos de intervenção:

- Eixo I – Emprego, formação e qualificação;
- Eixo II – Intervenção familiar e parental;
- Eixo III – Capacitação da comunidade e das instituições;
- Eixo IV – Informação e acessibilidade, a executar no Concelho de Setúbal.

Como entidade executora, O Sonho tem a seu cargo a gestão do Projeto, o bom e correto desenvolvimento, o acompanhamento das atividades propostas, a avaliação das ações e atividades desenvolvidas, o cumprimento e a gestão da execução do Projeto, entre outras. Tem diretamente sobre a sua responsabilidade a gestão do EIXO I – Emprego, Formação e Qualificação. Aqui trabalha a área de empreendedorismo, formação de violência e igualdade de género nas escolas, entre outras temáticas, técnicas de procura de emprego, elaboração de um curriculum vitae, técnicas de entrevista, integração socioprofissional, etc. Desenvolve competências para fazer face às oportunidades do mercado de trabalho, bem como à criação do seu próprio emprego/projeção de futuro de vida.

No âmbito deste Projeto tem ainda sobre sua alçada, a gestão e o desenvolvimento do Gabinete de Empregabilidade, que tem como objetivos:

- Promoção de ideias criativas;
- Atendimento, acompanhamento e encaminhamento ao nível do emprego e da qualificação;

- Desenvolvimento de formação sobre empreendedorismo, dinamização e acompanhamento dos respetivos projetos;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização e sessões formativas sobre técnicas de entrevista e motivação;
- Desenvolvimento de ações de formação, qualificação e de preparação para o mercado de trabalho;
- Apoio na criação e desenvolvimento de projetos de criação do próprio emprego;
- Através da parceria estabelecida com a Associação Nacional do Direito ao Crédito, apoio, encaminha e acompanha todos os passos para a criação da empresa, bem como processo de microcrédito;
- Contato com entidades empregadoras com o objetivo do estabelecimento de parcerias de colaboração para a reinserção dos participantes do Projeto, que não optaram pela criação do próprio emprego.

## **2. Caracterização das Crianças e Famílias**

A instituição O Sonho, é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 1980, na sequência da identificação de algumas questões sociais e situações de risco existentes no Concelho de Setúbal, aliados à necessidade de os colmatar, com o objetivo principal de integrar os grupos sociais mais desfavorecidos. É um espaço educativo que recebe crianças em idade de creche (0 aos 3 anos) e pré- escolar (3 aos 6 anos), vindas de famílias do meio circundante, principalmente da freguesia de S. Sebastião e zonas como as Praias do Sado, Faralhão, entre outros. Acolhe crianças cujas famílias possuem níveis socioeconómicos distintos, gerindo o apoio financeiro com a supervisão técnica e/ou pedagógica do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

A Instituição tem capacidade para integrar 111 crianças dos 0 aos 3 anos de idade, correspondendo, de acordo com o registo no programa de inscrições, a 108 famílias. 4 das crianças têm irmãos a frequentar a mesma resposta social, sendo que existem dois casais de gémeos, em Creche.

<b>Faixa etária</b>	<b>Nº de Crianças</b>
0 aos 12 meses	24
12 aos 24 meses	42
24 aos 36 meses	45
<b>Total</b>	<b>111</b>

Quadro I – Crianças inscritas na Creche

O quadro seguinte identifica o número das crianças e famílias de R.S.I

<b>Número de Crianças e Famílias</b>			
<b>N.º de Famílias</b>	<b>N.º de crianças na Resposta Social de Creche</b>	<b>Irmãos a frequentar a mesma resposta</b>	
108	111	4	
<b>N.º de Famílias beneficiárias de R.S.I, com Crianças em Creche</b>	<b>N.º de crianças beneficiárias de R.S.I em Creche</b>	<b>Nº Crianças na Sala de 1 Ano</b>	<b>Nº de Crianças na Sala de 2 Anos</b>
4	6	2	4

Quadro II – Crianças de Famílias beneficiárias de R.S.I.

O quadro abaixo identifica as crianças a cargo das famílias e as crianças integradas em Creche

Elementos	Genero	Idade	Parentesco	Nacionalidade	Etnia	Equipamento de Infância	Gestor	Estado
Criança A	Masculino	25 meses	Neta/o	Portuguesa	Cigana	A cargo	Outro IS	Ativo
Criança B	Feminino	12 meses	Neta/o	Portuguesa	Cigana	A cargo	Outro IS	Ativo
Criança C	Masculino	24 meses	Filha/o	Portuguesa	Cigana	A cargo	Outro IS	Ativo
<b>Criança D</b>	<b>Masculino</b>	<b>28 meses</b>	<b>Filho/a</b>	<b>Portuguesa</b>	<b>Caucasiana</b>	<b>Creche o Sonho (Ed B)</b>	<b>Outro IS</b>	<b>Ativo</b>
<b>Criança E</b>	<b>Masculino</b>	<b>28 meses</b>	<b>Filho/a</b>	<b>Portuguesa</b>	<b>Caucasiana</b>	<b>Creche o Sonho (Ed B)</b>	<b>Outro IS</b>	<b>Ativo</b>
Criança F	Feminino	20 meses	Filho/a	Portuguesa	Cigana	A cargo	Outro IS	Ativo
Criança G	Masculino	13 meses	Filho/a	Portuguesa	Caucasiana	A cargo	Outro IS	Ativo
Elementos	Genero	Idade	Parentesco	Nacionalidade	Etnia	Equipamento de Infância	Gestor	Estado
<b>Criança H</b>	<b>Feminino</b>	<b>24 meses</b>	<b>Filha/o</b>	<b>Portuguesa</b>	<b>Caucasiana</b>	<b>Creche o Sonho (Ed B)</b>	<b>IS B</b>	<b>Ativo</b>
Criança I	Masculino	26 meses	Filho/a	Portuguesa	Africana	A cargo	IS B	Ativo
Criança J	Masculino	26 meses	Filho/a	Portuguesa	Caucasiana	A cargo	IS B	Ativo
<b>Criança K</b>	<b>Feminino</b>	<b>18 meses</b>	<b>Filho/a</b>	<b>Portuguesa</b>	<b>Caucasiana</b>	<b>Creche o Sonho (Ed A)</b>	<b>IS B</b>	<b>Ativo</b>
Criança L	Masculino	15 meses	Filho/a	Portuguesa	Caucasiana	A cargo	IS B	Ativo
Elementos	Genero	Idade	Parentesco	Nacionalidade	Etnia	Equipamento de Infância	Gestor	Estado
<b>Criança M</b>	<b>Masculino</b>	<b>13 meses</b>	<b>Filho/a</b>	<b>Portuguesa</b>	<b>Caucasiana</b>	<b>Creche o Sonho (Ed A)</b>	<b>IS A</b>	<b>Ativo</b>
Criança N	Masculino	12 meses	Filho/a	Portuguesa	Cigana	A cargo	IS A	Ativo
Elementos	Genero	Idade	Parentesco	Nacionalidade	Etnia	Equipamento de Infância	Gestor	Estado
<b>Criança O</b>	<b>Masculino</b>	<b>30 meses</b>	<b>Filho/a</b>	<b>Portuguesa</b>	<b>Caucasiano</b>	<b>Creche o Sonho (Ed B)</b>	<b>Outro IS</b>	<b>Ativo</b>
Criança P	Masculino	16 meses	Filho/a	Portuguesa	Cigana	A cargo	Outro IS	Ativo

Quadro III - Relação de Crianças a cargo e em equipamento para a infância dos 0 aos 3 anos de idade (NLI Setúbal) , construção própria de acordo com informação cedida pela IPSS O SONHO

Como podemos observar no Quadro III, das 16 crianças acompanhadas, pelo R.S.I somente 6 frequentam a creche e todas de etnia caucasiana. Neste estudo, identificámos 6 crianças, quatro do sexo feminino e 2 do sexo masculino, de etnia Caucasiana beneficiárias de R.S.I, a frequentar a resposta social de Creche. Destas quatro famílias, 3 habitam em bairros de habitação social (Bela Vista e Terroa) e 1 família vive numa habitação abarracada (Mãe e dois Filhos). Todas as crianças, exceto 1, vivem com ambos os pais, e estes têm idades compreendidas entre os 13 e os 36 anos de idade. No que diz respeito à escolaridade, existem 2 mães e 1 pai com o 1º ciclo, e 1 mãe com o 2º ciclo. Face ao emprego 3 adultos (2 mães e 1 pai) encontram-se em situação de desemprego e 1 adulto ( 1 mãe) está empregado ao abrigo do programa CEI+. De acordo com o plano de ação 2016 e com a interventora social A, mediante avaliação, e assumindo que cada família é única e que tem a sua história de vida, indissociável do presente e do futuro, é

colocado o enfoque na sua singularidade e na sua capacitação, propiciando processos de verdadeira mudança, que possam dar resposta à multiplicidade de desafios com que as famílias se deparam.

## PARTE II - Quadro Concetual

### Capítulo II - A Educação de Infância e o Desenvolvimento Infantil

*Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.*

(BRANDÃO, 1985:07)

#### 1. Evolução dos conceitos

Ao longo do tempo a conceção de criança e infância e a própria educação da criança foi sofrendo transformações. Na idade média, a criança não era reconhecida como tal, não existindo distinção entre criança e adulto, sendo mesmo considerada com um adulto em miniatura.

*O sentimento da infância não existia - o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (Áries, 1978:156)*

Segundo, Kramer (2003:19) a ideia de infância (... ) aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a sua inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto ("de adulto") assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa de ser cuidada, escolarizada e preparada para uma função futura. Este conceito de infância é pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade.

Do séc. XIX para o séc XX a criança foi objeto do 1º diploma legal que estabelecia o limite mínimo da idade para o trabalho denominado *Fatory Act of 1819*. Com este diploma já se começava a verificar alguma intenção de proteção à criança. Este diploma regulava a idade mínima de admissão que passava teoricamente a ser de *9 anos*, a jornada de trabalho não podia exceder as *nove horas* para as crianças e

adolescentes entre os 9 e os 16 anos, com meia hora de intervalo para uma refeição... contudo este diploma era só aplicável ao setor algodoeiro (*cotton mills*).

Em Portugal, a educação de Infância como sistema de educação público, aparece nas últimas décadas da monarquia com a primeira legislação sobre educação infantil (Diário do Governo, nº 141 de 27 de junho de 1886), no que se refere aos objetivos da educação pré-escolar e á formação de Educadores de Infância. Posteriormente, a Conferência de Berlim, em 1890, revelou-se essencial pela necessidade de proteger os direitos das mulheres trabalhadoras, sendo determinada a obrigatoriedade de, as fábricas criarem estruturas de apoio para as mães trabalhadoras, nomeadamente creches, com exigência de condições mínimas de higiene e saúde para o seu funcionamento. (Quintas, 2011:9) Posteriormente, *aumenta o número de mães que trabalham fora de casa* (Matos, 2001:6) e daí a necessidade de se criarem estruturas onde as crianças pudessem ficar durante a sua ausência, tornando-se ambas as partes, famílias e instituições co-responsáveis no processo de desenvolvimento das mesmas.

Mais tarde, em 1911, durante a I República surgiram duas leis do pré-escolar que estabeleciam fundamentos no que se refere aos objetivos, programa educativo, e qualificações dos professores. Mais tarde, de acordo com Martins (2006:103) a educação infantil, dos 0 aos 6 anos de idade foi entregue a um organismo estatal, denominado Obra das Mães pela Educação Nacional. (Apei, 2015)

Em 1919, Eglantine Jobb considerada a mulher que salvou as crianças, constituiu o comité de Proteção à Infância (Save the Children Fund). Entretanto, em 1923, iniciou o movimento interno de defesa dos direitos da criança redigindo a Ata sobre os Direitos da Criança. A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Onze anos mais tarde, a 20 de novembro de 1959, foi adotada por unanimidade a Declaração dos Direitos da Criança. A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. Portugal ratificou a Convenção em 21 de setembro de 1990. (Cnpcj, 2015)

Entre 1926 e 1974, vivíamos sobre um regime totalitário e opressor. A política educativa tinha como principal objetivo criar indivíduos humildes e obedientes tal como Salazar (1932), dizia “Se tu soubesses o que custa mandar gostarias mais de obedecer toda a vida” ( Decreto 21.014 de 21 de março de 1932) O currículo restringia-

-se às disciplinas setecentistas tradicionais: a Leitura, a Escrita, a Aritmética (Decreto-lei 16.730 de 13 de abril de 1929) No entanto, é de salientar, uma tentativa fracassada de implementação de uma pedagogia que privilegia as abordagens naturais e a descoberta. É do que circunda os educandos e a escola que partimos para a descoberta de novos vínculos entre as coisas e até ao mais longe da imaginação (Niza, 1987:8-10)

As grandes transformações da família deveram-se a fenómenos sociais e políticos, tais como a Revolução Industrial e as Grandes Guerras Mundiais, mais propriamente, a 2.<sup>a</sup> Grande Guerra Mundial (1939-1945). Todas estas influências levaram a mulher a conquistar o seu lugar dentro de casa, assumindo muitas das responsabilidades que, anteriormente, cabiam ao homem. A partir daqui, a mulher começou a exigir mais igualdade, deixando de se subordinar ao homem, dando origem a uma nova conceção de família. Em 1971, com Veiga Simão no Ministério da Educação a educação pré-escolar foi reintegrada no sistema educativo oficial fazendo parte de uma remodelação total do sistema educativo português, que foi interrompido devido à Revolução 25 de abril de 1974 (Apei, 2015)

Progressivamente, desde a 1.<sup>a</sup> República a 1974, a educação infantil ficou confinada a instituições particulares e cooperativas, como no caso dos jardins-escola de João de Deus. No período de 1910 a 1926 foram criados 11 jardins de infância, 7 oficiais e 4 privados tipo João de Deus. (Apei, 2015)

Após 1974, nota-se um aumento significativo do número de jardins de infância e creches, do número de escolas de formação de educadores de infância, e ainda no número de centros de educação especial. Os serviços de educação infantil passaram a estar dependentes de dois ministérios, o ME e o MESS. (Apei,2015) De acordo com a filosofia do novo sistema pós-revolução, estender a pré-escolaridade a toda a população tornou-se um objetivo nacional, promovendo o bem-estar social, e desenvolver as potencialidades das crianças ( DR. N° 542/79)

O Decreto-lei 158/84 de 17 de maio veio criar o serviço de amas para crianças situadas na faixa etária dos 3 meses aos 3 anos, com o objetivo de melhorar as formas de atendimento, minimizar as carências existentes com diminuição de custos e incentivar respostas alternativas, o presente diploma cria uma nova forma de apoio às crianças - a ama - e define as condições do seu enquadramento em creches familiares.

Em 1986, surge a lei de bases do sistema educativo que compreende, no ponto 4 a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar, deixando de fora as crianças dos 0 aos 3 anos de idade, ficando a tutela da creche entregue ao MTSS, setor público e privado.

Em 1989, surgiu o Despacho Normativo nº 99/89 de 27 de outubro de 1989 que veio aprovar as Normas Reguladoras das Condições de Instalação e Funcionamento das Creches com Fins Lucrativos. Em 2011 considerando a legislação de 1989 desadequada às transformações da família e ao contexto sócio demográfico foi publicada a Portaria nº 262/2011 de 31 de agosto que estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento da creche, quer seja da iniciativa de sociedades ou empresários em nome individual, quer de instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas e outras de fins idênticos e de reconhecido interesse público.

## **2. Desenvolvimento Infantil – dos 0 aos 3 anos de idade**

Desde a conceção que os bebés estão em constante transformação, mudança e aprendizagem. Após o nascimento essas mudanças são ainda mais observáveis. *As mudanças são muito mais rápidas durante o primeiro ano de vida do que em qualquer outro período da vida. Durante o primeiro ano de vida, tal como nas outras idades, todas as áreas do desenvolvimento cognitivo, social, emocional, físico estão interligados* (Vasconcelos,1990)

O primeiro psicólogo do desenvolvimento da criança, segundo Formosinho J. et al. (1998:24) foi G. Stanley Hall (1844-1924) considerado o pai do movimento do estudo da criança. Hall e Gessel desenvolveram a teoria maturacional onde a educação deveria proporcionar experiências adequadas às competências em desenvolvimento de crianças pequenas. Para entendermos o que é o desenvolvimento da criança há primeiro que definir o seu conceito. Para Mussen et al (2001:3), este é definido como mudanças nas estruturas físicas e neurológicas, cognitivas e comportamentais. De acordo com o mesmo autor, para entender o desenvolvimento da criança são necessários ter em conta três aspetos: padrões universais ou seja aquelas mudanças que ocorrem em todas as crianças independentemente da cultura ou das experiências que tenham; diferenças

individuais ou seja explicar porque é que as crianças têm características individualmente consideradas; e um terceiro aspeto as influências ambientais, compreender como poderá o ambiente ou contexto (família, vizinhança, grupo cultural, grupo sócio económico) influenciar o comportamento de uma criança. Aqui poderemos igualmente considerar o ambiente educativo creche. Esta abordagem é uma visão contextualista- interacionista do processo evolutivo, podendo a creche como agente educativo “introduzir influências positivas que sejam capazes de compensar as ... ligadas aos contextos de criação familiar da criança ( Coll, 2004:23)

Os processos psicológicos são possibilitados pelos genes que nos definem como membros da espécie, sendo limitados por um determinado calendário maturativo que determina o momento em que certas aquisições são possíveis, e são finalmente determinados em sua realização pelas interações da pessoa com o seu meio (Coll, C et al., 2004:19)

Os bebés aprendem através da ação, em contato com os objetos e através dos sentidos. De acordo com Piaget (1952,1966), citado por Post J, et al. (2003: 23) na sua teoria do desenvolvimento a criança aprende direta e fisicamente tal como explica o estágio sensório-motor. A criança nasce com reflexos e atividades espontâneas que vai desenvolvendo devido às experiências que tem no seu meio, assumindo um papel ativo no seu desenvolvimento. Tanto Piaget (idem: 62) como Kohlberg descrevem o desenvolvimento humano em termos de estágios sequenciais de pensamento numa abordagem cognitivo- desenvolvimentista. O desenvolvimento humano pode ser assim considerado “o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida” (Bronfenbrenner, 1989:191).

Todo o ser humano precisa de estar em relação, em relação com o outro, a ser amado e a amar, a estar ligado emocionalmente ao outro de forma a tornar-se num adulto saudável, confiante, seguro de si. O psicanalista René Spitz (1945) e Harry Harlow (1958) teórico da aprendizagem animal (idem, 33), verificaram que os bebés humanos e macacos com privação de contato físico próximo, de amor e de atenção não se conseguem desenvolver normalmente apesar das suas necessidades básicas de alimentação, abrigo e cuidados corporais estarem satisfeitas.

Um bebé que fez pelo menos uma vinculação segura terá maior probabilidade de desenvolver relações seguras com as pessoas no seu mundo, como sejam avós,...educadores de infância...sendo... consideradas contributos para o desenvolvimento do sentido de confiança do bebé no mundo e nas pessoas que nele vivem. (Jillian Rodd, 1996:30) in Post J., et al. (2004:33)

Os bebés ao estabelecerem relações de confiança ficam mais disponíveis e recetíveis a novas experiências e a novas aprendizagens. Segundo a psicóloga do desenvolvimento Marion Hyson (1994) citada por Post J., et al. (2004:29) quando as crianças sentem que podem contar com pessoas significativas que as amam e lhes proporcionam conforto sentem-se confiantes para explorar o ambiente que as rodeia. Erikson (1950: 250) citado por Post J., et al. (2004:31) já havia dito que as crianças para aprenderem e crescerem precisam de um ambiente emocionalmente rico, que apoia a confiança, alicerce do desenvolvimento humano saudável, o que reforça o pensamento de Marion Hyson.

Outra dimensão do desenvolvimento onde os sentidos dão continuidade ao pensamento de Piaget na parte do *sensório*, é a abordagem de Montessori, citada por Formosinho J. et al (1998:19) que acreditava que o desenvolvimento da criança decorria naturalmente e que estas tinham a capacidade de influenciar o seu próprio desenvolvimento, defendendo que os sentidos das crianças deviam ser treinados. A resposta social de Creche contexto onde esta dissertação tem o seu enfoque principal poderia ser seguramente considerada como espaço educativo facilitador de um desenvolvimento harmonioso para as crianças dos 0 aos 3 anos de idade. Segundo Vygotsky, citado por Vala A.; e Guedes M. (2015:53) a construção do conhecimento é um processo fundamentalmente social e interativo, ou seja tem de ser construído em relação com os outros num determinado contexto social.

<b>Autores</b>	<b>Teorias</b>	<b>Principais características</b>
G. Stanley Hall A. Gessel 1920	Maturacional	Experiências adequadas às competências em desenvolvimento de crianças pequenas
E. Erikson (1950)	Psicodinâmica	Estádios psicossociais Desenvolvimento na experiência social
M. Montessori (1964)	Biológico- Cognitiva	Aprendizagem através de experiências espontâneas
U. Bronfenbrenner (1989)	Ecológica	Interação da pessoa com o ambiente a nível (micro, meso, exo, macro, crono)
Jean Piaget (1952, 1966) M. Hyson (1994) Lev Vygotsky (1998) Mussen (2001) Cool (2004)	Cognitivista Construtivista Interacionista	Estádios de desenvolvimento Zona de Desenvolvimento proximal Desenvolvimento construído em relação com os outros/objetos/meio

Quadro IV– Resumo do quadro teórico de referência (cf. autores estudados)

### 3 . O Papel do Educador de Infância na Creche

O Homem de Orelhas Verdes  
Um dia num campo de ovelhas  
Vi um homem de verdes orelhas  
Ele era bem velho,  
bastante idade tinha  
só sua orelha ficara verdinha  
Sentei- me então ao seu lado a fim de ver melhor,  
com cuidado Senhor,  
desculpe minha ousadia,  
mas na sua idade  
De uma orelha tão verde qual é a utilidade  
Ele me disse,  
já sou velho,  
mas veja que coisa linda  
De um menininho tenho a orelha ainda  
É uma orelha- criança que me ajuda a compreender  
O que os grandes não querem mais entender  
Ouço a voz de pedras e passarinhos  
Nuvens passando, cascatas e riachinhos  
Das conversas de crianças,  
obscuras ao adulto  
Compreendo sem dificuldade o sentido oculto  
Foi o que o homem de verdes orelhas  
Me disse no campo de ovelhas.  
(Rodari, 1997:13)

Quando pensamos em creche, pensamos em qualidade e sendo a creche “...uma realidade e uma necessidade para muitas famílias” (Gabriela Portugal), “... acolher crianças numa idade precoce significa responder de forma adequada e integrada a todas as suas necessidades, de ordem física, emocional, criativa, sócio afetiva, numa perspectiva desenvolvimentista e holística.” (Figueira, 1998:15)

Sendo assim, é essencial a “presença de educadores de infância profissionais capazes de darem respostas integradoras às crianças e às suas famílias.” (Figueira, 1998: 69)

A 30 de agosto de 2001 foi publicado o Decreto-Lei no 241/2001 que aprovou um *perfil específico de desempenho profissional do educador de infância*, passando a ser o documento base à creditação de cursos de Formação Inicial de Educadores de

infância. Embora o perfil definido neste diploma oriente para a organização da formação de educadores de infância para a educação pré-escolar, esclarece que a mesma formação habilita "para o desenvolvimento de outras funções educativas, nomeadamente no quadro da educação das crianças com idade inferior a 3 anos" (ponto I-2 ).

O Educador de Creche é um profissional “...fisicamente acessível sem ser intrusivo, desenvolvendo a capacidade de ressonância e de sintonia com os bebés, articulando as suas respostas às solicitações e atitudes espontâneas das crianças”, e a sua presença é “... calorosa mas discreta, assegurando uma atitude comunicante e participante, sem intervir mais do que necessário,” devendo respeitar as necessidades individuais de cada criança aprendendo a viver num ambiente onde há choros, gritos, angústia e sorrisos e alegria, sem se stressar ou querer manter a todo o custo a ordem e a disciplina (Figueira, 1998:69).

O Educador é um observador participante que respeita as necessidades e o ritmo de cada criança, lança desafios, estão abertos aos interesses e necessidades das crianças (Figueira S., 1998:46). Para ser educador de creche é preciso entender e entender ultrapassa as palavras, é o gesto, o toque, o olhar... (Silva, 1998:50), tal como poema acima descrito as orelhas verdes significa que o educador tem a capacidade de saber escutar a criança ainda que esta não lhe diga nada, de brincar, de ser sensível a olhares, de observar...

A creche não é um lugar de guarda, é sim uma parafernália de saberes e aprendizagens que se entrecruzam, *é uma instituição de carácter educativo; é o primeiro escalão do sistema educativo*” ( Programa de formação de educadores, 1998), onde o educador como interventor social é especialista na mudança social e se questiona, questiona a sua prática, questiona o que o rodeia e investiga. É um perguntador profissional. Investiga a brincar seriamente, investiga o que quer conhecer, o que deseja aprender e saber. Investigar é fazer perguntas à realidade; mas ela só responde à nossa indagação se a pergunta for divertida, diversa da ritual. (Matos, 2007:168)

Trabalhar...em creche requer conhecimentos específicos e uma planificação adequada, sustentada no conhecimento do desenvolvimento nos primeiros anos de vida e das finalidades

educativas de todo o trabalho em Creche. Requer ...atitudes de respeito, compreensão e empatia, muita flexibilidade para responder às necessidades de cada criança e família, reflexão crítica e questionamento continuado de práticas...envolvendo, portanto, profissionais de creche bem formados e que devem ser devidamente valorizados (Portugal, 2012:13)

Os educadores são agentes de mudança e transformação social e sendo a creche *“...considerada como um contexto educativo que integra as respostas adequadas às necessidades básicas das crianças do grupo etário 0-3 anos faz hoje indiscutivelmente apelo à presença de educadores de infância profissionais capazes de darem respostas integradoras às crianças e às suas famílias.”*(Figueira, 1998:69)

Pelo Decreto-Lei nº 240/2001, de 30 de agosto, foi definido o perfil geral de desempenho profissional do educador de infância. No âmbito da organização do ambiente educativo, o educador de infância:

- a) Organiza o espaço e os materiais, concebendo-os como recursos para o desenvolvimento curricular, de modo a proporcionar às crianças experiências educativas integradas;
- b) Disponibiliza e utiliza materiais estimulantes e diversificados, incluindo os selecionados a partir do contexto e das experiências de cada criança;
- c) Procede a uma organização do tempo de forma flexível e diversificada, proporcionando a apreensão de referências temporais pelas crianças;
- d) Mobiliza e gere os recursos educativos, nomeadamente os ligados às tecnologias da informação e da comunicação;
- e) Cria e mantém as necessárias condições de segurança, de acompanhamento e de bem-estar das crianças.

No âmbito da observação, da planificação e da avaliação, o educador de infância:

- a) Observa cada criança, bem como os pequenos grupos e o grande grupo, com vista a uma planificação de atividades e projetos adequados às necessidades da criança e do grupo e aos objetivos de desenvolvimento e da aprendizagem;
- b) Tem em conta, na planificação do desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem, os conhecimentos e as competências de que as crianças são portadoras;

c) Planifica a intervenção educativa de forma integrada e flexível, tendo em conta os dados recolhidos na observação e na avaliação, bem como as propostas explícitas ou implícitas das crianças, as temáticas e as situações imprevistas emergentes no processo educativo;

d) Planifica atividades que sirvam objetivos abrangentes e transversais, proporcionando aprendizagens nos vários domínios curriculares;

e) Avalia, numa perspetiva formativa, a sua intervenção, o ambiente e os processos educativos adotados, bem como o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo.

No âmbito da relação e da ação educativa, o educador de infância:

a) Relaciona-se com as crianças por forma a favorecer a necessária segurança afetiva e a promover a sua autonomia;

b) Promove o envolvimento da criança em atividades e em projetos da iniciativa desta, do grupo, do educador ou de iniciativa conjunta, desenvolvendo-os individualmente, em pequenos grupos e no grande grupo, no âmbito da escola e da comunidade;

c) Fomenta a cooperação entre as crianças, garantindo que todas se sintam valorizadas e integradas no grupo;

d) Envolve as famílias e a comunidade nos projetos a desenvolver;

e) Apoia e fomenta o desenvolvimento afetivo, emocional e social de cada criança e do grupo;

f) Estimula a curiosidade da criança pelo que a rodeia, promovendo a sua capacidade de identificação e resolução de problemas;

g) Fomenta nas crianças capacidades de realização de tarefas e disposições para aprender;

h) Promove o desenvolvimento pessoal, social e cívico numa perspetiva de educação para a cidadania.

Os educadores interpretam o que se passa à sua volta olhando a criança no seu todo, tendo em conta a família, o contexto, as suas crenças, a sua cultura, mas parte dessa interpretação está também relacionada com os seus próprios valores, princípios, história de vida. Assim, a representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam a realidade física e social

inteligível, se inserem num grupo ou numa relação quotidiana de trocas, liberam o poder da sua imaginação. (Moscovici, 1978:28)

Os profissionais que trabalham com bebés e crianças muito pequenas necessitam de qualidades muito especiais e de conhecimentos e formação adequada ao fornecimento de experiências de aprendizagem e desenvolvimento. A inserção, o bem-estar e desenvolvimento dos mais pequenos requerem profissionais com conhecimentos sobre o comportamento e desenvolvimento das crianças, capazes de compreender e reconhecer as suas diferentes necessidades e promover a exploração, respeitando a sua curiosidade natural. A qualidade da pessoa do adulto traduz-se na capacidade de reconhecer as crianças igualmente como pessoas e de as ouvir. ( Vayer et al, 1999:14) Ao mesmo tempo conceber a educação como política de vida, seguindo o pensamento de Sarmiento, 2002: 279, 280) pela inserção e a favor dos direitos sociais, onde a função de docente deve ser visto como um trabalho de colaboração e participação em equipa que se coordena, que se articula, que se combina e que atua em conjunto. O mesmo autor defende pensar a escola como um elo de uma política social onde a educação só faz sentido quando associada às outras componentes das políticas sociais tal como políticas de saúde, de habitação, de solidariedade e proteção social entre outros.

### **Capítulo III. Pobreza e Exclusão social/Percursos de Inserção**

*A pobreza funciona, frequentemente, como “(...) uma ponte para a exclusão, uma vez que esta detém características multidimensionais que articulam: baixo nível de rendimento com baixo grau de escolaridade, saúde precária, fraca integração no mercado de trabalho e no tecido social, tornando-se por isso um fator de potencial marginalização.*

(Silva, et al., 1989)

#### **1. Conceitos de Pobreza e Exclusão**

O conceito de pobreza tem vindo a sofrer alterações a atualmente, de acordo com Ferreira (2014:77) existem duas perspetivas de pobreza: a culturalista e a sócio – económica. A primeira, segundo Capucha (2004), Paugam (2003), e Rodrigues et al. (1999), citados por Santos, (2012: 6), foi iniciada por volta dos anos 1940, resultado de estudos efetuados com famílias das áreas suburbanas, meios degradados e segregados onde havia toxicodependência, crianças de rua e sem-abrigo. Esta abordagem vê a pobreza como a junção destes grupos desfavorecidos sob a forma de defesa contra o resto da sociedade. A perspetiva sócio económica permite definir conceitos de pobreza relativa, absoluta e subjetiva (cf. Capucha, 2005:67 citado por Ferreira, 2014:77).

Segundo a Declaração das Nações (1995) Unidas emitido na Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social, a pobreza absoluta é "uma condição caracterizada por uma grave privação de necessidades humanas básicas, como alimentos, água potável, instalações sanitárias, saúde, residência, educação e informação. Isto depende não só do rendimento, mas também do acesso aos serviços". Por sua vez, a pobreza relativa ocorre quando um indivíduo ou uma família tem o mínimo necessário para subsistirem mas não têm os recursos necessários para viver de acordo com as pessoas de status social comparável (wikipedia). A pobreza relativa depende dos padrões sociais da sociedade em que o indivíduo se insere, isto é, só se considera pobre se não se conseguir atingir um padrão de vida, e participar em atividades que são habituais e normativos na sociedade à qual pertence (Bruto da Costa et al., 2008; Rodrigues et al., 1999, citados por Santos, 2012:8).

Em Portugal, de acordo com dados da Eurostat, publicados no negócios online de 04 de novembro de 2014, o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social aumentou na União Europeia mais de 5%, entre 2008 e 2013. Em Portugal a percentagem é de 27,4%. Estes números são referentes a 2013 e concluem que o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social cresceu 5,2%. Portugal tinha, no no mesmo ano, 2,88 milhões de pessoas nesta situação, o que corresponde a 27,4% da população. Em 2008, o número era de 2,76 milhões, o que representava 26,0%. Em Portugal o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social aumentou 4,3%. A percentagem de pessoas severamente privadas de alguns bens materiais, em Portugal, passou de 9,7% para 10,9%, no período em análise.

Este relatório refere ainda ainda que a percentagem de pessoas com uma intensidade de trabalho muito baixa disparou em Portugal, passando de 6,3% da população em 2008 para 12,2% no ano passado. O Eurostat explica que incluem-se neste item os adultos, entre os 18 e 59 anos que trabalharam menos de 20% do potencial no último ano, excluindo estudantes. Estes números levam ao fenómeno da exclusão social, em que as pessoas usufruem de fracos rendimentos, vivem precariamente e não conseguem satisfazer todas as necessidades básicas.

As causas do desemprego Gorz (1980 e 1988), Grupo de Lisboa, (1994) e Castelo (1995) citados por Ferreira (2014:192), devem-se a uma conjugação de fatores de ordem diversa: as mudanças ocorridas nos processos produtivos mundiais, com base na “revolução tecnológica”; a reestruturação das empresas globais; a precariedade das relações de trabalho. O limiar entre desemprego e pobreza é muito ténue uma vez, que e ainda segundo o mesmo autor, a pobreza define-se relativamente a um limiar de rendimentos que aumenta com o crescimento da riqueza, sendo pobre aquele que não tem o necessário ou que não tem senão muito pouco.

População residente em risco de pobreza ou exclusão social, segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2011-2014																
Unidade: %																
Ano de referência dos dados	2011				2012				2013				2014			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65+ anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65+ anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65+ anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65+ anos
Total	24,4	28,6	23,2	24,5	25,3	27,8	25,6	22,2	27,5	31,7	28,5	20,3	27,5	31,4	28,3	21,1
Homens	23,8	29,4	22,6	21,9	24,6	27,6	25,0	19,7	27,5	32,3	28,4	18,3	26,7	31,2	27,9	17,6
Mulheres	25,1	27,8	23,9	26,4	25,9	27,9	26,1	24,0	27,4	31,0	28,5	21,6	28,1	31,7	28,8	23,6
<b>EU-SILC</b>	<b>2011</b>				<b>2012</b>				<b>2013</b>				<b>2014</b>			
<b>Nota:</b> O indicador População em risco de pobreza ou exclusão social combina indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral per capita muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa).																
EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento																

Quadro V - População residente em risco de pobreza ou exclusão social, segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2011-2014

Em relação à pobreza subjetiva esta define-se, para Bruto da Costa (2008:52), como uma ferramenta complementar, para se ter em conta o conceito que grupos relevantes da sociedade, e a sociedade em geral, têm da pobreza e a sua noção de necessidades básicas. Destes grupos também fazem parte os próprios pobres. Não se pode falar de pobreza sem falar de exclusão social, uma vez que esta é uma forma de exclusão, sendo conceitos distintos que se complementam. Robert Castel (1990) citado por Bruto da Costa (2007:10) define exclusão social como sendo a fase extrema do processo de «marginalização», entendido este como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade.

A falta de recursos leva o indivíduo a um afastamento da sociedade impedindo-o de participar e de fazer parte integrante da vida em sociedade, levando-o ao isolamento e por sua vez à exclusão social. Para Pereirinha (1996, citado em Capucha, 2004: 98) também a distinção entre pobreza e exclusão social assenta no fato de a pobreza dizer respeito “aos aspetos distributivos da organização social, originando situações de escassez de recursos materiais, ao passo que a exclusão social se poderá referir aos aspetos relacionais e aos mecanismos da integração e desintegração social”

## **2. As Situações de Pobreza e as Estratégias de Inserção das Famílias**

O desemprego é produto das transformações por que a sociedade tem passado, sendo transversal a todas as classes sociais. A instabilidade económica, o trabalho precário caracterizado, atualmente na sua grande maioria por trabalho temporário e baixos salários e leva a uma enorme insegurança por parte dos trabalhadores. As condições de vida das famílias foram-se degradando desde que o nosso País entrou num período de forte recessão económica, o que fez disparar o aumento do desemprego nas famílias. (Paugam, 2003).

Desde o séc. XII que a sociedade portuguesa, segundo Bruto da Costa (2014) revela uma preocupação ativa pelos pobres quer em termos individuais, culturais, institucionais e legais. A atenção ao pobre é um elemento da condição de privação ou seja do conjunto de carências relacionadas com a não satisfação de necessidades humanas básicas ( materiais, físicos, sociais, espirituais,...) . Ainda, segundo o mesmo autor a pobreza abrange dois problemas relacionados, mas distintos: privação e recursos. Estes dois problemas necessitam de assistência, sendo esta um direito consagrado na carta social Europeia, mas sendo necessária deverá ser igualmente, transitória e o objetivo deveria permitir às pessoas saírem da condição de forma sustentável. A Carta Social, de acordo com o gabinete e estratégia e planeamento, baseia-se num estudo (rede de serviços e equipamentos sociais) dando a conhecer as respostas sociais, no âmbito da ação social, tutelada pelo MSSS, a sua caracterização, localização territorial, equipamentos e entidades de suporte.

De acordo com Direção Geral da Segurança Social, numa análise efetuada em 2005 sobre pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal, a erradicação da pobreza e a luta contra a exclusão social tornaram-se ao longo do tempo um dos principais desafios do desenvolvimento e dos direitos humanos do século XXI, aumentando os estudos e os relatórios sobre o tema, permitindo aprofundar o conhecimento de situações de pobreza contribuindo para um maior rigor e fundamentação na formulação e discussão de conceitos, exigindo grelhas de observação e de análise e de estratégias de intervenção e políticas mais diversificadas. A nível nacional de acordo com a mesma análise, as

políticas ativas de inserção, de que se destaca o rendimento mínimo garantido – RMG, “constituem modalidades de intervenção mais avançadas ao combinarem a ajuda económica com a participação social. A obrigação positiva que implicam para os sujeitos da ação social – ou seja, o compromisso de se envolverem em atividades de inserção adequadas às suas necessidades – permite escapar ao ciclo vicioso da proteção e da dependência e alargar o campo das solidariedades no terreno da economia social” (id, p. 90). Também, a reforma da Segurança Social que se anunciou com a Lei 17/2000, (ao considerar que a Ação Social deve ser conjugada com outras políticas sociais públicas) perspetivou alterações no papel da Ação Social. Mas, com a Lei 32/2002, introduziu-se o plafonamento das prestações repondo-se o carácter subsidiário da Ação Social.

De acordo com o inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado pelo INE anualmente junto das famílias residentes em Portugal, indica que 19,5% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2013 mantendo-se o agravamento da taxa de intensidade da pobreza e uma forte desigualdade na distribuição dos rendimentos.

Segundo José Manuel da Silva, bastonário da ordem dos médicos em entrevista ao Jornal Correio da Manhã, na rubrica Sociedade de 5 de novembro de 2015, p. 17 a crise e as ações estratégicas do governo aumentaram as desigualdades sociais e o risco de pobreza nas crianças. A pobreza limita negativamente as crianças para toda a vida e reduz a sua chance de oportunidades afetando áreas críticas para a linguagem, funções executoras e memória e aumentado o risco de depressão e ansiedade. De acordo com o mesmo autor, as crianças devem ver reforçados os recursos e apoios para melhorar o seu ambiente de vida sob pena da sociedade falhar na promoção de um desenvolvimento saudável nos primeiros anos de vida. Wanda Engel (2012) reforça esta convicção referindo que, a solução para a saída da pobreza é a conjugação entre a educação e a assistência social. *Eu venho de uma família pobre. Meus pais só estudaram até a quarta série. Meu pai ficou tuberculoso-diabético e a família entrou num estado de pobreza absoluta. Foi a conjugação de educação e assistência social que me permitiu sair dessa realidade.*

## Capítulo IV - Políticas Sociais Públicas e Medidas de Inserção

*As políticas sociais têm vindo a caracterizar-se por uma relativa descontinuidade na sua implementação e por uma alteração na sua orientação. No domínio da Segurança Social têm sido, sobretudo, privilegiados os casos de forte necessidade, como sejam os diversos tipos de pensões e as prestações sociais que têm por função compensar situações de carência que afetam categorias socialmente vulneráveis como, crianças idosos deficientes e pobres, e, no domínio da Ação Social, as que visam melhorar as condições de integração social, criando equipamentos de apoio e apoiando programas de luta contra a pobreza.*

(Lourenço M, 2005:27)

### 1. A Medida do Rendimento Social de Inserção

De acordo com Malcolm Payne citado por (Carvalho et al., 2014), o serviço social é social, pelo que as ligações que marcam os laços das pessoas entre si são uma parte importante de cada intervenção. Tal como diz, Ferreira (2012) o serviço social, enquanto profissão é social por agir com problemas globais. O desemprego, a exclusão social, a pobreza são tudo questões globais uma vez que são transversais a todas as classes sociais ultrapassando todas as fronteiras. Sendo o rendimento social de inserção um mecanismo de apoio à pobreza, este tem como principal objetivo assegurar às famílias recursos que contribuam para as suas necessidades mínimas e paralelamente favorecer a progressiva inserção social, laboral e comunitária, com base numa relação de proximidade.

Em 2003 pela lei nº 13 de 21 de maio foi criado o rendimento social de inserção substituindo o rendimento mínimo garantido. O Rendimento Social de Inserção (R.S.I) é uma medida de Política Social que consiste numa prestação incluída no Subsistema de Solidariedade, no âmbito do Sistema de Proteção Social de Cidadania, e num Programa de Inserção, de modo a conferir aos beneficiários e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária. De acordo com o guia prático – rendimento social de inserção do ISS, p.4, é um apoio para os indivíduos e famílias mais pobres, constituído por: um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente; uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas. As pessoas, para receberem o Rendimento Social de

Inserção, celebram e assinam um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional.

O R.S.I destina-se a indivíduos e famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e que cumpram as condições de atribuição estabelecidas por lei, sendo esta uma medida de natureza pecuniária, com carácter temporário e com um montante variável, de acordo com a composição do agregado familiar.

O principal objetivo do protocolo de R.S.I é a progressiva inserção social, laboral e comunitária dos/as beneficiários/as, bem como a prestação dos apoios necessários a cada situação específica, de forma a contribuir para a satisfação das necessidades básicas dos/as mesmos/as. Para atingir este objetivo, a equipa desenvolve ações de acompanhamento que se traduzem em atendimentos, acompanhamento social e visitas domiciliárias aos agregados.

O Plano de Ação dos Protocolos de R.S.I, visa planear a intervenção anual que a equipa do Protocolo se propõe a desenvolver, mediante a aprovação do Núcleo Local de Inserção da respetiva área territorial de atuação. A intervenção a acionar deverá assentar em dinâmicas concertadas que fomentem oportunidades de inserção adequadas às necessidades sociais diagnosticadas no âmbito da negociação dos programas de inserção dos beneficiários de R.S.I em acompanhamento social pela equipa do Protocolo de R.S.I.

A satisfação das necessidades básicas, o cumprimento dos deveres e o aumento das competências pessoais e sociais parece ser uma das prioridades da intervenção do assistente social, de forma, a reunir as condições para a autonomização das famílias da medida de Rendimento Social de inserção (...) primeiro *tentar perceber o que a família considera ser o problema e depois procurar trabalhar com as capacidades das famílias. Começo por caraterizar a família, ver as suas despesas, as suas dívidas, condições de saúde, habitação e alimentação. Tentar perceber, as suas expetativas e a partir daqui elaborar o contrato nas diversas áreas (...) cidadania, emprego, formação profissional, educação, saúde, Habitação.* (Apêndice IX- Entrevista a Interventor Social A)

## **2. Dados sobre as Famílias Beneficiárias de R.S.I em Portugal**

Os beneficiários, para receberem o Rendimento Social de Inserção, celebram e assinam um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional. Segundo o diagnóstico social da rede social de Setúbal, de março de 2013, A nível Nacional no final do 1º semestre estavam a receber R.S.I 139 413 agregados familiares, verificando-se os distritos do Porto (33%), Lisboa (19%) e Setúbal (7%) com o maior número de Beneficiários abrangidos.

O mesmo relatório constata que os Beneficiários de R.S.I representam 3,6% da população., destacando-se a Região Autónoma dos Açores (7,7%), Porto (6,8%), Beja (4,4%) e Portalegre (4,2%). O valor médio da prestação R.S.I pago por agregado familiar, foi no período em análise de 243 € menos, 5 € do que em junho de 2010. A análise a nível distrital e das Regiões Autónomas permite observar que os distritos de Beja (295), Portalegre (289 €) e Setúbal (261 €),apresentam os três montantes médios por agregado mais elevado. O valor médio mais baixo registou-se no distrito de Viana do Castelo (210 €), Este sistema de proteção de acordo com a Pordata a 26 de junho de 2015, abrangia 84.307 beneficiários. 39.145 utentes do sexo feminino e 45.162 do sexo masculino.

### **2.1 Dados do R.S.I em Setúbal**

Segundo o diagnóstico social da rede social de Setúbal, de março de 2013 relativamente à atribuição da prestação de R.S.I no Concelho de Setúbal, em 2005 abrange 927 agregados, o que corresponde a cerca de 2,2% das famílias. No ano de 2011, o Concelho de Setúbal conta com 1253 agregados beneficiários de R.S.I, o que corresponde a cerca de 3% da população residente.

A freguesia com maior nº de beneficiários é a freguesia de S. Sebastião devido à sua densidade populacional e característica dos residentes.

De acordo com o relatório de execução mensal o NII de Setúbal tinha até novembro de 2015, 2109 beneficiários abrangidos nos acordos de Inserção. Na área da ação social, os recursos de inserção no que diz respeito a acolhimento institucional ou

familiar de crianças e jovens, especificamente Creche familiar e creche foram realizadas 68 ações de inserção.

De acordo com a comissão nacional do R.S.I, relatório 1º semestre de 2011, a tipologia dominante de agregados familiares no Distrito de Setúbal corresponde a famílias monoparentais, o que segundo o mesmo relatório contraria a tendência a nível nacional onde predominam as famílias nucleares com filhos, cerca de 27% do total dos titulares. Em Setúbal, o acompanhamento é efetuado por técnicos de várias entidades entre as quais a instituição O SONHO, campo empírico de observação desta dissertação. Segundo, os dados obtidos em pesquisa exploratória à instituição O SONHO, na freguesia de S. Sebastião a insuficiente oferta de medidas Contrato Emprego - Inserção +, o elevado índice de desemprego, o elevado grau de iliteracia, as reduzidas competências profissionais, pessoais e sociais, a insuficiente oferta de trabalho adequada à experiência profissional dos beneficiários (como o exemplo da área da Construção Civil), e o fato do elevado tempo de espera por uma oferta de emprego, gera desmotivação face PAE (procura ativa de emprego) por parte de alguns beneficiários.

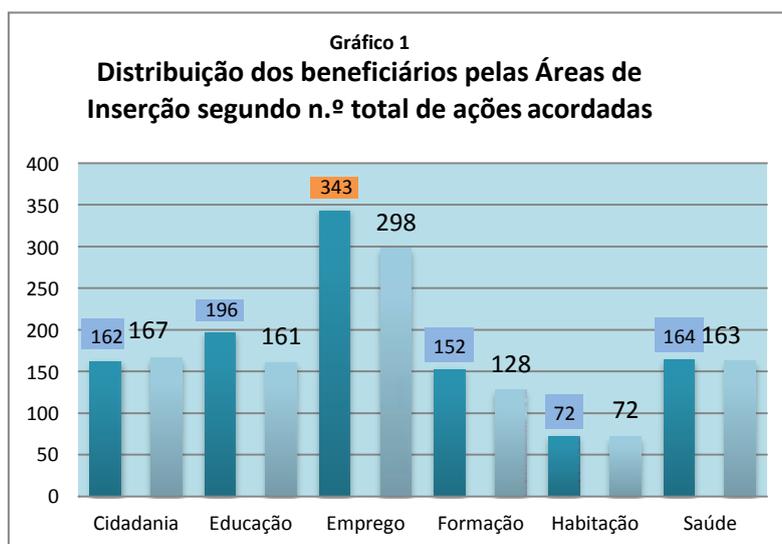


Gráfico 1- Fonte: Relatório Semestral NLI Setúbal

No que concerne à análise do gráfico 1, verificou-se um aumento do número de ações contratualizadas por área da inserção, com destaque na área do emprego e da educação, à exceção da cidadania.

A área de inserção com maior incidência de contratualização continua a ser o Emprego (343 ações), uma vez que, a medida visa a própria inserção profissional, sendo condição de acesso: a total disponibilidade para o trabalho, formação profissional ou outras formas de inserção que se revelem adequadas, prevendo-se que seja uma medida temporária com vista à autonomização dos beneficiários e seus agregados familiares, através da empregabilidade. Em seguida, surgem as ações na área da educação (196 ações), que continua a ser uma das áreas prioritárias de intervenção da Equipa técnica, trabalhando mais uma vez, o combate aos problemas escolares, tais como: abandono, absentismo, insucesso e indisciplina, bem como, a promoção de uma maior responsabilização dos pais pelo percurso escolar dos menores.

### **3. O Papel do Assistente Social no acompanhamento de famílias de R.S.I**

«O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social». (Federação Internacional Dos Assistentes Sociais, 2014, Melbourne)

Em Portugal, os primeiros esforços para a criação de Escolas de Serviço Social, segundo Martins (1999: 207-230) citada por Branco (2009:61), são ensaiadas em 1928 no Instituto de Orientação Profissional, com o propósito de formação do pessoal vinculado aos serviços de justiça de menores. Em 1934, surge, no mesmo Instituto, a formação de observadores de psicologia juvenil e de observadores sociais. Só no I Congresso da União Nacional (partido único), em 1934, é que são apresentadas, pela Condessa de Rilvas e por Bissaya Barreto, propostas para a criação do Instituto de Serviço Social de Lisboa, em 1935 e da Escola Normal Social de Coimbra, em 1937. Mais tarde, em 1956, seria criado, pela Associação de Cultura e Serviço Social, o Instituto de Serviço Social do Porto.

Em 1978, a 16 de janeiro, nos termos do decreto-lei 594/74 de 7 de novembro, alterado pelo decreto-lei 71/77 de 25 de fevereiro, constituiu-se a associação dos Profissionais do Serviço Social, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, de âmbito nacional e dotada de personalidade jurídica. Esta associação pretende (artigo 3º) dinamizar a cooperação nacional e internacional com os seus congéneres ou entidades e contribuir para o desenvolvimento das políticas que visem o bem-estar e a qualidade de vida e a efetivação dos direitos sociais e humanos.

De acordo com Garcia e Romero (2005), existem 6 valores e princípios fundamentais à prática do assistente social:

- 1- *Serviço*, cujo princípio tem como base apoiar as pessoas que estão em situação de necessidade e resolver problemas sociais;
- 2- *Justiça Social*, Salvar a pessoa de injustiças sociais,
- 3- *Dignidade e valor da pessoa*, Respeitar a dignidade e o valor intrínseco da pessoa
- 4- *Primado das relações humanas*, Ter como essencial a qualidade da relação estabelecida
- 5- *Integridade*, Ser merecedor de confiança absoluta
- 6- *Competência*, Distinguir-se pela sua excelência profissional

Segundo Amaro (2015) o Assistente Social é um profissional com capacidade de se relacionar, investigar, agir e gerir, que tem como função ajudar indivíduos e famílias com problemas, para os informar sobre o acesso a direitos e a recursos, de modo a responder às suas necessidades e a encontrar soluções alternativas para a sua situação.

Como se expôs anteriormente, a equipa de Rendimento Social de Inserção do SONHO surgiu no seguimento de um protocolo celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, em 2007 e é composta por 4 técnicos superiores e 6 ajudantes de ação direta.

Na instituição O SONHO, os técnicos planificam e os ajudantes executam, segundo a entrevista da assistente social A. No primeiro contato com a família, diagnosticam-se as situações de maior carência, quer seja a nível de habitação, alimentação, vestuário, de higiene, ou saúde. Tenta-se perceber o que a família considera ser o problema, as suas

dúvidas, expetativas, desejos e a partir daí elabora-se o contrato nas diversas áreas de intervenção.

*Todos os registos sobre o agregado familiar são efetuados na plataforma asip, onde constam formulários para a caracterização individual de cada elemento do agregado familiar e a caracterização familiar. Existe também um item onde se efetua o diagnóstico da situação, onde consta o percurso de vida, os níveis de inclusão ou exclusão, as aspirações e expetativas, as potencialidades e as vulnerabilidades da família (...)* (Apêndice X- Entrevista a Interventor Social B)

Na prática profissional do assistente social deve haver um equilíbrio entre o que está legislado, a justiça, e o que é correto e justo, face à situação da pessoa que é ajudada. É uma balança que tem de estar muito bem calibrada. E o “melhor” da intervenção social é *Quando se estabelece uma relação de empatia e confiança entre as partes. Quando a intervenção tem frutos. Quando se vê o sorriso das crianças.* (Apêndice IX - Entrevista a Interventor Social A)

Para os profissionais da ação social, a relação deverá ser sempre mais do que um recurso técnico ao serviço de uma qualquer estratégia de intervenção. Por outro lado, para ser eficaz, para tornar-se efetiva, a intervenção social não pode ficar circunscrita apenas a uma dinâmica interpessoal. (Carvalho et al., 2014: 31)

De acordo com Branco (2009:79-81), na área da Segurança Social, os Assistentes Sociais exercem funções no âmbito de diferentes programas de assistência social, que visam garantir a ajuda social em situações de precariedade económica e social e de marginalização e exclusão social, e na administração de programas de mínimos sociais, como o rendimento social de inserção. ...encarregam-se também..., de *missões de desenvolvimento*, no âmbito de programas de luta contra a pobreza e exclusão social e em projetos de desenvolvimento social local...as funções predominantes situam-se, de fato, na esfera da intervenção direta de carácter psicossocial. No âmbito dos serviços de Reinserção Social (IRS) aos Assistentes Sociais, está ainda cometida a função de participação em projetos de reinserção ...em parceria com serviços locais do Estado e a rede de agentes sociais locais, como a IPSS O SONHO.

Nos programas de R.S.I, o interventor social assume o papel de mediador junto das famílias que beneficiam da (...) *orientação e acompanhamento dos técnicos e ajudantes em visitas, atendimentos e iniciativas de ações de inserção. (...) apoio na melhoria das condições habitacionais, apoio na elaboração de C.V, apoio na gestão orçamental doméstica, apoio na inscrição em equipamentos de infância, na procura de emprego, no acompanhamento escolar das crianças, no preenchimento de documentos, entre outros.* (Apêndice IX- Entrevista a Interventor Social A)

Para além deste trabalho também existem projetos que visam criar momentos de partilhar e estreitamento da relação entre técnicos e utentes. No NLI de Setúbal criam-se (...) *espaços e momentos de partilha como a Dança cigana e o Yoga para crianças, com o objetivo de combater a exclusão social.* (Apêndice IX- Entrevista a Interventor Social A)

“A sua proximidade com as pessoas excluídas e o conhecimento das suas necessidades, conjugados com uma versatilidade organizativa e flexibilidade institucional são fatores que se podem aliar de forma decisiva na implementação e experimentação de formas inovadoras de combate às “exclusões sociais” - Inovação

/participação. (Reis, 2010)

*Existem cada vez mais situações de nova pobreza e as pessoas recebem cada vez menos. As medidas não são adequadas a todos os beneficiários. São, hum ... muito abrangentes e não adequadas às necessidades. As políticas e medidas são burocráticas e infelizmente, por vezes não há tempo para intervir de forma mais adequada. O R.S.I não tem fundos, e a maioria dos projetos e iniciativas contam com a boa vontade, dos técnicos, ajudantes, direção da instituição e outros parceiros (...) Banco Alimentar, SIC Esperança que permitiu que algumas crianças, em situação de carência económica, tivessem acesso a material escolar, algumas farmácias, e até colaboradores de outras valências da IPSS, (...) o professor de ginástica (...).* (Apêndice IX- Entrevista a Interventor Social A)

Entendendo a política (policy) como todos os processos de ação (ou de inação) referentes à seleção de objetivos, à definição de valores ou à alocação de recursos (Codd, 1988: 235, in Stoer e Magalhães,2005). Poderá dizer-se que neste caso é de um subtil inação devido à falta da garantia de recursos, o que de acordo com a assistente social a faz debater-se com questões de ordem ética e profissional e de existir um fosso entre a teoria e a prática quotidiana, realçando contudo o contributo das orientações teóricas na interpretação e na ação sobre a realidade, fornecendo conhecimentos e orientando a prática (Viscarret, 2007).

Semestralmente a equipa faz uma avaliação que lhes permite tomar consciência do trabalho realizado, dos sucessos, dos “fracassos”, das metas alcançadas e por alcançar, de forma a reorientar a intervenção.

*(...) semestralmente fazemos uma avaliação das nossas ações, que enviamos à segurança social, chama-se relatório de progresso e nas nossas reuniões diárias também avaliamos e refletimos sobre o que correu bem e menos bem. (Apêndice IX- Entrevista a Interventor Social A)*

A avaliação permite (...) *perceber o grau de execução das ações e se estas tiveram o efeito pretendido, ou seja a autonomização da medida. (Apêndice X- Entrevista a Interventor Social B)*

A avaliação de desempenho organizacional é considerada uma boa prática profissional, pois possibilita que os profissionais reflitam sobre o processo de intervenção e os resultados alcançados, aprendam com a experiência e melhorem a qualidade dos serviços prestados. (RIS, 2012:16)

O papel do assistente social em creche é um trabalho de parceria e continuidade educativa e pedagógica numa trilogia criança/família/comunidade. A relação entre agentes educativos e sociais, no desenvolvimento das competências individuais da criança e no reforço das competências parentais, visa a plena integração da criança na sua família e na comunidade a que pertence. No trabalho colaborativo realizado pela educadora e pela assistente social, o encaminhamento da criança e da família não pode ser um mero descarte de responsabilidades, de resolução de problemas, mas deve realizar-se como uma verdadeira estratégia concertada para a plena inserção da criança. Sarmiento (2000:104), citado por Jesus, C. et al. (2004:64), por vezes, os profissionais confundem o encaminhamento com a transferência de responsabilidades para outros serviços ou organizações. O encaminhamento ainda não é compreendido como a busca de uma solução conjunta para os problemas e situações vivenciadas pelas famílias, ou seja, como garantia da plena defesa dos seus interesses e dos seus direitos.

## **Parte III – Percurso de Investigação**

### **Capítulo V. Metodologia de Investigação**

Este capítulo reúne todo o trajeto que delineamos durante o processo de construção desta investigação, nomeadamente as opções em termos de metodologias, paradigma e técnicas, desenhando assim todos os passos dados.

Tal como expressámos no início, a escolha do território de Setúbal e da IPSS O Sonho deve-se à proximidade com o território de práticas e com a facilidade de acesso ao campo. A nossa motivação prende-se com a vontade de querer conhecer os significados que cada um dos profissionais de educação e de intervenção social atribui no que diz respeito à inserção de crianças em idade de creche e no acompanhamento das famílias beneficiárias de R.S.I. Era importante identificar os significados atribuídos às suas práticas integrados nos contextos onde desenvolvem a sua ação e dar-lhes sentido ao explicitá-los e interpretá-los face ao benefício da criança e da família.

Estas questões, remetem-nos para uma investigação de natureza qualitativa, sob um paradigma interpretativo, uma vez que se trata de pessoas e profissionais, famílias e crianças em relação. Como objetivo deste estudo pretende-se conhecer as representações das educadoras e das assistentes sociais sobre a inserção social da Criança. Gostariamos de contribuir para uma melhoria do serviço prestado às crianças e às famílias e ao mesmo tempo suscitar um reforço na partilha de informação e conjugação de esforços entre os profissionais da mesma instituição. Percebemos que as práticas colaborativas apenas configuram a mera troca de informação entre a educadora de infância e a assistente social. De certa forma a nossa intenção seria consciencializar os profissionais da importância de todas as suas ações de intervenção, mostrando que estas poderão ter repercussões bastante significativas na vida de cada uma das crianças e das famílias com que trabalham.

A investigação nas ciências sociais ajuda a compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a refletir

acertadamente sobre as implicações de uma decisão pública, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis a alguns dos fundamentos das suas representações. (QUIVY 1998: 19)

### **1. A Metodologia Qualitativa**

Os estudos qualitativos caracterizam-se como aqueles que buscam compreender um fenómeno no seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte.

Kripka et al. (2015:243)

A metodologia é, uma disciplina instrumental ao serviço da pesquisa; nela, toda a questão técnica implica uma discussão teórica. (Martins, 2004: 291) Implica um olhar reflexivo e crítico, interpretativo e de análise. As metodologias qualitativas, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), surgiram no final do século XIX e princípio do século XX. Historiadores da investigação educacional tradicional citam o ano de 1954 um ano de viragem (Travers 1978, Tyler 1976) (Idem, 19), sendo que o seu desenvolvimento só se veio a observar no final dos anos 1960.

A ciência social será sempre uma ciência subjetiva (...); tem de compreender os fenómenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação (...) qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, (...). (Santos, 1995: 22) Esta dissertação uma vez que pretende responder a questões que implicam interpretar os significados que os profissionais atribuem às mesmas, é de natureza claramente qualitativa.

As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural.” (Bogdan e Biklen, 1994, p.16). Os mesmos autores, citados por (Tuckman, 2005: 507), apresentam-nos as cinco principais características da investigação qualitativa: 1. A situação natural constitui a fonte dos dados, sendo o investigador o instrumento-chave da recolha de dados; 2. A sua primeira preocupação é descrever e só secundariamente analisar os dados; 3. A questão

fundamental é todo o processo, ou seja, o que aconteceu, bem como o produto e o resultado final; 4. Os dados são analisados intuitivamente, como se se reunissem, em conjunto, todas as partes de um puzzle; 5. Diz respeito essencialmente ao significado das coisas, ou seja, ao “porquê” e ao “o quê”.

Reforçamos que as metodologias qualitativas são as que melhor servem a este estudo uma vez que, o método qualitativo (Fortin, 1999:23) leva o investigador a “mergulhar no terreno” e preocupar-se com a compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. Ele observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno, tal como se apresenta, sem procurar controlá-los. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva. (Martins, 2004: 292)

A pesquisa decorreu na Creche O SONHO, de 9 de abril de 2015 a 04 de julho de 2016. A objetividade foi procurada através dos registos sistemáticos, com o apoio de um quadro teórico aberto aos novos dados recolhidos e a sua respetiva concetualização, mantendo o afastamento necessário para contrariar a proximidade da investigadora com o campo de observação, tanto quanto possível.

## **2. A Abordagem Etnográfica**

A abordagem etnográfica é um método de olhar de muito perto, que se baseia em experiência pessoal e em participação, que envolve três formas de recolher dados: entrevistas, observação e documentos, os quais, por sua vez, produzem três tipos de dados: citações, descrições e excertos de documentos, que resultam num único produto: a descrição narrativa. Esta inclui gráficos, diagramas e artefatos, que ajudam a contar “a história.

(Genzuk, 1993)

A abordagem etnográfica enquanto metodologia propõe-se descrever e analisar as práticas e as crenças de uma cultura ou comunidade para as interpretar e compreender. (Wolcott, 1993:128 citado por Amado 2014:145). Mergulhar no campo de investigação possibilita ao investigador familiarizar-se com as práticas dos sujeitos

observados e tornar-se também ele um elemento do campo, enquanto os sujeitos-objeto de estudo se transformam em sujeitos de ação.

Segundo Amado (2014:146), a abordagem etnográfica realiza a descrição e interpretação de uma cultura, podendo afirmar que o que acontece nos espaços de educação formal e informal pode ser objeto de pesquisas desse caráter, na medida em que as relações sociais que aí se geram estão reguladas pelos costumes e padrões culturais. (idem: 147)

A abordagem etnográfica, na perspetiva de Amado (2014: 150) implica uma longa relação e uma imersão pessoal e direta na atividade social de alguém ou de um grupo que se quer investigar, até se atingir um determinado nível de compreensão. O mesmo se aplica aos profissionais, quer educadores de infância, quer aos interventores sociais no que diz respeito à inserção da criança em creche.

A creche O SONHO, campo empírico de observação desta investigação, é uma resposta social educativa, estando assim, adequada a abordagem etnográfica. Tal como diz Wilcox (1993:96) citado por Amado (2014:148, as aulas e os colégios adaptam-se bem à investigação etnográfica no sentido de captar bem a sua cultura, entendendo a cultura como todo um conjunto de crenças e visões do mundo,..., valores, normas, rituais, tecnologias, linguagens, símbolos e artefatos, com que se faz a vida da escola, se organizam interações, se concebe o tempo e o espaço e se procura alcançar os seus objetivos. Foster (1986) citado por Amado (2014:148)

Nesta perspetiva a nossa participação como elemento integrado na Creche deixou de ser “uma desvantagem” para se tornar numa “vantagem”. Deste modo, enquanto elemento diretamente integrado na instituição, e ligado às relações e interações da creche com os profissionais, crianças e famílias, o nosso lugar permitiu-nos, realizar uma observação participante, colaborando com as atividades que decorriam nas salas durante a nossa observação; o investigador e observador situa-se num patamar mais profundo de implicação e por sua vez de compreensão da realidade não só observada, como vivenciada. Foram salvaguardadas as questões éticas de investigação, sendo todos os participantes sido informados sobre os objetivos deste estudo e confirmados a confidencialidade e o sigilo.

Identificaram-se 6 crianças dos 12 aos 24 meses de idade integradas em equipamento de Creche incluídas em 4 famílias beneficiárias de R.S.I. Realizou-se a caracterização destas crianças e destas famílias, percebendo que estas têm uma história e uma cultura muito própria que deve ser escutada, para ser compreendida e interpretada o que vai de encontro ao objeto deste estudo, conforme exposto na primeira parte deste trabalho, reconhecer o papel das educadoras de infância e dos interventores sociais na inserção social das crianças de famílias beneficiárias de R.S.I em Creche.

### **3. Métodos e Técnicas de Recolha e Análise**

“Investigar (...) pressupõe algo que é investigado, uma intencionalidade de quem investiga e um conjunto de metodologias, métodos e técnicas para que a investigação seja levada a cabo numa continuidade que se inicia com uma interrogação e termina com a apresentação pública dos resultados da investigação”.  
(Coutinho,2013:6)

Durante a fase de pesquisa, procura e descoberta, assumimos a função de investigadores ao querer conhecer, ao querer compreender, ao querer saber mais, sobre a realidade a investigar conduziu-nos num primeiro momento à pesquisa em livros, revistas científicas, resumos, atas de congressos, teses, dissertações, comunicações. Através da pesquisa bibliográfica, o investigador, segundo Fortin (1999), compreenderá os textos existentes, situando através dela o seu domínio de investigação no contexto dos seus conhecimento atuais. Esta pesquisa inicial foi de carácter exploratório, ou seja abrangente, de sondagem de procura dos aspetos mais importantes, ideias, autores, secções a ler em mais profundidade.(Cardoso et al. 2010:35)

Tal como refere Fortin (1999), antes de elaborar um projeto é necessário estar convencido da sua importância (...) a partir daí parte-se para a investigação científica porque de todos os métodos o mesmo autor defende que a investigação científica é o mais rigoroso e o mais aceitável, uma vez que assenta num processo racional (...) e que pode ser corrigido conforme a sua progressão e recolocar em questão tudo o que ele propõe. (...) é dotado de um poder descritivo e explicativo dos fatos, dos acontecimentos e dos fenómenos.

Na fase metodológica foram delineados o método ou métodos, metodologias, a população-alvo a estudar, universo e instrumentos a utilizar. Esta fase permitiu-nos, de acordo com (Fortin, 1999), determinar os métodos a utilizar para obter respostas às questões de investigação colocadas (...). Numa última fase, após recolha dos dados, analisaram-se os dados colhidos durante as fases anteriores, e procedemos à sua interpretação. Esta fase denominada fase empírica, foi onde executamos o plano de investigação definido na fase anterior.

O método orienta a ação e as estratégias permitem a concretização, ou seja ajudam-nos a responder às questões iniciais, (...) trabalha com *valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões* (Minayo & Sanches, 1993). Um dos métodos a que recorremos durante a investigação foi a de observação participante, já que *é* o próprio investigador o instrumento principal de observação. Ele integra o meio a investigar, “*veste*” o papel de ator social podendo assim ter acesso às perspetivas de outros seres humanos ao viver os mesmos problemas e as mesmas situações que eles. A observação participante é uma técnica de investigação qualitativa adequada ao investigador que pretende compreender, num meio social, um fenómeno que lhe é exterior e que lhe vai permitir integrar-se nas atividades/vivências das pessoas. (Leitão, 2008)

Sobre esta questão ( Bogdan & Biklen, 1994, p. 68) citados pela mesma autora referem que os investigadores qualitativos tentam interagir com os seus sujeitos de forma natural, não intrusiva e não ameaçadora. (...) Como os investigadores qualitativos estão interessados no modo como as pessoas normalmente se comportam e pensam nos seus ambientes naturais, tentam agir de modo a que as atividades que ocorrem na sua presença não difiram significativamente daquilo que se passa na sua ausência. Estarmos inseridos na realidade a investigar possibilita adotar a postura de observador participante, onde o contato e a interação com o universo da análise é constante e diário. Schwartz e Schwartz citados por Haguette (1992: 69), concebem o método ou técnica da observação participante não só como um instrumento de captação de dados mas, também, como instrumento de modificação do meio pesquisado, ou seja, de mudança social. A observação direta natural acontece quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga. (Gil:1989:108) Segundo Kluckhohn (1946: 103-18) citado pelo mesmo autor, a observação participante apresenta como principais vantagens o rápido acesso a dados habituais a que os membros da comunidade se

encontram envolvidos; o acesso a dados que a comunidade considera privados; e a captação de palavras de esclarecimento por parte dos observados.

De forma a conhecer em profundidade a problemática procedemos a entrevistas semiestruturadas, realizadas a duas Educadoras de Infância (Apêndice I, Apêndice III e Apêndice IV) e a duas Assistentes Sociais (Apêndice II, Apêndice V e Apêndice VI). A entrevista é uma forma de comunicação verbal que permite recolher dados sobre a realidade a observar. Bogdan e Biklen (1994) afirmam que as entrevistas são utilizadas para que, através da voz do próprio sujeito, possam ser recolhidos dados descritivos que irão permitir ao investigador inferir uma noção sobre a forma como esse mesmo sujeito interpreta o mundo. A entrevista semi estruturada, de acordo com Gauthier (2003), torna explícito o universo de outro, compreende o mundo do outro, apreende, não somente acerca do mundo do outro, mas para os interlocutores, organiza e estrutura o seu pensamento, e apresenta uma função emancipatória uma vez que, as questões abordadas com o entrevistado permitem uma exploração aprofundada de certos temas ( Kvale, 1996). A análise documental dos documentos e impressos facultados pela instituição, e a observação direta efetuada, no período de quer na resposta social de Creche, quer na resposta de R.S.I permitiu-nos, para além de um conhecimento mais profundo dos processos e procedimentos, refletir criticamente e compreender *o modus operandi* da organização. Para, Kripka et al. (2015:243) o desafio desta técnica de pesquisa é a capacidade que o investigador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com a sua fonte. Nos trabalhos de Ludke e André (1986) e Oliveira (2007) citados por Kripka et al. (2015:244) são considerados documentos materiais escritos que possam ser utilizados como fonte de informação, como leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares. A análise qualitativa ou quantitativa, favorece a observação do processo de maturação ou de evolução dos indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (Cellard, 2008) citado por Kripka et al. (2015: 245)

<b>Etapas de Investigação</b>	<b>Calendário</b>			
Revisão da Literatura	dezembro 2015 a dezembro de 2016			
Entrevistas Semi estruturadas	Ed. A	Ed. B	AS. A	AS. B
	16/12/2015	21/12/2015	09/04/2016	21/04/2016
Observação Direta	29/03/2016	21/03/2016	22/04/2016	30/06/2016
Recolha Documental e Processual	31/03/2016	28/03/2016	30/04/2016	04/07/2016
	04/04/2016	02/04/2016	02/05/2016	06/07/2016
		06/04/2016		
Análise das Entrevistas	maio a agosto de 2016			
Grelha de Observação Direta e Recolha	setembro a dezembro de 2016			
Recolha Documental e análise Processual	janeiro a dezembro 2016			
Conclusões e Recomendações	janeiro a março de 2017			
Relatório Final	março e abril de 2017			

Quadro VI – Cronograma do Percorso de Investigação

Como dissemos, anteriormente, esta dissertação situa-se no paradigma interpretativo segundo a teoria construtivista. O construtivismo, desafia a realidade objetiva e defende que o conhecimento da condição humana é um conjunto de construções e entendimentos partilhados, que propõe o melhor caminho para realizar a pesquisa e esta deve partir da subjetividade. (Morris, 2006:18) O paradigma interpretativo deve corresponder a três atributos: a investigação é desenvolvida em “cenário natural”, deverá estar em destaque a compreensão pelas perspetivas dos participantes e a forma como o trabalho progride deve ser influenciada pelo trabalho de campo (Jacob citado por Walsh, Tobin e Graue in Spodek, 2002). Segundo (Quintas, 2011) o paradigma interpretativo ou compreensivo, também designado de qualitativo, é adequado para ser aplicado em contextos educativos porque não procura explicar as ações, mas sim compreendê-las. À medida que fomos efetuando a recolha, fomos construindo uma teia de saberes com recurso a diversas técnicas adequando os instrumentos às situações observadas, conforme descrito no quadro anterior.

#### **4. Definição do Universo de Análise – As Crianças, os Profissionais e os Programas de Inserção**

O universo de análise, de acordo com Gil (1989: 91) é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Definimos como objeto de estudo, a inserção social das crianças de famílias beneficiárias de R.S.I, o papel das educadoras de infância e dos interventores sociais, em Creche. Consideramos neste caso os profissionais, quer da resposta social de Creche quer da Resposta de R.S.I, como principais responsáveis pelo acompanhamento das crianças filhos de famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inserção.

Aliar o conhecimento que se constrói em cada uma das duas áreas de intervenção (educativa e social), com uma abordagem etnográfica, significa olhar para a criança e a família numa perspetiva mais profunda, uma vez que a etnografia se interessa pelo que fazem as pessoas, como se comportam, como interatuam, como se situam e se reveem na comunidade. Coloca-se o desafio de descobrir as suas crenças, valores, perspetivas,

motivações, e o modo como isso muda com o tempo ou de uma situação para a outra. De igual modo interessa conhecer os profissionais e a forma como estes se relacionam com estas famílias e estas crianças. O conhecimento etnográfico procura fazer tudo isso dentro do grupo e a partir das perspetivas dos membros do grupo. O que conta são os seus significados e as interpretações dos participantes observados no estudo. (Woods, 1989:18) citado por Amado 2014.

O universo de análise compreende as educadoras de infância e as interventoras sociais que acompanham 6 crianças de 4 famílias beneficiárias de R.S.I.

## **Parte IV- Resultados da Investigação**

### **Capítulo VI. A Inserção Social de Crianças em Creche**

#### **1. O Programa Pedagógico da Creche**

“ Um modelo curricular é uma representação ideal de premissas teóricas, políticas, administrativas e componentes pedagógicas de um programa destinado a obter um determinado resultado educativo”

(Formosinho et al., 1998:15)

O currículo de creche é tudo o que acontece quotidianamente e que é organizado, planificado em satisfação das necessidades das crianças, necessidades básicas mas também necessidades de aprendizagem, tanto pessoais como sociais. (Marchão, 1998:11) Assim, o currículo é flexível e individualizado incutindo na criança o sentimento de confiança em si próprio e nos outros, tendo em conta a importância dos tempos dos cuidados, como momentos únicos de relação e afeto, relativizando a importância das atividades, constituindo-se “as rotinas alimentares, sono, higiene e jogo”... “Como eixos globalizadores em torno dos quais se deve articular a ação educativa da creche”. (idem)

Na fase de acolhimento/inserção (análise documental no dia 02 de abril de 2016, sala da Educadora B) privilegiam-se as relações de afeto e de proximidade entre crianças e adultos. Contudo, a planificação de atividades também estão previstas, uma vez que algumas ajudam no processo. No plano de atividades sociopedagógicas estão definidas atividades de desenvolvimento motor, cognitivo, pessoal, emocional e social. Segundo a educadora A, há que haver um equilíbrio entre os cuidados e as atividades, não se privilegiando umas em detrimento de outras (De acordo com os documentos analisados na sala da Educadora A, no dia 31 de março de 2016).

Partindo do princípio de que a criança tem direito a uma educação de qualidade ao brincar, ao interagir, ao comunicar, o currículo na creche é uma resposta de atendimento

da primeira infância e é tudo o que acontece na creche e com intencionalidade educativa. Implica sobretudo, que o educador conheça as etapas de desenvolvimento das crianças a quem se destina, interesses e necessidades das crianças, contextos onde as crianças estão inseridas. É fundamental que os programas pedagógicos de Creche incluam, segundo Portugal (2012:7-8):

- Grupos pequenos de crianças e um ratio criança-adulto baixo, associados a baixa rotatividade e mobilidade de técnicos assegurando-se continuidade nos cuidados à criança;
- Educadores sensíveis e calorosos, estimulantes e promotores de autonomia, que compreendam a importância das relações precoces e estabeleçam verdadeiras parcerias com as famílias;
- O brincar, a atenção à experiência ou vivido da criança e a focalização na qualidade das relações, fundamento de todos os programas educativos de qualidade;
- Interações positivas, cuidados de rotina, atividades livres, disponibilidade do adulto;

Na creche o Sonho, durante o período de observação direta, na sala da Educadora A verificámos a existência de 1 educadora e 1 ajudante de ação educativa para 11 crianças e 1 Auxiliar Polivalente que dá apoio à sala de 1 ano e à sala de 2 anos. Na sala da Educadora B existe uma Educadora de Infância e 1 Ajudante de Ação Educativa para um grupo de 12 crianças. Não existindo Auxiliar polivalente. Qualquer umas das situações cumpre o disposto na Portaria n.º 262/2011 de 31 de agosto, alínea b). O mesmo acontece em relação ao número de crianças por sala, considerando estar adequado porque também cumpre o previsto na mesma portaria Artigo 7.º Capacidade e organização.

O currículo tem como princípios orientadores a promoção de atividades de sucesso para todas as crianças, promovendo um conjunto de experiências abrangentes e diversificadas, perante oportunidades individuais, em pequeno e em grande grupo, potenciando o desenvolvimento integral e harmonioso de todas as potencialidades e competências da criança.

Para o cumprimento destes objetivos é necessário que o espaço interior exterior e que os materiais e equipamentos sejam facilitadores das múltiplas interações e

aprendizagens de cada criança e do grupo. No dia 14 de abril de 2016 observámos a sala da educadora A e constatámos que tem espaços com equipamento e mobiliário (2 mesas e 12 cadeiras, um armário fechado e um armário com gavetas para brinquedos. Existe uma casa de banho partilhada pelas salas de 1 ano e de 2 anos. Iluminação natural e iluminação artificial. Ligação com o espaço exterior e janelas com sistema de obscurecimento e aquecimento. Tem 1 televisão com dvd e 1 rádio em sala. Para a atividade, realizada neste dia era necessário um pedaço de cartolina 20cm, por 20cm de cores azul, vermelho, amarelo e verde por criança, 4 giz branco e 20ml de leite e a educadora tinha disponível todo o material necessário à realização da atividade. No exterior existe uma zona coberta e uma zona descoberta, ponto de água e iluminação, 1 escorrega grande, e dois brinquedos de mola fixos, 8 triciclos sem pedais e 4 triciclos com pedais, 3 baloiços, bolas grandes e pequenas.

Na sala da Educadora B, observação realizada no dia 21 de março de 2016 identificámos um espaço com áreas identificadas de brincadeira, de alimentação e áreas de exploração livre e acesso ao exterior. Segundo, a educadora B é um espaço adequado, existindo zonas de brincadeira, alimentação e áreas livres para o movimento, aquecimento e obscurecimento. A instituição, de acordo com a mesma disponibiliza impressora, computador, rádio que o educador utiliza para a realização das atividades pedagógicas. A pedido da Educadora e segundo a mesma, é disponibilizado material de desgaste necessário à concretização do plano de sala.

De acordo com a educadora B o espaço exterior é muito adequado. O espaço é amplo com quinta e horta pedagógica e zonas verdes com relva, árvores e espaços de lazer com mesas de piquenique. Três áreas diferentes com equipamentos de jogo e diversão (escorregas, brinquedos de mola, baloiços, casas de madeira. Ambas as salas cumprem a portaria n.º 262/2011 de 31 de agosto, artigo 20º. Em relação às salas de atividades estas também cumprem o disposto no nº4 da mesma portaria alínea a) . O mesmo acontece com o espaço exterior no artigo 18º, onde está previsto que em edifícios de raiz deve ser considerada uma área envolvente de espaços verdes para possibilitar o resguardo do edifício em relação à via pública e constituir um espaço exterior de uso comum para os utilizadores e colaboradores.

O curriculum da creche é tudo o que acontece quotidianamente e que é organizado, planificado em satisfação das necessidades das crianças. Parafraseando, Portugal (2000:91-103) ...na creche o principal não são as atividades planeadas, ainda que

adequadas, mas sim as rotinas e os tempos de atividades livres. Os bebés e as crianças muito pequenas precisam de atenção às suas necessidades físicas e psicológicas; uma relação com alguém em quem confiem; um ambiente seguro, saudável e adequado ao desenvolvimento; oportunidades para interagirem com outras crianças; liberdade para explorarem utilizando todos os seus sentidos.

Segundo a mesma autora são dez os princípios educativos a ter em conta na resposta social de creche:

Princípio 1 – envolver as crianças nas coisas que lhes dizem respeito;

Princípio 2 – Investir em tempos de qualidade procurando-se estar completamente disponível para as crianças;

Princípio 3 – aprender a não subestimar as formas de comunicação únicas de cada criança e ensinar-lhe as suas;

Princípio 4 – Investir tempo e energia para construir uma pessoa “total” Deve-se trabalhar simultaneamente o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo;

Princípio 5 – Respeitar as crianças enquanto pessoas de valor e ajudá-las a reconhecer e a lidar com os seus sentimentos;

Princípio 6 - Ser verdadeiro nos nossos sentimentos relativamente às crianças; Princípio

7 – Modelar os comportamentos que se pretende ensinar; Princípio 8 –

Reconhecer os problemas como oportunidades de aprendizagem e deixar as crianças tentarem resolver as suas próprias dificuldades; Princípio 9-

Construir segurança ensinando a confiança; Princípio 10 – Procurar

promover a qualidade do desenvolvimento em cada fase etária mas não apressar a criança para atingir determinados níveis desenvolvimentais. (Portugal, 2000)

## 1.1 O Programa Pedagógico na Creche O SONHO

"...a pedagogia é feita das coisas do quotidiano, de pequenas coisas."

Sérgio Niza

No projeto educativo da IPSS O SONHO o programa pedagógico prevê proporcionar à criança um desenvolvimento global e harmonioso, desenvolvendo todas as suas capacidades quer a nível pessoal, quer a nível social:

- A família e o meio envolvente das crianças representam os seus primeiros modelos referenciais;
- O ser humano constrói-se em interação social, sendo influenciado e influenciando o meio que o circunda. É nas relações e interações com os outros que a criança compreende o que está certo e errado, o que pode ou não pode fazer, os direitos e os deveres para consigo e para com os outros;
- A criança aprende a fazer escolhas, a preferir, a tomar decisões, constrói uma ideia de si mesma, de como é e quem é, através dos elementos que lhe chegam do exterior.
- É ainda através do seu próprio corpo que se relaciona com o meio ambiente, por isso tem que aprender a conhecê-lo e controlá-lo. (cf. Projeto Educativo, 2013-16)

Os objetivos pedagógicos da Creche IPSS O SONHO, enunciados no projeto educativo, passam por:

- Ajudar a criança a ter um controlo sobre os seus sistemas biológico, psicológico e coordenação da musculatura, começando a conhecer o seu próprio corpo;
- Ajudar a criança a sentir-se confiante, em relação a si e aos outros, a sentir-se competente e habilidosa;
- Ajudar a criança a ser capaz de exprimir sentimentos e a fazer-se compreender na sua capacidade de expressão;
- Motivar a criança a exercitar a sua atividade numa dimensão quotidiana de vida em grupo, a descobrir e a conhecer relações sociais;
- Fomentar a responsabilidade na criança através da cooperação com os outros;
- Ajudar na compreensão do sentido de dependência/independência dos outros, através da interação com os outros;
- Permitir a descoberta e conhecimento de espaços físicos diferentes do seu meio familiar;
- Ajudar na compreensão do que é ser flexível, na abertura a novas ideias e pessoas;
- Permitir que a criança possa diversificar o conhecimento ao nível dos objetos e materiais;
- Promover atividades que correspondam às necessidades das crianças, em todos os domínios;

- Privilegiar o desenvolvimento da linguagem oral, da expressão plástica, musical e corporal e das relações de medida e representação no espaço.

## **2. O Plano Individual de Desenvolvimento da Criança**

O plano de desenvolvimento individual da criança (MPCSS) é uma ferramenta, elaborada de acordo com as necessidades e expectativas da criança e sua família, onde estão definidos os objetivos a alcançar, estando estes intimamente ligados a competências às conquistar de acordo com a faixa etária da criança. Estas necessidades e expectativas da criança e sua família estão evidenciadas na Ficha de Avaliação Diagnóstica, no Programa de Acolhimento Inicial e Relatório e no Perfil de Competências. Estes documentos possuem informações acerca da criança que estão na base da construção do plano individual. Tem, igualmente, em conta as orientações do Projeto Educativo da Instituição, do Projeto Pedagógico de sala, elaborado pela Educadora de Infância e participação das Ajudantes de Ação Educativa e famílias, e respetivo Plano Anual de Atividades da Instituição. (MPCSS)

Em análise documental verificámos a existência e aplicação destes instrumentos, reforçando a educadora B que as famílias são postas à vontade para expressarem as suas necessidades e expectativas quer no dia a dia, quer na ficha de avaliação diagnóstica. A educadora A confirma, igualmente, que as famílias identificam as suas expectativas e necessidades em relação à creche e à criança, em entrevista com a educadora antes da criança iniciar a sua frequência, no documento identificado como Ficha de Avaliação diagnóstica.

O Plano Individual (PI), de acordo com o manual de processos-chave da Segurança Social é um instrumento formal que visa organizar, operacionalizar e integrar todas as respostas às necessidades e expectativas da criança e da sua família, tendo como principais objetivos promover:

- A aquisição de competências que a criança ainda não adquiriu face à sua faixa etária;
- A manutenção das competências já adquiridas.

Os princípios a ter em conta na sua elaboração, implementação e avaliação são:

- A individualização e personalização do Plano Individual, respeitando os objetivos, os valores e os interesses, bem como as idiossincrasias da criança e da sua família;
- A dimensão holística do indivíduo, constituindo-se as categorizações meras abstrações que visam simplificar os registos e os processos de trabalho. Assim, deve haver uma integração coerente entre os vários objetivos e atividades definidos no Plano Individual;
- A participação ativa da criança (sempre que possível) e da família, em todas as fases do processo, enquanto principal(is) agente(s) decisor(es);
- O trabalho em rede e em parceria, através da identificação de outras estruturas da comunidade sempre que necessário, privilegiando o mainstreaming das intervenções;
- O assumir de uma atitude de apoio por parte dos elementos da equipa, com uma comunicação ajustada e acessível para com a criança e a sua família;
- O direito da família consultar o Plano Individual, bem como solicitar a sua revisão;

Na nossa observação constatámos que estes princípios orientadores são considerados por ambas as educadoras de infância A e B.

### **O Plano Individual da Criança**

De acordo com o MPCSS (2ª Edição revista) este é composto por:

- Identificação da criança e sua família;
- Identificação do colaborador de referência da criança e da família (pode não ser o colaborador responsável pela sala em que a criança está inserida);
- Explicitação dos objetivos de intervenção individual com base nas competências e potencialidades da criança (Ficha de Avaliação Diagnóstica), centrando os níveis de desenvolvimento e resultados desejáveis que se pretendem alcançar e que foram consensualizados com a família, cuidados pessoais específicos (p.e. higiene, alimentação) a serem prestados à criança;
- Atuação de cada colaborador na implementação do Plano Individual. No caso de

crianças com necessidades educativas especiais incluir colaboradores das entidades e serviços externos com relevo para o referido plano;

- Identificação dos moldes de participação das famílias na intervenção educativa;
- Identificação de necessidades de intervenção multidisciplinar da criança e de apoio emocional à família (p.e. acompanhamento psicoterapêutico, terapia da fala).

Assim sendo e tendo por base as competências e potencialidades da criança necessidades e expectativas da família, bem como todo o conjunto de informações consideradas importantes, o gestor do processo define os objetivos a considerar na intervenção com a criança, ou seja, neste caso a Educadora de Infância. Estes objetivos são priorizados com a família e estabelecidos em função das três grandes áreas de desenvolvimento (Área de Formação Pessoal e Social, Área de Expressão e Comunicação e Área de Conhecimento do Mundo), considerados no perfil de competências, para os quais a criança revelou ter competências “Emergentes” ou “Quase Alcançadas”.

No dia 31 de março de 2016 observámos que no procedimento para a elaboração do PI da instituição os objetivos estão evidenciados na coluna Objetivo Especifico/resultado desejável, referente a competências emergentes e por alcançar. Estes objetivos estão definidos no perfil de competências dos 12 aos 24 Meses de idade e no perfil de competências dos 24 aos 36 meses de idade e são priorizados pela Educadora de Infância, dependendo das necessidades expressas da criança. Em análise documental e processual à sala da educadora B, no dia 2 de abril de 2016, verificámos que no plano individual estão definidos os objetivos gerais, os específicos, assim como as estratégias a implementar para alcançar as competências priorizadas.

Segundo o MPCSS, através do “Comportamento observável” no documento são identificados o estado atual e o estado desejável de desenvolvimento da criança. O “Objetivo” ou “Resultado desejável” deve ser estabelecido de forma clara e operacional tendo por base promover o desenvolvimento global da criança ou seja, procurando estabelecer um equilíbrio entre as competências onde a criança revela algumas dificuldades e as competências/aprendizagens que ela já alcançou até ao momento da observação/avaliação. Fazem parte ainda destes objetivos os cuidados básicos a ter na área da saúde, da promoção da autonomia e da higiene. Verificámos que o MPCSS é utilizado pelas educadoras como referencial teórico, metodológico e operativo.

## 2.1 O Plano Individual de Desenvolvimento na Creche O Sonho

Para a construção do Plano Individual, de acordo com o procedimento da instituição O SONHO:

A Educadora de Infância é responsável por:

Preencher o perfil de competências da criança em articulação com as famílias durante o período de Acolhimento Inicial;
Elaborar e implementar o PI até 30 dias, após a admissão da criança, em articulação com as famílias, Ajudantes de Ação Educativa, crianças, sempre que possível e outros técnicos, serviços ou entidades, sempre que necessário;
Monitorizar e proceder à revisão/avaliação do P.I.

A Ajudante de Ação Educativa é responsável por:

Colaborar com a educadora na concretização do PI
Informar a Educadora sobre situações que observem ou que lhes sejam comunicadas;
Apoiar a Educadora na implementação das Atividades;
Apoiar a Educadora na elaboração, monitorização e revisão do PI.

No protocolo de procedimentos da instituição O SONHO estão previstos os momentos da monitorização, revisão e avaliação do plano individual. A Monitorização é feita diariamente acompanhando os objetivos alcançados/não alcançados pelas crianças. A monitorização ou seja, a observação dos resultados que a criança vai alcançando no PI e introdução das alterações que podem conduzir à necessidade de uma avaliação e revisão do PI.

Os PIS são revistos sempre que necessário e no mínimo:

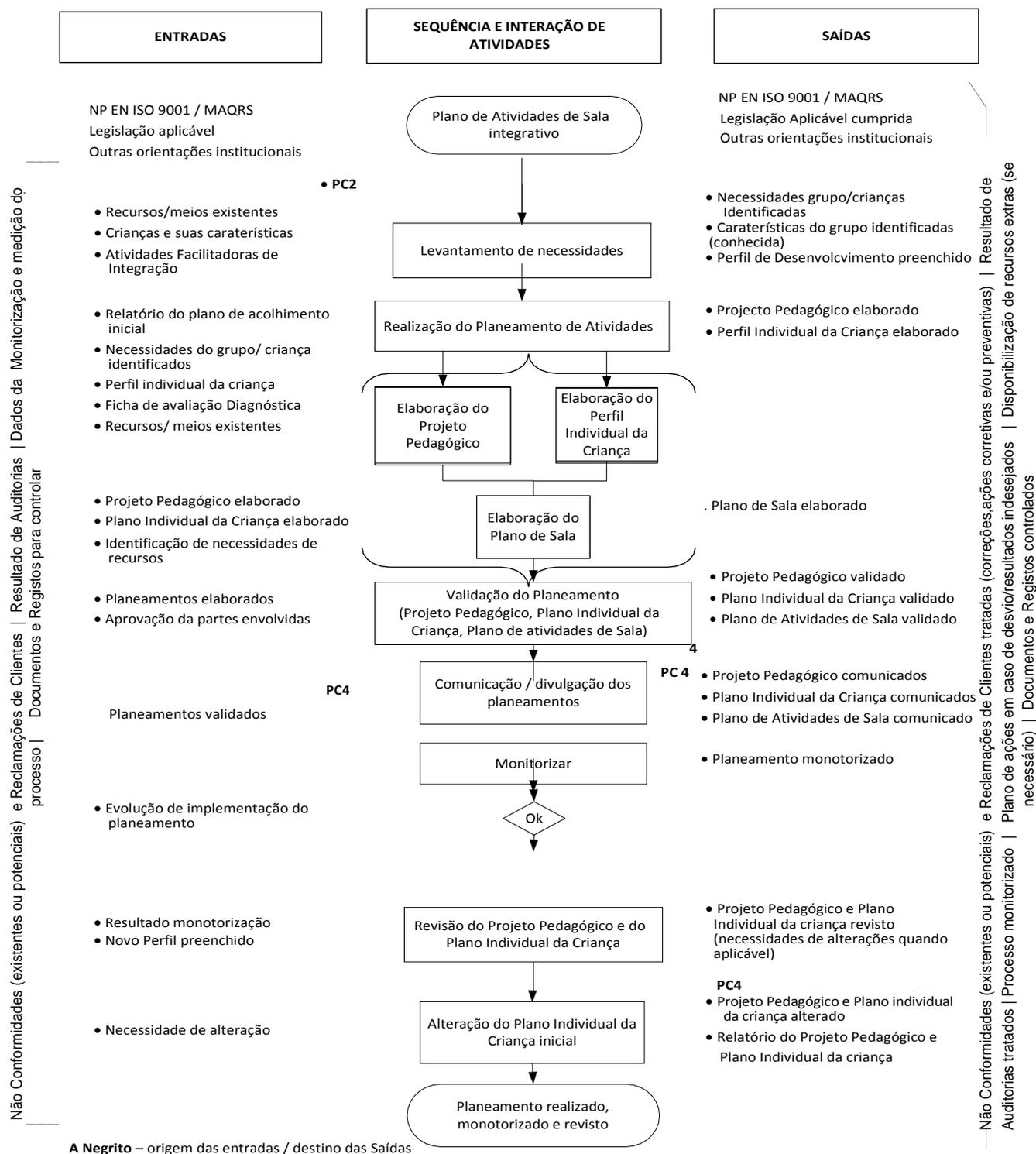
- Duas vezes na resposta social de Creche e Creche familiar,
- Três vezes na resposta social de Jardim de Infância e CATI.

As revisões extraordinárias realizam-se quando após a monitorização se evidencia que o PI não está adequado. Neste caso, o PI é alterado no seu número. O nº do PI indica as

vezes que este foi revisto. A revisão do PI é realizada em colaboração com as famílias, datada e validada por assinatura.

No final do Ano é realizado um relatório final. Neste, é referido o cumprimento do PI (nº de Ações executadas/nº de ações planeadas, por objetivo x 100) e o cumprimento dos objetivos (nº de objetivos atingidos / nº total de objetivos previstos). Fica evidenciado nos campos grau de cumprimento do PI e grau de cumprimento dos objetivos. Na avaliação geral do PI, identificam-se as ações planeadas e executadas com sucesso e objetivo atingido, planeadas e executadas sem sucesso e objetivo não atingido, replaneadas ou abandonadas, referindo as principais dificuldades encontradas. Também se podem identificar as ações não planeadas que ocorreram devido a atividades espontâneas. O relatório de avaliação é datado e validado por assinatura pelas famílias e técnica responsável. A família dá o seu parecer. Se neste, parecer existir alguma manifestação de insatisfação e/ou elogio a mesma deve ser tratada de acordo com o respetivo procedimento da instituição O SONHO.

Para a operacionalização do Plano Individual (MPC, ISS:10) ,o trabalho em rede e em parceria é também considerado uma estratégia que pode visar não só a implementação de determinada(s) atividade(s), mas também a aquisição ou a cedência de recursos externos. Assim, mediante os objetivos estabelecidos no Plano Individual, são envolvidas, mobilizadas e dinamizadas estruturas da comunidade, tais como: outras creches, espaços lúdico-pedagógicos, como, por exemplo, museus, teatros, parques, etc. Podem ainda ser mobilizados outros serviços da própria organização ou colaboradores externos, e parceiras onde verão ser formalizados protocolos de cooperação. (cf. MPC, ISS:10)



Não Conformidades (existentes ou potenciais) e Reclamações de Clientes | Resultado de Auditorias | Dados da Monitorização e medição do processo | Documentos e Registos para controlar

Não Conformidades (existentes ou potenciais) e Reclamações de Clientes tratadas (correções, ações corretivas e/ou preventivas) | Resultado de Auditorias tratados | Plano de ações em caso de desvio/resultados indesejados | Disponibilização de recursos extras (se necessário) | Documentos e Registos controlados

Quadro VII – Fluxograma Plano Individual e Planeamento de Atividades (IPSS O SONHO)

### **3. O Plano de Inserção Social Familiar**

De acordo com ISS (2005<sup>a</sup>), para os estabelecimentos da rede pública e solidária, fazem parte dos critérios de prioridade para admissão os exigidos na lei em vigor, nomeadamente: idade; agregados de mais fracos recursos económicos; crianças em situação de risco, ausência ou indisponibilidade dos pais em assegurar aos filhos os cuidados necessários, crianças de famílias monoparentais ou famílias numerosas; crianças com irmãos a frequentarem o estabelecimento; crianças cujos pais trabalhem na área do estabelecimento; crianças órfãs de pais bombeiros; crianças com necessidades educativas especiais, ou outros definidos diretamente pela Direção. A rede privada com fins lucrativos, para além da idade da criança, podem adotar os critérios de admissibilidade estabelecidos para os estabelecimentos não lucrativos como a definição da ponderação a atribuir a cada um dos critérios de forma a estabelecer uma priorização das inscrições e das situações em lista de candidatos; lista de candidatos, capacidade do estabelecimento em dar resposta às necessidades e expectativas da criança e sua família.

O responsável pela apreciação das candidaturas deve ponderar os critérios de admissibilidade, bem como registar a respetiva pontuação alcançada por cada candidatura, em impresso próprio.

Caso o cliente seja admitido, é marcada uma entrevista, após assinatura do contrato com o colaborador responsável pela sala em que a criança vai ser inserida. Nesta entrevista o colaborador deve registar as informações obtidas na Ficha de Avaliação Diagnóstica e esta entrevista tem como objetivo proceder à clarificação de informação pertinente sobre as necessidades e desenvolvimento da criança e expectativas da família, é uma entrevista semi-estruturada à família e inclui a observação do comportamento da criança, o que possibilita: o conhecimento da pessoa de referência da criança e sua família; identificação das pessoas a quem a criança pode ser entregue diariamente; contatos para eventuais emergências/ocorrências; a clarificação das necessidades da criança e expectativas da família; a integração da criança no seu grupo e espaço; a realização do plano individual da criança; a realização do Projeto Pedagógico. (cf. ISS, 2005)

Aquando da celebração do contrato é acordado com a família a lista de pertences da criança a entregar no estabelecimento, devendo ser registado, nomeadamente: •

Artigos de higiene pessoal (p.e. fraldas, muda de roupa). • Material de apoio ao desenvolvimento das atividades/brincadeiras (p.e. plasticina, cartolina).

É construído o Processo Individual da Criança constituído por um conjunto de documentos de cada criança que se inicia com a aceitação da Ficha de Inscrição. Fazem parte deste processo: A constar na área administrativa: Ficha de Inscrição;

Contrato celebrado entre o estabelecimento e a família; Informação sobre a identidade das pessoas autorizadas a retirar a criança da creche. A constar em área de acesso exclusivo ao educador de infância responsável pela criança: Ficha de Avaliação Diagnóstica; Plano Individual com o registo da avaliação das necessidades da criança; Relatório(s) de avaliação da implementação do Plano Individual; Relatórios de desenvolvimento, realizados em articulação com entidades externas, no caso de crianças com necessidades educativas especiais; Informação médica (dieta, medicação, alergias e outros), Registos de integração da criança; Resultados do(s) Relatório(s) de Avaliação da Projeto Pedagógico.

O responsável pela inserção da criança na Creche efetua o planeamento da fase de acolhimento, devendo para o efeito: Marcar data de início da prestação dos serviços; Efetuar a recolha e o tratamento de toda a informação relativa à criança; Efetuar uma reunião com a equipa técnica para análise das especificidades da criança, para detetar se no primeiro dia da prestação dos serviços esta necessitará de algum acompanhamento especial; Efetuar uma reunião conjunta com a equipa técnica e ajudante(s) de ação educativa, para passagem de informação relevante face às especificidades da criança, nomeadamente aos colaboradores que lidarão mais direta e frequentemente com ela; Efetuar reuniões ou articulações com outras áreas, colaboradores, pessoas significativas da criança, voluntários, entre outros, que se considere pertinente, para o sucesso do acolhimento da criança. Posteriormente e com base em todos os elementos identificados, é elaborado o Programa Acolhimento do Cliente que diz respeito ao período de adaptação acordado com a família de cada criança.

No primeiro dia da criança no estabelecimento, existe um educador responsável (educador de infância ou ajudante de ação educativa) para a acolher e à família, indicando o caminho para a sala e facultando informações sobre os procedimentos ao nível do acolhimento diário da criança (p.e. onde a família deverá entregar a criança e

colocar os objetos pessoais, a necessidade de registar hora de entrada, de informar sobre eventuais problemas da criança ocorridos na véspera).

De forma a prestar um acompanhamento de maior proximidade e atenção a cada criança, a sua receção é realizada com base numa calendarização préestabelecida, previamente acordada com as famílias e que determina: Cadência do número de crianças a serem recebidas por dia em cada sala; Tempo de permanência no estabelecimento (p.e. nos primeiros dias a criança permanece duas/ três horas aumentando-se progressivamente o tempo de permanência no estabelecimento); Cuidados iniciais a prestar, de acordo com o levantamento de necessidades e expectativas; Outros aspetos relevantes para o acompanhamento da criança. No período de adaptação que não deve ultrapassar os 30 dias, a família é encorajada a permanecer na sala com a criança durante um período de tempo que considere necessário para diminuir o impacto da separação.

São prestadas informações à família sobre a forma como está a decorrer a integração da criança no estabelecimento. Estas informações passam a constar do seu processo individual. É elaborado um relatório final sobre o processo de integração e adaptação da criança. (cf. ISS:2005<sup>a</sup>)

No documento analisado, no dia 31 de março de 2016, na sala da educadora A, estão descritas as situações de interação a observar durante o mês de Adaptação (relação com os pares, relação com adultos de referência, relação com outros adultos, adaptação ao espaço e rotina, comportamento à chegada e comportamento à saída. Não se faz referência aos cuidados pessoais (higiene, repouso, alimentação, saúde). Existe um outro documento utilizado em simultâneo, denominado registo de entradas e saídas onde estão contemplados e previstos esses momentos. Na análise efetuada no dia 2 de abril de 2016, na sala da educadora B verificámos a mesma situação.

### **3.1. O Plano de Inserção Social Familiar na Creche O Sonho**

O conceito de Creche, segundo a carta social (ISS), é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza sócioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de fato, vocacionada para o apoio à criança e à família.

Os serviços prestados pela Creche (regulamento interno da IPSS O SONHO, norma III), são:

*a) Apoio sócio-familiar:*

- Promoção do acolhimento, guarda, proteção, segurança e de todos os cuidados básicos necessários às crianças;

Vertente da retaguarda familiar, durante o tempo parcial de afastamento da criança do seu meio familiar, através de um processo de atendimento individualizado e de qualidade, que inclui os serviços direcionados aos cuidados básicos de: Saúde – assegurando o desenvolvimento harmonioso da criança, colaborando com a família na deteção e despiste precoce de situações de doença, inadaptação ou deficiência, proporcionando o seu adequado encaminhamento.

*b) Apoio educativo-pedagógico:*

- Promoção do desenvolvimento integral da criança, num clima de segurança afetiva e física, acompanhando e estimulando o seu processo evolutivo, através de práticas adequadas a cada faixa etária;

- O desenvolvimento pessoal e social da criança;
- A colaboração e partilha de responsabilidades no processo educativo com a família;
- O favorecimento da formação e desenvolvimento equilibrado da criança, através da promoção de aprendizagens diferenciadas e significativas;

- A estimulação do desenvolvimento da criança, nas suas componentes emocional, cognitiva, comunicacional, social e motora, através da implementação de práticas lúdico-pedagógicas intencionais, estruturadas e organizadas.

## **Procedimentos de Admissão e Acolhimento da Criança na Creche**

No momento em que as crianças chegam à Creche (IPSS O SONHO) é iniciado o processo de admissão das mesmas. Caso, se reúnam as condições necessárias para admissão será efetuada a inscrição procedendo-se ao preenchimento da ficha de inscrição. Recebida a candidatura, a mesma é analisada pela Direção Técnica do SONHO, a quem compete elaborar a proposta de admissão, submetendo a deliberação à Direção. Da decisão será dado conhecimento ao cliente no prazo máximo de 30 dias. Sempre que a carência do equipamento não permita a admissão de todas as crianças, as admissões far-se-ão de acordo com as seguintes prioridades:

- Condição socioeconómica fraca do agregado familiar (ponderação 25/100);
- Crianças em situações de risco/limitações da estrutura familiar (ponderação 25/100);
- As crianças cujos irmãos já frequentem a instituição, bem como filhos de funcionários (ponderação 25/100);
- A falta da mãe ou pai no agregado familiar, por morte ou abandono do lar (ponderação 25/100) ;

Após a inscrição a Direção técnica organiza um processo individual do cliente, onde constará para além da identificação pessoal, os elementos sobre a situação social e financeira, as necessidades específicas da família, pessoas responsáveis por acompanhar a criança nas entradas e saídas, bem como outros elementos relevantes. Após a admissão, será celebrado, por escrito, um contrato de prestação de serviços entre o Encarregado de Educação ou o representante legal da criança e a Instituição. O início da frequência e período de integração/adaptação da criança na resposta social é feito de acordo com as orientações da educadora responsável da sala, tendo em conta as necessidades da criança e a organização do grupo. O período de adaptação é acordado com a família de cada criança.

Durante o período de análise processual e documental verificámos que as famílias participam no programa de acolhimento definindo o tempo e período de permanência da criança em sala. A evidência desta situação está na ficha de avaliação de diagnóstica preenchida em entrevista, antes da criança iniciar a frequência. Segundo a educadora B no momento do acolhimento, as famílias são convidadas a permanecer na sala e a participar em algumas atividades, como por exemplo momento do tapete onde se contam

histórias e cantam canções, de forma a facilitar o processo de inserção da criança e da família.

Do Processo Individual da criança constarão ainda os seguintes documentos:

- Ficha de Avaliação Diagnóstica (FAD)
- Programa de Acolhimento Inicial e respetivo relatório
- Lista de pertences da Criança
- Perfil de Desenvolvimento
- Plano Individual e respetivo relatório Final
- Relatórios de desenvolvimento, realizados em articulação com entidades externas, no caso de crianças com necessidades educativas especiais
- Registos da criança: entradas e saídas e cuidados pessoais, controle da administração da medicação; ficha de observação da criança

Também faz parte do processo individual o caderno de comunicação com a família, onde se encontram todos os registos que não necessitem de confidencialidade relativos à participação da criança e família na realização das atividades. (Procedimento de Admissão e Acolhimento da IPSS O SONHO)

Ao consultar o processo individual e o regulamento interno, das crianças da Educadora A e B, nos dias 31 de março e 02 de abril de 2016 respetivamente, verificamos que todos os documentos previstos constam do processo, estando devidamente preenchidos.

Após assinatura do contrato prestação de serviços, em creche, a Direção Técnica é responsável pela integração da criança na instituição, e efetuar o planeamento da fase de acolhimento, devendo para o efeito:

- Marcar data de início da Integração /acolhimento da criança na resposta social;
- Entregar o Folheto de Acolhimento com informações sobre: o material necessário para a frequência da criança; os cuidados a ter, informações gerais sobre o funcionamento, tais como: as entradas e saídas diárias, sobre o acolhimento, medicação e alimentação; adaptação da criança em creche.
  - Efetuar a recolha e o tratamento de toda a informação relativa à criança, obtida durante a fase de candidatura e transmitir toda essa informação relevante à equipa técnica e/ou colaboradores que lidarão mais diretamente com ela;

- É apresentada a equipa técnica e a sala à família e agendada uma entrevista com a equipa da sala que tem como objetivo proceder à clarificação de informação pertinente sobre as necessidades e desenvolvimento da criança e expectativas da família, onde se registam as informações obtidas na Ficha de Avaliação Diagnóstica. Esta é uma entrevista semiestruturada à família e inclui a observação do comportamento da criança, o que possibilita:

- O conhecimento da pessoa de referência da criança e a constituição do agregado;
- Uma caracterização geral da criança a nível: da alimentação, hábitos de sono, hábitos de higiene, situação atual de saúde, desenvolvimento psicossocial e emocional, e outras informações relevantes para o conhecimento dos técnicos que irão estar diretamente com a criança (Identificação e autorização das pessoas a quem a criança pode ser entregue diariamente; Contatos para eventuais emergências/ocorrências; a clarificação das necessidades da criança e expectativas da família em relação à instituição; Como a criança reage com outras crianças (do exterior); Autorizações para fotografar ou filmar as crianças, saídas ao exterior e autorização da administração de medicamentos. Caso a criança provenha de outros serviços, a avaliação diagnóstica tem em consideração as informações provenientes desses serviços, especialmente quando se tratem de crianças com necessidades educativas especiais (hospitais, serviços de saúde).

### **O primeiro dia de frequência da criança no estabelecimento**

O Educador de Infância ficará responsável por acolher a criança e a família na respetiva sala (já conhecida quando a família veio à entrevista inicial com o educador de infância). A família será lembrada dos procedimentos relacionados com o acolhimento e entrega diária da criança. Estes procedimentos serão feitos numa das salas de atividades ou num local destinado para esse efeito. Este Programa de Acolhimento inicial diz respeito ao período de adaptação acordado com a família de cada criança, inicia-se no primeiro dia de frequência e tem a duração de 30 dias o que permite ao técnico responsável pela criança registar o decorrer da integração da mesma, ou seja como a criança se relaciona com os pares, com os adultos de referência, com outros adultos, como a criança se adaptou ao espaço e rotina, como se comporta à entrada e à saída. Verificando situações de indaptação faz-se o registo e clarifica-se as medidas a serem tomadas. Depois disso o técnico terá de avaliar se as medidas encontradas foram ou não eficazes. No final do período de vigência (os 30 dias de adaptação), realiza-se um

relatório com o parecer dos técnicos. Vão também sendo prestadas informações à família durante este processo e no final, esta irá ler e dar o seu parecer. Após esta fase entra em período de vigência o plano individual da criança. (Procedimento de Admissão e Acolhimento da IPSS O SONHO).

Devemos realçar o papel imprescindível da Ajudante de Ação Educativa em todo este processo. De acordo com Boletim do Trabalho e Emprego, nº 31, 22/8/2015, *Ajudante de ação Educativa* participa nas atividades sócio educativas; ajuda nas tarefas de alimentação, cuidados de higiene e conforto diretamente relacionadas com a criança, vigia as crianças durante o repouso e na sala de aula, assiste as crianças nos transportes, nos passeios, nos recreios e visitas de estudo. Para além das funções legais e segundo o Manual de recursos humanos da instituição, esta é uma colaboradora imprescindível para a inserção e acompanhamento das crianças.

<b>Áreas de execução</b>	<b>Funções</b>
<b>Educativa e Pedagógica</b>	Participa na planificação das atividades pedagógicas e na sua execução; Participa na elaboração e execução do Plano Individual e outros instrumentos de trabalho pedagógico, bem como no processo de avaliação dos mesmos;
<b>Prestação de Cuidados</b>	Colabora e presta apoio nas tarefas de alimentação, cuidados pessoais e de higiene diretamente relacionados com a criança;
<b>Vigilância</b>	Vigia as crianças no decurso das atividades e durante o recreio e repouso; Assiste às crianças na higiene, alimentação e sono; Assiste às crianças no transporte, nos passeios e visitas de estudo; Zela pela segurança das crianças, bem como dos bens e haveres dos espaços onde desempenham as suas funções;
<b>Manutenção</b>	Usa de forma eficiente os utensílios, ferramentas, equipamentos e produtos necessários à sua função; Mantém o equipamento devidamente higienizado e organizado (utensílios e ferramentas); Substitui e/ou abastece equipamentos e material de desgaste; Efetua a correta limpeza e arrumação das instalações; Cumpre as normas de Higiene e Segurança no trabalho;
<b>Administrativa</b>	Efetua os registos inerentes à sua função Cumpre todos os procedimentos e /ou outras orientações do sistema de gestão da Qualidade bem como outras orientações que, legalmente, a organização lhe transmita

Quadro VIII – Funções das Ajudantes de Ação Educativa na Creche O SONHO

Para que se cumpram todas as premissas de qualidade contratualizadas com o utente é necessário uma relação de cooperação, compromisso e entreajuda entre todos os colaboradores. No dia da observação, 06 de abril de 2016, verificámos uma relação de empatia e respeito em que a equipa planificou e tomou decisões em conjunto. Em análise documental verificámos que o planeamento faz-se no documento denominado planificação semanal. À sexta-feira a equipa reúne e decide o plano da semana seguinte. Ocasionalmente, a família participa quando surge alguma atividade, de acordo com a educadora B. A relação da Educadora de infância A, observação efetuada a 04 de abril de 2016, com a Ajudante de Ação Educativa é também de cumplicidade, colaboração e proximidade. Trocam opiniões e pensam em conjunto soluções para a resolução de questões. Para além da observação em sala, quer a auxiliar, quer a educadora confirmaram a relação próxima e de cooperação.

### **Procedimentos de Admissão e Acolhimento da Criança e da Família no R.S.I**

No que diz respeito ao R.S.I, do processo individual constam a caracterização do agregado familiar, a data de início da intervenção, a ficha de acompanhamento, o registo de visitas domiciliárias efetuadas, o programa de inserção e a avaliação do programa de inserção (protocolo R.S.I). No programa de inserção/ contrato de inserção (CI), são definidas as ações de inserção, tendo por base as problemáticas da família nas diversas áreas (educação, formação profissional, emprego, saúde, cidadania e habitação). Durante a vigência do CI a família é acompanhada e orientada no cumprimento das ações com vista à progressiva inserção social e profissional dos elementos que compõem o agregado familiar. (relatório semestral – 1º semestre 2016 (Apêndice XIII. Grelha de recolha e observação Interventor Social A ), (Apêndice XIV. Grelha de recolha e observação Interventor Social B ). São realizadas visitas domiciliárias numa primeira abordagem à família (antes ou depois do primeiro atendimento) e sempre que for necessário, para averiguação das condições habitacionais, número de elementos no agregado familiar e respetivos rendimentos, bem como, o grau de execução das ações contratualizadas e no apoio em questões de carácter geral. (relatório de progresso semestral -1º semestre de 2016) A satisfação das necessidades básicas, o cumprimento dos deveres e o aumento das competências pessoais e sociais é uma das prioridades da

intervenção, de forma, a que estejam reunidas as condições para a autonomização das famílias da medida de Rendimento Social de inserção. (relatório semestral – 1º semestre 2016. Em duas visitas efetuadas com a Interventora Social B verificámos que o motivo da visita foi de resolução de problemas imediatos (compra de medicação e fornecimento de alimentação). Foi uma solução não preventiva, nem reparadora, mas emergente e urgente. Foi realizada somente uma visita à família por impedimento da interventora social B, observando-se igualmente uma intervenção de carácter urgente, mas não de prevenção (falta de roupa adequada à estação para uma criança de 26 meses).

## **Capítulo VII. O papel dos profissionais de Educação e Ação Social na Inserção Social**

### **1.O Papel das Educadoras que acompanham crianças de famílias de R.S.I, em Creche**

As educadoras que fizeram parte desta investigação são ambas Licenciadas em Educação de Infância, sendo que a Educadora A tem Pós Graduação em Educação Especial. A Educadora A tem 36 anos de idade e a educadora B tem 35. Ambas com experiência profissional anterior à sua admissão na IPSS O SONHO, mas em equipamentos de natureza privada. Na instituição, ambas desempenham funções de Educadoras de Infância há 3 anos.

A educadora A faz referência ao seu percurso académico,

*(...) iniciei o ensino noturno para terminar o 12º ano. Quando terminei concorri ao Instituto Piaget de Almada para tirar o curso de Educação de infância. (...) Depois de terminado o curso deixei a pastelaria e comecei a trabalhar num jardim de infância particular também em Setúbal, após 5 anos sai e fui para a instituição onde atualmente exerço funções de educadora de infância.*

Já a Educadora B salienta o fato da sua experiência profissional ser toda passada na resposta social de Creche,

*(...) não fui eu que escolhi ser educadora, foi a profissão que me escolheu a mim e as coisas foram acontecendo (... ) eu imaginava-me a contribuir de alguma forma na educação das crianças (...) E de repente tudo correu bem e eu era educadora de infância e estava perante um grupo de crianças à minha responsabilidade! E com isto já passaram 10 anos, sendo que a minha experiência profissional foi praticamente toda passada na valência de creche.*

Para conhecermos melhor o papel das educadoras que acompanham crianças de famílias de Rendimento Social de Inserção, em Creche importava saber o que pensavam da infância e da criança em geral.

*Ser um profissional da infância verdadeiramente eficaz exige uma interpretação reflexiva da relação com crianças, pais e colegas, não apenas vista através do conhecimento teórico, mas que espelhe também a subjetividade das histórias pessoais, da vida atual, do sentimento que trazemos dentro de nós.*

*(Peeters, 22:2008)*

Para a educadora de Infância A,

*(...) a infância é uma das etapas mais importantes na vida de qualquer um de nós. A criança é um ser humano fantástico que de ano para ano nota-se diferença, estamos sempre aprender em parceira, (...) acredito que esta profissão é uma troca de saberes, eu partilho alguns saberes com elas, mas as crianças também me vão partilhando comigo novas formas de ver o mundo e aquilo que nos rodeia, até a forma de trabalhar, nem todos são iguais levando-nos sempre a questionarmos a nossa prática e forma de ver e fazer.*

Segundo a Educadora de Infância B,

*(...) ser criança é sinónimo de simplicidade e espontaneidade. É não pensar no perigo e ser corajoso. É conseguir ser feliz com muito pouco e demonstrar essa felicidade ao mundo. É não ter vergonha de chorar e fazê-lo com tem vontade. (...) É acreditar e confiar no que lhe dizem. A infância é o sonho, a esperança de um futuro risonho, a aposta num mundo melhor.*

Ambas as educadoras seguem a mesma linha de pensamento. Definem a Criança como “um ser humano fantástico”, ser criança é “ser feliz com muito pouco” (...) com “simplicidade e espontaneidade”, com “confiança”. Definem a infância como “o sonho, a esperança de um futuro risonho, a aposta num mundo melhor” ou ainda “uma das etapas mais importantes na vida de qualquer um de nós”. Deixando-nos palavras-chave para representar a educação de infância como: aprender, partilhar, refletir, questionar a prática, saber, fazer, confiar.

Podemos acrescentar que, estas palavras traduzem os quatro pilares da educação no Relatório para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o Século

XXI, coordenada por Jacques Delors: aprender a conhecer (adquirir instrumentos de compreensão), aprender a fazer (para poder agir sobre o meio envolvente), aprender a viver juntos (cooperação com os outros em todas as atividades humanas), e finalmente aprender a ser (conceito principal que integra todos os anteriores).

Os princípios orientadores da ECEC, *Early Childhood Education and Care*, apontam para um curriculum fundamentado em objetivos pedagógicos, orientado por valores fundamentais (identidade, pertença, partilha) e abordagens construtivas e participativas, que permitam à criança atingir o seu máximo potencial de forma holística. Este curriculum requer um grupo de profissionais competentes para colaborar com as crianças e as suas famílias. (Nora Milotay (coord), 2015, Direção Geral de Educação da União Europeia).

A educação de bebés, dos 0 meses aos 3 anos de idade, obriga a que o profissional de educação se deixe maravilhar pelo conhecimento acerca da criança pequena. Conhecer a sua natureza, os seus padrões de desenvolvimento, a sua família, a sua história, o seu “eu”. O “Eu” com vontade, com desejo, com curiosidade, com competência. Contudo, o que faz com esse conhecimento acerca da criança, que cresce a cada minuto que passa com a criança e com a família, como o aplica e como o transforma em intencionalidade educativa, parte igualmente, da sua própria essência, dos seus valores, princípios e crenças, da pessoa que é, do seu percurso pessoal e profissional.

Como afirma a Educadora de Infância A,

*Saber que de alguma forma ajudei e participei no crescimento das crianças que vão passando por mim, dando-lhe ferramentas para a vida. Serem felizes, gostarem de vir para a creche, interesse ao que a rodeia, valores como respeitar o outro, saber esperar, ouvir, autonomia e confiança para conseguirem superar os desafios que vão encontrar ao longo da sua vida. (...) é conseguir realizar um trabalho de equipa, (auxiliar, polivalentes, coordenadora, presidente da instituição), às vezes é necessário sabermos ceder.*

A investigação sobre as crenças dos educadores parte da ideia de que aquilo em que os indivíduos acreditam constitui o melhor indicador das decisões que eles tomarão no seu

dia a dia, sendo sugerido que as crenças são de longe mais influentes do que os conhecimentos na determinação do modo como os indivíduos organizam e definem as tarefas e problemas, e são fortes preditores do comportamento (Nisbett & Ross, 1980; Dewey, 1933, Rokeach, 1968, e Bandura, 1986, citados em Pajares, 1992).

Contudo, ambas mencionam algumas das dificuldades e constrangimentos com que se deparam, para uma prática profissional adequada destacando o poder das relações e interações diárias quer com crianças, quer com famílias, colegas e sobretudo chefias. Ao mesmo tempo levanta-se a questão da exigente responsabilidade do preenchimento dos instrumentos e dos tempos de registo.

Para a Educadora A, é importante

*(...) poder exercer as funções para as quais estudei, numa instituição que respeita o meu trabalho, (...) saber que de alguma forma ajudei e participei no crescimento das crianças que vão passando por mim, dando-lhe ferramentas para a vida. Serem felizes, gostarem de vir para a creche, interesse ao que a rodeia, valores como respeitar o outro, saber esperar, ouvir, autonomia e confiança para conseguirem superar os desafios que vão encontrar ao longo da sua vida. (...) é conseguir realizar um trabalho de equipa, (auxiliar, polivalentes, coordenadora, presidente da instituição), às vezes é necessário sabermos ceder.*

Para a Educadora B,

*Um dos desafios da profissão está em conciliar quantidade e qualidade. (...) as exigências são cada vez mais e entre avaliações constantes, perfis de competências, planos individuais, projetos, impressos, épocas festivas por planificar e organizar, existe o trabalho diário com as crianças e a parte principal, as relações afetivas.*

As práticas adequadas ao desenvolvimento de crianças são, de acordo com a “National Association for the Education of Young Children” (NAEYC) (NAEYC, 2009; Zero to Three, 2009; Bredekamp & Copple, 1997; Bredekamp, 1997, citado por Pinho, 2015:237), práticas que exigem que educadores de infância e crianças se conheçam,

para facilitar a definição e adequação de objetivos, que devem adquirir um caráter desafiador e ao mesmo tempo alcançável. Exigem, também, que a intervenção educativa se adeque à idade e ao estado de desenvolvimento das crianças, ajustando-se a elas enquanto seres únicos e considerando os contextos sociais e culturais em que vivem.

A pobreza tem impacto em todos os direitos, incluindo os direitos das crianças. As famílias pobres não conseguem beneficiar plenamente dos seus direitos á educação, saúde, e domicilio decente, por falta de recursos (...) todo o seu ambiente fica perturbado por essas dificuldades (...) a participação – que exige uma forma de pensar e agir diretamente baseada na noção de parceria - implica que toda a gente deve cooperar.

Vos (2009:19,20)

Esta prática do conhecimento da criança e da sua história, da aproximação, do estreitar de relações permite ao educador priorizar os objetivos pedagógicos a desenvolver com cada criança, e subsequentemente com a sua família.

O estabelecimento de relações recíprocas com as famílias é um fator extremamente importante na medida em que facilita o conhecimento aprofundado de cada criança e do seu contexto familiar, e também, porque permite aos educadores orientar os pais na educação das crianças. Assim, quanto mais pequena é a criança, maior é a necessidade de haver trocas de informações recíprocas entre os profissionais e os familiares.(Pinho, 2015:240)

Ao educador consciente do seu papel na educação de crianças e na sua inserção em Creche compete [...] saber encontrar o caminho que melhor o ajudará a encontrar estratégias que lhe permitam aumentar o seu conhecimento pessoal e profissional, que o ajudem a desenvolver-se não só profissionalmente, mas também pessoalmente” (Quaresma, Dias & Correia, 2011: 142).

Constatamos em observação direta que para os profissionais da educação é importante manter uma clima de transparência e cumplicidade com as famílias. No atendimento observado, no dia 29 de março de 2016, a educadora A, mostrou-se em todos os momentos disponível para ouvir a família. Teve uma postura de tentativa de resolução da questão levantada pela mesma, dando sugestões e alternativas de solução, demonstrando compreensão pela exposição feita pela família.

Ter em consideração o superior interesse da criança, (...) implica um trabalho de grande proximidade com a família desta. Há que estabelecer uma parceria forte com famílias a obter informação acerca das capacidades e competências das crianças. ( MPCSS:4)

No que diz respeito à inserção é de realçar que durante todo o processo de investigação nenhuma das 3 famílias e 3 crianças, da sala de 1 ano mencionou ser beneficiária de R.S.I, desconhecendo a educadora e ajudante de ação educativa a sua situação real, apesar de acordo com a educadora A, ser visível alguma *precariedade no vestuário*.

A Educadora A destaca que,

*A inserção social de uma criança R.S.I não difere de outra criança. Pois maioritariamente não temos conhecimento de que a família é acompanhada pelo R.S.I. A criança vai à creche e participa como qualquer outra criança do grupo*

Mas faz questão de referir que,

*(...) poderia haver uma maior coparticipação entre os diversos profissionais envolvidos. Deveríamos de procurar ir de encontro as necessidades reais da família, aos vários domínios, emprego, necessidades básicas, educação, no qual se desenvolvesse ações na família para a sua autonomização. (...)*

Por sua vez, a educadora B na mesma linha de pensamento refere que duas das quatro crianças, de famílias beneficiárias de R.S.I, apresentam alguns sinais de pobreza tais como,

*(...) quando a criança vem com fome de manhã porque não tomou o pequeno-almoço, ou se vem com frio nos pés porque a mãe está à espera do fim do mês para comprar as botas mais quentinhas. Por vezes, a criança vem vestida ou calçada de forma desadequada, ou seja, é inverno e a criança vem com pouca roupa, ou a roupa já está muito curta.*

*(...) não participarem em festas, passeios, em atividades extracurriculares e outras atividades que impliquem um custo adicional porque simplesmente as famílias não têm dinheiro para tal. Outras situações podem servir de alerta para estados de carência, como por exemplo, uma criança que faz chichi na cama à hora da sesta e no dia seguinte não trás lençóis porque não secaram e não tem mais nenhuns. Nas próprias conversas diárias com as famílias, muitas vezes surgem desabafos que devem ser tidos em consideração, pois muitas vezes por vergonha as famílias não pedem ajuda e temos*

*que ser nós, profissionais, a desvendar o que está por trás de certas atitudes, de certos desabafos.*

Para lá de fortalecer uma relação empática e próxima da criança o educador deve igualmente cuidar de propiciar as condições físicas e os materiais necessários ao pleno desenvolvimento das atividades. “Um ambiente bem pensado e centrado na criança promove o desenvolvimento físico, comunicação, competências cognitivas e interações sociais.” (Hohmann M & Post J, 2007:101)

De acordo com a opinião das educadoras entrevistadas, vários indícios podem servir de “sinais de alerta” para identificar situações de carência e privação por parte da criança e da sua família; a observação destas manifestações e a posterior seleção de estratégias de abordagem da família e o respetivo encaminhamento para os profissionais de ação social, é uma competência das educadoras aqui identificada e registada.

## **2. O Papel das Interventoras Sociais que acompanham crianças de famílias de R.S.I, em Creche**

A Socialização e a educação da  
criança inicialmente assumidas pela família ou grupos sociais específicos,  
ao passarem a ser compartilhadas por diversos segmentos públicos (...)  
configuram a educação infantil como um tema essencialmente  
multidisciplinar. (Rocha,2001: 67)

Para melhor conhecer esta problemática recolhemos informação junto de duas Interventoras Sociais, através de observação direta, análise documental e processual e entrevistas exploratórias realizadas a duas assistentes sociais que exercem funções no Núcleo Local de Inserção de Setúbal, na IPSS O SONHO.

A Interventora Social A tem 35 anos e a Interventora Social B tem 32 anos de idade, ambas licenciadas em Serviço Social. A Interventora Social A exerceu funções como Técnica de Ação Social e Técnica de Intervenção Local em contexto PIEF e está na instituição há cerca de três anos. A Interventora Social B desempenhou funções

durante 8 anos como técnica de serviço social (Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago) e exerce funções na IPSS O Sonho há ano e meio. Existe 1 técnico por cada 25 famílias, de acordo com o protocolo de cooperação celebrado entre a instituição e o Centro Distrital da Segurança Social. Contudo segundo a técnica, no primeiro trimestre de 2016, estão a ser acompanhadas 265 famílias para 4 técnicos. O número de agregados familiares abrangidos pelo presente protocolo é de 200. (Apêndice XIII. Grelha de recolha e observação Interventor Social A ), (Apêndice XIV. Grelha de recolha e observação Interventor Social B ). Estão contratados, ao abrigo do protocolo de cooperação 6 ajudantes de ação direta, o que corresponde às observações diretas efetuadas nos dias 22 de abril de 2016 e 04 de julho de 2016.

De acordo com o plano de ação 2016 do NLI Setúbal instituição, é de salientar que o trabalho de toda equipa evoluiu de forma muito positiva, tanto no trabalho desenvolvido como na satisfação pessoal. Para este desenvolvimento contribuiu a capacidade de se conseguir agregar as competências e os esforços de todos aqueles que trabalham para o mesmo fim. Partindo do princípio que trabalhar em equipa é conseguir alcançar mais, fazendo melhor, e de uma forma satisfatória para todos, esperando-se que o resultado obtido, seja por isso, mais sustentável. No entanto, o processo de construção de uma boa equipa depende da perceção e do esforço de cada um para alcançar algo mais satisfatório e motivador: chegar aos objetivos pessoais, através dos resultados obtidos por todos.

No que diz respeito ao espaço e equipamentos necessários para execução da função, poderemos considerar os mesmos adequados, uma vez que existem mais recursos dos que os mencionados no protocolo. Existe 1 computador por cada técnico e ajudante de ação direta, 3 telefones (1 fixo, 2 portáteis), 3 impressoras, 1 veículo afeto à equipa, por iniciativa da Direção, de acordo com a Interventora Social A, e um balcão de atendimento. Em relação a serviços de apoio foi criada a loja social, que surgiu da necessidade de apoiar a comunidade, utentes e famílias, abrangidos pela resposta de R.S.I, com bens não perecíveis, tais como roupa, calçado, mobiliário, entre outros.

A área territorial de intervenção deste NLI, é a freguesia de S. Sebastião, uma das freguesias mais populosas de Portugal, onde se cruzam diversas identidades

culturais, sendo composta por vários bairros sociais e cooperativas de habitação económica, que caracterizam grande parte do padrão habitacional da freguesia.

O Trabalho em rede e em parceria, que hoje caracteriza a maioria das práticas profissionais dos Assistentes Sociais, tem vindo a fortalecer a troca de informação e de recursos entre serviços, mas, ao mesmo tempo, preenche as agendas de reuniões e relatórios, em detrimento do tempo dispensado ao atendimento social e ao acompanhamento das famílias. Poderá afirmar-se que se está perante a criação de “uma plataforma de comunicação entre o saber académico e a intervenção dos profissionais no terreno, para promover boas práticas na intervenção social (...) através da complementaridade de conhecimentos”. (RIS, 2012:4)

Apesar da existência das visitas e dos atendimentos por parte dos assistentes sociais é de referir que estes estão cada vez mais confinados aos seus gabinetes onde a teoria está cada vez mais distante da prática, do terreno, dos locais, dos cheiros, das pessoas.

Admite-se que a situação atual desta cultura de proximidade estará diferente na medida em que, por um lado, muitos outros trabalhadores sociais se aproximaram das realidades quotidianas da vida das pessoas e dos fenómenos sociais e, por outro lado, existiu um distanciamento dos assistentes sociais que, a propósito do seu processo de reconhecimento académico, confundiram a validade técnico-científica com uma «engenharia social» protegida em gabinetes. (Passarinho, 2013:165)

Como afirma uma das Assistentes Sociais entrevistada,

*As famílias, claro ocupam a maior parte do tempo. Mas também, os parceiros como por exemplo a escola, a creche e jardim de infância, o centro de emprego e formação profissional, o hospital, o centro de saúde, e reuniões com o Instituto da Segurança Social. Depois, ainda temos outros órgãos com quem temos que trabalhar, infelizmente mais vezes do que o desejável, como os estabelecimentos prisionais, a EMAT, a CPCJ, a CAFAP, entre outros muitos.* (Apêndice IX – Entrevista a Interventor Social A)

Contudo, segundo o relatório de progresso semestral - Protocolo R.S.I do 1º semestre de 2016, os atendimentos são agendados de acordo com a necessidade do utente ou do técnico, no decorrer do acompanhamento do contrato de inserção, e permitem em simultâneo, a produção de conhecimento sobre a realidade, a inovação (no sentido de singularidade de cada caso), a produção de mudanças sociais e, ainda, a

formação de competências dos beneficiários. (Apêndice XIII. Grelha de recolha e observação Interventor Social A ) (Apêndice XIV. Grelha de recolha e observação Interventor Social B )

De acordo, com o plano de ação anual do Protocolo de R.S.I, da equipa do Sonho, da área de intervenção do centro distrital de segurança social de Setúbal, a equipa mantém a sua estratégia de intervenção centrada na família e no indivíduo. Neste sentido, estabelece em conjunto com a família, objetivos claros e atingíveis; centrando o discurso nas potencialidades/ competências pessoais, sociais e profissionais e no reforço da autoestima, bem como, nos direitos e deveres inerentes à prestação, procurando não nos substituir aos indivíduos na tomada de decisão sobre as suas vidas; respeitando o tempo e as características de cada um, potenciando a proximidade com as famílias, e uma relação mais empática de forma a obter uma perceção mais detalhada das necessidades reais, percursos de vida e a forma como os indivíduos e famílias encaram as suas vidas e o futuro. (Apêndice XIII. Grelha de recolha e observação Interventor Social A) (Apêndice XIV. Grelha de recolha e observação Interventor Social B )

Sendo verdade que a complexidade dos problemas exige uma variedade de saberes disciplinares e complementares, para dar resposta às situações mais problemáticas, é igualmente verificado que a distribuição de responsabilidades por diversos agentes interventivos pode desfocar a atenção sobre as famílias acompanhadas.

“ (...) Como resposta à diversidade dos sistemas-clientes e respetivas necessidades, parece mais vantajosa para a eficiência dos processos de intervenção social, a aposta na definição de uma estratégia de especialização da oferta social de cada um dos agentes da intervenção. Este processo de especialização implica a criação de redes de cooperação e a aprendizagem do trabalho em parceria.” (Carmo e Esgaio, 2011:17 citado por Monteiro, 2012:46)

De acordo com a Assistente Social A,

*A interligação entre as diversas valências tem demonstrado ser benéfica na otimização do nosso trabalho com as famílias.*(Apêndice IX– Entrevista a Interventor Social A)

A assistente social B reforça esta ideia reforçando que,

*As parcerias permitem encontrar (...) respostas mais imediatas como, material escolar, alimentação e até vestuário.* (Apêndice X– Entrevista a Interventor Social B)

O assistente social ao procurar parceiros de inserção está a mobilizar a rede local para ultrapassar os constrangimentos identificados para a realização da pessoa e cria com a rede um leque de possibilidades reais que permitam à pessoa efetuar uma escolha entre diferentes opções. (Paciard (org.), 2000) et Valérie Osmont, 2010 citados por Vieira, 2014)

Segundo a opinião das duas Assistentes Sociais entrevistadas, o trabalho em rede e em parceria, realizado pelo SONHO, facilita o encaminhamento de situações de carência para outros serviços locais e permite a articulação de respostas na comunidade.

De acordo com os dados recolhidos na entrevista podemos inferir que ambas as assistentes sociais tentam respeitar, na medida das suas possibilidades, os princípios orientadores da relação assistente social/utentes, tais como a individualização da pessoa, a satisfação das necessidades, a integração do utente como sujeito ativo, a partilha de conhecimentos. Contudo, na partilha de poder e no direito de escolha do utente a situação é regulada e regulamentada; uma vez que havendo um Contrato e um Acordo, o utente-beneficiário de R.S.I não pode recusar trabalho nem faltar às convocatórias, porque lhes é imediatamente cortado o benefício. Mas esta regra está definida pelo ISS e abrange todos o NLI, e não somente este.

Como nos diz a Assistente Social A,

*“O contrato é contratualizado com as famílias, mas de acordo com o que existe, e caso a família não aceite algum trabalho, ou quando falta às convocatórias o contrato cessa, e o centro de emprego corta o rendimento”.*

De acordo com Vieira, (2015:21) “parece conveniente que se defina, com clareza, se o serviço social atua para “vigiar e punir” ou para “libertar e permitir”, questionando o balanço que os profissionais devem realizar entre as funções de regulação e emancipação.

O Trabalho Social tem um mandato cada vez mais reduzido à sua expressão mínima e centrado na gestão de dispositivos, com uma lógica de construção da oferta que domina sobre uma lógica de respostas à procura, passando-se tudo como se as instituições e os interventores soubessem o que é bom para os outros e conhecessem antecipadamente a resposta às suas necessidades; por outro lado, em nome de uma sociedade de indivíduos livres e autónomos, provavelmente nunca existiram tantos meios de controlo (nos contextos da vida pública e privada) como hoje, em que através das mais diversas tecnologias parecemos estar todos num gigantesco Big Brother. (Passarinho, 2013:166)

Merece referência o acompanhamento, orientação e apoio do assistente social nas dificuldades diárias dos utentes, sendo estas transversais às necessidades.”O assistente social colabora com a pessoa na mobilização de meios, em relação ao que ela quer ter, fazer e Ser. Além destes, tem de mobilizar muitos outros meios para abrir outros campos de possibilidades”. (Paciard (org.), 2000) et Valérie Osmont, 2010 citados por Vieira, 2014)

Para ambas as assistentes sociais entrevistadas a dinâmica de inserção de crianças em creche, de famílias beneficiárias de R.S.I, em conjunto com a oportunidade dos pais em ter e manter o seu posto trabalho e ao mesmo tempo a responsabilidade de participarem ativamente na vida escolar dos seus filhos tem-se revelado benéfica para toda a família.

*O objetivo é uma maior responsabilização dos pais pelo percurso escolar dos menores e a sua independência, as famílias que têm tido sucesso, são as que conseguem manter o seu trabalho, ao mesmo tempo que se envolvem e participam ativamente na vida escolar dos filhos. (...) Depois, com o trabalho feito pela educadora com a família na creche através dos seus projetos e planos revelou-se um caso de sucesso. (Apêndice IX– Entrevista a Interventor Social A)*

Ao responsabilizar os pais, segundo Ferreira (2011:51), está-se a garantir e a reforçar o direito das crianças à responsabilidade parental onde estes devem assumir os seus deveres para com a criança/ jovem. As assistentes sociais reconhecem a importância do papel da creche no trabalho feito com e para estas famílias, e da

relevância das IPSS serem parceiros de percursos de inserção; contudo desconhece os programas e projetos definidos para o desenvolvimento da criança.

Ambas as técnicas entrevistadas reforçam a necessidade de se realizar um trabalho articulado entre os profissionais de educação e ação social, referem que da cooperação entre estas duas respostas resultaria uma melhor e mais adequada intervenção.

*Através da negociação conjunta de ações que poderão constatar no contrato de inserção. As famílias comprometem-se a integrar as crianças, são responsáveis por estas e por cumprir o contrato. (Apêndice IX– Entrevista a Interventor Social A)*

*Na minha opinião, a educação pode ter um papel bastante importante na quebra do ciclo de pobreza em duas vertentes, pois quanto maior for o nível de informação e conhecimento de outras realidades, maior será o despertar para uma nova vida com melhores condições. Bem como o fato de que quanto maior escolaridade, maiores são as possibilidades de se conseguir um emprego mais estável e melhores condições de vida. (Apêndice X– Entrevista a Interventor Social B)*

“O programa de inserção (...) consiste num conjunto de ações destinadas á gradual integração dos titulares desta medida, bem como (...) do seu agregado familiar. As ações referidas assumem a forma de emprego, formação profissional, frequência do sistema educativo, (...). (Ferreira, 2011:149)

Existe preocupação demonstrada por ambas as interventoras sociais entrevistadas em criar mudanças no sentido das famílias encontrarem o seu lugar na sociedade, de serem independentes a todos os níveis. A curto prazo trabalha-se o treino de competências de inserção familiar e social; a médio prazo trabalham-se as redes de suporte informal e formal, para garantir o acesso a direitos e oportunidades; a longo prazo trabalha-se em parceria os próprios sistemas de inserção: educação, saúde, habitação, segurança social, etc..

*O ideal seria que o R.S.I fosse uma medida temporária com vista à autonomização dos beneficiários e dos seus agregados familiares, através da empregabilidade. Em seguida apostar na educação e criando projetos em conjunto que ajudasse a uma mudança de mentalidades, comportamentos e hábito. (Apêndice IX– Entrevista a Interventor Social A)*

“A intervenção social pretende promover mudanças que resolvam os problemas sociais colocados ao bem-estar de indivíduos, famílias, grupos, comunidades, organizações e redes” realizando uma ação a diferentes níveis (Urios, 2009:11 citado por Vieira, 2014)

Analisando a prática de intervenção social para o R.S.I, percebemos que esta abrange diversos níveis: micro, meso e macro,

- A nível micro - identificam-se os atores envolvidos, as suas necessidades, expectativas e os problemas associados, as suas redes de apoio e suporte. A ação traduz-se em propiciar o bem-estar pessoal físico, afetivo, relacional, social e espiritual. Garantir o acesso a direitos, bens serviços e oportunidades (saúde, educação, emprego, habitação, segurança) de acordo com o sistemas de bem-estar.
- A nível meso - identificam-se os recursos do meio e da comunidade, como as redes de serviços e respostas locais. Permitir a realização pessoal, familiar, social, profissional e ambiental, intervir a nível de qualidade de vida (desenvolvimento humano, realização e inserção social).
- A nível macro – atuar nas políticas sociais, estabelecer acordos com os parceiros, cumprir com o enquadramento legal e institucional dos direitos. (cf. Urios, 2009 apud Viiera, 2015).

Há a considerar os constrangimentos associados aos diversos níveis. Ou seja, de acordo com Urios (2009), nesta situação significa falta de recursos e fundos, ou normas instituídas que não permitem o acesso aos direitos a mais pessoas. De acordo com Reis (2010) existe o risco de as instituições: oferecerem os serviços de acordo com as necessidades/possibilidades de financiamento e não de acordo com as necessidades das famílias e da comunidade.

As estratégias e políticas públicas nacionais e comunitárias, longe de obstarem aos efeitos sociais da crise económica e financeira, mais têm contribuído para os agravar e avolumar os seus impactos mais visíveis: o desemprego massivo, a falta de perspectivas de emprego para os jovens que desejam entrar na vida ativa e não encontram oportunidades de emprego adequado às respetivas qualificações, a precariedade dos vínculos laborais

e, de modo geral, desvalorização do trabalho humano, a que acresce a diminuição dos rendimentos do trabalho, o agravamento das desigualdades, a acentuação da pobreza, em incidência e intensidade, bem como o aparecimento de novas modalidades de empobrecimento. (Silva, 2010: 103)

### **3. O Plano Individual de Desenvolvimento e os programas de inserção das crianças de famílias de R.S.I**

*“Ao mesmo tempo que pais e [educadores] estão a aprender algo sobre as crianças e sobre si próprios, cada criança beneficia das relações que se estão a desenvolver entre adultos”*

Chiara Bove (cit por Post e Hohmann, 2007: 299)

O programa de Inserção da criança, da Creche, está intimamente relacionado com o plano individual de Desenvolvimento uma vez que o conjunto de procedimentos associados define a intervenção que o profissional da educação terá de efetuar. Está descrito em procedimento da instituição (Análise documental e processual da sala da Educadora A, no dia 29 de março de 2016), que o plano individual é elaborado de acordo com as necessidades e expetativas da criança e sua família evidenciadas na Ficha de Avaliação Diagnóstica (Apêndice XIX. Glossário: Ficha de Avaliação Diagnóstica), no Programa de Acolhimento Inicial e Relatório e no Perfil de Competências. Tem, igualmente, em conta as orientações do Projeto Educativo, do Projeto Pedagógico e respetivo Plano Anual de Atividades (Apêndice XIX. Glossário: Acolhimento).

Ao analisar os documentos observamos que as informações contidas em cada um dos vários documentos são transcritas para o plano individual, daí ser um instrumento imprescindível neste estudo e subsequente na inserção das seis crianças da Creche, aqui em análise. A questão que aqui se destaca é o fato do documento ter sido elaborado na íntegra pela educadora, segundo a própria, entrando em conflito com o procedimento da instituição e o MPCSS, onde está definido que a Educadora é responsável por Elaborar e implementar o PI até 30 dias (Apêndice XIX. Glossário: Elaboração do Plano Individual), após a admissão da criança, em articulação com as famílias, Ajudantes de

Ação Educativa, crianças, sempre que possível e outros técnicos, serviços ou entidades, sempre que necessário.

Na análise documental e processual realizada a 28 de março de 2016, na sala da Educadora B, vimos que a família participa quando ao longo do Acolhimento inicial identifica, em conjunto com a equipa, alguma situação que mereça atenção no P.I e quando colabora na identificação de competências emergentes e não alcançadas expressas no perfil de competências (Apêndices XV, XVI). Para a Educadora B, na realidade, muito raramente é assegurada a participação de todos os intervenientes, justificando a não participação com a pouca disponibilidade de algumas famílias.

Ao longo deste estudo sentimos necessidade de aprofundar estas questões ligadas ao plano individual uma vez que, de acordo com o MPCSS (2005<sup>a</sup>) o PI é um instrumento formal que visa organizar, operacionalizar e integrar todas as respostas às necessidades e expectativas da criança e da sua família. Podemos concluir que a construção do mesmo depende também do conhecimento que temos das crianças, da sua história e raízes, porque para além das áreas de desenvolvimento previstas tais como a Área de Formação Pessoal e Social, a área de Expressão e Comunicação e a Área de Conhecimento do Mundo; assim pensamos que se poderiam prever outras situações de intervenção mais adequadas e a favor do desenvolvimento integral da criança, com o respetivo acompanhamento da família.

Durante esta análise observámos que as áreas que são mais trabalhadas com as crianças, independentemente de serem beneficiários de R.S.I, ou não, são a Área de Formação Pessoal e Social, com destaque para os domínios auto-conhecimento, interação com adultos, interação com crianças, autorregulação, hábitos saudáveis e autonomia/independência; e a Área de Expressão e Comunicação em que os domínios de maior incidência são o domínio da linguagem oral (compreensão e expressão), domínio da expressão motora (capacidades motoras grossas, e finas) e domínio da matemática.

Na Área de Conhecimento do Mundo, destacam-se os domínios do conhecimento do mundo natural e a vida em sociedade. Contudo, existe um certo equilíbrio entre as várias Áreas de Desenvolvimento priorizadas pelas educadoras. O perfil de competências (Apêndice XV – perfil de competências dos 12 aos 24 meses de idade e

Apêndice XVI – perfil de competências dos 24 aos 36 meses de idade) é um instrumento de recurso, onde estão evidentes as competências das crianças a alcançar dos 12 aos 24 meses de idade e dos 24 aos 36 meses de idade, e a sua priorização depende da idade exata da criança, da sua personalidade, do comportamento observado em contexto de sala, em situação de grupo. Esta é uma matriz fixa, a diferença na intervenção mais adequada poderá estar relacionada, como já citámos anteriormente, com a questão de um maior conhecimento acerca da história de vida da criança, das suas origens tornando o processo de integração mais adequado, às suas necessidades, com a existência do protocolo de cooperação entre R.S.I e creche. O número de crianças priorizadas pode não corresponder ao número de crianças com o objetivo não alcançado, ou emergente, porque é a educadora que define se vai trabalhar com a criança essa competência (priorização). A soma da matriz alcançado + emergente + não alcançado é igual ao número de crianças existentes na sala, ou seja 11 crianças dos 12 aos 24 meses de idade e 12 crianças dos 24 aos 36 meses de idade. Não se verificaram diferenças entre os objetivos priorizados para as seis crianças de famílias beneficiárias de R.S.I e as restantes, talvez por desconhecimento, por parte dos profissionais de educação, da situação das mesmas.

O Programa de Inserção (Relatório de Progresso Semestral – Protocolo R.S.I, 2016) agora denominado contrato de inserção (CI), é o principal instrumento de trabalho onde são definidas as ações de inserção, tendo por base a realidade da família nas diversas áreas (educação, formação profissional, emprego, saúde, cidadania e habitação). Durante o período de vigência do CI a família é acompanhada e orientada no cumprimento das ações com vista à progressiva inserção social e profissional dos elementos que compõem o agregado familiar. A satisfação das necessidades básicas, o cumprimento dos deveres e o aumento das competências pessoais e sociais é uma das prioridades da intervenção, de forma, a que estejam reunidas as condições para a autonomização das famílias da medida de Rendimento Social de inserção.

Ao longo desta investigação chegámos à conclusão que os “planos de inserção” e os “planos de desenvolvimento individual”, implementados pela área educativa e pela área social, em Creche, não se cruzam em nenhum momento, no caso da inserção das seis crianças por nós observadas. Da nossa observação ressalta que estes são dois

instrumentos sem relação entre si, com objetivos semelhantes mas que não se complementam.

Após pesquisa documental e escuta dos profissionais (sala da Educadora A) constatámos que as EI e as AAE não têm conhecimento do trabalho desenvolvido pelos interventores sociais, manifestando o interesse em ter esse conhecimento. De acordo, com a Educadora de Infância A, não existe troca de informações entre os educadores de infância e os interventores sociais, sobre as crianças das famílias beneficiárias de R.S.I, havendo mesmo desconhecimento acerca dessa condição social. Verificámos que não existe nenhum documento da instituição que preveja a articulação ou o trabalho direto com os interventores sociais do NLI Setúbal. Contudo, o plano individual prevê a articulação com entidades externas, sempre que necessário. Não existe articulação entre os planos Individuais e os Planos de Inserção.( Apêndice XIX. Glossário: Plano de Inserção e Elaboração do Plano individual). Ambos os instrumentos prevêem o recurso a entidades e a integração social na comunidade, contudo na instituição não se verifica essa articulação, na perspetiva da educador A.

A Educadora B diz-nos que por vezes, tem conhecimento do trabalho desenvolvido pelos interventores sociais através da coordenadora da instituição. Afirma que não existe troca de informação e mencionou que soube que tinha crianças, beneficiárias de R.S.I, em sala quando se iniciou este trabalho de pesquisa, mostrando-se surpreendida com o fato. Em observação direta, num momento de conversa com a Interventora Social A, realizada no dia 22 de abril de 2016, inferimos que os interventores sociais, por vezes, têm conhecimento do trabalho desenvolvido pelos Educadores de Infância, através das redes sociais (site da instituição) De acordo, com a mesma existem contatos esporádicos entre a resposta de R.S.I e a resposta de Creche. Normalmente, estes acontecem quando os técnicos pretendem saber se existe vaga para determinada criança. As informações posteriores são de natureza informal e acontecem casualmente. Os técnicos encaminham as famílias, acompanham-nas no âmbito do processo R.S.I, mas não acompanham o percurso das crianças na creche. Em análise documental e processual deduzimos que o plano de inserção é acordado com a família, sendo que é esta que sozinha se desloca à creche e inicia o processo de inscrição e adaptação/inserção da criança. Não existe plano de inserção da criança construído em parceria pela assistente social de R.S.I com a creche e/ou educadores de infância.

O plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção da família não são consertados em parceria para benefício do desenvolvimento integral da criança.

*Para realizar aquilo a que a humanidade reclama da educação, é necessário ter uma comunidade educadora, decidida, planificada e auto-organizada como contexto de exercício da democracia, em que há uma participação de todos os seus membros, cada um no seu papel próprio, todos se potenciando reciprocamente.*

Marta Mata citado por E. Vallory (2003:20)

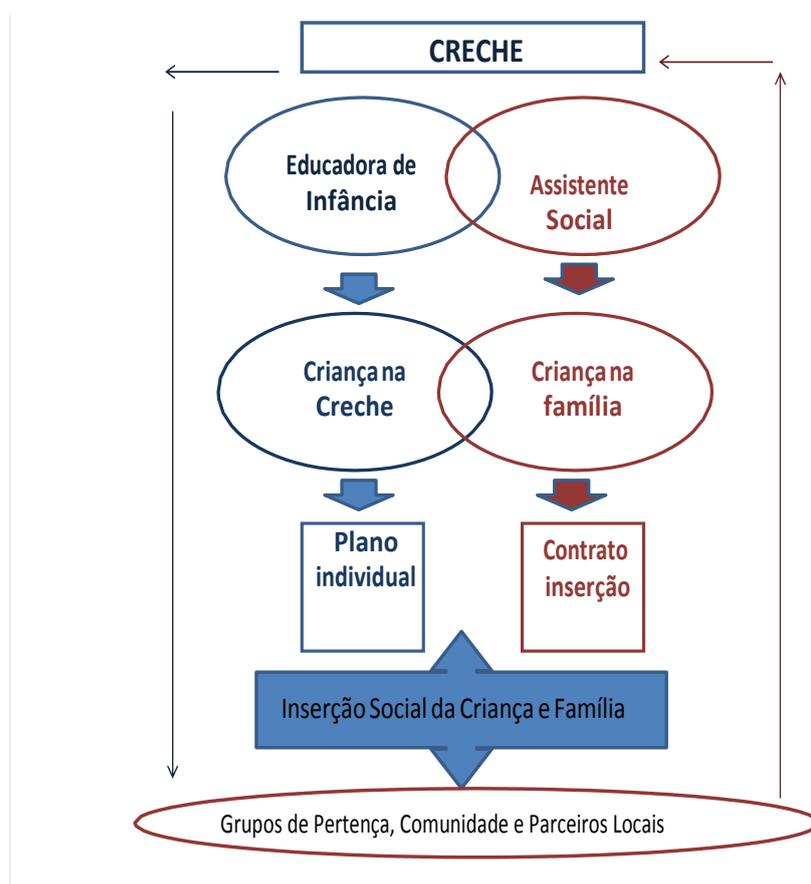


Figura A – Articulação do Plano de Desenvolvimento Individual e do Contrato de Inserção.  
Colaboração entre a Educadora de Infância e a Assistente Social

Fonte: construção própria

## Considerações finais e Recomendações

Sonho que se sonha só  
É só um sonho que se sonha só  
Mas sonho que se sonho junto é realidade  
“Prelúdio”, Raul Seixas (1974)

Definimos como objeto de estudo, a inserção social das crianças de famílias beneficiárias de R.S.I, o papel das educadoras de infância e dos interventores sociais em Creche.

Traçamos como objetivo, reconhecer o papel das Educadoras de Infância e dos interventores sociais como facilitadoras da inserção social das crianças, de famílias beneficiárias de R.S.I. Escolhemos como território de observação a Creche do Sonho, no concelho de Setúbal.

Começamos por responder às nossas questões de investigação.

1. Qual o papel das Educadoras de Infância como facilitadoras da inserção social das crianças de famílias beneficiárias de R.S.I?

Este estudo possibilitou-nos confirmar a necessidade e importância de dar às crianças práticas de qualidade em Creche através de uma relação educativa e de cuidado, mantida em grande proximidade com a criança de modo a potenciar o seu desenvolvimento integral. Os profissionais Educação que participaram deste estudo tiveram um papel fulcral ao permitirem-nos conhecer a sua função na Creche, como agentes facilitadores da inserção social da criança.

Foram realizadas entrevistas a duas educadoras de infância que acompanham um grupo de seis crianças em creche, pertencentes a quatro famílias integradas na medida de R.S.I. Para além de vários momentos de análise documental e processual e de observação direta em cada uma das salas, que no levaram ao conhecimento do conceito

de inserção social reproduzido nas representações das educadoras de infância, como expomos de seguida.

*a) A Criança como valor em si*

As falas das educadoras transmitem apreço, respeito e dedicação à Criança

*A criança é um ser humano fantástico; a infância é uma das etapas mais importantes na vida de qualquer um de nós[...] mas as crianças também vão partilhando comigo novas formas de ver o mundo e aquilo que me rodeia, até a forma de trabalhar; nem todos são iguais levando-nos sempre a questionarmos a nossa prática e forma de ver e fazer” (Educadora de Infância A).*

*“Ser criança é sinónimo de simplicidade e espontaneidade. É não pensar no perigo e ser corajoso. É conseguir ser feliz com muito pouco e demonstrar essa felicidade ao mundo. É não ter vergonha de chorar e fazê-lo com tem vontade. (...) É acreditar e confiar no que lhe dizem. A infância é o sonho, a esperança de um futuro risonho, a aposta num mundo melhor” (Educadora de Infância B).*

*b) A função e papel da educadora de infância*

As educadoras de infância entrevistadas entendem a importância do papel da educadora como agente educativo potenciador da inserção da criança; dando-lhe uma possibilidade desenvolver competências e capacidades (cognitivas, afetivas, comportamentais) influenciando o crescimento das crianças que vão passando por si, dando-lhe ferramentas para a vida (...) para que sejam felizes, por gostarem de vir para a creche, vindo a interessar-se pelo que as rodeia, transmitindo-lhes valores como respeitar o outro, saber esperar, ouvir, confiar; dando-lhes autonomia para conseguirem superar os desafios que vão encontrar ao longo da sua vida.

As educadoras procuram “respeitar as crianças enquanto pessoas de valor; envolver as crianças nas coisas que lhes dizem respeito; estar completamente disponível para as crianças e promover a qualidade do desenvolvimento em cada fase etária sem apressar a criança para atingir determinados níveis desenvolvimentais”. (cf. Portugal, 2000)

*c) A percepção da inserção social da criança*

Uma das educadoras entrevistadas considera, com base nas situações que já acompanhou, que a inserção social de uma criança de R.S.I na Creche, não difere de outras crianças; pois maioritariamente não se tem conhecimento de que a família é acompanhada pelo R.S.I; a criança vai à creche e participa sendo integrada como qualquer outra criança do grupo.

Para outra educadora, a inserção social de uma criança significa estar atento aos indícios de pobreza (vestuário, alimentação, higiene) e reunir o conjunto de medidas necessárias para que a criança se sinta bem e consiga inserir-se na sociedade, criando condições de igualdade social perante os outros e possibilitando uma qualidade de vida melhor. Dando como exemplo, dois irmãos gémeos que vivem apenas com a mãe, que se encontra atualmente desempregada. Apesar de não manifestarem sinais de pobreza extrema, esta mãe procurou apoio, por iniciativa própria, e está a ser acompanhada pelo R.S.I. (...) Nestes casos, a instituição tem ajudado dando vestuário e calçado (que tenha sido doado), e muitas vezes até não cobrando custos com certas atividades (com prévia autorização do Presidente da Direção).

No que diz respeito à situação de como pode o R.S.I ser um programa partilhado entre educação e ação social e as mais-valias que podem ser criadas em benefício das crianças e das famílias beneficiárias a Educadora de Infância A, diz:

*Julgo que poderia haver uma maior coparticipação entre os diversos profissionais envolvidos. Deveríamos de procurar ir de encontro as necessidades reais para aquela família, aos vários domínios, emprego, necessidades básicas, educação, no qual se desenvolvessem ações que desenvolvesse na família a sua autonomização. Porque, acredito que ter as crianças inseridas numa creche (escola), não é indicador de que estejam inseridas socialmente acredito que é necessário que, a família sinta que faz sentido para si, e que tenham vontade de superar as suas dificuldades.*

## A educadora de Infância B

*Para isso ser possível, deveriam ocorrer reuniões periódicas entre ambas, para troca de informações sobre a situação atual da família e, por conseguinte, da criança. Isso facilitaria uma intervenção mais rápida e eficaz quando necessário, além de que, em conjunto, seria possível encontrar soluções mais adequadas para a situação de cada família. O valor atribuído pelo R.S.I. é uma ajuda, mas por vezes não é suficiente para garantir que as famílias vivam com dignidade e a partilha entre Educação e ação social seria uma mais-valia nesse aspeto.*

Concluimos que seria importante capacitar e sensibilizar os técnicos para a importância de um acompanhamento efetivo de continuidade às crianças de famílias beneficiárias de R.S.I. É na luta por uma infância de iguais oportunidades e direitos que nos devemos concentrar, apesar dos obstáculos e contratempos que não nos permitem avançar.

Em relação a esta primeira questão, partimos do princípio que a resposta de Creche deve ser uma resposta de qualidade, orientada pelos direitos da criança.

*Si queremos que las respuestas sociales y educativas que se den a los problemas de la primera infancia estén a la altura de los derechos, de los desafíos y de las necesidades, no podemos conformarnos con cualquier tipo de alternativa. (...) lo que Iberoamerica no puede aceptar es una educación pobre para pobres, sea cual sea la formula organizativa escolarizada, no escolarizada), sea cual sea la edad, sean cuales sean las circunstancias. La calidad debe ser uno de los objetivos irrenunciables de las respuestas a los derechos y las necesidades de los niños más pequeños (Jesús Palacios-2011) citado por Santos (2015:3)*

Respostas de qualidade exigem profissionais da educação competentes, bem formados e sensíveis às questões relacionadas com o desenvolvimento de competências da criança pequena, compreendendo que *a complexidade da cultura, da sociedade e da família, exercem influência no indivíduo afetando-o quer nos seus pontos fortes quer nos seus pontos fracos* (Gabarino, 1992)

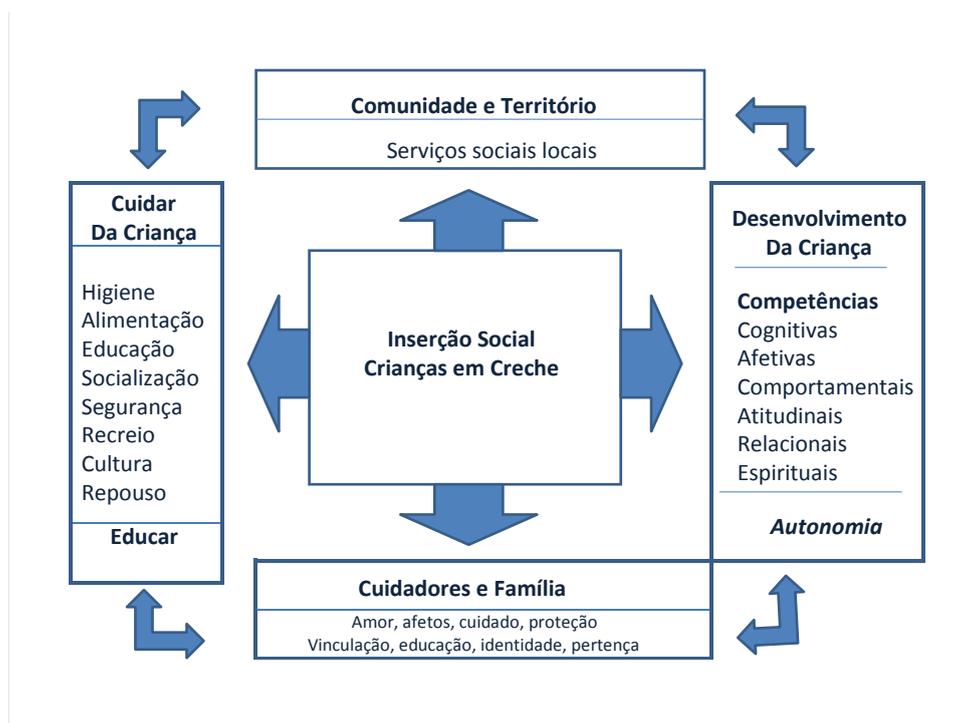


Figura B – A inserção social da criança em Creche Fonte: construção própria

2. Qual o papel dos interventores sociais como facilitadoras da inserção social das crianças de famílias beneficiárias de R.S.I?

Este estudo possibilitou-nos confirmar a necessidade e importância de dar às crianças práticas de qualidade em Creche através da união de esforços e parcerias com vista à plena inserção da criança e ao seu desenvolvimento integral. Os profissionais de ação Social que participaram deste estudo tiveram um papel fulcral ao permitirem-nos conhecer a sua função na Creche, como agentes facilitadores da inserção social da criança, através do acompanhamento social das suas famílias.

Foram realizadas entrevistas a duas assistentes sociais que acompanham um grupo de quatro famílias integradas na medida de R.S.I, cujas crianças (quatro) frequentam a creche O Sonho. Para além de vários momentos de análise documental e processual e de observação direta do atendimento social e da realização de uma visita domiciliária que nos levaram ao conhecimento do conceito de inserção social reproduzido nas representações dos profissionais de Ação Social, percebemos a necessidade de implementação de um modelo colaborativo potenciador da inserção

social das Crianças em Creche. Este protocolo poderia ser celebrado com a resposta social de R.S.I, onde se pretende encontrar um modelo em que o plano individual de desenvolvimento da criança e o plano de inserção da família sejam consertados em parceria para potenciar o desenvolvimento integral da criança, contando com a colaboração de família beneficiária de rendimento social de inserção e os demais parceiros na comunidade. (Apêndice XX – Proposta de protocolo de colaboração)

As assistentes sociais entrevistadas (que acompanham as famílias das crianças da Creche) consideram o plano de inserção social como um plano de desenvolvimento humano e treino de competências para a inserção social da criança e suas famílias, de acordo com as áreas contratualizadas

Expomos de seguida os contributos dos assistentes sociais

*a) A ação social junto das famílias*

Em entrevista a AS A disse que

*quando se estabelece uma relação de empatia e confiança entre as partes, quando a intervenção tem frutos, quando se vê o sorriso das crianças, os constrangimentos são de ordem logística. Mas, a maior dificuldade em concretizar todos os projetos e ações é a falta dos recursos materiais, logísticas e por vezes, humanos ; é sobretudo e também, não existir um verdadeiro sentimento de parceria e de solidariedade entre as instituições locais.*

A AS B reforça que

*A creche (...) pode ser um parceiro neste percurso de inserção das famílias na medida em que (...) estas dão respostas que minimizam algumas das problemáticas sentidas pelas famílias, o que se torna facilitador da sua inserção plena na sociedade.*

*b) A relação parental e a responsabilização dos progenitores*

As Assistentes Sociais entrevistadas afirmam que

*O objetivo é uma maior responsabilização dos pais pelo percurso escolar dos menores e a sua independência. As famílias que têm tido sucesso, são as que conseguem manter o seu trabalho, ao mesmo tempo que se envolvem e participam ativamente na vida escolar dos filhos. (...) Depois, com o trabalho feito pela educadora com a família, na creche, através dos seus projetos e planos, revelou-se um caso de sucesso.*

c) *O trabalho em parceria com os grupos, a comunidade e serviços locais*

Todo o contrato de inserção (CI) se baseia no cumprimento de um acordo que contratualiza responsabilidades tanto da família como dos serviços no cumprimento da sua missão. Em paralelo, devem ser trabalhadas as competências individuais e familiares, promovendo o acesso a direitos e a serviços, e a conquista de uma melhoria das suas condições existenciais.

Compete ao interventor social prestar (...) *apoio na melhoria das condições habitacionais, apoio na elaboração de C.V, apoio na gestão orçamental doméstica, apoio na inscrição em equipamentos de infância, na procura de emprego, no acompanhamento escolar das crianças, no preenchimento de documentos, entre outros.* (Apêndice IX- Entrevista a Interventor Social A).

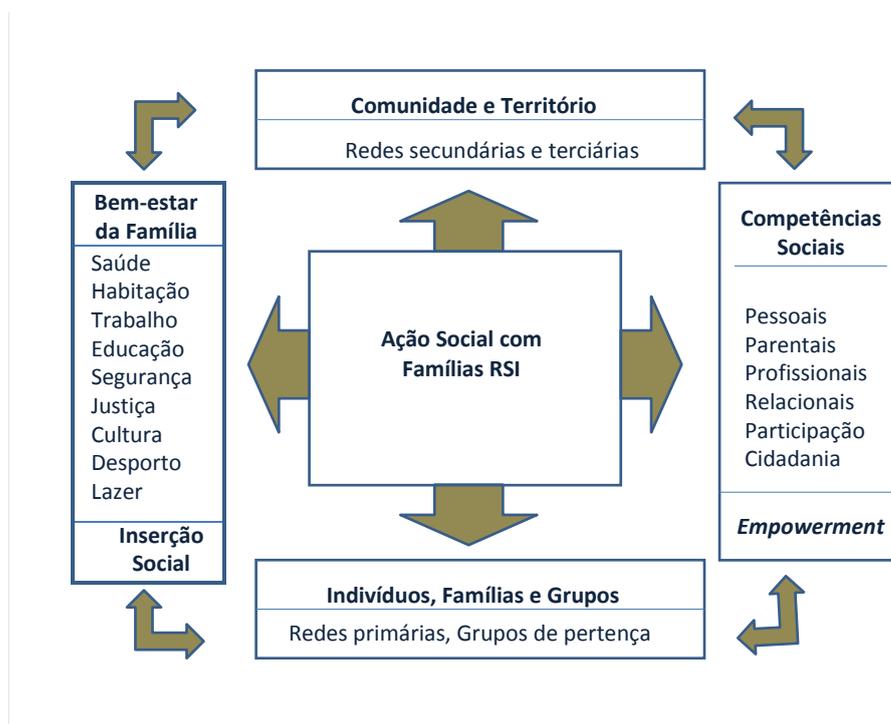


Figura C – Ação Social com Famílias de R.S.I Fonte: construção própria

- 3. Como é que o plano de desenvolvimento individual é articulado e complementado pelo plano de inserção social da família, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança e a sua inserção social?

As profissionais de ação social entrevistadas reforçam a necessidade de se realizar um trabalho articulado, entre os profissionais de educação (na creche) e ação social (do R.S.I) , sublinhando que da cooperação entre estas duas respostas resultaria uma melhor e mais adequada intervenção com as crianças e famílias.

*Através da negociação conjunta de ações que poderão constatar no contrato de inserção. As famílias comprometem-se a integrar as crianças, são responsáveis por estas e por cumprir o contrato.(AS A)*

*O ideal seria que o R.S.I fosse uma medida temporária com vista à autonomização dos beneficiários e dos seus agregados familiares, através da empregabilidade. Em seguida apostar na educação e criando projetos em conjunto que ajudassem a uma mudança de mentalidades, comportamentos e hábitos. (AS)*

*A educação pode ter um papel bastante importante na quebra do ciclo de pobreza em duas vertentes, pois quanto maior for o nível de informação e conhecimento de outras realidades, maior será o despertar para uma nova vida com melhores condições. Bem como o fato de que quanto maior escolaridade, maiores são as possibilidades de se conseguir um emprego mais estável e melhores condições de vida. (AS B)*

Reforçando o papel fundamental das respostas para a infância na inserção das crianças dos 0 aos 3 anos de idade, uma das profissionais entrevistadas aponta,

*É de extrema relevância destacar a importância das diversas valências da Instituição, como a Creche familiar, berçário, creche, (...) que são facilitadores da intervenção, com as famílias beneficiárias do rendimento social de inserção.(AS)*

Percebemos que unindo esforços entre ambas as respostas, educativa e de ação social, podemos ajudar estas crianças e famílias a colmatar as suas dificuldades. O plano de desenvolvimento individual pode ser uma estratégia de colaboração próxima com estas famílias. De igual modo, o contrato de inserção pode tornar-se num acordo de colaboração que envolva para além da família, as restantes instituições parceiras, no R.S.I.

Compreendemos que o modelo colaborativo pode ser uma alternativa, não apenas para o não pagamento da mensalidade, devidamente justificado, abrindo oportunidade a que estas crianças que frequentam a creche tenham aqui uma possibilidade de educação e inserção social que verdadeiramente quebre o círculo vicioso da exclusão social.

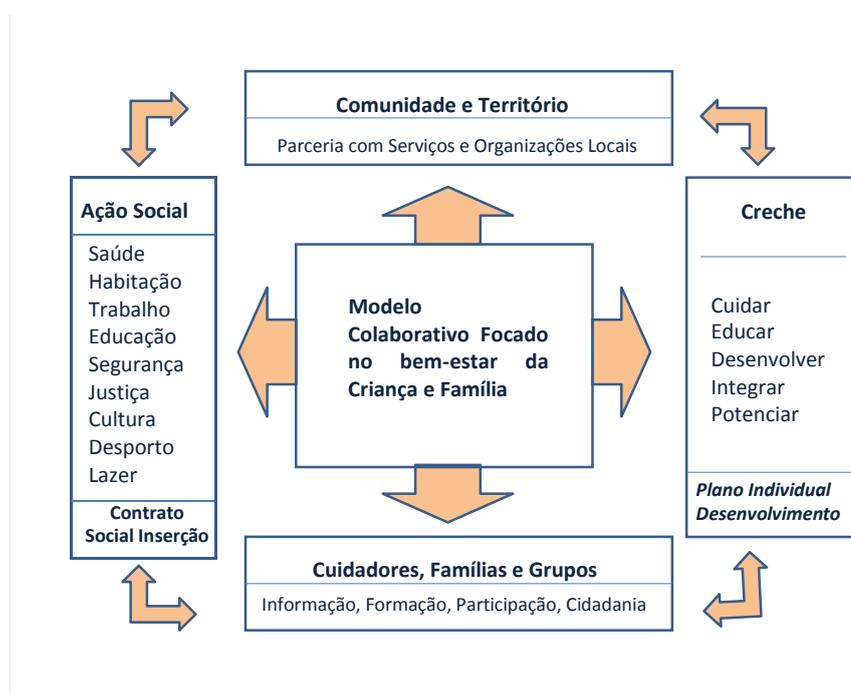


Figura D – Modelo colaborativo entre profissionais de Educação e Ação Social

Fonte: construção própria

Não deixe o samba morrer  
Nao deixe o sambra acabar  
O morro foi feito de samba  
De samba pra gente sambar

Alcione (1975)

## Referências Bibliográficas

- Amaro, Maria Inês. (2015) Urgências e Emergências do Serviço Social, Lisboa, UniveR.S.Idade Católica Editora (2.<sup>a</sup> edição)
- Apei (2015) Breve História da Educação de Infância de Portugal <http://apei.pt/educacao-infancia/breve-historia/> Acedido a 20 de outubro de 2015
- Arriscado, I. & Wolfgang L. (2012), “Contributos da Psicologia em Contextos Educativos”, II Seminário Internacional, *Faculdade de Psicologia da UniveR.S.Idade de Lisboa*. Braga: UniveR.S.Idade do Minho. Acedido a 10 de abril de 2015.
- Bogdan, R.; Biklen, S. K. (1991). *Investigação Qualitativa em Educação, uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Boletim do Trabalho e Emprego (2015) n°31, de 22 de agosto. DGERT
- Branco, F. (2009) A profissão do assistente social em Portugal. Locus soci@l  
cesss.fch.lisboa.ucp.pt/
- Brandão, C. R. (1985) *O que é educação*. São Paulo: abril Cultura; Brasiliense.
- Capucha, L. (2004). *Desafios da Pobreza*. Tese de Doutoramento na área de Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa.
- Cardoso, T. et al (2010). *Revisão da Literatura e sistematização do Conhecimento*. Porto : Porto Editora.
- Carvalho, M. et al. (2014). *Serviço Social Teorias e Práticas*. Lidel: Edições técnicas, Lda: Lisboa.
- Coll, C., Marchesi, A., Palacios, J., et al. (2004). *Desenvolvimento psicológico e educação*. 1. *Psicologia evolutiva* (Trad. D. V. Moraes). Porto Alegre: Artmed.

Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pela Resolução da Assembleia da República nº20/90, de 8 de junho.

Costa, A. (2014). Que desafios à Intervenção Social num contexto de Pobreza?. Comunicação apresentada no V Seminário de Apresentação de Práticas de Estágio da Licenciatura em Serviço Social. UniveR.S. Idade Católica Portuguesa.

Costa, A. et al. (2008). Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo. Lisboa: Gradiva

Coutinho, C. (2013). Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática. Coimbra, Edições Almedina.

De Matos, A (2007) *Vária: Existo porque fui Amado*. Coimbra. Climepsi Editores.

De Vos, B. (2009) *Pobreza de Participação: ouvindo jovens que vivem em situações precárias. Infância na Europa, nº17*. Lisboa. Edições Apei

Delors, J (1998) *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Cortez Editora

E. Vallory (2003) *Educar en la Política: dotze raons per a la participació en la vida pública*, Barcelona. Pórtic.

Engel, W. (2012) Quebrar o ciclo da pobreza depende da educação. Acedido a 14 de outubro de 2014 in <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2012/agosto/quebrar-o-ciclo-de-pobreza-depende-da-educacao?tag=educacao#ixzz3GLXRF4Ja>

Ferreira, A. (2014). *Serviço social e desemprego de longa duração. Intervenção social*, Lisboa. Editorial Cáritas.

Figueira, M. (1998) Ser Educador na Creche. Cadernos de Educação de Infância, nº 48.  
Lisboa. Edições Apei

Figueira, M. (1998), Amas e Creches Familiares. Cadernos de Educação de Infância, nº 48. Lisboa. Edições Apei

Figueira, S. (1998) Mini creche Joaninha. Cadernos de Educação de Infância, nº48.  
Lisboa. Edições Apei

Formosinho, J. (Org) et al. (1998) Modelos Curriculares para a Educação de Infância.  
Porto Editora.

Fortin, M. (1999). O Processo de Investigação: Da Conceção à Realização. Loures:  
Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda.

Garbarino, J., & Abramowitz, H. (1992). The ecology of human development. In J.  
Gabarino, Children and families in the social environment (2ª ed., pp.11-33). Nova  
Iorque: Aldine de Gruyter.

Gauthier, B. (2003) Investigação Social Da Problemática à Recolha de Dados.  
Lusociência.

Gil, A. (1989) Métodos e Técnicas de pesquisa social. 2º edição. São Paulo. Editora  
Atlas.

Gomides J. (2002) A definição do problema de pesquisa a chave para o sucesso do  
projeto de pesquisa. Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC - Ano  
IV - nº 06 .

Guerra, I. (2006). Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Lisboa: Principia

Ipps O Sonho (2013-2016) Projeto Educativo. Setúbal.

Ipss O Sonho (2014) Estatutos. Setúbal.

Ipss O Sonho (2014). Relatório de Progresso Semestral. Protocolo R.S.I. Setúbal. Ipss O

Sonho (2015) Estrutura Documental. Setúbal

Iss (2005a). Manual de Processo-chave: creche. Lisboa: ISS/MTSS.

Iss (2010). Modelos de Avaliação da qualidade das respostas sociais. Manual de processos-chave. Creche. 2ª edição. Lisboa: ISS/MTSS.

Jesus, C. et al (2004) metodologias de atendimento à família: o fazer do assistente social. Ata Scientiarum UniveR.S.Idade Federal de Santa Catarina. Brasil

Kramer, S. (2003) A Política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce. 7ª edição. São Paulo:Cortez.

*Kvale, S. (1996). InterViews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing [Paperback]. Interviwe situation.*

Lourenço, M. (2005) Pobreza e exclusão social e políticas sociais em portugal . Uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza. Direção Geral da Segurança Social.

Marchão, A. (1998) Do contexto da creche aos contextos pré-escolares. Cadernos de Educação de Infância, nº48. Lisboa. Edições Apei.

Martins, E. (2006) O discurso oficial da educação de infância. Um antes e um depois. Revista Intersaberes vol.1 n. 1, in , Brasil  
<http://uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/90/64>.

Matos, L. (2001). Jornal Público de 01 de agosto. Acedido a 16 de dezembro de 2015.

Milotay, N. (coord), 2015, Direção Geral de Educação da União Europeia, em PDF)

Morris, T. (2006). *Social Work Research Methods, Four alternative paradigms*. London: Sage.

Moscovici, Serge.(1978) *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar

Mussen, P. et al (2001). *Desenvolvimento e Personalidade da Criança*. Editora Harbra.

Niza, S. (1987) *Modelos Pedagógicos – Movimento da Escola Moderna*. Cadernos de Educação de Infância.nº1. APEI. Lisboa.

Nogueira, F (2013) *Diagnóstico Social da Rede Social de Setúbal*. Rede Social Setúbal. Divisão de Inclusão.

Observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa (2014) *Barómetro de Pessoas que se encontram em situação vulnerável*. Relatório Final DINÂMIA'CET

Pajares, M. F. (1992). Teachers' beliefs and educational research: Cleaning up a messy construct. *Review of Educational Research*, 62(3), 307-332.

Passarinho, I. (2013). *As formigas e os carreiros. Uma abordagem de Inspiração biográfica aos percursos de aprendizagem e à construção identitária de Assistentes Sociais*. Tese de Doutoramento. Lisboa: UL/IE, defendida em abril de 2013.

Paugam, S. (2003). *A desqualificação Social-ensaio sobre a nova pobreza*. Coleção Educação e Trabalho social 6. Porto: Porto Editora.

Peeters, J. (2008). Os profissionais da infância: atores de mudança. Como construir uma nova profissão a partir do terreno. In *Publicação conjunta de uma rede de revistas europeias*, 15 .

- Pinho, A. (2015). O contexto educativo de creche como promotor do desenvolvimento psicológico da criança. Tese de doutoramento em Psicologia, na especialidade em Psicologia do Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da UniveR.S. Idade de Coimbra, orientada pela Professora Doutora Maria da Luz Bernardes Rodrigues Vale Dias e pela Professora Doutora Maria de Lourdes Mendes Rocha Cró Braz.
- Portugal, G. (2000). Educação de bebés em creche – perspetivas de formação teóricas e práticas, infância e educação, investigação e práticas. In Revista do GEDEI Nº 1. janeiro de 2000. Porto. Porto Editora. pp. 87-106
- Portugal, G. (2000). Educação de bebés em Creche – perspetivas de formação teóricas e práticas. Infância e Educação: Investigação e Práticas, Revista do GEDEI (Grupo de Estudos para o Desenvolvimento da Educação de Infância), 1.
- Portugal, G. (2012). Finalidades e práticas educativas em creche: das relações, atividades e organização dos espaços ao currículo na creche. Confederação Nacional das instituições de Solidariedade. Casa do trabalho.
- Post J. et al. (2003). Educação de Bebés em Infantários. Cuidados e Primeiras Aprendizagens. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Quaresma, A.; Dias, I. S. & Correia, S. (2011). Entrevista: uma experiência de avaliação do desenvolvimento profissional docente. In C. S. Reis & F. S. Neves (Coord.), Livro de Atas do XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Vol. 2, 125 (pp. 143-146). Guarda: Instituto Politécnico da Guarda
- Quintas, P. (2011). Qual o papel da educadora de infância no processo de relação com as famílias? Relatório do Projeto de Investigação apresentada à Escola Superior de Educação de Setúbal, Instituto Politécnico de Setúbal, para obtenção do Grau de Mestre em Educação Pré-Escolar, orientada por Professor Doutor Augusto Pinheiro.

Reis, (2010). O mês do terceiro setor. 4ª Edição Empreender: Refletir e Agir. 2ª Sessão. Culturas e Identidades organizacionais no terceiro setor in [http://www.isociologia.pt/App\\_Files/Documents/working40\\_101019100346.pdf](http://www.isociologia.pt/App_Files/Documents/working40_101019100346.pdf).

Acedido a 26 de novembro de 2015

Revista de estudos demográficos nº51-52. Versão Eletrónica. [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_idsustentavel&contexto=es&se ITab=tab0&INST=123716083](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_idsustentavel&contexto=es&se ITab=tab0&INST=123716083). Acedido a 20 de novembro de 2015

Rocha, E (2001) Infância e Educação: Delimitações de um campo de pesquisa. Educação, Sociedade & Culturas, nº 17, fpce.up.pt

Rodari, G (1997) O Homem de Orelhas Verdes. In: TONUCCI, Francesco. Com olhos de criança. Porto Alegre: Artes Médicas.

Santos, L (2015) Editorial. Cadernos de Educação de Infância nº 104. Lisboa. Edições Apei

Santos, L. (2012). As respostas das instituições sociais face às necessidades dos grupos de pobreza – um estudo de caso. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção do Grau de Mestre em Educação Social, orientada por Professora Doutora Maria Nascimento Esteves Mateus.

Sarmiento, J. (2002) Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 78, abril. [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)

Silva, A (1998) Crescer na Creche. Cadernos de Educação de Infância, nº48. Lisboa. Edições Apei

Silva, M. (2010). Enfrentar a crise. Erradicar a pobreza – O contributo da economia social. Estudos. Sociedade e Trabalho 41. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Silva, M. et al. (1989), Pobreza Urbana em Portugal, Lisboa: Coleção Cáritas.

Vasconcelos, T. (Trad.) (1990) - Cuidados apropriados em termos de desenvolvimento para crianças dos 0 aos 3 anos, ESE de Lisboa

Vayer, P. et al. (1999) Como Aprende a Criança. Instituto Piaget. Horizontes Pedagógicos.

Vieira, I. (2015). A Participação. Um paradigma para a intervenção social. Lisboa: UniveR.S. Idade Católica Editora.

Walsh, Daniel, Tobin, Joseph, Graue, Elizabeth. A voz interpretativa: investigação interpretativa em educação de infância in Spodek, B. (Org.), (2002). Manual de Investigação em Educação de Infância. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

### **Legislação Consultada**

Diário do Governo (1929) Decreto- lei nº 16.730 de 13 de abril. Aprova os novos programas para o ensino primário elementar.

Diário do Governo (1932) Decreto – lei nº 21.014 de 21 de março. Relação das frases a inserir nos livros de leitura adotados oficialmente.

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2011) Decreto-Lei nº 167 — 1.ª série de 31 de agosto, que estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches.

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2013) Decreto-Lei n.º 83-A de 30 de dezembro. Primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social.

## Apêndices

### **Apêndice I – Guião de Entrevista 1 – Educadoras de Infância**

Prezada (o) Educadora de Infância

No âmbito do projeto de investigação “Os Planos de Desenvolvimento Individual e os Planos de Inserção das crianças de famílias beneficiárias de rendimento social de inserção” pretendo através de entrevista semiestruturada, conhecer as representações dos educadores de infância e dos intervenientes sociais sobre a inserção social das crianças de famílias beneficiárias de rendimento social de inserção. Importa perceber como cada profissional entende o conceito de inserção e em que tramites traça os Planos de Desenvolvimento Individual e os Planos de Inserção das crianças de famílias beneficiárias de R.S.I.

Os dados de identificação do técnico entrevistado, bem como as informações prestadas, não serão divulgados, de forma a garantir o anonimato, a confidencialidade e o sigilo.

Setúbal, de \_\_\_\_\_, de 2016

Assinatura do Técnico entrevistado

---

#### **Guião de Entrevista Educadoras de Infância**

##### DADOS DE CARATERIZAÇÃO PESSOAL

Género: Feminino  Masculino

Idade:

Grau Académico:

Formação inicial e complementar:

Experiência profissional:

Função na organização:

Tempo de Serviço na organização:

##### IDENTIDADE PROFISSIONAL

1. Fale-me um pouco do seu percurso pessoal e profissional?
2. O que é mais gratificante para si na sua profissão? E, quais os constrangimentos que encontra e que influenciam uma boa prática?
3. Diga-me, o que significa para si criança e infância?

4. Poderia descrever um dia da sua rotina diária?

#### IDENTIDADE PROFISSIONAL

1. Que instrumentos utiliza no registo dos dados relativos ao plano de desenvolvimento individual da criança? De que tempo dispõe para efetuar esses registos?
2. Que instrumentos utiliza no registo dos dados das famílias, a sua história e os problemas a ela associados? De que tempo dispõe para efetuar esses registos?

#### IDENTIDADE PROFISSIONAL

3. Como se manifesta a pobreza de crianças integradas numa sala de creche? Que indicadores podem alertar a sua atenção enquanto educadora de infância para uma situação de carência ou negligência?
4. O que significa para si inserção social de uma criança? Pode dar-me exemplos de situações, melhor ou pior conseguidas?
5. Como é efetuada a sinalização e depois o plano de inserção de uma criança da creche acompanhada pelo R.S.I?
6. O plano individual destas crianças é elaborado com novas adaptações? De que tipo? Quem são então os intervenientes?
7. Existe partilha junto dos profissionais de intervenção social, sobre as famílias e acerca daquilo que retira das observações que faz da criança, em contexto de sala?
8. Como pode o R.S.I ser um programa partilhado entre educação e ação social? Que mais-valias podem ser criadas em benefício das crianças e das famílias beneficiárias de R.S.I?
9. Há alguma questão ou tema que eu não tenha formulado e que julgue importante referir?

Obrigada pela colaboração.

## Apêndice II – Guião de Entrevista 2 – Interventores Sociais

Prezada (o) Assistente Social

No âmbito da unidade curricular Projeto do Mestrado de Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-estar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, solicito a sua participação através de entrevista. O objetivo é analisar e interpretar a perspetiva que possui da sua prática profissional, assim como, o seu envolvimento/autonomia na organização em que exerce funções e também perceber a sua visão acerca da educação como parceiro de percursos de inserção.

Os dados de identificação do técnico entrevistado, bem como as informações prestadas, não serão divulgados, de forma a garantir o anonimato, a confidencialidade e o sigilo.

Setúbal, 09 de Abril, de 2015

Assinatura do Técnico entrevistado

---

### Guião de Entrevista

#### DADOS DE CARATERIZAÇÃO PESSOAL

Género: Feminino  Masculino

Idade:

Grau Académico: \_\_\_\_\_

Experiência profissional: \_\_\_\_\_

Tempo de Serviço na organização: \_\_\_\_\_

#### DADOS DE CARATERIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

1. Como é constituída e está organizada a equipa de Rendimento Social de Inserção?
2. Qual o enquadramento legal que orienta a sua prática?
3. Como chegam as famílias até vós?
4. Que instrumentos utiliza no registo dos dados das famílias, a sua história e os problemas a ela associados? De que tempo dispõe para efetuar registos?

### IDENTIDADE PROFISSIONAL

5. Poderia descrever algumas rotinas da sua prática profissional? Com que tipo de interlocutores ocupa a maior parte do seu tempo de trabalho?
6. No decurso do diagnóstico social com uma família centra-se no(s) problema(s) ou tenta identificar também as potencialidades da mesma, mapeando os seus recursos no aqui e agora, a sua evolução ao longo do tempo e as suas perspetivas de futuro?
7. A intervenção a efetuar com a família é acordado com esta? De que forma esta participa no seu processo de autonomia?
8. Como é feito o acompanhamento das famílias?
9. A equipa (R.S.I) avalia a intervenção e os resultados desse processo?
10. O que é mais gratificante para si na sua profissão? E, quais os constrangimentos que encontra e que influenciam uma boa prática?
11. O que pensa sobre as políticas sociais para a área do R.S.I ? Como vê a participação do Serviço Social na efetivação dessas políticas?
12. Qual o papel que a Educação poderá ter na quebra do ciclo geracional de pobreza?
13. Poderá indicar casos de sucesso de estimulação das competências parentais de famílias com crianças integradas em equipamentos para a infância?
14. Como pode a IPSS ser um parceiro de percursos de inserção?

Obrigada pela colaboração.

### Apêndice III - Transcrição entrevista Educadora de Infância A

#### DADOS DE CARATERIZAÇÃO PESSOAL

Género: Feminino  Masculino

Idade:

Grau Académico: Licenciatura

Formação inicial e complementar: Licenciatura em Educação de Infância, Pós-graduação em Educação Especial

Experiência profissional: 2008/2013 Educadora de infância num jardim de infância particular; a partir de 2013, exerce funções de educadora de infância na Instituição Creche e Jardim de Infância “ O Sonho”

Função na organização: Educadora de infância

Tempo de Serviço na organização: 2 anos

#### IDENTIDADE PROFISSIONAL

##### **1. Ent: Fale-me um pouco do seu percurso pessoal e profissional**

**Edu:** O meu percurso pessoal ficou, inicialmente, marcado por uma gravidez na adolescência (17 anos), levando-me a iniciar no mercado de trabalho muito cedo. O meu primeiro emprego foi numas bombas de gasolina mas, depressa percebi que não era aquilo que queria para mim e para a minha família, trabalhava por turnos sendo complicado com um bebé que precisava muito de mim, embora o meu marido fosse sempre um grande apoio. Passados alguns meses deixei aquele emprego e fui tirar um curso de auxiliar de ação educativa no IIEFP de Setúbal. Quando iniciei os estágios comecei a ficar desperta para a profissão e, no último estágio ( IPSS em Setúbal) gostaram do meu trabalho e convidaram-me a ficar, ao qual eu aceitei. Este emprego, além de me dar estabilidade financeira e familiar também, veio proporcionar a possibilidade de voltar a estudar. E, assim foi, iniciei o ensino noturno para terminar o 12ºano. Quando terminei concorri ao Instituto Piaget de Almada para tirar o curso de Educação de infância, nessa altura a instituição onde eu trabalhava não proporcionou horário para eu poder trabalhar e estudar, sendo obrigada a ir trabalhar para uma pastelaria onde consegui conciliar a escola, família. Depois, concorri à bolsa e consegui. Depois de terminado o curso deixei a pastelaria e comecei a trabalhar num jardim de infância particular também, em Setúbal. Após 5 anos, sai e fui para a instituição onde atualmente exerço funções de educadora de infância.

##### **2. Ent: O que é mais gratificante para si na sua profissão? E, quais os constrangimentos que encontra e que influenciam uma boa prática.**

**Edu:** O mais gratificante para mim nesta profissão, em primeiro lugar, é poder exercer as funções para as quais estudei e numa instituição que me respeita a mim e o meu trabalho. Em segundo lugar, é saber que de alguma forma ajudei e participei no crescimento das crianças que vão passando por mim, dando-lhes ferramentas para a vida. Serem felizes,

gostarem de vir para a creche, interessarem-se pelo que as rodeiam. Ao mesmo tempo transmitir-lhes valores como respeitar o outro, saber esperar, ouvir, autonomia e confiança para conseguirem superar os desafios que vão encontrar ao longo da sua vida.

**Ent: Fatores ou constrangimentos para que eu consiga realizar uma boa prática?**

**Edu:** Fatores ou constrangimentos para que eu consiga realizar uma boa prática é conseguir realizar um trabalho de equipa, (auxiliar, polivalentes, coordenadora, presidente da instituição). Por vezes, é necessário sabermos ceder.

**3. Ent: Diga-me, o que significa para si criança e infância?**

**Edu:** Para mim a infância é uma das etapas mais importantes na vida de qualquer um de nós, é como se fosse a espinal medula de um corpo, é base de todo o nosso desenvolvimento, emocional, cognitivo e motor, é a fase em que o cérebro tem uma maior plasticidade para absorver todas as “informações” ou estímulos que devemos receber para que nos tornemos um adulto o mais equilibrado possível. A criança é um ser humano fantástico que de ano para ano se nota a sua evolução. Estamos sempre aprender em parceria, e acredito que esta profissão é uma troca de saberes, eu partilho alguns saberes com elas, mas as crianças, também vão partilhando comigo novas formas de ver o mundo e aquilo que nos rodeia. Até na forma de trabalhar, nem todos são iguais levando-nos sempre a questionar a nossa prática e forma de ver e fazer.

**4. Ent: Poderia descrever um dia da sua rotina diária?**

**Edu:** Inicio a minha rotina na creche às 9:30. Chego e vou para a sala onde começo o dia a saber recados, a receber famílias com as crianças. Por volta das 9:45 inicio o momento do tapete, onde cantamos uma canção de bom dia, conto uma história /canções. Por volta das 10.00 inicio as atividades dirigidas com o grupo. Cerca das 10:30 começamos a arrumar os brinquedos, para depois colocarmos as camas. Por volta das 11.00 vamos para o refeitório almoçar e, terminamos por volta da 11:45 regressando à sala, novamente, para iniciarmos a higiene. Às 12:45 deitamos as crianças para fazerem a sesta. Entre as 13.00 e as 14:30 a educadora fica na sala a realizar os registos, a preparar as atividades para outros dias, a ver os cadernos das crianças, colocar recados, ... Às 14:30 regressa a auxiliar que dá continuidade ao trabalho que estivermos a fazer e, sensivelmente, às 15:15 começa-se a levantar as crianças e a fazer a higiene, assim como arrumar da sala. Às 16:00 vamos para o refeitório lanchar e, às 16:30 regressamos a sala e fazemos a higiene, novamente. Depois, ficamos na nossa sala a cantar canções, a ouvir uma história até as famílias virem buscar as crianças.

DESENVOLVIMENTO INFANTIL

**5. Ent: Que instrumentos utilizam no registo dos dados relativos ao plano de desenvolvimento individual da criança? De que tempo dispõe para efetuar esses registos?**

**Edu:** Os instrumentos que dispomos para realizar os nossos registos são, o registo de observação da criança, a ficha de avaliação diagnóstico, observação direta, perfil de desenvolvimento, plano individual, e respetivas monitorizações.

**Ent: E, quando consegue registar?**

**Edu:** Estes registos são realizados ou durante o período de sesta das crianças ou depois do meu horário laboral, chegando mesmo a levar para casa para concluir.

**6. Ent. Que instrumentos utilizam no registo dos dados sobre as famílias, a sua história e os problemas a ela associados? De que tempo dispõe para efetuar esses registos?**

**Edu:** Os instrumentos que disponho para o registo dos dados sobre as famílias é o preenchimento da FAD (Ficha de avaliação de diagnóstico), que é realizada com a família num dia e hora combinado entre ambos, na qual tento que seja realizado durante o meu horário de trabalho (9:30 as 17:30). Quando existe indisponibilidade por parte da família, a entrevista é realizada no horário mais conveniente para esta.

### POBREZA E INSERÇÃO SOCIAL

**7. Ent: Como se manifesta a pobreza de crianças integradas numa sala de creche? Que indicadores podem alertar a sua atenção enquanto Educadora de Infância para uma situação de carência ou negligência?**

**Edu:** A pobreza das crianças integradas numa sala de creche, podem manifestar-se de diferentes formas, famílias desempregadas, ou beneficiárias do rendimento social de inserção, precaridade no vestuário, dificuldades financeiras. A falta da higiene pode ser ou não um indicador, porque há crianças em que os pais manifestam um poder económico razoável e por vezes há falta de higiene.

**8. Ent: O que significa para si a inserção social de uma criança? Pode dar-me exemplos de situações, melhor ou pior, conseguidas?**

**Edu:** A inserção social de uma criança com base nas situações que já acompanhei não difere de outra criança. Pois, maioritariamente não temos conhecimento de que a família é acompanhada pelo R.S.I. A criança vai à creche e participa como qualquer outra criança do grupo.

**9. Ent: Como é efetuada a sinalização e depois o plano de inserção de uma criança da creche acompanhada pelo R.S.I?**

**Edu:** Não tenho qualquer conhecimento sobre esse processo.

**10. Ent: O plano individual destas crianças é elaborado com novas adaptações? De que tipo? Quem são, então, os intervenientes?**

**Edu:** O plano individual destas crianças é realizado pela educadora responsável, da mesma forma que é realizado para outra criança, os intervenientes da elaboração do plano individual é a educadora de infância onde, posteriormente dá a conhecer a família.

**11. Ent: Existe partilha junto dos profissionais de intervenção social, sobre as famílias e acerca daquilo que retira das observações da criança que, faz em contexto de sala?**

**Edu:** A partilha de informação que há é do educador de infância perante a família, nunca se verificou interesse por parte dos profissionais de intervenção social e do educador de infância também.

**12. Ent: Como pode o R.S.I ser um programa partilhado entre Educação e Ação Social? Que mais-valias podem ser criadas em benefício das crianças e das famílias beneficiárias de R.S.I?**

**Edu:** Julgo que, poderia haver uma maior coparticipação entre os diversos profissionais envolvidos. Deveríamos de procurar ir de encontro as necessidades reais para aquela família, aos vários domínios, emprego, necessidades básicas, educação, no qual se desenvolvesse ações que desenvolvesse na família a sua autonomização. Porque acredito que o fato de ter as crianças inseridas numa creche (escola), não é indicador que estão inseridas socialmente. Penso ser necessário que a família sinta que faz sentido para si, e que tenham vontade de superar as suas dificuldades.

**13. Há alguma questão ou tema que eu não tenha formulado e que julgue importante referir?**

**Edu:** Não.

**Ent:** Agradeço a sua disponibilidade. Obrigada.

**Edu:** De nada. Foi com prazer.

Obrigada pela sua colaboração!

## Apêndice IV - Transcrição entrevista Educadora de Infância B

### DADOS DE CARATERIZAÇÃO PESSOAL

Género: Feminino  Masculino

Idade:

Grau Académico: Licenciatura

Formação inicial e complementar: Licenciatura em Educação de Infância

Experiência profissional: Educadora de Infância

Função na organização: Educadora de Infância

Tempo de Serviço na organização: 3 anos

### IDENTIDADE PROFISSIONAL

#### 1. **Entrevistador: Fale-me um pouco do seu percurso pessoal e profissional?**

**Educadora:** Nasci e cresci em Setúbal, no seio de uma família tradicional de classe média. Tive uma infância muito feliz e uma educação familiar riquíssima. Os meus pais transmitiram-me valores que carrego comigo até hoje, e que diariamente, tento passar à minha filha.

Frequentei o ensino público e fui uma aluna razoável. Comecei a trabalhar durante o ensino secundário e partir de então sempre trabalhei em part-time até terminar a licenciatura em educação de infância. As minhas férias sempre foram passadas no litoral alentejano, na terra dos meus pais, Almogrove, local onde me sinto bem e que me transmite paz e tranquilidade. O sítio ideal para umas férias bem passadas!

Tenho muito orgulho em ser educadora!

#### **Ent: Orgulho, em que sentido. Poderia especificar?**

**Edu:** Esta profissão apareceu na minha vida por acaso. Como costume dizer, não fui eu que escolhi ser educadora, foi a profissão que me escolheu a mim e as coisas foram acontecendo. O meu objetivo inicial era formar-me em psicologia, mas a minha média não me permitia entrar no ensino público. Concorri, então para educação de infância no público e para psicologia no ensino privado. Quando soube que tinha entrado no curso de Educação de Infância fiquei cheia de dúvidas e receios.... o que eu realmente queria não era isto.... Mas o ensino, também me atraía, e eu imaginava-me a contribuir de alguma forma na educação das crianças.... Mas seria eu capaz? Teria eu perfil para isto? De qualquer forma também não sabia se teria perfil para ser uma boa psicóloga. Portanto, decidi optar pela educação de infância, pois na altura o peso das despesas com os estudos também contribuíram imenso na minha decisão. E, de repente tudo correu bem e eu era educadora de infância e estava perante um grupo de crianças à minha responsabilidade! E, com isto já passaram 10 anos, sendo que a minha experiência profissional foi

praticamente toda passada na valência de creche. E, é mesmo isto que eu gosto de fazer e quero continuar a fazer.

**Ent: Foi então uma boa opção?**

**Edu:** sim, claramente.

**2. Ent: Diga-me, o que é mais gratificante para si na sua profissão?**

**Edu:** Para mim, o mais gratificante é o criar laços afetivos com as crianças, assistir de perto ao seu crescimento e desenvolvimento, ensinando-lhes muito mas, também aprendendo imenso com elas. Ninguém imagina o quanto é bom ser tão bem recebida logo pela manhã, com um “bom dia” de sorriso nos lábios e um abraço apertado e sincero, o ouvir “..., sabias que és muito linda?”..... Estas pequenas coisas e ao mesmo tempo, tão gigantes coisas, são algumas das alegrias desta profissão.

**Ent: Pode dizer-me quais os constrangimentos que encontra e que influenciam uma boa prática?**

**Edu:** Como é claro, como na maioria das profissões as coisas nem sempre são fáceis. Um dos desafios da profissão está em conciliar quantidade e qualidade. Além de serem muitas crianças por sala, existe muito trabalho invisível a quem está de fora. As exigências são cada vez mais e entre avaliações constantes, perfis de competências, planos individuais, projetos, impressos, épocas festivas por planificar e organizar, existe o trabalho diário com as crianças e a parte principal, as relações afetivas. Outra dificuldade, é conseguir que as crianças se mantenham concentradas quando é necessário. Por vezes, é quase necessário “fazer o pino” para os cativar. É necessário uma dose de paciência, criatividade e imaginação, quanto baste.

**3. Ent: Diga-me, o que significa para si criança e infância?**

**Edu:** Ser criança é sinónimo de simplicidade e espontaneidade, é não pensar no perigo e ser corajoso. É conseguir ser feliz com muito pouco e demonstrar essa felicidade ao mundo. É não ter vergonha de chorar e fazê-lo com tem vontade. É ter pouca paciência e muita pressa de tudo. É acreditar e confiar no que lhe dizem.

**Ent: E, infância que significado tem para si?**

**Edu:** A infância é o sonho, a esperança de um futuro risonho, a aposta num mundo melhor. Sempre.

**4. Ent: Poderia descrever um dia da sua rotina diária?**

**Edu:** Vou tentar então descrever um dia da minha rotina:

Às 7:30 o despertar toca e é hora de levantar. Acordo a minha filha, trato da nossa higiene, vestimo-nos, tomamos o pequeno-almoço e saímos para o “ninho”, local onde trabalho e onde ela frequenta o jardim de infância. Deixo-a na sala dela com um beijinho de despedida e um abraço e vou-me preparar para mais um dia de trabalho.

Visto a bata, calço uns sapatos mais confortáveis, apanho o cabelo em rabo-de-cavalo e sigo em direção à porta da sala, onde me esperam já algumas crianças com a minha colega, a auxiliar da sala. Por norma, faltam poucos minutos para as 9:30. Sou recebida com abraços e sorrisos de crianças tão bem dispostas, que é impossível não começar bem o dia desta forma. Nesta altura, dão-se os bons dias a todos e a minha colega transmite-me todos os recados e informações dadas relativamente às crianças que já chegaram.

Até às 10:00 vão chegando as restantes crianças e nesta meia hora as crianças desenvolvem atividades de mesa como jogos de encaixe, legos ou exploração de plasticina, enquanto os adultos acolhem as crianças que vão chegando à instituição com as suas famílias. Também é nesta altura que o grupo de crianças vai à casa-de-banho.

Às 10:00, sentamo-nos todos no tapete em grande grupo. Dão-se os bons dias através de uma canção já conhecida, procede-se à marcação das presenças e do tempo, nomeiam-se os responsáveis pelo mapa das tarefas, contam-se as novidades e ouvem-se as histórias que normalmente servem de ponte para as atividades que se seguem.

Depois, desta primeira conversa em grande grupo, segue-se a atividade proposta pelo adulto, em que as crianças são estimuladas à exposição livre e criativa. Realizam-se atividades de música ou movimento, fazem-se jogos, pinturas, exploração de diversos materiais.

Após a atividade, segue-se um momento de arrumações, em que todos são incentivados a participar e, se ainda tivermos tempo, as crianças brincam livremente nas áreas ou no espaço exterior, quando o estado do tempo permite. As atividades de exterior também são sentidas como importantes e procuramos sempre considerá-las nas rotinas da manhã ou tarde.

Por volta das 11:45 vem então a higiene e o momento da refeição das crianças. Depois do almoço das crianças, a sala é limpa e eu e a minha colega podemos então almoçar, enquanto observamos as crianças brincar nas diferentes áreas da sala. Às 13:30, as crianças mais novas vão dormir a sesta, enquanto outras realizam atividades livres ou orientadas. E, é neste momento que eu tenho uma hora de pausa, que normalmente aproveito para fazer algumas compras de supermercado ou para preparar alguma atividade a desenvolver. Deixo algumas crianças já deitadas e as restantes crianças ficam na sala ou no exterior, todas elas à responsabilidade de colegas minhas.

Quando regresso às 14:30, durante 1 hora, desenvolvo atividades mais orientadas de preparação para as crianças que no próximo ano letivo transitam para o 1º ciclo do ensino básico, ou seja, para as crianças de 5 anos. As restantes crianças realizam jogos de mesa, pinturas, continuam as atividades da manhã, caso não as tenham terminado ou até podem ficar a assistir a um filme.

Às 15:30 é hora das crianças que dormem a sesta acordarem e, normalmente, enquanto a minha colega fica com as restantes na sala, sou eu que costumo ir levantar e arrumar os catres na sala que usamos como dormitório. O lanche é seguido da continuação da atividade orientada da manhã (quando assim se justifique), pelas atividades extracurriculares (que ocorrem às segundas, quintas e sextas) e por um momento de reflexão com as crianças. Também, se seguem as brincadeiras livres enquanto a chegada das famílias vai acontecendo ao longo da tarde.

O meu horário de saída é às 17:30, o que raramente acontece. Sempre surge alguma situação que me prende durante mais tempo. Ou uma mãe que precisa conversar comigo, ou uma criança que sujou a roupa e tem que ser trocada. Quando consigo deixar tudo organizado vou então tirar a bata, trocar os sapatos e buscar a minha filha à sua sala. Ela gosta tanto da “escolinha” que é sempre complicado convencê-la a vir embora.

Costumamos chegar a casa por volta das 18:30. Tiramos os sapatos, penduramos os casacos no cabide e vamos logo para a casa de banho para eu lhe dar banho. Depois de banho tomado, pijama vestido e cabelo seco, já tem permissão para ir brincar, enquanto come uma peça de fruta. Vou então preparar algo para o jantar. Enquanto o jantar não está feito, tomo o meu banho e preparo logo a roupa dela para o dia seguinte.

Jantamos às 20:30 e enquanto eu lavo a loiça e arrumo a cozinha, ela vê televisão. Deito a minha filha por volta das 21:15 e vou preparar as coisas para o dia seguinte. A preparação das atividades costuma ser feita muitas vezes nesta altura do dia, assim como registos, avaliações, projetos, etc. Costumo deitar-me por volta das 23:30.

## IDENTIDADE PROFISSIONAL

### **5. Ent: Que instrumentos utiliza no registo dos dados relativos ao plano de desenvolvimento individual da criança?**

**Edu:** O Plano Individual de uma criança é sempre elaborado tendo em consideração um conjunto de procedimentos que visam obter o máximo de informação sobre a criança e seu historial.

**Ent: Como é feito esse processo?**

**Edu:** Primeiramente, é realizada uma abordagem junto da família, através de uma conversa e preenchimento da FAD (Ficha de avaliação de diagnóstico) em conjunto com os pais da criança. São abordados alguns temas, como por exemplo os hábitos alimentares, de sono e higiene, informações de saúde e brincadeiras preferidas, entre outros. Posteriormente, outros documentos são preenchidos, entre os quais o programa de acolhimento inicial e relatório e o P.C. (Perfil de competências). Estes impressos são preenchidos no decorrer do 1º mês de frequência da criança na instituição, após observação e contato direto com a criança. Ambos os documentos ajudam a recolher as informações necessárias sobre a criança, de forma que a intervenção do adulto seja adequada e de qualidade.

**Ent: De que tempo dispõe para efetuar esses registos?**

**Edu:** No decorrer das atividades diárias em conjunto com a auxiliar de ação educativa normalmente, enquanto as crianças brincam livremente nas áreas. Quanto às reuniões com as famílias, normalmente, estas são agendadas após as 16:30, de forma a evitar as horas letivas e para não prejudicar o trabalho realizado com as crianças. No entanto, por vezes, há necessidade de ajustar os horários das reuniões à disponibilidade das famílias, sendo que muitas vezes estas acontecem ao fim da tarde, em horário pós-laboral.

6. **Ent: Que instrumentos utiliza no registo dos dados das famílias, a sua história e os problemas a ela associados? De que tempo dispõe para efetuar esses registos?**

**Edu:** Existem impressos próprios para registar esse tipo de dados, como a ficha de inscrição, onde ficam registados os elementos que pertencem ao agregado familiar da criança em questão, os rendimentos mensais que auferem e outros dados da situação familiar, como por exemplo se possuem habitação própria ou alugada e quais os encargos com ela. Também durante as reuniões ou conversas informais diárias com as famílias se pode recorrer ao impresso “registo de atendimento aos pais”, onde se pode registar qualquer dado que se considere pertinente.

**Ent: E, em que momento efetua o registo desses dados?**

**Edu:** Por norma, esses dados são registados no momento ou imediatamente após a tomada de conhecimento dos mesmos.

## IDENTIDADE PROFISSIONAL

### **7. Ent: Como se manifesta a pobreza de crianças integradas numa sala de creche? Que indicadores podem alertar a sua atenção enquanto Educadora de Infância para uma situação de carência ou negligência?**

**Edu:** Há certos aspetos que nos indicam que uma criança pertence a uma família de classe baixa. Além de estarmos informados sobre a situação profissional das famílias, há várias situações que ocorrem diariamente numa sala de creche que nos permite verificar isso. Por exemplo, sabemos que uma família pertence a uma classe baixa e tem dificuldades quando a criança vem com fome de manhã porque não tomou o pequeno-almoço, ou se vem com frio nos pés porque a mãe está à espera do fim do mês para comprar as botas mais quentinhas. Por vezes, a criança vem vestida ou calçada de forma desadequada, ou seja, é inverno e a criança vem com pouca roupa, ou a roupa já está muito curta.

Também acontece muitas vezes as crianças de famílias carenciadas não participarem em festas, passeios, em atividades extracurriculares e outras atividades que impliquem um custo adicional porque simplesmente as famílias não têm dinheiro para tal.

### **Ent: Para além das mencionadas, considera existirem outras formas de manifestação?**

**Edu:** Outras situações podem servir de alerta para estados de carência, como por exemplo, uma criança que urina na cama à hora da sesta e no dia seguinte não traz lençóis porque não secaram e não tem mais nenhuns. Nas próprias conversas diárias com as famílias, muitas vezes surgem desabafos que devem ser tidos em consideração. Por vergonha as famílias não pedem ajuda e temos que ser nós, profissionais, a desvendar o que está por trás de certas atitudes, de certos desabafos.

### **8. Ent: O que significa para si inserção social de uma criança? Pode dar-me exemplos de situações, melhor ou pior conseguidas?**

**Edu:** Inserção social de uma criança significa reunir o conjunto de medidas necessárias para que a criança se consiga inserir na sociedade, criando condições de igualdade social perante os outros e possibilitando uma qualidade de vida melhor.

### **Ent: E, exemplos, conhece?**

**Edu:** Posso dar o exemplo de dois irmãos gémeos que vivem apenas com a mãe, que se encontra atualmente, desempregada. Apesar de não manifestarem sinais de pobreza extrema, esta mãe procurou apoio por iniciativa própria e segundo soube agora, está a ser acompanhada pelo R.S.I. Além de que são crianças que estão a ser também acompanhadas pela equipa de intervenção precoce devido a alguns atrasos de desenvolvimento. Esta é uma situação bem conseguida. Infelizmente, existem situações não conseguidas. Temos crianças que apresentam alguns sinais de pobreza como

vestuário reduzido e em mau estado, que não participam em atividades que envolvem custos extra por os pais não terem como pagar.... Mas como as famílias apresentam rendimentos, embora muito baixos, não têm direito ao R.S.I. Nestes casos, a instituição ajuda doando vestuário e calçado que tenha sido doado, e muitas vezes até não cobrando certas atividades (com ordem do senhor presidente).

**9. Ent: Como é efetuada a sinalização e depois o plano de inserção de uma criança da creche acompanhada pelo R.S.I?**

**Edu:** Quando existe suspeita de que alguma criança possa estar a passar por uma situação de carência ou negligência, essa situação é de imediato comunicada à coordenadora, que analisará a situação e acionará os meios necessários para que se possa intervir de forma adequada.

**Ent: E, em relação à inserção?**

**Edu:** Quanto ao plano de inserção de uma criança acompanhada pelo R.S.I., a criança em questão é tratada de igual forma no seio do grupo de crianças, tendo o cuidado de ir verificando alguns sinais de que realmente a criança está a ter o devido acompanhamento. Por exemplo, verificar se a criança chega à instituição sem fome e tomou o pequeno-almoço, se o vestuário e o calçado estão adequados e em bom estado de conservação, se os cuidados primários de saúde e higiene estão assegurados.

**10. Ent: O plano individual destas crianças é elaborado com novas adaptações? De que tipo? Quem são então os intervenientes?**

**Edu:** O Plano individual das crianças acompanhadas pelo R.S.I. é elaborado da mesma forma que o plano individual das restantes crianças. Quero com isto dizer que, ao elaborar o Plano individual de qualquer criança, sendo ela ou não acompanhada pelo R.S.I., o objetivo principal é ir ao encontro das necessidades e metas a atingir com a criança em questão, tendo em consideração as suas competências e dificuldades. Para isso, é necessário valorizar todos os dados relativos ao historial da criança, quer a nível de desenvolvimento, quer a nível familiar.

**11. Ent. Existe partilha junto dos profissionais de intervenção social, sobre as famílias e acerca daquilo que retira das observações da criança que faz em contexto de sala?**

**Edu.** Que seja do meu conhecimento, não existe qualquer tipo de partilha de informação com os profissionais de intervenção social sobre as observações realizadas à criança em contexto de sala. Penso que, o R.S.I. seria um programa mais bem conseguido e de maior qualidade se existisse partilha de informação entre as técnicas de intervenção social e a equipa pedagógica que acompanha a criança e a família diariamente.

**12. Ent. Como pode o R.S.I ser um programa partilhado entre educação e ação social? Que mais-valias podem ser criadas em benefício das crianças e das famílias beneficiárias de R.SI.?**

**Edu:** Para isso ser possível, deveriam ocorrer reuniões periódicas entre ambas, para troca de informações sobre a situação atual da família e, por conseguinte, da criança. Isso facilitaria uma intervenção mais rápida e eficaz quando necessário, além de que, em conjunto, seria possível encontrar soluções mais adequadas para a situação de cada família. O valor atribuído pelo R.S.I. é uma ajuda, mas por vezes não é suficiente para garantir que as famílias vivam com dignidade e a partilha entre educação e ação social seria uma mais-valia nesse aspeto.

**13. Ent: Há alguma questão ou tema que eu não tenha formulado que julgue importante referir?**

**Edu:** Não, assim, de repente, não. Acho que já disse tudo.

**Ent:** Obrigada, pela disponibilidade.

**Edu:** Sempre que precisar.

Obrigada pela colaboração.

## Apêndice V – Transcrição da Entrevista Interventor Social A

### DADOS DE CARATERIZAÇÃO PESSOAL

Género: Feminino  Masculino

Idade:

Grau Académico: Licenciatura em Serviço Social

Experiência profissional: Técnica de Ação Social e técnica de Intervenção local em contexto PIEF.

Tempo de Serviço na organização: 3 Anos

### DADOS DE CARATERIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

- 1. Entrevistadora: Bom dia, agradeço desde já a sua disponibilidade para esta entrevista. Gostaria que começasse por falar um pouco acerca da organização da equipa de Rendimento Social de Inserção?**

**Assistente Social A:** Muito bom dia, então, a nossa equipa tem 4 técnicos superiores e 6 ajudantes de ação direta como formações diversas.

**Ent: Poderia especificar mais a formação, quer dos técnicos superiores, quer dos ajudantes?**

**AS:** Sim, com certeza. Somos 2 assistentes sociais ou melhor técnicas de Serviço Social, 1 socióloga, 1 psicóloga. Os ajudantes têm formação desde o 9º ano à Licenciatura.

**Ent: Ainda dentro da mesma questão, fale-me então um pouco sobre a organização da equipa no que diz respeito às funções?**

**AS:** Existe um coordenador de equipa. Esta função de coordenação é rotativa entre os 4 técnicos superiores.

**Ent: Anualmente?**

**AS:** Sim, Sim. Os técnicos planificam e os ajudantes executam. Os ajudantes fazem um trabalho de maior proximidade com as famílias.

**Ent: Em que sentido?**

**AS:** Porque estão mais diretamente com as famílias. Apesar de nós também fazermos visitas e termos muitos projetos em que estamos com as famílias, os ajudantes acabam por criar uma ligação diferente.

- 2. Ent: Qual o enquadramento legal que orienta a sua prática?**

**AS:** Nós seguimos o decreto-lei nº 133/2012 de, salvo erro, 27 de Junho.

**Ent: Pode só esclarecer-me a que se refere esse decreto-lei?**

**AS:** É onde estão descritos, assim de uma forma muito simples, os direitos e os deveres dos utentes.

**3. Ent: Como chegam as famílias até aqui? Até ao vosso gabinete?**

**AS:** Antes de chegarem, aqui ao núcleo, primeiro as famílias vão à segurança social, fazem o pedido através de um requerimento.

**Ent: E, o que acontece a seguir?**

**AS:** Se a família reunir as condições para ser beneficiário, é-lhe atribuído um técnico, dentro do núcleo a que o utente pertença, pela segurança social. Neste momento estamos a trabalhar com cerca de 270 famílias o que equivale a 700 beneficiários.

**4. Ent: Que instrumentos utiliza no registo dos dados das famílias, a sua história e os problemas a ela associados? De que tempo dispõe para efetuar registos?**

**AS:** Na plataforma. O contrato de inserção é o principal de instrumento e está na plataforma, identificado como modelo R.S.I 4/2012. Também, utilizamos um mapa de atendimento. O atendimento é de segunda a sexta-feira das 9h00 às 17h00m, por marcação de acordo com a disponibilidade do técnico. Mas, ainda antes deste atendimento o primeiro contato é sempre uma visita à casa da família.

**Ent:** A disponibilidade é somente do técnico, ou também têm em conta a disponibilidade da família para a visita?

**AS:** À partida, a família tem de estar disponível, tendo em conta que está desempregada e a beneficiar do rendimento. Existem exceções, claro, quando o beneficiário está a trabalhar ou por baixa médica ou também morte de familiar.

**Ent: Voltando atrás, em relação à questão do tempo, diga-me: Existe limitação no tempo que dispõe para efetuar os registos?**

**AS:** Sim, quer dizer mais ou menos. O primeiro atendimento dura cerca de 1 hora ou menos. Os seguintes, depende da situação.

IDENTIDADE PROFISSIONAL

**5. Ent: Poderia descrever algumas rotinas da sua prática profissional? Com que tipo de interlocutores ocupa a maior parte do seu tempo de trabalho?**

**AS:** Logo pela manhã, fazemos um briefing, é a primeira coisa que fazemos, ou seja é uma reunião diária onde trocamos informações para planear o dia.

**Ent: Toda a equipa?**

**AS:** Sim, técnicos e ajudantes para priorizar o trabalho e para nos organizarmos em

termos de recursos logísticos e materiais. Durante o dia são os registos, as visitas, os atendimentos, ver os alertas que temos para os requerimentos.

**Ent: E em relação aos interlocutores?**

**AS:** As famílias, claro ocupam a maior parte do tempo. Mas, também os parceiros como por exemplo a escola, a creche e jardim de infância, o centro de emprego e formação profissional, o hospital, o centro de saúde, e reuniões com o Instituto da Segurança Social. Depois, ainda temos outros órgãos com quem temos que trabalhar, infelizmente mais vezes do que o desejável, como os estabelecimentos prisionais, a EMAT, a CPCJ, a CAFAP, entre outros muitos.

**6. Ent: No decurso do diagnóstico social com uma família centra-se no(s) problema(s) ou tenta identificar também as potencialidades da mesma, mapeando os seus recursos no aqui e agora, a sua evolução ao longo do tempo e as suas perspetivas de futuro?**

**AS:** Primeiro, tentar perceber o que a família considera ser o problema e depois procurar trabalhar com as capacidades das famílias. Começo por caracterizar a família, ver as suas despesas, as suas dívidas, condições de saúde, habitação e alimentação. Tentar perceber, as suas expectativas e a partir daqui elaborar o contrato nas diversas áreas.

**Ent: Poderá nomear algumas dessas áreas?**

**AS:** Por exemplo cidadania, emprego, formação profissional, educação, saúde, habitação.

**7. Ent: A intervenção a efetuar com a família é acordado com esta? De que forma esta participa no seu processo de autonomia?**

**AS:** O contrato é contratualizado com as famílias, mas de acordo com o que existe, e caso a família não aceite algum trabalho, ou quando falta às convocatórias o contrato cessa, e o centro de emprego corta o rendimento.

**8. Ent: Como é feito o acompanhamento das famílias?**

**AS:** Através da orientação e acompanhamento dos técnicos e ajudantes em visitas, atendimentos e iniciativas de ações de inserção. Por exemplo, apoio na melhoria das condições habitacionais, apoio na elaboração de C.V, apoio na gestão orçamental doméstica, apoio na inscrição em equipamentos de infância, na procura de emprego, no acompanhamento escolar das crianças, no preenchimento de documentos, entre outros.

**Ent: Poderia dar um exemplo de uma ação de inserção ou projeto?**

**AS:** Sim, um dos projetos de intervenção consistiu na implementação de espaços e momentos de partilha como a Dança cigana e o Yoga para crianças, com o objetivo de combater a exclusão social.

**9. Ent: A equipa (R.S.I) avalia a intervenção e os resultados desse processo?**

**AS:** Sim, semestralmente fazemos uma avaliação das nossas ações, que enviamos à

segurança social, chama-se relatório de progresso e nas nossas reuniões diárias, também avaliamos e refletimos sobre o que correu bem e menos bem.

**10. Ent: O que é mais gratificante para si na sua profissão? E quais os constrangimentos que encontra e que influenciam uma boa prática?**

**AS:** Quando se estabelece uma relação de empatia e confiança entre as partes. Quando a intervenção tem frutos. Quando se vê o sorriso das crianças. Os constrangimentos são de ordem logística. A dificuldade em concretizar todos os projetos e ações e faltar os recursos materiais, logísticas e por vezes, humanos. E, também não existir um verdadeiro sentimento de parceria e de solidariedade entre as instituições.

**Ent: Em que sentido?**

**AS:** As instituições estão viradas para si mesmas e porque se fala muito nos “meus” utentes e não nos utentes.

**11. Ent: O que pensa sobre as políticas sociais para a área do Rendimento Social de Inserção? Como vê a participação do Serviço Social na efetivação dessas políticas?**

**AS:** Existem cada vez mais situações de nova pobreza e as pessoas recebem cada vez menos. As medidas não são adequadas a todos os beneficiários. São, hum ... muito abrangentes e não adequadas às necessidades.

**Ent. E, em relação à segunda questão, qual o papel do serviço social no cumprimento dessas políticas?**

**AS:** As políticas e medidas são burocráticas e infelizmente, por vezes não há tempo para intervir de forma mais adequada. O r.s.i não tem fundos, e a maioria dos projetos e iniciativas contam com a boa vontade, dos técnicos, ajudantes, direção da instituição e outros parceiros, que contactamos.

**Ent: Poderá identificar alguns, desses parceiros?**

**AS:** Por exemplo, Banco Alimentar, SIC Esperança que permitiu que algumas crianças, em situação de carência económica, tivessem acesso a material escolar, algumas farmácias, e até colaboradores de outras valências da IPSS, como por exemplo o professor de ginástica que dinamizou uma aula para os nossos utentes.

**12. Ent: Qual o papel que a Educação poderá ter na quebra do ciclo geracional de pobreza?**

**AS:** Através da negociação conjunta de ações que poderão constatar no contrato de inserção. As famílias comprometem-se a integrar as crianças, são responsáveis por estas e por cumprir o contrato.

**Ent: E, o que poderá constatar desse contrato?**

**AS:** Poderia estar definido o que trabalhar com as famílias e as crianças.

**Ent: E, em relação ao papel da educação?**

**AS:** O ideal seria que o R.S.I fosse uma medida temporária com vista à autonomização dos beneficiários e dos seus agregados familiares, através da empregabilidade. Em seguida apostar na educação e criando projetos em conjunto que ajudasse a uma mudança de mentalidades, comportamentos e hábitos.

**13. Ent: Poderá indicar casos de sucesso de estimulação das competências parentais de famílias com crianças integradas em equipamentos para a infância?**

**AS:** O objetivo é um maior responsabilização dos pais pelo percurso escolar dos menores e a sua independência, as famílias que têm tido sucesso, são as que conseguem manter o seu trabalho, ao mesmo tempo que se envolvem e participam ativamente na vida escolar dos filhos. De momento não sei dizer números, mas dou o exemplo de um caso em que, a partir do momento em que a mãe foi integrada num programa de emprego inserção, o pai arranhou trabalho, a criança foi integrada, esta família conseguiu ter sucesso. Depois, com o trabalho feito na creche com a família através dos seus projetos e planos revelou-se um caso de sucesso.

**14. Ent: Como pode a IPSS ser um parceiro de percursos de inserção?**

**AS:** É de extrema relevância destacar a importância das diversas valências da Instituição, como a Creche familiar, berçário, creche, jardim-de-infância e ATL, o Gabinete de Inserção Profissional, Mercado Social e Loja Social que são facilitadores da intervenção, com as famílias beneficiárias do rendimento social de inserção. A interligação entre as diversas valências tem demonstrado ser benéfica na otimização do nosso trabalho com as famílias.

**Ent: Pode especificar essa ligação?**

**AS:** Por exemplo, a creche já nos tem fornecido alimentos e material escolar para as nossas famílias.

**Entrevistadora:** Obrigada pelo tempo que disponibilizou para esta entrevista.

**Assistente Social A:** De nada. Ao dispor.

Obrigada pela colaboração.

## Apêndice VI – Transcrição da Entrevista Interventor Social B

### DADOS DE CARATERIZAÇÃO PESSOAL

Género: Feminino  Masculino

Idade:

Grau Académico: Licenciatura

Experiência profissional: 8 anos como técnica de serviço social (Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago e IPSS O Sonho)

Tempo de Serviço na organização: 1 ano e meio

### DADOS DE CARATERIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

**1. Entrevistadora: Bom dia, gostaria de lhe agradecer a disponibilidade para falar comigo e de começar por lhe perguntar como é constituída e como está organizada a equipa de Rendimento Social de Inserção?**

**Assistente Social B:** A equipa de R.S.I é constituída por 6 ajudantes de ação direta (AAD) com formações e escolaridades diversas e por 4 técnicos de acompanhamento. Esses 4 técnicos formam uma equipa interdisciplinar, sendo que uma é psicóloga, outra é socióloga e duas técnicas de serviço social. Os técnicos são os gestores dos processos de R.S.I e em articulação com os AAD intervêm junto das famílias beneficiárias de R.S.I.

**2. Ent: Qual o enquadramento legal que orienta a sua prática?**

**AS:** O enquadramento legal a lei de bases da segurança social – Decreto-Lei n.º133/2012 de 27 de junho.

**3. Ent: E, como chegam as famílias até vós?**

**AS:** Os requerimentos de R.S.I são entregues nos balcões da segurança social, a informação posteriormente é tratada e de acordo com a morada do agregado familiar, são enviados alertas informáticos, através da plataforma ASIP, para o técnico e que acompanha a rua da morada.

**Ent: Fale-me um pouco mais acerca desses alertas e qual é o objetivo desses mesmos alertas?**

**AS:** Esses alertas visam a atribuição do processo ao técnico, que ao ter acesso informaticamente aos dados da família realiza uma visita domiciliária e agenda atendimento para conhecer o agregado familiar e poder efetuar a caracterização e diagnóstico da situação.

**4. Ent: Que instrumentos utiliza no registo dos dados das famílias, a sua história e os problemas a ela associados? De que tempo dispõe para efetuar registos?**

**AS:** Todos os registos sobre o agregado familiar são efetuados na plataforma asip, onde constam formulários para a caracterização individual de cada elemento do agregado familiar e a caracterização familiar. Existe, também um item onde se efetua o diagnóstico da situação, onde

consta o percurso de vida, os níveis de inclusão ou exclusão, as aspirações e expectativas, as potencialidades e as vulnerabilidades da família. Existem ainda outros instrumentos de trabalho.

**Ent: Pode especificar quais são esses instrumentos?**

**AS:** São instrumentos em formato de papel onde são registados os momentos de trabalho que nos auxiliam para a realização dos relatórios de atividades.

**Ent: E, em relação à segunda questão? De que tempo dispõe para efetuar esses registos?**

**AS:** Relativamente ao tempo, este é gerido consoante o volume de trabalho de cada técnico, sendo que o facto de termos muito trabalho burocrático nos dificulta os momentos de intervenção no terreno.

## IDENTIDADE PROFISSIONAL

**5. Ent: Poderia descrever algumas rotinas da sua prática profissional? Com que tipo de interlocutores ocupa a maior parte do seu tempo de trabalho?**

**AS:** Na equipa foi estabelecido um briefing diário onde cada colaborador descreve a sua jornada de trabalho e onde se podem partilhar alguns constrangimentos que possam existir no âmbito das intervenções. Cada técnico tem liberdade para poder gerir o seu trabalho, no meu caso em particular, costumo agendar os atendimentos na sua maioria para o período da manhã e defini um período de visitas domiciliárias (quinta-feira à tarde) e às 6<sup>as</sup> feiras de manhã há a reunião de NLI (núcleo local de intervenção) onde são aprovados os contratos de inserção dos vários protocolos de Setúbal. Em relação aos interlocutores, são sem dúvida as famílias que nos ocupam a maior parte do tempo mas também, os vários parceiros envolvidos, como sendo a escola, o centro de saúde, entre outros.

**6. Ent: No decurso do diagnóstico social com uma família centra-se no(s) problema(s) ou tenta identificar também as potencialidades da mesma, mapeando os seus recursos no aqui e agora, a sua evolução ao longo do tempo e as suas perspetivas de futuro?**

**AS:** No decurso do diagnóstico tento primeiro perceber quais são os problemas, posteriormente tento perceber as potencialidades da família para podermos definir em conjunto, estratégias para superação/ minimização dos problemas com base nas potencialidades e competências existentes, tendo sempre em conta as expectativas da família.

**Ent: Em conjunto com as famílias?**

**AS:** Sim, com as famílias.

**7. Ent: A intervenção a efetuar com a família é sempre acordado com esta? De que forma esta participa realmente no seu processo de autonomia?**

**AS:** Como já referi no ponto anterior, a intervenção é sempre delineada com a família. Depois, é formalizada no contrato de inserção, onde estão as ações acordadas e que pressupõe a autonomização das famílias, este contrato é assinado por ambas as partes selando assim o compromisso.

**Ent: Essas ações que são delineadas têm limitações?**

**AS:** De certa forma sim, tentamos conjugar os desejos e expectativas das famílias com o que temos para lhes oferecer, mas por vezes nem sempre é possível concretizar o que realmente desejam.

**8. Ent: Como é feito o acompanhamento das famílias?**

**AS:** O acompanhamento das famílias é efetuado através da realização de atendimentos, articulações com outros serviços, realização de visitas domiciliárias e com a intervenção dos ajudantes de ação direta que acompanham muitas vezes os utentes a consultas, a serviços para poderem agilizar e solucionar de forma mais célere as problemáticas existentes.

**9. Ent: A equipa (R.S.I) avalia a intervenção e os resultados desse processo?**

**AS:** Sim, todos os contratos de inserção são avaliados na altura em que cessam, pois estes têm apenas a duração de um ano, tendo posteriormente de ser renovados.

**Ent: Que mais valias retira dessa avaliação?**

**AS:** Desta forma, podemos perceber o grau de execução das ações e se estas tiveram o efeito pretendido, ou seja a autonomização da medida.

**10. Ent: Agora, deixe-me perguntar-lhe: O que é mais gratificante para si na sua profissão? E, quais os constrangimentos que encontra e que influenciam uma boa prática?**

**AS:** O mais gratificante é poder ajudar as pessoas, quando depois de várias intervenções com um indivíduo ou com uma família, conseguirmos com que estes sejam novamente integrados na sociedade. Relativamente aos constrangimentos a meu ver prendem-se sobretudo com a ausência de respostas (apoios económicos para aquisição de óculos, próteses dentárias, para rendas e despesas em atraso...) para suprir ou minimizar as necessidades manifestadas pelos beneficiários.

**Ent: Se bem entendi, a maior dificuldade são a escassez de recursos financeiros?**

**AS:** Sim, sim.

**11. Ent: O que pensa sobre as políticas sociais para a área do Rendimento Social de Inserção? Como vê a participação do Serviço Social na efetivação dessas políticas?**

**AS:** Relativamente às políticas relacionadas com o rendimento social de inserção, penso que ainda há um longo caminho a percorrer, pois a medida foi criada com o objetivo de apoiar as famílias numa situação de vulnerabilidade, mas também de inserir novamente na sociedade e existem vários casos de beneficiários que encontram na medida e que nunca se conseguirão autonomizar. São situações específicas que não se enquadram em mais nenhum tipo de apoio social, sendo por isso encaminhadas para o R.S.I. Muitas vezes é difícil para os técnicos colocarem em prática o que lhes é solicitado, pois as medidas e a legislação são criadas por pessoas que na sua maioria nunca estiveram no terreno, e quem efetivamente trabalha com as famílias raramente é tido em conta.

**12. Ent: Agora, no âmbito da educação. Qual será, no seu entendimento o papel que a Educação poderá ter na quebra do ciclo geracional de pobreza?**

**AS:** Na minha opinião a educação pode ter um papel bastante importante na quebra do ciclo de pobreza em duas vertentes, pois quanto maior for o nível de informação e conhecimento de outras realidades, maior será o despertar para uma nova vida com melhores condições. Bem como o facto de que quanto maior escolaridade, maiores são as possibilidades de se conseguir um emprego mais estável e melhores condições de vida.

**13. Ent: Poderá indicar casos de sucesso de estimulação das competências parentais de famílias com crianças integradas em equipamentos para a infância?**

**AS:** Na minha experiência, não consigo referir nenhum caso de sucesso, até porque a mudança social é lenta e para se conseguir perceber o impacto do nosso trabalho, por vezes é necessário o estudo de duas e três gerações de uma família. Mas, a minha experiência na área da educação mostrou-me que, ao longo de praticamente 7 anos, a valorização da escola por parte das famílias tem vindo a aumentar o que foi possível observar pelo aumento de encarregados de educação a comparecerem na escola, tanto para reuniões, como para a realização de atividades lúdico-pedagógicas, como pelo aumento de crianças a serem inscritas na creche e pré-escolar.

**14. Ent: Como pode a IPSS ser um parceiro de percursos de inserção?**

**AS:** A IPSS pode ser um parceiro neste percurso de inserção das famílias na medida em que estas têm uma relação de proximidade com as IPSS, fato que foi gerador dos protocolos estabelecidos com a segurança social, nomeadamente do Rendimento Social de Inserção. As IPSS têm valências de apoio à família e à comunidade e estas dão respostas que minimizam algumas das problemáticas sentidas pelas famílias, o que se torna facilitador da sua inserção plena na sociedade.

**Ent: Que tipo de respostas?**

**AS:** Respostas mais imediatas como material escolar, alimentação e até vestuário e respostas a longo prazo como o trabalho que é feito pelos educadores e pessoal auxiliar nos equipamentos de infância com as crianças e as famílias, ao nível pedagógico, social.

**Ent:** Irina muito obrigada pelo tempo que dispensou para esta nossa conversa.

**AS:** Foi um prazer.

Obrigada pela colaboração.

**Apêndice VII - Grelha de Análise da entrevista (Educadora Infância A)**

**Entrevistada:** Educadora de Infância A na resposta social de Creche

**Duração da Entrevista:** 2h25m.

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Perfil da entrevistada	A nível pessoal	Idade	Tenho 36 Anos.
		Formação Académica	Sou licenciada em Educação de Infância e pós graduação em Educação Especial.
	A nível profissional	Experiência profissional	2008/2013 Educadora de infância num jardim de infância Particular; a partir de 2013 exerço funções de educadora de infância na Instituição Creche e jardim de infância “ O Sonho”
		Situação Profissional – tempo de trabalho na organização.	Na instituição, estou há 3 anos.
Identidade profissional	Prática profissional	Percurso pessoal e profissional	(...) iniciei o ensino noturno para terminar o 12ºano. Quando terminei concorri ao Instituto Piaget de Almada para tirar o curso de Educação de infância. (...) Depois de terminado o curso deixei a pastelaria e comecei a trabalhar num jardim de infância particular também em Setúbal, após 5 anos sai e fui para a instituição onde atualmente exerço funções de educadora de infância.
		Constrangimentos e realização profissional na prática	(...) poder exercer as funções para as quais estudei, numa instituição que respeita o meu trabalho, (...) saber que de alguma forma ajudei e participei no crescimento das crianças que vão passando por mim, dando-lhe ferramentas para a vida. Serem felizes, gostarem de vir para a creche, interesse ao que a rodeia, valores como respeitar o outro, saber esperar, ouvir, autonomia e confiança para conseguirem superar os desafios que vão encontrar ao longo da sua vida. (...) é conseguir realizar um trabalho de equipa, (auxiliar, polivalentes, coordenadora, presidente da instituição), às vezes é necessário sabermos ceder.

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Identidade profissional	Prática profissional	Infância e Criança - Representações	<p>(...)a infância é uma das etapas mais importantes na vida de qualquer um de nós. A criança é um ser humano fantástico que de ano para ano nota-se diferença, estamos sempre aprender em parceria, porque eu acredito que esta profissão é uma troca de saberes, eu partilho alguns saber com elas, mas as crianças também me vão partilhando comigo novas formas de ver o mundo e aquilo que nos rodeia, até a forma de trabalhar, nem todos são iguais levando-nos sempre a questionarmos a nossa prática e forma de ver e fazer.</p>
		Desenvolvimento Infantil - Instrumentos e tempos de registo	<p>(...) registo de observação da criança, a ficha de avaliação diagnostico, observação direta, perfil de desenvolvimento, plano individual, e respetivas monitorizações.</p> <p>(...) para o registo dos dados sobre as famílias é o preenchimento da FAD (Ficha de avaliação de diagnostico),</p> <p>(...) durante o período de sesta das crianças ou depois do meu horário laboral, chegando mesmo a levar para casa para concluir.</p> <p>(...) realizada com a família num dia e hora combinado entre ambos, na qual tento que seja realizado durante o meu horário de trabalho (9:30 as 17:30). Quando existe indisponibilidade da família a entrevista é realizada no horário mais conveniente para si, sendo algumas vezes já fora do meu horário de trabalho.</p>

<b>TEMA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>SUB-CATEGORIAS</b>	<b>Conteúdos</b>
Identidade profissional	Prática profissional	Pobreza e inserção social - Indicadores	(...) famílias desempregadas, ou beneficiárias do rendimento social de inserção, precariedade no vestuário, dificuldades financeiras, a falta da higiene pode ser ou não, porque há crianças em que os pais manifestam um poder económico razoável e por vezes há indicadores de falta de higiene.
Caraterização organizacional	Educação /r.s.i parceiros na inserção	Pobreza e inserção social - Representações	A inserção social de uma criança com base nas situações que já acompanhei não diferem de outra criança. Pois maioritariamente não temos conhecimento de que a família é acompanhada pelo R.S.I. A criança vai à creche e participa como qualquer outra criança do grupo
		Plano de inserção	Não tenho qualquer conhecimento sobre esse processo.
		Plano individual - intervenientes	O plano individual destas crianças é realizado pela educadora responsável, (...) onde posteriormente dá a conhecer a família
		Creche/ r.s.i Ações conjuntas de inserção	A partilha de informação que há é do educador de infância perante a família, nunca se verificou interesse por parte dos profissionais de intervenção social e do educador de infância também.
(...) poderia haver uma maior coparticipação entre os diversos profissionais envolvidos. Deveríamos de procurar ir de encontro as necessidades reais da família, aos vários domínios, emprego, necessidades básicas, educação, no qual se desenvolvesse ações na família para a sua autonomização. (...)			

**Apêndice VIII - Grelha de Análise da entrevista (Educadora Infância B)**

**Entrevistada:** Educadora de Infância B na resposta social de Creche

**Duração da Entrevista:** 3h05m.

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Perfil da entrevistada	A nível pessoal	Idade	35
		Formação Académica	Licenciatura em Educação de Infância
	A nível profissional	Experiência profissional	Educadora de Infância na rede privada dos 0 meses aos 3 anos de idade
		Situação Profissional – tempo de trabalho na organização.	3 anos de serviço
Identidade profissional	Prática profissional	Percurso pessoal e profissional	(...) não fui eu que escolhi ser educadora, foi a profissão que me escolheu a mim e as coisas foram acontecendo (...) eu imaginava-me a contribuir de alguma forma na educação das crianças (...) E de repente tudo correu bem e eu era educadora de infância e estava perante um grupo de crianças à minha responsabilidade! E com isto já passaram 10 anos, sendo que a minha experiência profissional foi praticamente toda passada na valência de creche.
		Constrangimentos e realização profissional na prática	O mais gratificante é o criar laços afetivos com as crianças, assistir de perto ao seu crescimento e desenvolvimento, ensinando-lhes muito mas também aprendendo imenso com elas. Um dos desafios da profissão está em conciliar quantidade e qualidade. (...) as exigências são cada vez mais e entre avaliações constantes, perfis de competências, planos individuais, projetos, impressos, épocas festivas por planificar e organizar, existe o trabalho diário com as crianças e a parte principal, as relações afetivas. (...) é conseguir que as crianças se mantenham concentradas quando é necessário.

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Identidade profissional	Prática profissional	Infância e Criança - Representações	<p>Ser Criança é sinónimo de simplicidade e espontaneidade. É não pensar no perigo e ser corajoso. É conseguir ser feliz com muito pouco e demonstrar essa felicidade ao mundo. É não ter vergonha de chorar e fazê-lo com vontade. É ter pouca paciência e muita pressa de tudo. É acreditar e confiar no que lhe dizem.</p> <p>A infância é o sonho, a esperança de um futuro risonho, a aposta num mundo melhor.</p>
		Desenvolvimento Infantil - Instrumentos e tempos de registo	<p>O Plano Individual de uma criança é sempre elaborado tendo em consideração (...) obter o máximo de informação sobre a criança e seu historial.</p> <p>Primeiramente é realizada uma abordagem junto da família, através de uma conversa e preenchimento da FAD (Ficha de avaliação de diagnóstico) São abordados alguns temas como por exemplo, os hábitos alimentares, de sono e higiene, informações de saúde e brincadeiras preferidas, entre outros.</p> <p>(...) o Programa de acolhimento inicial e relatório e o Perfil de competências são preenchidos no decorrer do 1º mês de frequência da criança na instituição, após observação e contato direto com a criança. (...) ajudam a recolher as informações necessárias sobre a criança, de forma que a intervenção do adulto seja adequada e de qualidade.</p> <p>No decorrer das atividades diárias em conjunto com a ajudante de ação educativa (...) ao fim da tarde, ou em horário pós-laboral.</p>

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Identidade profissional	Prática profissional	Desenvolvimento Infantil - Instrumentos e tempos de registo	<p>Existem impressos próprios para registar esse tipo de dados, como a Ficha de inscrição, onde ficam registados os elementos que pertencem ao agregado familiar da criança em questão, os rendimentos mensais que auferem e outros dados da situação familiar, como por exemplo se possuem habitação própria ou alugada e quais os encargos com ela. Também durante as reuniões ou conversas informais diárias com as famílias se pode recorrer ao impresso “Registo de atendimento aos pais”, onde se pode registar qualquer dado que se considere pertinente.</p> <p>(...) esses dados são registados no momento ou imediatamente após a tomada de conhecimento dos mesmos.</p>
		Pobreza e inserção social - Indicadores	<p>Além de estarmos informados sobre a situação profissional das famílias, há várias situações que (...) nos permitem verificar isso. (...) sabemos que uma família pertence a uma classe baixa e tem dificuldades quando a criança vem com fome de manhã porque não tomou o pequeno-almoço, ou se vem com frio nos pés porque a mãe está à espera do fim do mês para comprar as botas mais quentinhas. Por vezes, a criança vem vestida ou calçada de forma desadequada, ou seja, é inverno e a criança vem com pouca roupa, ou a roupa já está muito curta.</p> <p>(...) não participarem em festas, passeios, em atividades extracurriculares e outras atividades que impliquem um custo adicional porque simplesmente as famílias não têm dinheiro para tal.</p>
		Pobreza e inserção social - Indicadores	<p>Outras situações podem servir de alerta para estados de carência, como por exemplo, uma criança que faz chichi na cama à hora da sesta e no dia seguinte não traz lençóis porque não secaram e não tem mais nenhuns. Nas próprias conversas diárias com as famílias, muitas vezes surgem</p>

Identidade profissional	Prática profissional		desabafos que devem ser tidos em consideração, pois muitas vezes por vergonha as famílias não pedem ajuda e temos que ser nós, profissionais, a desvendar o que está por trás de certas atitudes, de certos desabafos.
Caracterização Organizacional	Educação /r.s.i parceiros na inserção	Pobreza e inserção social - Representações	(...) significa reunir o conjunto de medidas necessárias para que a criança se consiga inserir na sociedade, criando condições de igualdade social perante os outros e possibilitando uma qualidade de vida melhor.
		Plano de inserção	Quanto ao plano de inserção de uma criança acompanhada pelo R.S.I., a partir do momento de que soube a criança em questão é tratada de igual forma no seio do grupo de crianças, tendo o cuidado de ir verificando alguns sinais de que realmente a criança está a ter o devido acompanhamento. Por exemplo, verificar se a criança chega à instituição sem fome e tomou o pequeno-almoço, se o vestuário e o calçado estão adequados e em bom estado de conservação, se os cuidados primários de saúde e higiene estão assegurados.
		Plano individual - intervenientes	(...) o objetivo principal é ir ao encontro das necessidades e metas a atingir com a criança em questão, tendo em consideração as suas competências e dificuldades. Para isso, é necessário valorizar todos os dados relativos ao historial da criança, quer a nível de desenvolvimento, quer a nível familiar.
		Creche/ r.s.i Ações conjuntas de inserção	(...) não existe qualquer tipo de partilha de informação com os profissionais de intervenção social sobre as observações realizadas à criança em contexto de sala. Penso que o R.S.I. seria um programa mais bem conseguido e de maior qualidade se existisse partilha de informação entre as técnicas de intervenção social e a equipa pedagógica que acompanha a criança e a família diariamente.

Caracterização Organizacional	Educação /r.s.i parceiros na inserção	Creche/ r.s.i Ações conjuntas de inserção	<p>(...) deveriam ocorrer reuniões periódicas entre ambas, para troca de informações sobre a situação atual da família e, por conseguinte, da criança.</p> <p>Isso facilitaria uma intervenção mais rápida e eficaz quando necessário, além de que, em conjunto, seria possível encontrar soluções mais adequadas para a situação de cada família.</p> <p>O valor atribuído pelo R.S.I. é uma ajuda, mas por vezes não é suficiente para garantir que as famílias vivam com dignidade e a partilha entre educação e ação social seria uma mais-valia nesse aspeto.</p>
-------------------------------	---------------------------------------	---	--

**Apêndice IX - Grelha de Análise da entrevista (Interventor Social A)**

**Entrevistada:** Interventor Social A na resposta social de Rendimento social de Inserção

**Duração da Entrevista:** 2h45m.

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Perfil da entrevistada	A nível pessoal	Idade	Tenho 28 Anos.
		Formação Académica	Sou licenciada em Serviço Social.
	A nível profissional	Experiência profissional	Técnica de Ação Social e técnica de Intervenção local em contexto PIEF.
		Situação Profissional – tempo de trabalho na organização.	Estou cá há 3 anos.
Caraterização organizacional	Equipa do Núcleo Local de Inserção Social	Constituição da equipa	(...) 4 técnicos superiores e 6 ajudantes de ação direta com formações diversas.
		Formação académica e profissional dos técnicos e ajudantes	(...) 2 assistentes sociais ou melhor técnicas de Serviço Social, 1 socióloga, 1 psicóloga. Os ajudantes têm formação desde o 9º ano à Licenciatura.
		Organização e funções dos técnicos superiores e ajudantes de ação direta	Existe um coordenador de equipa. Esta função de coordenação é rotativa entre os 4 técnicos superiores.  Os técnicos planificam e os ajudantes executam  Os ajudantes fazem um trabalho de maior proximidade com as famílias (...). Porque estão mais diretamente com as famílias.  Apesar de nós, também fazemos visitas (...)

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Caraterização organizacional	Enquadramento legal	Políticas e medidas orientadoras da prática	<p>Nós seguimos o decreto lei nº 133/2012 de, salvo erro, 27 de Junho.</p> <p>(...) onde estão descritos, (...) os direitos e os deveres dos utentes.</p>
		Beneficiários	<p>(...) primeiro as famílias vão à segurança social, fazem o pedido através de um requerimento.</p> <p>Se a família reunir as condições para ser beneficiário, é-lhe atribuído um técnico, dentro do núcleo a que o utente pertença, pela segurança social.</p> <p>Neste momento, estamos a trabalhar com cerca de 270 famílias o que equivale a 700 beneficiários.</p>
		Instrumentos de registo e análise da situação da família	<p>O contrato de inserção é o principal de instrumento e está na plataforma, e está identificado como modelo R.S.I 4/2012. Também utilizamos um mapa de atendimento.</p> <p>O atendimento é (...), por marcação de acordo com a disponibilidade do técnico. À partida, a família tem de estar disponível, tendo em conta que está desempregada e a beneficiar do rendimento. Existem exceções, claro, quando o beneficiário está a trabalhar ou por baixa médica ou também morte de familiar.</p> <p>(...) O primeiro atendimento dura cerca de 1 hora ou menos. Os seguintes depende da situação.</p>

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Identidade profissional	Prática profissional Do assistente social	Rotina da prática profissional no contexto de r.s.i e interlocutores	<p>(...) um briefing, é a primeira coisa que fazemos, ou seja é uma reunião diária onde trocamos informações para planear o dia.</p> <p>(...) técnicos e ajudantes para priorizar o trabalho e para nos organizarmos em termos de recursos logísticos e materiais. Durante o dia são os registos, as visitas, os atendimentos, ver os alertas que temos para os requerimentos.</p> <p>As famílias, claro ocupam a maior parte do tempo. Mas também, os parceiros como por exemplo a escola, a creche e jardim de infância, o centro de emprego e formação profissional, o hospital, o centro de saúde, e reuniões com o Instituto da Segurança Social.</p> <p>Depois, ainda temos outros órgãos com quem temos que trabalhar, infelizmente mais vezes do que o desejável, como os estabelecimentos prisionais, a EMAT, a CPCJ, a CAFAP, entre outros muitos.</p>
		Diagnóstico social da família, identificação de problema(s), potencialidades, recursos evolução ao longo do tempo e perspetivas de futuro	Primeiro, tentar perceber o que a família considera ser o problema e depois procurar trabalhar com as capacidades das famílias. Começo por caracterizar a família, ver as suas despesas, as suas dívidas, condições de saúde, habitação e alimentação. Tentar perceber, as suas expectativas e a partir daqui elaborar o contrato nas diversas áreas (...) cidadania, emprego, formação profissional, educação, saúde, Habitação.

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Identidade profissional	Prática profissional Do assistente social	Intervenção familiar, processo de autonomia.	O contrato é contratualizado com as famílias, mas de acordo com o que existe, e caso a família não aceite algum trabalho, ou quando falta às convocatórias o contrato cessa, e o centro de emprego corta o rendimento.
		Acompanhamento das famílias, ações e projetos de inserção	<p>(...) orientação e acompanhamento dos técnicos e ajudantes em visitas, atendimentos e iniciativas de ações de inserção.</p> <p>(...) apoio na melhoria das condições habitacionais, apoio na elaboração de C.V, apoio na gestão orçamental doméstica, apoio na inscrição em equipamentos de infância, na procura de emprego, no acompanhamento escolar das crianças, no preenchimento de documentos, entre outros.</p> <p>(...) espaços e momentos de partilha como a Dança cigana e o Yoga para crianças, com o objetivo de combater a exclusão social.</p>
		Avaliação	<p>(...) semestralmente fazemos uma avaliação das nossas ações, que enviamos à segurança social, chama-se relatório de progresso e nas nossas reuniões diárias também avaliamos e refletimos sobre o que correu bem e menos bem.</p>
		Constrangimentos e realização profissional na prática	<p>Quando se estabelece uma relação de empatia e confiança entre as partes. Quando a intervenção tem frutos. Quando se vê o sorriso das crianças. os constrangimentos são de ordem logística. A dificuldade em concretizar todos os projetos e ações e faltar os recursos materiais, logísticas e por vezes, humanos. E também, não existir um verdadeiro sentimento de parceria e de solidariedade entre as instituições.</p> <p>As instituições estão viradas para si mesmas e porque se fala muito nos “meus” utentes e não nos utentes.</p>

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Identidade profissional	Prática profissional Do assistente social	Políticas sociais e serviço social	<p>Existem cada vez mais situações de nova pobreza e as pessoas recebem cada vez menos. As medidas não são adequadas a todos os beneficiários. São, hum ... muito abrangentes e não adequadas às necessidades.</p> <p>As políticas e medidas são burocráticas e infelizmente, por vezes não há tempo para intervir de forma mais adequada. O r.s.i não tem fundos, e a maioria dos projetos e iniciativas contam com a boa vontade, dos técnicos, ajudantes, direção da instituição e outros parceiros (...) Banco Alimentar, SIC Esperança que permitiu que algumas crianças, em situação de carência económica, tivessem acesso a material escolar, algumas farmácias, e até colaboradores de outras valências da IPSS, (...) o professor de ginástica (...).</p>
		Educação e R.S.I –Ações conjuntas de inserção	<p>Através da negociação conjunta de ações que poderão constatar no contrato de inserção. As famílias comprometem-se a integrar as crianças, são responsáveis por estas e por cumprir o contrato.</p> <p>Poderia estar definido o que trabalhar com as famílias e as crianças.</p> <p>O ideal seria que o R.S.I fosse uma medida temporária com vista à autonomização dos beneficiários e dos seus agregados familiares, através da empregabilidade. Em seguida apostar na educação e criando projetos em conjunto que ajudasse a uma mudança de mentalidades, comportamentos e hábitos.</p>

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Identidade profissional	Prática profissional Do assistente social	Integração das crianças das famílias beneficiárias de R.S.I em Equipamentos para a infância	O objetivo é uma maior responsabilização dos pais pelo percurso escolar dos menores e a sua independência, as famílias que têm tido sucesso, são as que conseguem manter o seu trabalho, ao mesmo tempo que se envolvem e participam ativamente na vida escolar dos filhos. De momento, não sei dizer números, mas dou o exemplo de um caso em que a partir do momento em que a mãe foi integrada num programa de emprego inserção, o pai arranhou trabalho, a criança foi integrada, esta família conseguiu reerguer-se. Depois, com o trabalho feito pela educadora com a família na creche através dos seus projetos e planos revelou-se um caso de sucesso.
		IPSS - um parceiro de percursos de inserção	É de extrema relevância destacar a importância das diversas valências da Instituição, como a Creche familiar, berçário, creche, jardim-de-infância e ATL, o Gabinete de Inserção Profissional, Mercado Social e Loja Social que são facilitadores da inserção (...). A interligação entre as diversas valências tem demonstrado ser benéfica na otimização do nosso trabalho com as famílias.  (...) a creche já nos tem fornecido alimentos e material escolar para as nossas famílias.

**Apêndice X - Grelha de Análise da entrevista (Interventor Social B)**

**Entrevistada:** Interventor Social B, na resposta social de Rendimento social de Inserção

**Duração da Entrevista:** 2h30m.

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Perfil da entrevistada	A nível pessoal	Idade	Tenho 32 Anos.
		Formação Académica	Licenciatura em Serviço Social.
	A nível profissional	Experiência profissional	8 anos como técnica de serviço social (Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago e IPSS O Sonho)
		Situação Profissional – tempo de trabalho na organização.	Sensivelmente, há 1 ano e meio
Caraterização organizacional	Equipa do Núcleo Local de Inserção Social	Constituição da equipa	A equipa de R.S.I é constituída por 6 ajudantes de ação direta (AAD) com formações e escolaridades diversas e por 4 técnicos de acompanhamento..
		Formação académica e profissional dos técnicos e ajudantes	Esses 4 técnicos formam uma equipa interdisciplinar, sendo que uma é psicóloga, outra é socióloga e duas técnicas de serviço social.
		Organização e funções dos técnicos superiores e ajudantes de ação direta	Os técnicos são os gestores dos processos de R.S.I e em articulação com os AAD intervêm junto das famílias beneficiárias de R.S.I

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Caraterização organizacional	Enquadramento legal	Políticas e medidas orientadoras da prática	O enquadramento legal a lei de bases da segurança social: Decreto-Lei n.º133/2012 de 27 de junho.
		Beneficiários	<p>Os requerimentos de R.S.I são entregues nos balcões da segurança social, a informação posteriormente é tratada e de acordo com a morada do agregado familiar, são enviados alertas informáticos, através da plataforma ASIP, para o técnico e que acompanha a rua da morada.</p> <p>Esses alertas visam a atribuição do processo ao técnico, que ao ter acesso informaticamente aos dados da família realiza uma visita domiciliária e agenda atendimento para conhecer o agregado familiar e poder efetuar a caracterização e diagnóstico da situação</p>
		Instrumentos de registo e análise da situação da família	<p>Todos os registos sobre o agregado familiar são efetuados na plataforma asip, onde constam formulários para a caracterização individual de cada elemento do agregado familiar e a caracterização familiar. Existe também um item onde se efetua o diagnóstico da situação, onde consta o percurso de vida, os níveis de inclusão ou exclusão, as aspirações e expetativas, as potencialidades e as vulnerabilidades da família (...)</p> <p>São instrumentos em formato de papel onde são registados os momentos de trabalho que nos auxiliam para a realização dos relatórios de atividades.</p> <p>(...) tempo, este é gerido consoante o volume de trabalho de cada técnico, sendo que o fato de termos muito trabalho burocrático nos dificulta os momentos de intervenção no terreno.</p>

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Identidade profissional	Prática profissional Do assistente social	Rotina da prática profissional no contexto de r.s.i e interlocutores	Na equipa foi estabelecido um briefing diário onde cada colaborador descreve a sua jornada de trabalho e onde se podem partilhar alguns constrangimentos que possam existir no âmbito das intervenções. Cada técnico tem liberdade para poder gerir o seu trabalho, no meu caso em particular, costumo agendar os atendimentos na sua maioria para o período da manhã e defini um período de visitas domiciliárias (quinta-feira à tarde) e às 6 <sup>as</sup> feiras de manha há a reunião de NLI (núcleo local de intervenção) onde são aprovados os contratos de inserção dos vários protocolos de Setúbal. Em relação aos interlocutores, são sem dúvida as famílias que nos ocupam a maior parte do tempo mas também, os vários parceiros envolvidos, como sendo a escola, o centro de saúde, entre outros.
		Diagnóstico social da família, identificação de problema(s), potencialidades, recursos evolução ao longo do tempo e perspetivas de futuro	No decurso do diagnóstico tento primeiro perceber quais são os problemas, posteriormente tento perceber as potencialidades da família para podermos definir em conjunto, estratégias para superação/ minimização dos problemas com base nas potencialidades e competências existentes, tendo sempre em conta as expetativas da família.

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Identidade profissional	Prática profissional Do assistente social	Intervenção familiar, processo de autonomia.	<p>(...) a intervenção é sempre delineada com a família o que depois é formalizado no contrato de inserção, onde estão as ações acordadas e que pressupõe a autonomização das famílias, este contrato é assinado por ambas as partes selando assim o compromisso.</p> <p>(...) tentamos conjugar os desejos e expetativas das famílias com o que temos para lhes oferecer, mas por vezes nem sempre é possível concretizar o que realmente desejam.</p>
		Acompanhamento das famílias, ações e projetos de inserção	<p>O acompanhamento das famílias é efetuado através da realização de atendimentos, articulações com outros serviços, realização de visitas domiciliárias e com a intervenção dos ajudantes de ação direta que acompanham muitas vezes os utentes a consultas, a serviços para poderem agilizar e solucionar de forma mais célere as problemáticas existentes.</p>
		Avaliação	<p>(...) todos os contratos de inserção são avaliados na altura em que cessam, pois estes têm apenas a duração de um ano, tendo posteriormente de ser renovados.</p> <p>(...) perceber o grau de execução das ações e se estas tiveram o efeito pretendido, ou seja a autonomização da medida.</p>
		Constrangimentos e realização profissional na prática	<p>O mais gratificante é poder ajudar as pessoas, quando depois de várias intervenções com um indivíduo ou com uma família, conseguimos com que estes sejam novamente integrados na sociedade.</p> <p>(...) constrangimentos, (...) prendem-se (...) com a ausência de respostas (apoios económicos para aquisição de óculos, próteses dentárias, para rendas e despesas em atraso...) para suprir ou minimizar as necessidades manifestadas pelos beneficiários.</p>

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	Conteúdos
Identidade profissional	Prática profissional Do assistente social	Políticas sociais e serviço social	Relativamente às políticas relacionadas com o rendimento social de inserção, penso que ainda há um longo caminho a percorrer, pois a medida foi criada com o objetivo de apoiar as famílias numa situação de vulnerabilidade, mas também de inserir novamente na sociedade e existem vários casos de beneficiários que encontram na medida e que nunca se conseguirão autonomizar. São situações específicas que não se enquadram em mais nenhum tipo de apoio social, sendo por isso encaminhadas para o R.S.I. Muitas vezes é difícil para os técnicos porem em prática o que lhes é solicitado, pois as medidas e a legislação são criadas por pessoas que na sua maioria nunca estiveram no terreno, e quem efetivamente trabalha com as famílias raramente é tido em conta.
		Educação e R.S.I –Ações conjuntas de inserção	Na minha opinião a educação pode ter um papel bastante importante na quebra do ciclo de pobreza em duas vertentes, pois quanto maior for o nível de informação e conhecimento de outras realidades, maior será o despertar para uma nova vida com melhores condições. Bem como o facto de que quanto maior escolaridade, maiores são as possibilidades de se conseguir um emprego mais estável e melhores condições de vida.

**Apêndice XI - Grelha de Recolha e Observação Educadora de Infância A (Sala do 12 aos 24 meses de idade)**

Sala: (1/2 anos)- Data: 14 de Abril de 2016				DADOS OBSERVADOS					
ITENS DE OBSERVAÇÃO		INDICADORES							
1. Espaço e Condições		Variáveis observáveis							
<b>Observação Direta</b>	Nº de Educadores por criança e sala	<table border="1"> <tr> <td>Sem Educador</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1 Educador</td> <td>x</td> </tr> </table>	Sem Educador		1 Educador	x		Existe 1 educadora em sala para 11 crianças	
	Sem Educador								
	1 Educador	x							
Nº de Ajudantes de Ação Educativa por criança e sala	<p><u>Por cada 11 crianças na sala</u></p> <table border="1"> <tr> <td>Um</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dois</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mais(1 polivalente)</td> <td>x</td> </tr> </table>	Um		Dois		Mais(1 polivalente)	x		Existe 1 Ajudante de Ação Educativa em sala e 1 polivalente que dá apoio à sala de 1 ano e à sala de 2 anos, para o grupo de 11 crianças
Um									
Dois									
Mais(1 polivalente)	x								
Espaço livre/ocupado na sala	<table border="1"> <tr> <td>M Ad</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Pouco Ad</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nada Ad</td> <td></td> </tr> </table>	M Ad	x	Pouco Ad		Nada Ad			A sala tem espaços com equipamento e mobiliário (2 mesas e 12 cadeiras, um armário fechado e um armário com gavetas para brinquedos. Existe uma casa de banho partilhada pelas salas de 1 ano e de 2 anos. Iluminação natural e iluminação artificial. Ligação com o espaço exterior e janelas com sistema de obscurecimento
M Ad	x								
Pouco Ad									
Nada Ad									

	Equipamentos e serviços de apoio (impressora, computador, tv, rádio, dvd)	<table border="1"> <tr> <td>M Ad</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Pouco Ad</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nada Ad</td> <td></td> </tr> </table>	M Ad	x	Pouco Ad		Nada Ad		Tem 1 televisão com dvd e 1 rádio em sala.
M Ad	x								
Pouco Ad									
Nada Ad									
	É disponibilizado material de desgaste em quantidade suficiente para a realização das atividades pedagógicas	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Para a atividade, realizada no dia 14 de Abril, era necessário um pedaço de cartolina 20cm, por 20cm de cores azul, vermelho, amarelo e verde por criança, 4 giz branco e 20ml de leite. A educadora tinha disponível todo o material necessário à realização da atividade
Sim	x								
Não									
Por vezes									
	Espaço de recreio e ar livre	<table border="1"> <tr> <td>M Ad</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Pouco Ad</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nada Ad</td> <td></td> </tr> </table>	M Ad	x	Pouco Ad		Nada Ad		Tem uma zona coberta e uma zona descoberta, ponto de água e iluminação.
M Ad	x								
Pouco Ad									
Nada Ad									
	Existem equipamentos de recreio e lazer adequados à faixa etária das crianças e em número suficiente.	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		1 escorrega grande, e dois brinquedos de mola fixos. 8 triciclos sem pedais e 4 triciclos com pedais, 3 baloiços, bolas grandes e pequenas, iluminação.
Sim	x								
Não									
Por vezes									
<b>Análise Documental e processual</b>	Está definido um local de atendimento às famílias?	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Existe um gabinete da direção técnica com uma secretária, 4 cadeiras, um armário com portas, uma armário de prateleiras, 1 computador, 1 impressora, onde, de acordo com a educadora se fazem os atendimentos às famílias
Sim	x								
Não									
Por vezes									

Sala: (1/2 anos)- Data: 29 de Março de 2016									
ITENS DE OBSERVAÇÃO		INDICADORES	DADOS OBSERVADOS						
2. Processo das Famílias		Variáveis Observáveis							
<b>Observação Direta</b>	No atendimento às famílias privilegia-se o ambiente informal e familiar numa relação de empatia, confiança, segurança, partilha e respeito.	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		No atendimento observado, a educadora mostrou-se em todos os momentos disponível para ouvir a família. Teve uma postura de tentativa de resolução da questão levantada pela mesma, dando sugestões e alternativas de solução, demonstrando compreensão pela exposição feita pela família.
Sim	x								
Não									
Por vezes									
<b>Análise Documental e processual</b>	As famílias são atendidas sempre que necessitem	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Existe um dia de atendimento às famílias, definido em regulamento interno da instituição, mas durante análise dos documentos e educadora referiu que atende sempre que as famílias solicitem ou vice-versa, conforme a sua disponibilidade.
	Sim	x							
	Não								
	Por vezes								
As famílias têm oportunidade de identificarem as suas necessidades e expetativas	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		As famílias identificam as suas expetativas e necessidades em relação à creche e à criança, em entrevista com a educadora antes da criança iniciar a sua frequência, no documento identificado como Ficha de Avaliação diagnóstica.	
Sim	x								
Não									
Por vezes									
As famílias participam no programa de acolhimento/inserção da criança	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		As famílias participam no programa de acolhimento definindo o tempo e período de permanência da criança em sala. A evidência está na ficha de avaliação de diagnostica preenchida em entrevista, antes da criança iniciar a frequência.	
Sim	x								
Não									
Por vezes									
É elaborado o Plano Individual, de acordo com a avaliação das necessidades e expetativas da criança e sua família	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Esta descrito em procedimento da instituição, que o plano individual é elaborado de acordo com as necessidades e expetativas da criança e sua família evidenciadas na Ficha de Avaliação Diagnóstica, no Programa de Acolhimento Inicial e Relatório e no Perfil de Competências. Tem, igualmente, em conta as orientações do Projeto Educativo, do Projeto Pedagógico e respetivo Plano Anual de Atividades. Ao analisar os documentos observamos que as informações contidas em cada um dos vários documentos são transcritas para o plano individual	
Sim	x								
Não									
Por vezes									

	O pi é elaborado com a participação da família	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes		O documento foi todo elaborado pela educadora, segundo a própria e posteriormente as famílias têm conhecimento do mesmo.
Sim									
Não	x								
Por vezes									
	Na elaboração, implementação, avaliação e revisão do Plano Individual é assegurada, sempre que necessário, a participação de todos os intervenientes internos e externos	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		O documento foi todo elaborado pela educadora, segundo a própria. Contudo, de acordo com o procedimento da instituição, a Educadora é responsável por Elaborar e implementar o PI até 30 dias, após a admissão da criança, em articulação com as famílias, Ajudantes de Ação Educativa, crianças, sempre que possível e outros técnicos, serviços ou entidades, sempre que necessário.
Sim	x								
Não									
Por vezes									
	O Projeto Pedagógico é elaborado com a participação das famílias	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes		A educadora constrói o projeto e as famílias têm conhecimento do mesmo e validam por assinatura
Sim									
Não	x								
Por vezes									

Sala: (1/2 anos) - Data: 31 de Março de 2016		dos Planos de Inserção								
ITENS DE OBSERVAÇÃO		INDICADORES		DADOS OBSERVADOS						
		Variáveis Observáveis								
<b>Análise Documental e Processual</b>	<b>3. Processo da criança (Processo individual, plano individual e projeto pedagógico)</b>									
	O processo individual da criança contém todos os documentos necessários à sua admissão previstos no regulamento interno da Instituição?	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		<p>Dos seis processos pudemos observar que todos Contém Ficha de inscrição (onde constam os criterios de admissão; exemplar do contrato de prestação de serviços; documentos legais da crianças e dos pais (cartão do cidadão ou assento de nascimento); Horário habitual de permanência da criança na creche; Identificação, endereço e telefone da pessoa a contactar em caso de necessidade; Autorização, devidamente assinada pelos representantes legais; Identificação e contato do médico assistente; Declaração médica comprovativa do estado de saúde da criança e outras informações tais como dieta, medicação, alergias; Boletim de vacinas e grupo sanguíneo; situação sociofamiliar; registo de presenças; Registo da data e motivo da cessação ou rescisão do contrato de prestação de serviços; recibos de vencimento de cada um dos responsáveis legais, irs e notas de liquidação.</p>	
	Sim	x								
Não										
Por vezes										
Na fase de acolhimento inicial/periodo de adaptação da criança privilegiam-se os cuidados pessoais (higiene, repouso, alimentação, saúde)	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td>x</td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes		<p>No documento analisado estão descritas as situações de interação a observar durante o mês de Adaptação (relação com os pares, relação com adultos de referência, relação com outros adultos, adaptação ao espaço e rotina, comportamento à chegada e comportamento à saída. Não se faz referência aos cuidados pessoais. Existe um outro documento observado denominado registo de entradas e saídas onde estão contemplados e previstos esses momentos.</p>		
Sim										
Não	x									
Por vezes										
Na inserção da criança privilegiam-se as atividades sociopedagógicas	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td>x</td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes		<p>No plano de atividades sociopedagógicas estão definidas atividades de desenvolvimento motor, cognitivo, pessoal, emocional e social. Segundo a educadora há que haver um equilíbrio entre os cuidados e as atividades, não se privilegiando uns em detrimento de outros.</p>		
Sim										
Não	x									
Por vezes										

	No plano individual da criança estão definidos os objetivos gerais e específicos de intervenção	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		No procedimento para a elaboração do p.i da instituição os objetivos estão evidenciados na coluna Objetivo Especifico/resultado desejável referente a competências emergentes e por alcançar. Estes objetivos estão definidos no perfil de competências dos 12 aos 24 Meses de idade da instituição e são priorizados pela educadora dependendo das necessidades expressas da criança.																													
Sim	x																																					
Não																																						
Por vezes																																						
<b>Análise Documental e Processual</b>	Na elaboração do P.I estão previstos as área de Desenvolvimento infantil: pessoal e social, expressão e comunicação e conhecimento do mundo	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes		Na fase de acolhimento inicial/periodo de adaptação da criança privilegiam-se os cuidados pessoais (higiene, repouso, alimentação, saúde) e também as atividades socio pedagógicas. No plano individual da criança estão definidos os objetivos gerais e específicos de intervenção e as áreas do desenvolvimento Infantil, a nível pessoal e social, expressão e comunicação e conhecimento do Mundo																													
	Sim																																					
	Não	x																																				
Por vezes																																						
Pais, educadores, Ajudantes de ação educativa, entidades externas e crianças têm responsabilidades na elaboração, implementação do plano individual	<table border="1"> <tr> <td></td> <td>P</td> <td>E</td> <td>AA</td> <td>C</td> <td>E</td> </tr> <tr> <td></td> <td>I</td> <td>I</td> <td>E</td> <td></td> <td>E</td> </tr> <tr> <td>Elab</td> <td>p</td> <td>s</td> <td>s</td> <td>N</td> <td>N</td> </tr> <tr> <td></td> <td>v</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imp</td> <td>p</td> <td>s</td> <td>s</td> <td>S</td> <td>pv</td> </tr> <tr> <td></td> <td>v</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>		P	E	AA	C	E		I	I	E		E	Elab	p	s	s	N	N		v					Imp	p	s	s	S	pv		v					De acordo, com a educadora as famílias podem colaborar na implementação no ponto de vista da participação em algumas das atividades/ações e/ou estratégias planeadas para o p.i de determinada criança. As crianças acabam por ser participantes, uma vez que o que define a construção do seu plano individual são as competências emergentes ou por alcançar, expressas no perfil de competências preenchidas em contexto de sala pela equipa e posterior validação pelas famílias
	P	E	AA	C	E																																	
	I	I	E		E																																	
Elab	p	s	s	N	N																																	
	v																																					
Imp	p	s	s	S	pv																																	
	v																																					
A elaboração do projeto pedagógico considera as necessidades sociais e educativas e interesses de cada criança	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		A elaboração do projeto pedagógico considera as necessidades sociais e educativas e interesses de cada criança, de acordo com os documentos analisados, contudo existe desconhecimento da realidade social das crianças. A educadora só teve conhecimento que a criança x era de familia beneficiária de rendimento social de inserção, na fase inicial desta tese de investigação. A elaboração do projeto pedagógico considera a cultura, religião, língua, idade																														
Sim	x																																					
Não																																						
Por vezes																																						

	<p>A elaboração do projeto pedagógico considera a cultura, religião, língua, idade e o desenvolvimento global de cada criança</p>	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		<p>e o desenvolvimento global de cada criança. O planeamento das atividades sociopedagógicas consideram o desenvolvimento motor, o Desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento pessoal e social, e tendo em conta as necessidades e características de cada criança e do grupo poder-se-á intervir mais numa área de desenvolvimento do que noutras, de acordo com os documentos facultados .</p>
Sim	x								
Não									
Por vezes									
	<p>O planeamento das atividades sociopedagógicas consideram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O desenvolvimento motor, cognitivo , pessoal e social</li> </ul>	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		<p>O planeamento das atividades sociopedagógicas consideram o desenvolvimento motor, o Desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento pessoal e social, e tendo em conta as necessidades e características de cada criança e do grupo poder-se-á intervir mais numa área de desenvolvimento do que noutras, segundo a educadora.</p>
Sim	x								
Não									
Por vezes									
<p><b>Análise Documental e Processual</b></p>	<p>Existem áreas de desenvolvimento de maior relevância</p>	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table> <p>Se a resposta for sim ou por vezes. Qual? <u>Atividades desenvolvimento Motor</u></p>	Sim	x	Não		Por vezes		<p>De acordo com a educadora a área de desenvolvimento com maior destaque é a expressão motora</p>
	Sim	x							
Não									
Por vezes									
<p>As famílias são chamadas a participar nas atividades da sala e da Creche?</p>	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table> <p>Se a resposta for sim ou por vezes , identifique os momentos.</p>	Sim	x	Não		Por vezes		<p>Nas festividades, com o dia da mãe, dia do pai e dia da Família, as famílias colaboram trazendo comida para depois partilhar, e participaram nos jogos tradicionais, pinturas, jogos entre pais e filhos. Na festa do Natal os pais colaboraram na aquisição de fatos e adereços, algumas vezes ajudam na sua construção e os pais de berçário e da sala de 1-2 anos participam na peça, subindo ao palco. No Carnaval, participam no desfile acompanhando as crianças vestindo-se de acordo com o tema. No dia da criança foram convidados a assistir a uma peça de teatro elaborada por educadoras, ajudantes de ação educativa, serviços gerais, cozinha e polivalentes. No dia da Família, houve uma aula de ioga em que as famílias puderam participar com as suas crianças. Nas atividades de sala foram chamados para contar histórias, fazer um doce, ou brincar na sala.</p>	
Sim	x								
Não									
Por vezes									

Sala: (1/2 anos) - Data: 04 de Abril de 2016		INDICADORES			DADOS OBSERVADOS	
ITENS DE OBSERVAÇÃO		Variáveis Observáveis				
<b>4. A prática profissional – Recursos Humanos/ Parcerias</b>						
<b>Observação Direta</b>	Relação da educadora com as AAE		S	N	A relação da educadora de infância com a ajudante de ação Educativa, no dia da observação direta foi de cumplicidade, colaborativa e próxima. Trocaram opiniões e pensaram em conjunto soluções para a resolução de questões. Quer a ajudante de ação educativa, quer a educadora confirmaram a relação próxima e de cooperação.	
		Colaborativa/Próxima	x			
		Direta/ Distante				
	Relação entre as AAE		S	N	A relação entre a ajudante de ação educativa da sala e a ajudante polivalente é organizada e próxima. Embora a ajudante polivalente adote uma postura de intervir somente quando é solicitada. Situação observada por dois momentos da rotina (Higiene e alimentação)	
		Colaborativa/Organizada	x			
		Colaborativa/ Espontânea Competitiva( Indiferente				
	Trabalho de Equipa		S	N	Existe trabalho de equipa de pares e houve momentos do dia em que se verificou trabalho de equipa com colegas de outras salas, mais especificamente na organização da rotina diária e numa atividade envolvendo a sala de 1 ano e a sala do 2 anos de idade.	
		De pares	x			
		De trios				
<b>Análise Documental e Processual</b>	Planeamento diário		S	N	O planeamento Diário é feito em equipa de sala pela Educadora e pela Ajudante de Ação Educativa. Com as famílias e outras entidades externas esta participação na elaboração do planeamento diário é feito em festividades e outras celebrações mais específicas, tais com o dia da Mãe, dia do Pai, dia da família, Carnaval ou atividades que estejam previstas no projeto pedagógico.	
				P		v
		Individual				
		De equipa	x			
	Com as famílias			x		
	Com Entidades Externas					

<b>Análise Documental e Processual</b>	As educadoras de infância e as AAE têm conhecimento do trabalho desenvolvido pelos intervenores sociais	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes		As educadoras de infância e as AAE não têm conhecimento do trabalho desenvolvido pelos intervenores sociais, segundo a educadora e ajudante de ação educativa. Ambas manifestaram interesse e consideram que era importante ter esse conhecimento
	Sim								
	Não	x							
	Por vezes								
Existe troca de informações entre os educadores de infância e os intervenores sociais sobre as crianças das famílias beneficiárias de r.s.i	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table> <p>Se respondeu, sim ou por vezes indique o nº de vezes <u>0</u> e em que situações _____</p>	Sim		Não	x	Por vezes		De acordo, com a educadora de Infância, não existe troca de informações entre os educadores de infância e os intervenores sociais sobre as crianças das famílias beneficiárias de r.s.i, havendo mesmo desconhecimento acerca dessa condição social.	
Sim									
Não	x								
Por vezes									
Existe um plano de inserção concertado em parceria com os intervenores sociais	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes		Não existe nenhum documento da instituição que preveja articulação ou trabalho direto com os intervenores sociais do NLI Setúbal.	
Sim									
Não	x								
Por vezes									
Existe articulação entre os Planos Individuais e os Planos de Inserção	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes		Não existe articulação entre os planos Individuais e os Planos de Inserção, de acordo com a educadora.	
Sim									
Não	x								
Por vezes									

**Apêndice XII - Grelha de Recolha e Observação Educadora de Infância B**

Sala: (2/3 anos) - Data: 21 de Março de 2016									
ITENS DE OBSERVAÇÃO		INDICADORES		DADOS OBSERVADOS					
1. Espaço e Condições		Variáveis observáveis							
<b>Observação Direta</b>	Nº de Educadores por criança e sala	<table border="1"> <tr><td>Sem educador</td><td></td></tr> <tr><td>1 educador</td><td>x</td></tr> </table>		Sem educador		1 educador	x	Na sala estava 1 educadora com 12 crianças	
	Sem educador								
	1 educador	x							
	Nº de Ajudantes de Ação Educativa por criança e sala	<table border="1"> <tr><td>Um Ajudante</td><td>x</td></tr> <tr><td>Dois Ajudantes</td><td></td></tr> </table>		Um Ajudante	x	Dois Ajudantes		Estava 1 ajudante de ação educativa para as 12 crianças em sala. Não existe auxiliar polivalente	
	Um Ajudante	x							
	Dois Ajudantes								
	Espaço livre/ocupado na sala	<table border="1"> <tr><td>M Ad</td><td>x</td></tr> <tr><td>Pouco Ad</td><td></td></tr> <tr><td>Nada Ad</td><td></td></tr> </table>		M Ad	x	Pouco Ad		Nada Ad	
M Ad	x								
Pouco Ad									
Nada Ad									
Equipamentos e serviços de apoio (impressora, computador, tv, rádio, DVDs)	<table border="1"> <tr><td>M Ad</td><td>x</td></tr> <tr><td>Pouco Ad</td><td></td></tr> <tr><td>Nada Ad</td><td></td></tr> </table>		M Ad	x	Pouco Ad		Nada Ad		A instituição, de acordo com a educadora disponibiliza impressora, computador, rádio que o educador utiliza para a realização das atividades pedagógicas
M Ad	x								
Pouco Ad									
Nada Ad									
É disponibilizado material de desgaste em quantidade suficiente para a realização das atividades pedagógicas	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>		Sim	x	Não		Por vezes		A pedido da Educadora e segundo a mesma, é disponibilizado material de desgaste necessário à concretização do plano de sala
Sim	x								
Não									
Por vezes									
Espaço de recreio e ar livre	<table border="1"> <tr><td>M Ad</td><td>x</td></tr> <tr><td>Pouco Ad</td><td></td></tr> <tr><td>Nada Ad</td><td></td></tr> </table>		M Ad	x	Pouco Ad		Nada Ad		De acordo com a educadora o espaço exterior é muito adequado. O espaço é amplo com quinta e horta pedagógica e zonas verdes com relva, árvores e espaços de lazer com mesas de piquenique.
M Ad	x								
Pouco Ad									
Nada Ad									

	Existem equipamentos de recreio e lazer adequados à faixa etária das crianças e em número suficiente.	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Três áreas diferentes com equipamentos de jogo e diversão (escorregas, brinquedos de mola, baloiços, casas de madeira.
Sim	x								
Não									
Por vezes									
<b>Análise Documental e processual</b>	Está definido um local de atendimento às famílias?	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes		O local de atendimento às famílias poderá ser feito em sala, no gabinete da direção técnica ou outro local disponível no momento
Sim									
Não	x								
Por vezes									

Sala: (2 ano/3anos)- Data: 28 de Março de 2016										
ITENS DE OBSERVAÇÃO		INDICADORES		DADOS OBSERVADOS						
2. Processo das Famílias		Variáveis Observáveis								
<b>Observação Direta</b>	No atendimento às famílias privilegia-se o ambiente informal e familiar numa relação de empatia, confiança, segurança, partilha e respeito.	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes			No ambiente às famílias, de acordo com a educadora privilegia-se o ambiente informal, estabelecendo e estreitando as relações entre os profissionais de educação e as famílias
Sim	x									
Não										
Por vezes										
<b>Análise Documental e Processual</b>	As famílias são atendidas sempre que necessitem	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes			Sempre que existe necessidade por parte das famílias a educadora disponibiliza-se para atender
	Sim	x								
	Não									
	Por vezes									
As famílias têm oportunidade de identificarem as suas necessidades e expetativas	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes			As famílias são postas à vontade para expressarem as suas necessidades e expetativas quer no dia a dia, quer na ficha de avaliação diagnóstica	
Sim	x									
Não										
Por vezes										
As famílias participam no programa de acolhimento/inserção da criança	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td>x</td></tr> </table>	Sim		Não		Por vezes	x		Segundo a educadora no momento do acolhimento, as famílias são convidadas a permanecer na sala e a participar em algumas atividades, como por exemplo momento do tapete onde se contam histórias e cantam canções, de forma a facilitar o processo de inserção da criança e da família.	
Sim										
Não										
Por vezes	x									
É elaborado o Plano Individual, de acordo com a avaliação das necessidades e expetativas da família	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes			O Plano individual é elaborado, acordo com a avaliação das necessidades e expetativas da criança e sua família, expressas na ficha de avaliação diagnóstica de Desenvolvimento.	
Sim	x									
Não										
Por vezes										

<b>Análise Documental e processual</b>	O pi é elaborado com a participação da família	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td>x</td></tr> </table>	Sim		Não		Por vezes	x	A família participa quando ao longo do acolhimento inicial identifica, em conjunto com a equipa, alguma situação que mereça atenção no P.I e quando colabora na identificação de competências emergentes e não alcançadas expressas no perfil de competências.
	Sim								
	Não								
Por vezes	x								
Na elaboração, implementação, avaliação e revisão do Plano Individual é assegurada, sempre que necessário, a participação de todos os intervenientes internos e externos	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td>x</td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes		Para a Educadora, na realidade, muito raramente é assegurada a participação de todos os intervenientes. E, isso também está relacionado com a pouca disponibilidade de algumas famílias.	
Sim									
Não	x								
Por vezes									
O Projeto Pedagógico é elaborado com a participação das famílias	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		As famílias são convidadas a dar sugestões para a elaboração do projeto pedagógico	
Sim	x								
Não									
Por vezes									

Sala: (2 ano/3anos)- Data: 02 de Abril de 2016		INDICADORES		DADOS OBSERVADOS					
ITENS DE OBSERVAÇÃO		Variáveis Observáveis							
3. Processo da criança (Processo individual, plano individual e projeto pedagógico)									
<b>Análise Documental e Processual</b>	O processo individual da criança contém todos os documentos necessários à sua admissão previstos no regulamento interno da Instituição?	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		<p>Ao consultar os 6 processos individuais da criança e o regulamento interno verificámos que todos os documentos previstos estão no processo. Contém Ficha de inscrição (onde constam os critérios de admissão; exemplar do contrato de prestação de serviços; documentos legais da crianças e dos pais (cartão do cidadão ou assento de nascimento); Horário habitual de permanência da criança na creche; Identificação, endereço e telefone da pessoa a contactar em caso de necessidade; Autorização, devidamente assinada pelos representantes legais; Identificação e contato do médico assistente; Declaração médica comprovativa do estado de saúde da criança e outras informações tais como dieta, medicação, alergias; Boletim de vacinas e grupo sanguíneo; situação sóciofamiliar; registo de presenças; Registo da data e motivo da cessação ou rescisão do contrato de prestação de serviços; recibos de vencimento de cada um dos responsáveis legais, irs e notas de liquidação</p>
	Sim	x							
Não									
Por vezes									
Na fase de acolhimento inicial/periodo de adaptação da criança privilegiam-se os cuidados pessoais (higiene, repouso, alimentação, saúde)	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		<p>No documento observado estão descritas as situações de interação a observar durante o mês de Adaptação (relação com os pares, relação com adultos de referência, relação com outros adultos, adaptação ao espaço e rotina, comportamento à chegada e comportamento à saída. Não se faz referência aos cuidados pessoais. Existe um outro documento observado denominado registo de entradas e saídas onde estão contemplados e previstos esses momentos. Acrescentando as trocas afetivas, de acordo com a educadora.</p>	
Sim	x								
Não									
Por vezes									

	Na inserção da criança privilegiam-se as atividades sociopedagógicas	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td>x</td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes		Na fase de acolhimento/inserção privilegiam-se as relações de afeto e de proximidade entre crianças e adultos. Contudo, a planificação de atividades também estão previstas, uma vez que algumas ajudam no processo									
Sim																		
Não	x																	
Por vezes																		
	No plano individual da criança estão definidos os objetivos gerais e específicos de intervenção	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		No plano individual estão definidos os objetivos gerais, os específicos, assim como as estratégias a implementar para alcançar as competências priorizadas.									
Sim	x																	
Não																		
Por vezes																		
	Na elaboração do P.I estão previstos as área de Desenvolvimento infantil: pessoal e social, expressão e comunicação e conhecimento do mundo	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		No documento identificámos as três áreas de conteúdo.									
Sim	x																	
Não																		
Por vezes																		
	Pais, educadores, ajudantes de ação educativa, entidades externas e crianças têm responsabilidades na elaboração, implementação do plano individual	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>P</th> <th>EI</th> <th>AAE</th> <th>C</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Elab</td> <td>pv</td> <td>s</td> <td>s</td> <td>N</td> </tr> <tr> <td>Imp</td> <td>pv</td> <td>s</td> <td>s</td> <td>S</td> </tr> </tbody> </table>		P	EI	AAE	C	Elab	pv	s	s	N	Imp	pv	s	s	S	Na perspetiva da educadora, quer esta quer a AAE. têm responsabilidades na elaboração e na implementação do plano individual. Os pais e as entidades externas tem uma participação esporádica
	P	EI	AAE	C														
Elab	pv	s	s	N														
Imp	pv	s	s	S														
<b>Análise Documental e Processual</b>	A elaboração do projeto pedagógico considera as necessidades sociais e educativas e interesses de cada criança	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		O projeto pedagógico tem em consideração necessidades sociais e educativas e interesses de cada criança, a cultura, religião, língua, idade e o desenvolvimento global de cada criança de acordo com o documento observado									
	Sim	x																
Não																		
Por vezes																		
A elaboração do projeto pedagógico considera a cultura, religião, língua, idade e o desenvolvimento global de cada criança	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Alguns</td><td></td></tr> </table> <p>Se a resposta for alguns. Quais? _____</p>	Sim	x	Não		Alguns												
Sim	x																	
Não																		
Alguns																		

	<p>O planeamento das atividades sociopedagógicas consideram.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Desenvolvimento motor , cognitivo e pessoal e social</li> </ul>	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Por vezes	<input type="checkbox"/>	<p>A educadora ao planear tem em atenção o desenvolvimento motor , cognitivo e pessoal e social</p>
Sim	<input checked="" type="checkbox"/>								
Não	<input type="checkbox"/>								
Por vezes	<input type="checkbox"/>								
	<p>Existem áreas de desenvolvimento de maior relevância</p>	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> </tr> </table> <p>Se a resposta for sim ou por vezes. Qual? <u>Atividades desenvolvimento motor</u></p>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Por vezes	<input checked="" type="checkbox"/>	<p>Por vezes, justificando que este grupo tem preferência por atividades relacionadas com o desenvolvimento motor</p>
Sim	<input type="checkbox"/>								
Não	<input type="checkbox"/>								
Por vezes	<input checked="" type="checkbox"/>								
<p><b>Análise Documental e Processual</b></p>	<p>As famílias são chamadas a participar nas atividades da sala e da Creche?</p>	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table> <p>Se a resposta for sim ou por vezes, identifique os momentos.</p>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Por vezes	<input type="checkbox"/>	<p>Nas festividades e nas atividades de sala relacionadas com as famílias</p>
Sim	<input checked="" type="checkbox"/>								
Não	<input type="checkbox"/>								
Por vezes	<input type="checkbox"/>								

Sala: (2 ano/3anos)- Data: 06 de Abril de 2016					
ITENS DE OBSERVAÇÃO		INDICADORES		DADOS OBSERVADOS	
4. A prática profissional – Recursos Humanos/ Parcerias		Variáveis Observáveis			
<b>Observação Direta</b>	Relação da educadora com as AAE		S N	No dia da observação verificámos uma relação de empatia e respeito	
		Colaborativa/Próxima	x		
		Direta/ Distante			
<b>Observação Direta</b>	Relação entre as AAE		S N	Verificámos que a equipa planifica e toma decisões em conjunto	
		Colaborativa/Organizada	x		
		Colaborativa/ Espontânea			
		Competitiva( Indiferente			
<b>Observação Direta</b>	Trabalho de Equipa		S N	Dentro da sala, o trabalho é de pares, mas determinadas atividades implicam a participação de mais adultos	
		De pares	x		
		De trios			
<b>Análise Documental e Processual</b>	Planeamento diário		S N Pv	O planeamento faz-se no documento denominado planificação semanal. À sexta-feira a equipa reúne e decide o plano da semana seguinte. Ocasionalmente, a família participa quando sugere alguma atividade.	
		Individual			
		De equipa	x		
		Com as famílias			x
		Com Entidades Externas			

<b>Análise Documental e Processual</b>	As educadoras de infância e as AAE têm conhecimento do trabalho desenvolvido pelos intervenores sociais	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> </table>	Sim		Não		Por vezes	x	Por vezes, a educadora tem conhecimento do trabalho desenvolvido pelos intervenores sociais através da coordenadora da instituição.
	Sim								
	Não								
	Por vezes	x							
Existe troca de informações entre os educadores de infância e os intervenores sociais sobre as crianças das famílias beneficiárias de r.s.i	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table> <p>Se respondeu, sim ou por vezes indique o nº de vezes <u> 0 </u> e em que situações</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	Sim		Não	x	Por vezes		Não existe troca de informação. Só soube que tinha crianças em sala, beneficiárias de r.s.i, quando se iniciou este trabalho de pesquisa.	
Sim									
Não	x								
Por vezes									
Existe um plano de inserção consertado em parceira com os intervenores sociais	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> </table>	Sim		Não	x	Não existe qualquer articulação entre os educadores e os intervenores sociais, não existe articulação entre os Planos Individuais e os Planos de Inserção			
Sim									
Não	x								
Existe articulação entre os Planos Individuais e os Planos de Inserção	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim		Não	x	Por vezes			
Sim									
Não	x								
Por vezes									

**APÊNDICE XIII - GRELHA DE RECOLHA E OBSERVAÇÃO INTERVENTOR SOCIAL A**

NLI Setúbal – Interventor Social A – Data: 22/04/2016								
ITENS DE OBSERVAÇÃO		INDICADORES	DADOS OBSERVADOS					
1. Espaço e Condições		Variáveis observáveis						
<b>Análise Documental</b>	Nº de Técnicos por família	<table border="1"> <tr> <td>1 técnico</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>2 técnicos</td> <td></td> </tr> </table>	1 técnico	x	2 técnicos		Existe 1 técnico por cada 25 famílias, de acordo com o protocolo de cooperação celebrado entre a instituição e o Centro Distrital da Segurança Social. Contudo, segundo a técnica, no primeiro trimestre de 2016, estão a ser acompanhadas 265 famílias para 4 técnicos.	
	1 técnico	x						
	2 técnicos							
	Nº de Ajudantes de Ação Direta por família	<table border="1"> <tr> <td>1 Ajudante</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>2 Ajudantes</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mais de 2</td> <td></td> </tr> </table>	1 Ajudante	x	2 Ajudantes		Mais de 2	
1 Ajudante	x							
2 Ajudantes								
Mais de 2								
Equipamentos e serviços de apoio (impressora, computador, telefone, Veículo de serviço...)	<table border="1"> <tr> <td>M Ad</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Pouco Ad</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nada Ad</td> <td></td> </tr> </table>	M Ad	x	Pouco Ad		Nada Ad		Existe 1 computador por cada técnico e ajudante de ação direta, 3 telefones (1 fixo, 2 portáteis), 3 impressoras, 1 veículo afeto à equipa, por iniciativa da Direção, de acordo com a interventora social, um balcão de atendimento. Em relação a serviços de apoio foi criada a loja social, que surgiu da necessidade de apoiar a comunidade, utentes e famílias abrangidos pela resposta de r.s.i com bens não perecíveis, tais como roupa, calçado, mobiliário entre outros. A Assistente social considera que os recursos de apoio são muito adequados.
M Ad	x							
Pouco Ad								
Nada Ad								
É disponibilizado material de desgaste em quantidade suficiente para a realização das atividades previstas	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		É realizado um pedido de material de desgaste, em impresso próprio e segundo a técnica, o pedido é satisfeito em tempo útil.
Sim	x							
Não								
Por vezes								

NLI Setúbal – Interventor Social A – Data: 02/05/2016		INDICADORES		DADOS OBSERVADOS						
ITENS DE OBSERVAÇÃO		Variáveis observáveis								
2. Processo das Famílias										
<b>Análise documental</b>	As famílias são atendidas sempre que necessitem e solicitam	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Os atendimentos são agendados de acordo com a necessidade do utente ou do técnico no decorrer do acompanhamento do contrato de inserção, e permitem em simultâneo, a produção de conhecimento sobre a realidade, a inovação (no sentido de singularidade de cada caso), a produção de mudanças sociais e, ainda, a formação de competências dos beneficiários, segundo o relatório de progresso semestral- protocolo r.s.i do 1º semestre de 2016.	
	Sim	x								
	Não									
Por vezes										
No atendimento às famílias privilegia-se o ambiente informal e familiar numa relação de empatia	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td>x</td></tr> </table>	Sim		Não		Por vezes	x	De acordo, com o plano de ação anual do protocolo de r.s.i da equipa do sonho da área de intervenção do centro distrital de segurança social de setúbal a equipa mantém a sua estratégia de intervenção centrada na família e no indivíduo. Neste sentido, estabelece em conjunto com a família, objetivos claros e atingíveis; centrando o discurso nas potencialidades/ competências pessoais, sociais e profissionais e no reforço da auto-estima, bem como, nos direitos e deveres inerentes à prestação, procurando não nos substituir aos indivíduos na tomada de decisão sobre as suas vidas; respeitando o tempo e as características de cada um. Através das visitas domiciliárias pretende-se potenciar a proximidade com as famílias, bem como, estabelecer uma relação mais empática e obter uma percepção mais detalhada das necessidades reais, percursos de vida e a forma como os indivíduos e famílias encaram as suas vidas e o futuro.		
Sim										
Não										
Por vezes	x									
Do Processo individual do utente considera a Situação sóciofamiliar e económica, a situação saúde, Ocupações/Expetativas, necessidades,..)	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Do processo individual do agregado familiar constam a caracterização do agregado familiar, a data de inicio da intervenção, a ficha de acompanhamento, o registo de visitas domiciliárias efetuadas, o programa de inserção e a avaliação do programa de inserção. (protocolo R.S.I) No programa de inserção/ contrato de inserção (CI), são definidas as ações de inserção, tendo por base as problemáticas da família nas diversas áreas (educação, formação profissional, emprego, saúde, cidadania e habitação). Durante a vigência do CI a família é acompanhada e orientada no cumprimento das ações com vista à		
Sim	x									
Não										
Por vezes										

			progressiva inserção social e profissional dos elementos que compõem o agregado familiar. (relatório semestral – 1º semestre 2016)								
<b>Análise documental</b>	As Áreas/ Domínios de Atuação/Ações de Inserção são ao nível da satisfação das necessidades básicas como gás, água, luz, telefone, livros, material escolar, renda da casa, medicamentos, transporte, tratamentos médicos, higiene pessoal e higiene da casa, outras despesas,...)	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Maioritariamente</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td>x</td> </tr> </table>	Sim		Não		Maioritariamente		Por vezes	x	A satisfação das necessidades básicas, o cumprimento dos deveres e o aumento das competências pessoais e sociais é uma das prioridades da intervenção, de forma, a que estejam reunidas as condições para a autonomização das famílias da medida de Rendimento Social de inserção. (relatório semestral – 1º semestre 2016)
	Sim										
Não											
Maioritariamente											
Por vezes	x										
	Os técnicos e AAD efetuam visitas de acompanhamento com regularidade	<table border="1"> <tr> <td>Semanal</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Quinzenal</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mensal</td> <td></td> </tr> </table> <p>Outro _____</p>	Semanal	x	Quinzenal		Mensal		São realizadas visitas domiciliárias numa primeira abordagem à família (antes ou depois do primeiro atendimento) e sempre que for necessário para averiguação das condições habitacionais, número de elementos no agregado familiar e respetivos rendimentos, bem como, o grau de execução das ações contratualizadas e no apoio em questões de carácter geral. (relatório de progresso semestral -1º semestre de 2016)		
Semanal	x										
Quinzenal											
Mensal											
<b>Observação Direta</b>	A intervenção é de natureza preventiva e reparadora	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Foi realizada uma visita por impedimento da interventora social observando-se uma intervenção de carácter urgente (falta de roupa)		
Sim	x										
Não											
Por vezes											
<b>Análise documental</b>	A intervenção é efetuada numa perspetiva de fortalecimento das competências das famílias	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Segundo o plano de ação 2016 deve-se apresentar um discurso positivo e centrado nas competências/potencialidades das famílias e indivíduos, como estratégia promotora de mudança social e realizar projetos que facilitem e promovam a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, bem como, o aumento da autoestima e autoconfiança e valorização de culturas e tradições, mas a técnica refere que nem sempre se consegue manter um discurso positivo e, muitas vezes as famílias fecham-se a novos desafios, e também têm consciência que muitos dos projetos não são do interesse de algumas famílias, que só participam quando ameaçadas da retirada do subsídio.		
Sim	x										
Não											
Por vezes											

NLI Setúbal – Interventor Social A – <b>Data: 30/04/2016</b>									
ITENS DE OBSERVAÇÃO			DADOS OBSERVADOS						
	3. Processo da Criança ( Inserção em Resposta Social de Creche)	Variáveis observáveis							
<b>Observação Direta</b>	Os interventores sociais encaminham as famílias para a resposta social de creche e acompanham a família	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Os interventores enviam as famílias à Creche, mas não contactam diretamente com a coordenação pedagógica.
	Sim	x							
Não									
Por vezes									
	A inserção da criança na resposta social de Creche é acordada com a família	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		A inserção é acordada com a família, sendo esta que se desloca à creche e que inicia o processo de inscrição e adaptação/inserção na creche.
Sim	x								
Não									
Por vezes									
<b>Análise Documental</b>	Existe um plano de inserção da criança em Creche consertado em parceria com os Educadores de Infância	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Não existe plano de inserção da criança construído em parceria com a creche e/ou educadores de infância		
	Sim	x							
	Não								
Existe articulação entre os Planos de Inserção e os Planos de Desenvolvimento Individual	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td>x</td></tr> </table>	Sim		Não	x	Não existe articulação entre os Planos de Inserção e os Planos de Desenvolvimento Individual			
Sim									
Não	x								
O plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção da família são consertados em parceria para o desenvolvimento integral da criança	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td>x</td></tr> </table>	Sim		Não	x	O plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção da família não são consertados em parceria para o desenvolvimento integral da criança			
Sim									
Não	x								

NLI Setúbal – Interventor Social A – Data: 22/04/2016						
ITENS DE OBSERVAÇÃO		INDICADORES			DADOS OBSERVADOS	
5. A prática profissional – Recursos Humanos/ Parcerias		Variáveis Observáveis				
Observação Direta	Relação dos Técnicos com as Ajudantes de Ação Direta		S	N	A equipa é composta por duas Assistentes Sociais, uma Psicóloga e uma Psicopedagoga.	
		Colaborativa/Próxima	x			
		Direta/ Distante				
Observação Direta	Relação entre as AAD		S	N	No dia da observação, a relação entre as AAD revelou-se descontraída havendo partilha e troca de informações.	
		Colaborativa/Organizada	x			
		Colaborativa/Espontânea				
		Competitiva/Indiferente				
Observação Direta	Trabalho de equipa		S	N	As técnicas e a AAD saem em visitas aos pares. Segundo, a assistente social, quando esta não pode fazer visitas vão duas ajudantes fazer a visita domiciliária às famílias.	
		De pares	x			
		De trios				
Análise Documental e Processual	Planeamento diário		S	N	Pv	De acordo com os registos escritos, a equipa planifica em conjunto na maioria das vezes. Em algumas situações planifica-se com as famílias. Um exemplo disso, acontece quando uma determinada família manifesta algum interesse em particular, que ao revelar-se passível de ser concretizável a equipa faz por acontecer.
	Individual					
	De equipa	x				
	Com as famílias			x		
		Entidades Externas				

<b>Análise Documental e Processual</b>	Os interventores sociais têm conhecimento do trabalho desenvolvido pelos Educadores de Infância	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> </table>	Sim		Não		Por vezes	x	Os interventores sociais, por vezes, têm conhecimento do trabalho desenvolvido pelos Educadores de Infância, através das redes sociais (site da instituição)
	Sim								
	Não								
	Por vezes	x							
	Existe troca de informações entre os interventores sociais e os educadores de infância sobre as crianças das famílias beneficiárias de r.s.i	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> </table> <p>Se respondeu, sim ou por vezes indique o nº de vezes <u>0</u> e em que situações _____</p>	Sim		Não		Por vezes	x	De acordo, com a técnica existem contatos esporádicos entre a resposta de r.s.i e a resposta de creche. Normalmente, estes acontecem quando os técnicos pretendem saber se há vaga para determinada criança. As informações posteriores são de natureza informal e acontecem casualmente.
Sim									
Não									
Por vezes	x								
Existe um plano de inserção da criança em Creche concertado em parceria com os Educadores de Infância	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> </table>	Sim		Não	x	Não existe plano de inserção da criança construído em parceria com a creche e/ou educadores de infância			
Sim									
Não	x								
Existe articulação entre os Planos de Inserção e os Planos de Desenvolvimento Individual	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> </table>	Sim		Não	x	Não existe articulação entre os Planos de Inserção e os Planos de Desenvolvimento Individual			
Sim									
Não	x								
O plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção da família são concertados em parceria para o desenvolvimento integral da criança	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> </table>	Sim		Não	x	O plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção da família não são concertados em parceria para o desenvolvimento integral da criança			
Sim									
Não	x								

**APÊNDICE XIV- GRELHA DE RECOLHA E OBSERVAÇÃO INTERVENTOR SOCIAL B**

NLI Setúbal – Interventor Social A – Data: 04/07/2016								
ITENS DE OBSERVAÇÃO		INDICADORES	DADOS OBSERVADOS					
1. Espaço e Condições		Variáveis observáveis						
<b>Análise Documental</b>	Nº de Técnicos por família	<table border="1"> <tr> <td>1 técnico</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>2 técnicos</td> <td></td> </tr> </table>	1 técnico	x	2 técnicos		Existe 1 técnico por cada 25 famílias, de acordo com o protocolo de cooperação celebrado entre a instituição e o Centro Distrital da Segurança Social. O número de agregados familiares abrangidos pelo presente protocolo é de 200, ultrapassando assim o acordo previsto no protocolo.	
	1 técnico	x						
	2 técnicos							
	Nº de Ajudantes de Ação Direta por família	<table border="1"> <tr> <td>1 Ajudante</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>2 Ajudantes</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mais de 2</td> <td></td> </tr> </table>	1 Ajudante	x	2 Ajudantes		Mais de 2	
1 Ajudante	x							
2 Ajudantes								
Mais de 2								
Equipamentos e serviços de apoio (impressora, computador, telefone, Veículo de serviço...)	<table border="1"> <tr> <td>M Ad</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Pouco Ad</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nada Ad</td> <td></td> </tr> </table>	M Ad	x	Pouco Ad		Nada Ad		Existe 1 computador por cada técnico e ajudante de ação direta, 3 telefones (1 fixo, 2 portáteis), 3 impressoras, 1 veículo, por, um balcão de atendimento. Em relação a serviços de apoio foi criada a loja social, que surgiu da necessidade de apoiar a comunidade, utentes e famílias.
M Ad	x							
Pouco Ad								
Nada Ad								
É disponibilizado material de desgaste em quantidade suficiente para a realização das atividades previstas	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		É realizado um pedido de material de desgaste, em impresso próprio da instituição. A técnica confirmou que é disponibilizado material de desgaste em quantidade suficiente para a realização das atividades previstas, mas por vezes demora a chegar de acordo com a assistente social B.
Sim	x							
Não								
Por vezes								
<b>Observação Direta</b>	Está definido um local de atendimento às famílias?	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Existem dois gabinetes para atendimento às famílias.	
Sim	x							
Não								

NLI Setúbal – Interventor Social A – Data: 06/07/2016		INDICADORES		DADOS OBSERVADOS						
ITENS DE OBSERVAÇÃO		Variáveis Observáveis								
2. Processo das Famílias										
<b>Análise Documental</b>	As famílias são atendidas sempre que necessitem e solicitam	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Os atendimentos são agendados de acordo com a necessidade do utente ou do técnico no decorrer do acompanhamento do contrato de inserção, e permitem em simultâneo, a produção de conhecimento sobre a realidade, a inovação (no sentido de singularidade de cada caso), a produção de mudanças sociais e, ainda, a formação de competências dos beneficiários, segundo o relatório de progresso semestral- protocolo r.s.i do 1º semestre de 2016.	
	Sim	x								
	Não									
Por vezes										
No atendimento às famílias privilegia-se o ambiente informal e familiar numa relação de empatia	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td>x</td></tr> </table>	Sim		Não		Por vezes	x	De acordo, com o plano de ação anual do protocolo de r.s.i da equipa do sonho da área de intervenção do centro distrital de segurança social de setúbal a equipa mantém a sua estratégia de intervenção centrada na família e no indivíduo. Neste sentido, estabelece em conjunto com a família, objetivos claros e atingíveis; centrando o discurso nas potencialidades/ competências pessoais, sociais e profissionais e no reforço da autoestima, bem como, nos direitos e deveres inerentes à prestação, procurando não nos substituir aos indivíduos na tomada de decisão sobre as suas vidas; respeitando o tempo e as características de cada um. Através das visitas domiciliárias pretende-se potenciar a proximidade com as famílias, bem como, estabelecer uma relação mais empática e obter uma perceção mais detalhada das necessidades reais, percursos de vida e a forma como os indivíduos e famílias encaram as suas vidas e o futuro. De acordo com a técnica esta visão não é tão simples assim, existem situações em que é necessário manter a distância e a formalidade por questões de segurança		
Sim										
Não										
Por vezes	x									
Do Processo individual do utente considera a Situação sociofamiliar e económica, a situação saúde, ocupações/expetativas, necessidades,...)	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Ao analisar os documentos observamos que do processo individual do agregado familiar constam a caracterização do agregado familiar, a data de início da intervenção, a ficha de acompanhamento, o registo de visitas domiciliárias efetuadas, o programa de inserção e a avaliação do programa de inserção. (protocolo R.S.I) No programa de inserção/ contrato de inserção (CI), são definidas as ações de inserção, tendo por base as problemáticas da família nas diversas áreas (educação, formação profissional, emprego, saúde, cidadania e habitação). Durante a vigência do CI a família é acompanhada e orientada no		
Sim	x									
Não										
Por vezes										

			cumprimento das ações com vista à progressiva inserção social e profissional dos elementos que compõem o agregado familiar. (relatório semestral – 1º semestre 2016)								
	As Áreas/ Domínios de Atuação/Ações de Inserção são ao nível da satisfação das necessidades básicas como Gás, água, luz, telefone, livros, material escolar, renda da casa, medicamentos, transporte, tratamentos médicos, higiene pessoal e higiene da casa, outras despesas,...)	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Maioritariamente</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td>x</td> </tr> </table>	Sim		Não		Maioritariamente		Por vezes	x	A satisfação das necessidades básicas, o cumprimento dos deveres e o aumento das competências pessoais e sociais é uma das prioridades da intervenção, de forma, a que estejam reunidas as condições para a autonomização das famílias da medida de Rendimento Social de inserção, de acordo com o plano de ação 2016. Por vezes, o mais importante para a s famílias são o ter que comer e as contas pagas, segundo a técnica, mas depende do serviço contrariar essa situação, investindo na formação e independência da família.
Sim											
Não											
Maioritariamente											
Por vezes	x										
<b>Análise Documental</b>	Os técnicos e AAD efetuam visitas de acompanhamento com regularidade	<table border="1"> <tr> <td>Semanal</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Quinzenal</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mensal</td> <td></td> </tr> </table>	Semanal	x	Quinzenal		Mensal		São realizadas visitas domiciliárias numa primeira abordagem à família (antes ou depois do primeiro atendimento) e sempre que for necessário para averiguação das condições habitacionais, número de elementos no agregado familiar e respetivos rendimentos, bem como, o grau de execução das ações contratualizadas e no apoio em questões de carácter geral. (relatório de progresso semestral -1º semestre de 2016)		
Semanal	x										
Quinzenal											
Mensal											
<b>Observação Direta</b>	A intervenção é de natureza preventiva e reparadora	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Em duas visitas efetuadas verificou-se que o motivo da visita foi de resolução de problemas imediatos (compra de medicação e fornecimento de alimentação). Foi uma solução não preventiva, nem reparadora, foi emergente.		
Sim	x										
Não											
Por vezes											
<b>Análise documental</b>	A intervenção é efetuada numa perspetiva de fortalecimento das competências das famílias	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>x</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por vezes</td> <td></td> </tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Segundo o plano de ação 2016 deve-se apresentar um discurso positivo e centrado nas competências/potencialidades das famílias e indivíduos, como estratégia promotora de mudança social e realizar projetos que facilitem e promovam a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, bem como, o aumento da autoestima e autoconfiança e valorização de culturas e tradições, mas a técnica refere que nem sempre se consegue manter um discurso positivo e, muitas vezes as famílias fecham-se a novos desafios, e também tem consciencia que muitos dos projetos não são do interesse de algumas famílias, que só participam quando ameaçadas da retirada do subsídio.		
Sim	x										
Não											
Por vezes											

NLI Setúbal – Interventor Social B – Data: 30/06/2016									
ITENS DE OBSERVAÇÃO		DADOS OBSERVADOS							
	Variáveis observáveis								
<b>Observação Direta</b>	3. Processo da Criança ( Inserção em Resposta Social de Creche)	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		Os interventores enviam as famílias à Creche, mas não contactam diretamente com a coordenação pedagógica.
	Sim	x							
Não									
Por vezes									
	A inserção da criança na resposta social de Creche é acordada com a família	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td>x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Por vezes		A inserção é acordada com a família, sendo esta que se desloca à creche e que inicia o processo de inscrição e adaptação/inserção na creche.
Sim	x								
Não									
Por vezes									
<b>Análise Documental</b>	Existe um plano de inserção da criança em Creche consertado em parceira com os Educadores de Infância	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td>x</td></tr> </table>	Sim		Não	x	Não existe plano de inserção da criança construído em parceria com a creche e/ou educadores de infância		
	Sim								
	Não	x							
Existe articulação entre os Planos de Inserção e os Planos de Desenvolvimento Individual	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td>x</td></tr> </table>	Sim		Não	x	Não existe articulação entre os Planos de Inserção e os Planos de Desenvolvimento Individual			
Sim									
Não	x								
O plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção da família são consertados em parceria para o desenvolvimento integral da criança	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td>x</td></tr> </table>	Sim		Não	x	O plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção da família não são consertados em parceria para o desenvolvimento integral da criança			
Sim									
Não	x								

NLI Setúbal – Interventor Social B – Data: 30/06/2016					
ITENS DE OBSERVAÇÃO		INDICADORES			DADOS OBSERVADOS
6. A prática profissional – Recursos Humanos/ Parcerias		Variáveis Observáveis			
<b>Observação Direta</b>	Relação dos Técnicos com as Ajudantes de Ação Direta		S	N	A equipa é composta por duas Assistentes Sociais, uma Psicóloga e uma Psicopedagoga.
		Colaborativa/Próxima	x		
		Direta/ Distante			
<b>Observação Direta</b>	Relação entre as AAD		S	N	No dia da observação, a relação entre as AAD revelou-se descontraída havendo partilha e troca de informações.
		Colaborativa/Organizada	x		
		Colaborativa/Espontânea			
		Competitiva/ Indiferente			
<b>Observação Direta</b>	Trabalho de equipa		S	N	As técnicas e a AAD saem em visitas aos pares. Segundo, a assistente social, quando esta não pode fazer visitas vão duas ajudantes fazer a visita domiciliária às famílias.
		De pares	x		
		De trios			
<b>Análise Documental e Processual</b>	Planeamento diário		S	N	De acordo com os registos escritos, a equipa planifica em conjunto na maioria das vezes. Em algumas situações planifica-se com as famílias. Um exemplo disso, acontece quando uma determinada família manifesta algum interesse em particular, que ao revelar-se passível de ser concretizável a equipa faz por acontecer.
		Individual			
		De equipa	x		
		Com as famílias		x	
		Entidades Externas			

<b>Análise Documental e Processual</b>	Os interventores sociais têm conhecimento do trabalho desenvolvido pelos Educadores de Infância	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> </table>	Sim		Não		Por vezes	x	Em situações raras, como por exemplo, em algumas festas realizadas com as famílias
	Sim								
	Não								
	Por vezes	x							
	Existe troca de informações entre os interventores sociais e os educadores de infância sobre as crianças das famílias beneficiárias de r.s.i	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> <tr><td>Por vezes</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> </table> <p>Se respondeu, sim ou por vezes indique o nº de vezes <u>0</u> e em que situações _____</p>	Sim		Não		Por vezes	x	De acordo com a técnica, raramente existem trocas de informação
Sim									
Não									
Por vezes	x								
Existe um plano de inserção da criança em creche consertado em parceria com os Educadores de Infância	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> <tr><td>Não</td><td></td></tr> </table>	Sim	x	Não		Não existe plano de inserção da criança construído em parceria com a creche e/ou educadores de infância			
Sim	x								
Não									
Existe articulação entre os Planos de Inserção e os Planos de Desenvolvimento Individual	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> </table>	Sim		Não	x	Não existe articulação entre os Planos de Inserção e os Planos de Desenvolvimento Individual			
Sim									
Não	x								
O plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção da família são consertados em parceria para o desenvolvimento integral da criança	<table border="1"> <tr><td>Sim</td><td></td></tr> <tr><td>Não</td><td style="text-align: center;">x</td></tr> </table>	Sim		Não	x	O plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção da família não são consertados em parceria para o desenvolvimento integral da criança			
Sim									
Não	x								

ÁREA DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL  
Observação relativa aos meses : 11 crianças dos 12 e 24

Apêndice XV- PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 12 AOS 24 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

Parâmetros de Desenvolvimento		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	Posição/Relação face ao Objetivo		
PESSOAL			ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
Auto- conhecimento	Reconhecer o seu nome por gestos ou sinais vocais	8	2	1	8
	Reconhecer Objetos familiares	6	2	3	6
	Reconhecer a sua imagem refletida no espelho e apontar para as partes do corpo nomeadas pelo adulto	11	0	0	11
Auto -conceito	Demonstrar Preferências por objetos ou pessoas	11	10	0	1
	Demonstrar as emoções adequadas perante determinada situação ou acontecimento	11	7	0	4
Auto-Regulação	Recordar a localização de objetos favoritos, procurando-os quando não estão à vista	7	2	2	7
	Procurar auto-confortar-se através de objetos familiares ou iniciando uma rotina	0	10	1	0
	Expressar as suas necessidades tais como estar com fome ou querer o objeto preferido	5	5	1	5
Comportamento Saudável	Lavar e secar as mãos antes das refeições com o apoio do adulto	11	0	0	11
	Pedir para limpar o nariz se está sujo	7	1	3	7
	Colaborar nos momentos de higiene pessoal e alimentação	5	3	3	5
	Mostrar satisfação por estar limpa	5	2	3	5

ÁREA DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL  
Observação relativa aos meses : 11 crianças dos 12 e 24

Apêndice XV - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 12 AOS 24 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

Segurança	Ouvir indicações do adulto e segui-las	5	5	3	3
Parâmetros de Desenvolvimento		Posição/Relação face ao Objetivo			
PESSOAL		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
Autonomia	Saber onde é o seu lugar à mesa e permanece sentada na cadeira	11	0	2	9
	Alimentar-se sozinha utilizando as mãos	2	9	2	0
	Beber pelo copo de bico, segurando-o com ambas as mãos	4	7	1	3
	Lavar as mãos e rosto com apoio/indicação do adulto	11	0	0	11
	Começar a demonstrar interesse por experimentar o bacio	11	0	2	9
	Saber onde fica a sua cama e permanece deitada	11	0	4	7
	Descalçar e calçar os sapatos	11	0	0	11
	Despir e vestir peças de roupa simples com ajuda	11	0	0	11
	Colaborar com o adulto nos hábitos de vestir	9	2	2	7

ÁREA DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL  
Observação relativa aos meses : 11 crianças dos 12 e 24

Apêndice XV - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 12 AOS 24 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

	Adormecer com o apoio de um adulto, da chucha, da fralda...	0	11	0	0
Parâmetros de Desenvolvimento		Posição/Relação face ao Objetivo			
RELACIONAL		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
<b>Interação com pares</b>	Brincar lado a lado com outra criança usando o mesmo ou um brinquedo similar	9	1	1	9
	Participar de forma espontânea em interações com pares (faz carinhas, imita ações "tontas" ou sons...)	7	3	1	7
	Demonstrar preferência por determinados parceiros de brincadeiras	9	1	1	9
<b>Interação com adultos</b>	Procurar no adulto que este lhe identifique qual o comportamento inadequado/ apropriado para cada situação, verificando com frequência a presença do seu prestador de cuidados	11	0	0	11
	Demonstrar afeto para com os adultos da sala	2	9	1	1
	Distinguir os adultos familiares dos não familiares	0	11	0	0
	Usar gestos físicos ou sons para obter ajuda dos adultos que lhe são familiares	6	4	2	5

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
Observação relativa aos meses : 11 crianças dos 12 e 24

Apêndice XV - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 12 AOS 24 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

Parâmetros de Desenvolvimento		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	Posição/Relação face ao Objetivo		
EXPRESSÕES			ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
Plástica	Desfrutar da manipulação de materiais de expressão plástica	8	1	2	8
	Gosto pela produção de desenhos e elaborações plásticas	3	5	4	2
Música	Desfrutar com as canções, a música e os jogos de contato	0	11	0	0
CAPACIDADES MOTORAS			4	5	2
Motricidade grossa	Agarrar-se às coisas para se puxar e manter de pé	7	5	1	4
	Ficar de pé e andar à volta de algo enquanto se agarra aos objetos ou mobília	4	5	0	6
	Conseguir andar sozinho	6	2	1	8
	Correr	8	5	1	5
	Parar e andar para trás alguns passos	6	5	0	5
	Subir a pequenas estruturas (escorrega, estruturas do parque infantil...)	10	2	1	8
	Andar de triciclo/ brinquedos de rodas sem pedais	10	5	1	5
	Sentar-se e levantar-se da cadeira sem perder o equilíbrio	6	1	0	10
	Chutar uma bola	8	1	0	10
	Iniciativa para aprender habilidades novas	8	5	0	6

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
Observação relativa aos meses : 11 crianças dos 12 e 24

Apêndice XV - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 12 AOS 24 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

	Participar ativamente em jogos dançados	7	1	2	8
	Participar na imitação de movimentos	1	2	1	8
	Retirar os objetos de dentro de uma caixa	5	3	1	7
	Deitar os objetos para dentro de uma caixa	6	9	1	1
	Empilhar objetos construindo torres	7	10	1	0

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
Observação relativa aos meses : 11 crianças dos 12 e 24

Apêndice XV - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 12 AOS 24 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

Parâmetros de Desenvolvimento			Posição/Relação face ao Objetivo		
CAPACIDADES MOTORAS		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
Motricidade Fina	Encaixar formas geométricas nas respetivas cavidades	1	2	1	8
	Amachucar/rasgar papel	8	5	1	5
	Apontar para os objetos ou para imagens	10	5	0	6
	Virar as páginas de um livro de cartão grosso	0	9	1	1
	Rabiscar	6	2	3	6
	Conseguir coordenar o movimento de levar a colher, com comida, à boca	2	1	0	10
LINGUAGEM		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
Escrita	Realizar traços livres (garatujas)	6	4	4	4
	Demonstrar curiosidade por observar imagens (fotos, imagens de revistas, jornais,...)	5	7	2	3
Oral	Virar a cabeça em direção a um objeto/pessoa quando se diz o seu nome	2	10	1	1
	Compreender pedidos ou ordens simples que impliquem uma tarefa ou instrução	10	0	2	10
	Apontar ou fazer sons quando olha para as imagens de um livro	7	4	3	5
	Compreender textos curtos	11	1	0	11
	Expressar duas ou três palavras	9	3	4	5

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
Observação relativa aos meses : 11 crianças dos 12 e 24

Apêndice XV - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 12 AOS 24 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

	Explorar reações espaciais (enche e esvazia caixas de brinquedos, coloca uma dentro da outra, tenta colocar o corpo dentro de caixas ou túneis...)	11	0	0	11
	Encontrar 2 ou 3 objetos que possuem a mesma cor, forma ou tamanho	7	4	4	3

ÁREA DE CONHECIMENTO DO MUNDO  
Observação relativa aos meses : 11 crianças dos 12 e 24

Apêndice XV -PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 12 AOS 24 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

Parâmetros de Desenvolvimento		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	Posição/Relação face ao Objetivo		
SOCIALIZAÇÃO			ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
Ambiente natural	Gostar de atividades exploratórias realizadas no exterior (passeios, observação de animais e plantas, contacto com terra, areia, relva...)	9	2	4	5
	Distinguir uma pessoa, um animal e uma planta	10	1	0	10
	Demonstrar curiosidade pelos animais e pelas plantas do seu meio	9	2	3	6
A vida em sociedade	Desfrutar das participação nas tradições, comemorações e nos acontecimentos de que faz parte	10	1	3	7
	Ajustar o seu comportamento perante as diferentes situações e ambientes	8	3	0	8
Interesse em aprender	Demonstrar respeito e cuidado pelos jogos pessoais e coletivos	1	10	0	1
	Manipular coisas no contexto que a rodeia (move-se em direção às coisas, coloca objetos na boca, manipula-os com as mãos, observa o movimento das coisas...)	0	10	1	0
	Compartilhar jogos e objetos com os seus pares	10	0	6	5
	Investigar os novos acontecimentos ou fenómenos que assiste (observa, tenta apanhar a chuva, um bicho que aparece, pára de brincar para ver a sombra que se mexe...)	0	11	0	0

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
Observação relativa aos meses : 11 crianças dos 12 e 24

Apêndice XV - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 12 AOS 24 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

As áreas de maior incidência são a Área de formação pessoal e social, com destaque para os domínios auto-conhecimento, interação com adultos, interação com crianças, auto-regulação, hábitos saudáveis e autonomia/independência; e a Área de Expressão e comunicação em que os domínios de maior incidência são o Domínio da Linguagem Oral (Compreensão e Expressão), Domínio da Expressão Motora (Capacidades Motoras Grossas), Domínio da Expressão Motora (Capacidades Motoras Finas) e Domínio da Matemática. Na Área de Conhecimento do Mundo, destacam-se os domínios Conhecimento do Mundo Natural e a vida em sociedade. Contudo, existe um certo equilíbrio entre as várias Áreas de Desenvolvimento prioritizadas. O perfil é um instrumento de recurso, onde estão evidentes as competências das crianças a alcançar dos 12 aos 24 meses de idade, e a sua priorização depende da idade exata da criança, da sua personalidade, do comportamento observado em contexto de sala, em situação de grupo. Esta é uma matriz fixa, a diferença na intervenção mais adequada poderá estar relacionada com a questão de um maior conhecimento acerca da história de vida da criança, das suas origens tornando o processo de integração s mais adequado, às suas necessidades, com a existência do protocolo de cooperação entre rsi e creche. O número de crianças prioritizadas pode não corresponder ao número de crianças com o objetivo não alcançado, ou emergente, porque é a educadora que define se vai trabalhar com a criança essa competência (priorização). O número de crianças prioritizadas pode não corresponder ao número de crianças com o objetivo não alcançado, ou emergente, porque é a educadora que define se vai trabalhar com a criança essa competência (priorização). A soma da matriz alcançado+ emergente+ não alcançado é igual ao número de crianças existentes na sala, ou seja 11 crianças.

ÁREA DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL  
Observação relativa aos meses : 12 crianças dos 24 e 36

Apêndice XVI - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 24 AOS 36 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

Parâmetros de Desenvolvimento		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	Posição/Relação face ao Objetivo		
PESSOAL			ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
Auto- conhecimento	Reconhecer a sua cara num espelho ou fotografia	8	4	0	8
	Identificar a sua identidade sexual	12	0	3	9
	Identificar e comunicar os seus sentimentos e emoções	12	0	0	12
	Ter noção do esquema corporal (cabeça, mãos, braços, pernas e partes do rosto)	4	8	1	3
	Usar o seu nome e o de outras pessoas familiares	6	6	2	4
Auto -conceito	Afirmar a personalidade respondendo na negativa ("não")	6	6	0	6
	Agir de forma como se pensasse que é capaz de fazer tudo("eu faço")	2	7	3	2
	Demonstrar ter consciência de estar a ser observada pelos outros	2	8	3	1
Auto-Regulação	Antecipar e seguir uma sequência de passos para realizar uma tarefa do dia-a-dia ("Ir secar as mãos e depois ir para a mesa")	1	9	2	1
	Dizer "não" quando sabe que não é para mexer, refreia-se de pisar um livro caído no chão)	0	12	0	0
	Assimilar e respeitar as regras de interação social	2	9	1	1

ÁREA DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL  
Observação relativa aos meses : 12 crianças dos 24 e 36

Apêndice XVI - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 24 AOS 36 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

	Cumprir as regras da sala	5	2	7	3
	Participar nas tarefas de sala	0	10	1	0
	Ser capaz de orientar-se no espaço da sala (encontrar/arrumar)	5	5	1	5
<b>Comportamento Saudável</b>	Saber que tem de lavar e secar as mãos antes das refeições	9	3	0	9
	Usar lenços para limpar o nariz sozinho ou com ajuda do adulto	2	7	3	2
	Distinguir limpo/sujo	4	8	2	2
	Mostrar satisfação por estar limpo	0	12	0	0
	Tentar novos alimentos que lhe são desconhecidos (verdes...)	2	10	0	2
	Adquirir hábitos de higiene, de alimentação e descanso	0	12	0	0
<b>Segurança</b>	Prestar atenção a instruções de segurança (tens que dar a mão...)	12	0	2	10
	Ser capaz de identificar objetos ou situações perigosas	12	0	3	9
	Alertar as crianças ou adultos para situações perigosas	12	0	0	12
<b>Autonomia</b>	Colaborar em fazer uma fila para se deslocar de um lado para o outro	11	0	3	9
	Ser capaz dirigir para o seu lugar à mesa e permanecer sentada na cadeira	2	9	2	0
	Ajudar a recolher os brinquedos e saber onde os guardar	4	7	1	3

ÁREA DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL  
Observação relativa aos meses : 12 crianças dos 24 e 36

Apêndice XVI - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 24 AOS 36 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

<b>Autonomia</b>	Saber onde fica a sua cama e permanecer deitada	1	12	1	0
	Usar os talheres para se alimentar	0	12	2	0
	Beber pelo copo sem entornar	0	12	0	0
	Ir ao bacio/sanita	12	0	3	9
	Pedir para ir ao bacio/sanita por iniciativa própria	12	0	0	12
	Puxar o autoclismo	12	0	2	10
	Lavar a cara e as mãos sem ajuda	10	2	1	9
	Descalça/calça os sapatos	12	0	1	11
	Ser capaz de vestir/despir peças de roupa	9	1	4	7
	Adormecer sem apoio (adultos, chucha...)	8	4	2	6
	Mostrar autonomia nas rotinas e actividades	12	0	3	9
	<b>Parâmetros de Desenvolvimento</b>		<b>Posição/Relação face ao Objetivo</b>		
		<b>Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado</b>	<b>ALCANÇAD O</b>	<b>EMERGEN TE</b>	<b>NÃO ALCANÇADO</b>
<b>RELACIONAL</b>					
<b>Interação com pares</b>	Revelar iniciativa de procurar o outro para brincar e colaborar nos jogos	9	1	1	9
	Aceitar os colegas como companheiros de jogo e atividade (jogo partilhado)	4	8	0	4
	Aceitar e retribuir as demonstrações de afeto de outra criança	2	10	1	1
	Demonstrar preocupação por outra criança que se encontre a chorar	5	3	6	3

ÁREA DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL  
Observação relativa aos meses : 12 crianças dos 24 e 36

Apêndice XVI - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 24 AOS 36 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

<b>Interação com Pares</b>	Começar a partilhar os brinquedos e materiais da sala com os pares	4	8	0	4
	Criar atividades de brincar que imitam as atividades de vida diária dos adultos que lhe são familiares	5	6	3	3
<b>Interação com Adultos</b>	Antecipar e seguir uma sequência de passos para realizar uma tarefa do dia-a-dia (“Ir secar as mãos e depois ir para a mesa”)	11	0	0	11
	Começar a exibir o impulso de se autocontrolar e autorregular (dizer “não” quando sabe que não é para mexer, refreia-se de pisar um livro caído no chão)	2	9	1	1
	Assimilar e respeitar as regras de interação social	0	11	0	0
	Cumprir as regras da sala	12	0	4	8
	Participar nas tarefas de sala	12	0	3	9

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
Observação relativa aos meses : 12 crianças dos 24 e 36

Apêndice XVI - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 24 AOS 36 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

Parâmetros de Desenvolvimento			Posição/Relação face ao Objetivo		
EXPRESSÕES		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
<b>Plástica</b>	Respeitar os trabalhos dos pares	8	1	2	8
	Explorar e utilizar os materiais ao seu dispor				
	Revelar prazer nas atividades de expressão plástica	3	5	4	2
<b>Música</b>	Cuidar dos materiais e instrumentos musicais	3	11	0	0
	Desfrutar com o canto e dança	0	12	0	0
	Explorar as propriedades sonoras do corpo e dos objetos	4	6	4	2
<b>Dramática</b>	Ser capaz de usar objetos que lhe são familiares de forma combinada (boneca na cama, pessoa no carro,...)	9	2	3	7
	Realizar pequenas peças teatrais com os outros	12	0	0	12
	Desenvolver brincadeiras de faz de conta	8	4	3	5
	Mimar ações imitando-as	11	0	2	10
CAPACIDADES MOTORAS		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
<b>Motricidade Grossa</b>	Andar e permanecer na ponta dos dedos dos pés	3	9	0	3
	Ser capaz de se segurar sobre um pé	12	0	0	12
	Andar para trás de costas	3	8	1	3

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
Observação relativa aos meses : 12 crianças dos 24 e 36

Apêndice XVI - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 24 AOS 36 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

<b>Motricidade grossa</b>	Subir escadas segurando-se no corrimão ou com a mão na parede	12	0	2	10
	Apanhar/atirar uma bola segurando-a com os braços e as mãos	0	12	0	0
	Dar pancadas fortes com intenção e precisão (Martela objetos, pinos...)	0	11	1	0
	Subir escadas com alternância	10	2	0	10
	Correr	0	12	0	0
	Chutar uma bola sem perder o equilíbrio	8	1	0	10
	Andar de triciclo ou outro brinquedo com rodas e pedais	8	5	0	6
	Saltar com os dois pés	7	1	2	8
	Saltar de um plano superior para um inferior	1	2	1	8
	Montar e descer do triciclo	5	3	1	7

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
Observação relativa aos meses : 12 crianças dos 24 e 36

Apêndice XVI - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 24 AOS 36 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

Parâmetros de Desenvolvimento		Posição/Relação face ao Objetivo			
CAPACIDADES MOTORAS		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
Motricidade Fina	Desenhar com lápis, marcador ou lápis de cera	1	2	1	8
	Segurar o lápis com a ponta dos dedos	8	5	1	5
	Usar pincéis	10	5	0	6
	Segurar objetos com uma mão e manipular com a outra	0	9	1	1
	Dobrar o cobertor, a fralda de pano ou o papel ou rasga papel	6	2	3	6
	Construir torres de 6 ou 7 cubos	2	7	3	2
	Apanhar uma bola em movimento	2	10	0	2
	Passar as páginas de um livro	0	12	0	0
	Fazer enfiamentos	12	0	0	12
	Fazer colagens sem apoio	12	0	0	12
	Recortar com a tesoura	12	0	0	12
	Fazer rabiscos e escrevinha com lápis e marcadores	3	8	2	2
	Identificar os rabiscos que fez e dá-lhes um sentido ("é um cão...")	12	0	0	12
	Tentar reproduzir a escrita	12	0	0	12
	Fazer um círculo	12	0	0	12
	Copiar um traço vertical e horizontal	12	0	0	12

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
Observação relativa aos meses : 12 crianças dos 24 e 36

Apêndice XVI - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 24 AOS 36 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

LINGUAGEM		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	Posição/Relação face ao Objetivo		
			ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
<b>Escrita</b>	Identificar pelo nome os objetos ou ações de um livro	10	0	2	10
	Reconhecer sinais e símbolos no contexto (identifica o logótipo da instituição, símbolo bolachas...)	0	12	0	0
	Interpretar adequadamente as imagens que acompanham textos escritos	12	0	0	12
<b>ORAL</b>	Memorizar frases	6	5	2	5
	Revelar interesse por histórias e lengalengas	0	12	0	0
	Identificar sons e imitar as onomatopeias dos animais	5	4	4	4
	Revelar interesse por canções e cantarolar algumas	4	8	2	2
	Compreender os nomes de objetos comuns, pessoas familiares, ações ou expressões	2	10	2	0
	Aprender e usar novo vocabulário diariamente	4	8	0	4
	Combinar palavras para fazer sequências simples ("vou bacio", "quero brincar", "João tem carro")	9	2	3	7
	Perguntar e responder a questões simples	7	5	2	5
	Usar pronomes possessivos (meu, teu,...)	12	0	2	10
	Usar corretamente o plural	12	0	3	9

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
Observação relativa aos meses : 12 crianças dos 24 e 36

Apêndice XVI - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 24 AOS 36 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

	Ter iniciativa e interesse em participar em situações de comunicação oral	0	12	0	0
	Dizer o nome dos colegas	9	3	2	7
<b>CAPACIDADES COGNITIVAS</b>		<b>Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado</b>	<b>Posição/Relação face ao Objetivo</b>		
			<b>ALCANÇAD O</b>	<b>EMERGEN TE</b>	<b>NÃO ALCANÇADO</b>
<b>Matemática</b>	Discriminar algumas cores	12	0	0	12
	Arranjar os objetos em linha	12	0	0	12
	Dizer a sequência de números ( “um, dois, três...”)	12	0	0	12
	Usar algumas palavras que identificam o número (diz “três formigas”, “somos dois”...)	12	0	0	12
	Distinguir “um” de “muitos”	6	3	4	5
	Encher e esvaziar o conteúdo de um contentor	0	12	0	0
	Usar ou seguir um determinado padrão	12	0	0	12
	Compreender a sequência das rotinas diárias	2	10	0	2
	Ser capaz de colocar um objeto em cima, em baixo, dentro, fora, perto e longe com indicação	12	0	3	9
	Ter noção do esquema corporal	7	5	2	5
	Construir pequenos puzzles	12	0	4	8

ÁREA DE CONHECIMENTO DO MUNDO  
Observação relativa aos meses : 12 crianças dos 24 e 36

PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 24 AOS 36 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

Parâmetros de Desenvolvimento		Posição/Relação face ao Objetivo			
SOCIALIZAÇÃO		Nº de crianças com o mesmo objetivo priorizado	ALCANÇAD O	EMERGEN TE	NÃO ALCANÇADO
Interesse em Aprender	Explorar, de forma independente, o meio ambiente que a rodeia	9	3	2	7
	Tentar realizar novas atividades, materiais ou equipamento (demonstra vontade e interesse em experimentar material de arte novo e pouco familiar, novos brinquedos ou instrumentos musicais)	2	9	3	1
Conhecimento do Mundo natural	Observar e verbalizar algumas características das estações do ano	10	2	3	7
	Estabelecer relações entre as características do meio físico e formas de vida ("No Inverno usamos roupa quente", ...)	12	0	0	12
	Demonstrar interesse por cuidar de animais e plantas	12	0	4	8
	Gostar de atividades exploratórias ao ar livre (observar plantas, animais...)	1	10	1	1

As áreas de maior incidência são a Área de formação pessoal e social, com destaque para os domínios auto-conhecimento, auto-regulação, comportamentos de segurança e autonomia/independência; e a Área de Expressão e comunicação em que os domínios de maior incidência são o Domínio da Linguagem Oral (Compreensão e Expressão), Domínio da Expressão Motora (Capacidades Motoras Grossas), Domínio da Expressão Motora (Capacidades Motoras Finas) e Domínio da Matemática. Na Área de Conhecimento do Mundo, destaca-se o domínio do Conhecimento do Mundo Natural. O perfil é um instrumento de recurso, onde estão evidentes as competências das crianças a alcançar dos 24 aos 36 meses de idade, e a sua priorização depende da idade exata da criança, da sua personalidade, do comportamento observado em contexto de sala, em situação de grupo, e da avaliação/compreensão do Educador. Esta é uma matriz fixa, a diferença na intervenção poderá estar relacionada com a questão de um

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
Observação relativa aos meses : 12 crianças dos 24 e 36

Apêndice XVI - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DA CRIANÇA (DOS 24 AOS 36 MESES)  
Ano Letivo 2015-2016

maior conhecimento acerca da história de vida da criança, das suas origens e da sensibilidade do educador em compreender a necessidade da criança tornando o processo de integração mais adequado, às suas necessidades, com a existência do protocolo de cooperação entre rsi e creche. O número de crianças priorizadas pode não corresponder ao número de crianças com o objetivo não alcançado, ou emergente, porque é a educadora que define se vai trabalhar com a criança essa competência (priorização). A soma da matriz alcançado+ emergente+ não alcançado é igual ao número de crianças existentes na sala, ou seja 12 crianças.

## **Apêndice XVII - Análise grelha de recolha e observação educadora A e B**

Na IPSS O SONHO, na sala da educadora A, existe 1 educadora e 1 Ajudante de Ação Educativa em sala para 11 crianças e, 1 polivalente que dá apoio à sala de 1 ano e à sala de 2 anos, Na sala da educadora de infância B existe 1 educadora e uma ajudante de ação educativa para 12 crianças e não existe ajudante polivalente. De acordo com o Artigo 10º, lei nº 262/2011 de 31 de Agosto, alinea b) (Anexo 1). O mesmo acontece em relação ao número de crianças por sala, considerando estar adequado porque também cumpre o previsto na mesma portaria Artigo 7.º Capacidade e organização. (cf. Anexo 1)

A sala da EI A tem espaços com equipamento e mobiliário (2 mesas e 12 cadeiras, um armário fechado e um armário com gavetas para brinquedos. Tem uma televisão com dvd e rádio. Existe uma casa de banho partilhada pelas salas de 1 ano e de 2 anos. O espaço exterior possui um ponto de água, iluminação, 1 escorrega grande e dois brinquedos de molas fixos. Existem outros brinquedos como triciclos com e sem pedal, baloiços, bolas e escorregas. (ver glossário: recreio)

Na sala da EI B, o espaço tem áreas identificadas de brincadeira, de alimentação e áreas de exploração livre. Segundo, a mesma é um espaço adequado, existindo zonas de brincadeira, alimentação e áreas livres para o movimento. O espaço é amplo com quinta e horta pedagógica e zonas verdes com relva, árvores e espaços de lazer com mesas de piquenique. Possui ainda três áreas diferentes com equipamentos de jogo e diversão (escorregas, brinquedos de mola, baloiços, casas de madeira. A instituição, de acordo com a EI A disponibiliza impressora, computador, rádio que o educador utiliza para a realização das atividades pedagógicas. Ambas as salas cumprem a portaria n.º 262/2011 de 31 de Agosto, artigo 20º (cf. Anexo 1) Em relação às salas de atividades estas também cumprem o disposto no nº4 da mesma portaria alinea a) (cf. Anexo 1) O mesmo acontece com o espaço exterior no artigo 18º, onde está previsto que em edifícios de raiz deve ser considerada uma área envolvente de espaços verdes para possibilitar o resguardo do edifício em relação à via pública e constituir um espaço exterior de uso comum para os utilizadores e colaboradores.

Em ambos os espaços existe um gabinete da direção técnica com uma secretária, 4 cadeiras, um armário com portas, um armário de prateleiras, 1 computador, 1 impressora, onde, de

acordo com a EI A se fazem os atendimentos às famílias (ver glossário: Gabinete de atendimento). Existe um dia de atendimento às famílias, definido em regulamento interno da instituição, mas durante análise dos documentos a EI A referiu que atende sempre que as famílias solicitem ou vice-versa, conforme a sua disponibilidade. No dia da observação direta, a educadora A atendeu 1 família na sala, e a mesma mostrou-se em todos os momentos disponível para ouvir a família. Teve uma postura de tentativa de resolução da questão levantada pela mesma, dando sugestões e alternativas de solução, demonstrando compreensão pela exposição feita pela família. (ver glossário: parceria com as famílias). Não foi possível observar uma situação idêntica com a educadora de infância B.

As famílias identificam as suas expectativas e necessidades em relação à creche e à criança, em entrevista com a EI A antes de a criança iniciar a sua frequência, no documento identificado como Ficha de Avaliação diagnóstica. As famílias participam no programa de acolhimento definindo o tempo e período de permanência da criança em sala. A evidência está na ficha de avaliação de diagnóstica preenchida em entrevista, antes de a criança iniciar a frequência. (ver glossário: Acolhimento)

Está descrito em procedimento da instituição, que o plano individual é elaborado de acordo com as necessidades e expectativas da criança e sua família evidenciadas na Ficha de Avaliação Diagnóstica (Ver glossário: Ficha de Avaliação Diagnóstica), no Programa de Acolhimento Inicial e Relatório e no Perfil de Competências. Tem, igualmente, em conta as orientações do Projeto Educativo, do Projeto Pedagógico e respectivo Plano Anual de Atividades (ver glossário: Acolhimento). Ao analisar os documentos observamos que as informações contidas em cada um dos vários documentos são transcritas para o plano individual. Esta descrito em procedimento da instituição, que o plano individual é elaborado de acordo com as necessidades e expectativas da criança e sua família evidenciadas na Ficha de Avaliação Diagnóstica, no Programa de Acolhimento Inicial e Relatório e no Perfil de Competências. Tem, igualmente, em conta as orientações do Projeto Educativo, do Projeto Pedagógico e respectivo Plano Anual de Atividades. Contudo, a EI A referiu que o mesmo foi construído por si e as famílias tiveram conhecimento do mesmo, posteriormente para assinatura e validação. Está definido em procedimento que, a participação de todos os intervenientes internos e externos é assegurada, sempre que

necessário na elaboração, implementação, avaliação e revisão do Plano Individual, contudo a educadora ainda não conseguiu que assim fosse, no seu entendimento. Na elaboração do projeto pedagógico está prevista a participação das famílias. Este ano (2014/2015), as famílias não participaram na elaboração do mesmo, este foi elaborado, definido e pensado pela equipa e dado posteriormente às famílias, em contexto de reunião de pais para validação por assinatura.

O processo individual da criança contém todos os documentos necessários à sua admissão previstos no regulamento interno da Instituição. Dos 6 processos pudemos observar que todos contêm ficha de inscrição (onde constam os critérios de admissão; exemplar do contrato de prestação de serviços; documentos legais da crianças e dos pais (cartão do cidadão ou assento de nascimento); horário habitual de permanência da criança. No momento do acolhimento (ver glossário: Acolhimento) documento analisado estão descritas as situações de interação a observar durante o mês de Adaptação (relação com os pares, relação com adultos de referência, relação com outros adultos, adaptação ao espaço e rotina, comportamento à chegada e comportamento à saída. Não se faz referência aos cuidados pessoais. Existe um outro documento observado denominado registo de entradas e saídas onde estão contemplados e previstos esses momentos da criança na creche; identificação, endereço e telefone da pessoa a contactar em caso de necessidade; autorização, devidamente assinada pelos representantes legais; identificação e contato do médico assistente; declaração médica comprovativa do estado de saúde da criança e outras informações tais como dieta, medicação, alergias; boletim de vacinas e grupo sanguíneo; situação sociofamiliar; registo de presenças; registo da data e motivo da cessação ou rescisão do contrato de prestação de serviços; recibos de vencimento de cada um dos responsáveis legais, irs e notas de liquidação (ver glossário: processo individual)

Na fase de acolhimento inicial/período de adaptação da criança privilegiam-se os cuidados pessoais (higiene, repouso, alimentação, saúde) e também as atividades sociopedagógicas. No plano individual da criança estão definidos os objetivos gerais e específicos de intervenção e os domínios do desenvolvimento infantil, a nível pessoal, social, cognitivo e físico. No procedimento para a elaboração do p.i da instituição os objetivos estão evidenciados na coluna objetivo específico/resultado desejável referente a competências

emergentes e por alcançar. Estes objetivos estão definidos no perfil de competências dos 12 aos 24 Meses de idade da instituição e são priorizados pela educadora dependendo das necessidades expressas da criança. Ver Apêndice I – Perfil de Competências dos 12 aos 24 meses de idade.

Na fase de acolhimento inicial/período de adaptação da criança privilegiam-se os cuidados pessoais (higiene, repouso, alimentação, saúde) e também as atividades sociopedagógicas. No plano individual da criança estão definidos os objetivos gerais e específicos de intervenção e as áreas do desenvolvimento Infantil, a nível pessoal e social, expressão e comunicação e conhecimento do Mundo. (Ver Glossário: Plano de Atividades socio pedagógicas); ver Apêndice I – Perfil de Competências dos 12 aos 24 meses de idade.

Em análise documental no dia 02 de Abril de 2016, na sala da Educadora B privilegiam-se as relações de afeto e de proximidade entre crianças e adultos. Contudo, a planificação de atividades também estão previstas, uma vez que algumas ajudam no processo. No plano de atividades sociopedagógicas estão definidas atividades de desenvolvimento motor, cognitivo, pessoal, emocional e social. Segundo a EI A, há que haver um equilíbrio entre os cuidados e as atividades, não se privilegiando umas em detrimento de outras (De acordo com os documentos analisados na sala da Educadora A, no dia 31 de Março de 2016).

No procedimento da instituição para a elaboração e implementação do plano individual, Pais, educadores, ajudantes de ação educativa, entidades externas e crianças têm responsabilidades na elaboração, implementação do mesmo. De acordo, com a EI A as famílias podem colaborar na implementação no ponto de vista da participação em algumas das atividades/ações e/ou estratégias planeadas para o P.I de determinada criança. As crianças acabam por ser participantes, uma vez que o que define a construção do seu plano individual são as competências emergentes ou por alcançar, expressas no perfil de competências preenchidas em contexto de sala pela equipa e posterior validação pelas famílias. Contudo, a EI B acabou por referir que não são chamadas entidades externas para a elaboração do plano individual, o que especificamente em relação às crianças de famílias beneficiárias de R.S.I, muita da informação que poderia ser relevante, acaba por se perder.

De acordo com o procedimento interno da instituição, está previsto as entidades externas serem utilizadas como recurso para a concretização de determinadas ações e/ ou estratégias, mas isso não se verifica com a resposta de r.s.i. (ver glossário: articulação de parcerias)

A elaboração do projeto pedagógico considera as necessidades sociais e educativas e interesses de cada criança, de acordo com os documentos analisados, contudo existe desconhecimento da realidade social das crianças. A EI B só teve conhecimento que as crianças x eram de famílias beneficiárias de rendimento social de inserção, na fase inicial desta investigação. A elaboração do projeto pedagógico considera a cultura, religião, língua, idade e o desenvolvimento global de cada criança e o planeamento das atividades sociopedagógicas consideram o desenvolvimento motor, o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento pessoal e social, e tendo em conta as necessidades e características de cada criança e do grupo poder-se-á intervir mais numa área de desenvolvimento do que noutras. (Ver glossário: Elaboração do projeto pedagógico)

O planeamento das atividades sociopedagógicas consideram o desenvolvimento motor, o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento pessoal e social, e tendo em conta as necessidades e características de cada criança e do grupo poder-se-á intervir mais numa área de desenvolvimento do que noutras. (Ver Glossário: Plano de Atividades sociopedagógicas)

As famílias são chamadas a participar nas atividades da sala e da creche, previstas quer no projeto educativo da instituição, quer no projeto pedagógico de sala, contudo verifica-se que esta participação se verifica com maior incidência nas festividades, e nas atividades de sala que têm como objetivo a participação das famílias. Nas festividades, com o dia da mãe, dia do pai e dia da família, estas colaboram trazendo comida para depois partilhar, e participam nas atividades que estiverem a decorrer como jogos tradicionais, pinturas, jogos entre pais e filhos. Na festa do Natal os pais colaboram na aquisição de fatos e adereços, algumas vezes ajudam na sua construção e os pais de berçário e da sala de 1-2 anos participam na peça, subindo ao palco. No Carnaval, participam no desfile acompanhando as crianças vestindo-se de acordo com o tema. No dia da criança foram convidados a assistir a uma peça de teatro elaborada por educadoras, ajudantes de ação educativa,

serviços gerais, cozinha e polivalentes. No dia da família, houve uma aula de ioga em que as famílias puderam participar com as suas crianças. Nas atividades de sala foram chamados para contar histórias, fazer um doce, ou brincar na sala.

No procedimento, pais, educadores, ajudantes de ação educativa, entidades externas e crianças têm responsabilidades na elaboração, implementação do plano individual. De acordo, com a EI A, as famílias podem colaborar na implementação no ponto de vista da participação em algumas das atividades/ações e/ou estratégias planeadas para o P.I de determinada criança. O mesmo acontece em relação às entidades externas, que são utilizadas como recurso para a concretização de determinadas ações e/ ou estratégias. As crianças acabam por ser participantes, uma vez que o que define a construção do seu plano individual são as competências emergentes ou por alcançar, expressas no perfil de competências preenchidas em contexto de sala pela equipa e posterior validação pelas famílias.

A elaboração do projeto pedagógico considera as necessidades sociais e educativas e interesses de cada criança, de acordo com os documentos analisados, contudo existe desconhecimento da realidade social das crianças. A educadora só teve conhecimento que a criança x era de família beneficiária de rendimento social de inserção, na fase inicial desta tese de investigação. A elaboração do projeto pedagógico considera a cultura, religião, língua, idade e o desenvolvimento global de cada criança e o planeamento das atividades sociopedagógicas consideram o desenvolvimento motor, o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento pessoal e social, e tendo em conta as necessidades e características de cada criança e do grupo poder-se-á intervir mais numas áreas de desenvolvimento do que noutras.

Não existe nenhum documento da instituição que preveja articulação ou trabalho direto com os interventores sociais do NLI Setúbal. As EI e as AAE não têm conhecimento do trabalho desenvolvido pelos interventores sociais, não existe troca de informações entre os educadores de infância e os interventores sociais sobre as crianças das famílias beneficiárias de r.s.i, havendo mesmo desconhecimento acerca dessa condição social.

## **Apêndice XVIII - Análise grelha de recolha e observação interventores A e B**

No NLI de Setúbal, existe 1 técnico por cada 25 famílias, de acordo com o protocolo de cooperação celebrado entre a instituição e o Centro Distrital da Segurança Social. Contudo, segundo a Interventora social A, no primeiro trimestre de 2016, foram acompanhadas 265 famílias para 4 técnicos sendo que o número de agregados familiares abrangidos pelo presente protocolo é de 200. Estão contratados, ao abrigo do protocolo de cooperação 6 ajudantes de ação direta, o que corresponde à observação efetuada. Poderemos considerar adequado, uma vez que existem mais recursos dos que os mencionados no protocolo. Existe 1 balcão de atendimento, 1 computador por cada técnico e ajudante de ação direta, 3 telefones (1 fixo, 2 portáteis), 3 impressoras e, 1 veículo afeto à equipa, por iniciativa da Direção, de acordo com a IS A. Em relação a serviços de apoio foi criado a loja social, que surgiu da necessidade de apoiar a comunidade, utentes e famílias abrangidos pela resposta de r.s.i com bens não perecíveis, tais como roupa, calçado, mobiliário entre outros.

Existem dois gabinetes para atendimento às famílias e do processo individual constam a caracterização do agregado familiar, a data de início da intervenção, a ficha de acompanhamento, o registo de visitas domiciliárias efetuadas, o programa de inserção e a avaliação do programa de inserção (protocolo R.S.I). No programa de inserção/ contrato de inserção (CI), são definidas as ações de inserção, tendo por base as problemáticas da família nas diversas áreas (educação, formação profissional, emprego, saúde, cidadania e habitação). Durante a vigência do CI a família é acompanhada e orientada no cumprimento das ações com vista à progressiva inserção social e profissional dos elementos que compõem o agregado familiar. (relatório semestral – 1º semestre 2016 (Apêndice XIII. Grelha de recolha e observação Interventor Social A), (Apêndice XIV. Grelha de recolha e observação Interventor Social B). São realizadas visitas domiciliárias numa primeira abordagem à família (antes ou depois do primeiro atendimento) e sempre que for necessário, para averiguação das condições habitacionais, número de elementos no agregado familiar e respetivos rendimentos, bem como, o grau de execução das ações

contratualizadas e no apoio em questões de carácter geral. (relatório de progresso semestral - 1º semestre de 2016) A satisfação das necessidades básicas, o cumprimento dos deveres e o aumento das competências pessoais e sociais é uma das prioridades da intervenção, de forma, a que estejam reunidas as condições para a autonomização das famílias da medida de Rendimento Social de inserção. (relatório semestral – 1º semestre 2016. Em duas visitas efetuadas com a Interventora Social B verificámos que o motivo da visita foi de resolução de problemas imediatos (compra de medicação e fornecimento de alimentação). Foi uma solução não preventiva, nem reparadora, mas emergente e urgente. Foi realizada somente uma visita à família por impedimento da interventora social B, observando-se igualmente uma intervenção de carácter urgente, mas não de prevenção (falta de roupa adequada à estação para uma criança de 26 meses).

De acordo com o plano de ação 2016 da instituição, verificou-se que o trabalho de toda equipa evoluiu de forma muito positiva, tanto no trabalho desenvolvido como na satisfação pessoal. Para este desenvolvimento contribuiu a capacidade de se conseguir agregar as competências e os esforços de todos aqueles que trabalham para o mesmo fim. Partindo do princípio que trabalhar em equipa é conseguir alcançar mais, fazendo melhor, e de uma forma satisfatória para todos, espera-se que o resultado obtido deste modo, seja por isso, mais sustentável. No entanto, o processo de construção de uma boa equipa depende da perceção e do esforço de cada um para alcançar algo mais satisfatório e motivador: chegar aos objetivos pessoais, através dos resultados obtidos por todos.

Foi para isso necessário:

- Conhecer a evolução da equipa, com a finalidade de ajustar as atitudes individuais às do grupo;
- Desenvolver as capacidades sociais indispensáveis ao trabalho em equipa, independentemente da função ou do papel dentro da mesma;
- Dotar a equipa de sistemas eficazes de comunicação global, gestão por objetivos, levantamento de necessidades de formação e avaliação de desempenho;
- Treinar a assertividade funcional, para que a equipa atinja desempenhos profissionais elevados e que atenda ao princípio da qualidade total.

Estas reuniões pretendem fomentar a intervenção em conjunto e conseqüentemente uma colaboração suportada pela partilha de objetivos, comunicação aberta, discussão e resolução de problemas.

A equipa é composta por duas Assistentes Sociais, uma Psicóloga e uma Psicopedagoga.

Estas reuniões têm uma frequência semanal, são dinamizadas pelos gestores de caso e seguem a seguinte metodologia:

- Discussão dos casos em acompanhamento, nos quais a intervenção de cada um dos elementos, na sua contribuição de conhecimentos técnicos, levará a uma tomada de decisão sobre qual a melhor estratégia a adotar para cada um dos casos concretos (estratégias de intervenção, propostas de cessação, suspensão, entre outras);
- Discussão das várias formas de articular e trabalhar com os AAD de forma a maximizar a intervenção destes junto das famílias e uniformizar procedimentos;
- Construção ou alteração de instrumentos de trabalho de forma a responder às necessidades da equipa interdisciplinar.

De acordo, com o plano de ação anual do Protocolo de R.S.I, da equipa do Sonho, da área de intervenção do centro distrital de segurança social de Setúbal, a equipa mantém a sua estratégia de intervenção centrada na família e no indivíduo. Neste sentido, estabelece em conjunto com a família, objetivos claros e atingíveis; centrando o discurso nas potencialidades/ competências pessoais, sociais e profissionais e no reforço da autoestima, bem como, nos direitos e deveres inerentes à prestação, procurando não substituir os técnicos aos indivíduos na tomada de decisão sobre as suas vidas; respeitando o tempo e as características de cada um, potenciando a proximidade com as famílias, e uma relação mais empática de forma a obter uma perceção mais detalhada das necessidades reais, percursos de vida e a forma como os indivíduos e famílias encaram as suas vidas e o futuro.

Em observação direta, num momento de conversa com a Interventora Social A, realizada no dia 22 de abril de 2016, inferimos que os interventores sociais, por vezes, têm

conhecimento do trabalho desenvolvido pelos Educadores de Infância, através das redes sociais (site da instituição) De acordo, com a mesma existem contatos esporádicos entre a resposta de R.S.I e a resposta de Creche. Normalmente, estes acontecem quando os técnicos pretendem saber se existe vaga para determinada criança. As informações posteriores são de natureza informal e acontecem casualmente. Os técnicos encaminham as famílias, acompanham-nas no âmbito do processo R.S.I, mas não acompanham o percurso das crianças na creche. Em análise documental e processual deduzimos que o plano de inserção é acordado com a família, sendo que é esta que sozinha se desloca à creche e inicia o processo de inscrição e adaptação/inserção da criança. Não existe plano de inserção da criança construído em parceria pela assistente social de R.S.I com a creche e/ou educadores de infância. O plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção da família não são concertados em parceria para benefício do desenvolvimento integral da criança.

## Apêndice XIX - Glossário

Este Glossário apresenta os conceitos e definições utilizados na fase de recolha e observação em Creche e no Rendimento Social de Inserção.

### A

**Acolhimento** - De acordo com o Manual de processos-chave em Creche, do ISS, diz respeito ao período de adaptação acordado com a família de cada criança e, determina o tempo de permanência no estabelecimento, os cuidados iniciais a prestar, de acordo com o levantamento de necessidades e expectativas e outros aspetos relevantes para o acompanhamento da criança. No período de adaptação, a família é encorajada a permanecer na sala com a criança durante um período de tempo e esta é envolvida nas atividades que as crianças estão a realizar. Ainda durante este período, os colaboradores responsáveis pelo acolhimento da criança podem aprofundar aspectos relativos à caracterização da criança e suas necessidades de intervenção. É feito o inventário dos bens da criança (p.e. objetos de higiene pessoal, objetos para desenvolvimento de atividades)

**Agregado familiar** – de acordo com o Guia Prático Rendimento Social de Inserção, ISS, são considerados elementos do agregado familiar, as pessoas que vivam em economia comum e que tenham entre si os seguintes laços: - Cônjuge ou pessoa com quem viva em união de fato há mais de dois anos; parentes e afins maiores em linha reta e em linha colateral, até ao 3º grau: Pais; Sogros; Padrasto, Madrasta, Filhos, Enteados, Genro, Nora, Avós, Netos, Irmãos, Cunhados, Tios, Sobrinhos, Bisavós, Bisnetos; parentes e afins menores em linha reta e linha colateral (não têm limite de Grau de parentesco); Adotados restritamente e os menores confiados administrativamente ou judicialmente a algum dos elementos do agregado familiar.

**Nota:** O conceito de agregado familiar para a verificação da condição de recursos é o aproximado ao conceito de agregado familiar doméstico (as pessoas que vivem na mesma

casa) e com alguma relação de parentesco. No entanto, existem exceções. Não são consideradas como fazendo parte de um agregado familiar pessoas que: - Tenham um vínculo contratual (por exemplo, hospedagem ou aluguer de parte de casa); Estejam a trabalhar para alguém do agregado familiar; estejam em casa por um curto período de tempo; se encontrem no agregado familiar contra a sua vontade por motivo de situação de coação física ou psicológica.

**Ajudante de Ação Educativa** – de acordo com Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 31, 22/8/2015, *Ajudante de ação Educativa* participa nas atividades sócioeducativas; ajuda nas tarefas de alimentação, cuidados de higiene e conforto diretamente relacionadas com a criança, vigia as crianças durante o repouso e na sala de aula, assiste as crianças nos transportes, nos passeios, nos recreios e visitas de estudo.

**Ajudante de Ação Direta** - de acordo com Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 31, 22/8/2015 *Ajudante de ação direta*:1 — Trabalha diretamente com os utentes, quer individualmente, quer em grupo, tendo em vista o seu bem-estar, pelo que executa a totalidade ou parte das seguintes tarefas: *a)* Recebe os utentes e faz a sua integração no período inicial de utilização dos equipamentos ou serviços; *b)* Proceder ao acompanhamento diurno e ou noturno dos utentes, dentro e fora dos estabelecimentos e serviços, guiando -os, auxiliando -os, estimulando -os através da conversação, detetando os seus interesses e motivações e participando na ocupação de tempos livres; *c)* Assegura a alimentação regular dos utentes; *d)* Recolhe e cuida dos utensílios e equipamentos utilizados nas refeições; *e)* Presta cuidados de higiene e conforto aos utentes e colabora na prestação de cuidados de saúde que não requeiram conhecimentos específicos, nomeadamente, aplicando cremes medicinais, executando pequenos pensos e administrando medicamentos, nas horas prescritas e segundo as instruções recebidas; *f)* Substitui as roupas de cama e da casa de banho, bem como o vestuário dos utentes, procede ao acondicionamento, arrumação, distribuição, transporte e controlo das roupas lavadas e à recolha de roupas sujas e sua entrega na lavandaria;

- g) Requisita, recebe, controla e distribui os artigos de higiene e conforto;
- h) Reporta à instituição ocorrências relevantes no âmbito das funções exercidas;
- i) Conduz, se habilitado, as viaturas da instituição.

2 — Caso a instituição assegure apoio domiciliário, compete ainda ao ajudante de ação direta providenciar pela manutenção das condições de higiene e salubridade do domicílio dos utentes.

3 — Sempre que haja motivo atendível expressamente invocado pelo utente, pode a instituição dispensar o trabalhador da prestação de trabalho no domicílio daquele.

De acordo com o Manual de Recursos Humanos da Instituição: Procede ao acompanhamento dos clientes dentro e fora dos serviços e estabelecimentos; Colabora nas tarefas de alimentação e de ocupação dos tempos livres dos clientes; Presta cuidados de higiene e conforto;

Procede à arrumação e distribuição das roupas lavadas e à recolha de roupas sujas e sua entrega na lavandaria; Desempenha/ participa nas tarefas do quotidiano familiar (ensinar a fazer, fazer como), com vista a uma melhor organização familiar e economia doméstica (receitas fixas e eventuais; despesas indispensáveis, uteis e agradáveis; despesas imprevistas e de emergência; negociação e gestão das dívidas); Ajuda à planificação (criar rotinas) em atos essenciais da vida quotidiana; Desenvolve atividades de carácter educativo, desportivo, social e recreativo na comunidade ou ao domicílio, com vista a integração e inserção social das famílias; Contribui para a educação para a saúde e para os cuidados pessoais, promovendo o desenvolvimento e consolidação de uma cultura de higiene e de outros cuidados pessoais; Articula com os Técnicos Superiores de Serviço social; Cumpre as normas de higiene e segurança no trabalho; Aplica conhecimentos de informática; Efetua registos de acordo com a função desempenhada; Zela pela segurança dos bens e haveres dos espaços onde desempenham as suas funções; Cumpre todos os procedimentos e /ou outras orientações do sistema de gestão da qualidade bem como outras orientações que, legalmente, a organização lhe transmita.

**Atividades e serviços** - Segundo o Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N<sup>o</sup> 167 — 31 de agosto de 2011, A creche presta um conjunto de atividades e serviços, designadamente:

- a) Cuidados adequados à satisfação das necessidades da criança;
- b) Nutrição e alimentação adequada, qualitativa e quantitativamente, à idade da criança, sem prejuízo de dietas especiais em caso de prescrição médica;
- c) Cuidados de higiene pessoal;
- d) Atendimento individualizado, de acordo com as capacidades e competências das crianças;
- e) Atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade, em função da idade e necessidades específicas das crianças;
- f) Disponibilização de informação, à família, sobre o funcionamento da creche e desenvolvimento da criança

**Atividades sociopedagógicas** – De acordo com o Manual de processos-chave em Creche, do ISS, o plano de atividades sociopedagógicas que contempla as ações educativas promotoras do desenvolvimento global das crianças, nomeadamente motor, cognitivo, pessoal, emocional e social;

**Articulação de Parcerias** – De acordo com o Manual de processos-chave em Creche, do ISS, o trabalho em rede e em parceria constitui-se como uma estratégia assaz pertinente para a operacionalização do Plano Individual. A adoção de tal estratégia pode visar não só a implementação de determinada (s) atividade (s), mas também a aquisição ou a cedência de recursos. Deste modo, consoante os objetivos definidos no Plano Individual, são envolvidas, mobilizadas e dinamizadas estruturas da comunidade, tais como: outras creches, espaços lúdico-pedagógicos, como, por exemplo, museus, teatros, parques, etc. Podem ainda ser mobilizados outros serviços da própria organização ou colaboradores externos.

**C**

**Capacidade** - Segundo o Diário da República, 1.ª série — N.º 167 — 31 de agosto de 2011, a creche está organizada em unidades autónomas de grupos de crianças cuja distinção assenta nas características específicas das diferentes faixas etárias. 2 — O número máximo de crianças por grupo é de:

- a) 10 crianças até à aquisição da marcha; b) 14 crianças entre a aquisição da marcha e os 24 meses;
- c) 18 crianças entre os 24 e os 36 meses.

3 — A distribuição pelos grupos pode ser flexível, tendo em conta que deve atender à fase de desenvolvimento da criança e ao respetivo plano de atividades sociopedagógicas.<sup>5</sup> — Cada grupo funciona obrigatoriamente em sala própria, sendo a área mínima de 2 m<sup>2</sup> por criança. 6 — No caso previsto na alínea c) do n.º 2, a área mínima por cada criança que exceda as 16 é reduzida para 1 m<sup>2</sup>.

**Contrato de Inserção/Plano de Inserção** - de acordo com o Guia Prático Rendimento Social de Inserção, ISS, é um conjunto de ações, estabelecidas de acordo com as características e condições do requerente e dos membros do agregado familiar, que tem como objetivo incentivar a autonomia das famílias, através do trabalho e de outras formas de integração social.

Contempla: - Deveres e direitos do titular e membros do agregado familiar; Apoios e medidas de inserção; Medidas de acompanhamento e cumprimento; Medidas de acompanhamento a realizar pelos serviços competentes. A sua celebração e cumprimento, no caso de reunir as condições para o trabalho, exige a disponibilidade ativa para o emprego conveniente, trabalho socialmente necessário, atividade socialmente útil, formação profissional ou outras formas de inserção. Na situação em que o agregado familiar reúna as condições de atribuição, o pagamento da prestação só se verifica depois da assinatura do contrato de inserção.

O contrato de inserção deve ser celebrado pelo requerente e pelos membros do agregado familiar, no prazo de 60 dias seguidos após a apresentação do requerimento de R.S.I devidamente instruído. Caso o contrato de inserção não seja celebrado neste prazo, por facto não imputável ao requerente, o pagamento da prestação R.S.I é devido a partir do termo do prazo (61.º dia).

**Creche** - Segundo o Diário da República, 1.ª série — N.º 167 — 31 de agosto de 2011, a creche é um equipamento de natureza socioeducativa, vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

## **E**

**Educador de Infância** – De acordo com o Manual de processos-chave em Creche, do ISS, é um Técnico com formação superior ou equivalente na Área da Educação de Infância. de acordo com Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 31, 22/8/2015, *Educador de Infância* organiza e aplica os meios educativos adequados em ordem ao desenvolvimento integral da criança, nomeadamente psicomotor, afetivo, intelectual, social, e moral; acompanha a evolução da criança e estabelece contatos com os pais no sentido de se obter uma ação educativa integrada.

**Elaboração do plano individual** - De acordo com o Manual de processos-chave em Creche, do ISS a elaboração do Plano Individual é dinamizada pelo gestor do processo em colaboração e articulação com todos os intervenientes:

- Educador de Infância.
- Ajudantes de Ação Educativa.
- Famílias das crianças ou outras pessoas significativas.
- Crianças, sempre que possível.
- Colaboradores de outros serviços ou entidades, sempre que necessário.

Os princípios a considerar aquando da elaboração, implementação e avaliação do Plano Individual são: A individualização e personalização do Plano Individual, respeitando os objetivos, os valores e os interesses, bem como as idiossincrasias da criança e da sua família; a dimensão holística do indivíduo, constituindo-se as categorizações meras abstrações que visam simplificar os registos e os processos de trabalho. Assim, deve haver uma integração coerente entre os vários objetivos e atividades definidos no Plano

Individual; a participação ativa da criança (sempre que possível) e da família, em todas as fases do processo, enquanto principal (is) agente (s) decisor (es); o trabalho em rede e em parceria, através da identificação de outras estruturas da comunidade sempre que necessário, privilegiando o mainstreaming das intervenções; o assumir de uma atitude de apoio por parte dos elementos da equipa, com uma comunicação ajustada e acessível para com a criança e a sua família; o direito da família consultar o Plano Individual, bem como solicitar a sua revisão.

**Elaboração do Projeto Pedagógico** - De acordo com o Manual de processos-chave em Creche, do ISS, a elaboração do Projeto Pedagógico para cada grupo de crianças deve ser adequado em termos linguísticos, sociais e culturais, procurando reconhecer as crianças como seres únicos e individuais. De acordo com o Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N<sup>o</sup> 167 — 31 de agosto de 2011, o projeto pedagógico, dirigido a cada grupo de crianças, é elaborado pela equipa técnica com a participação das famílias e, sempre que se justifique, em colaboração com os serviços da comunidade, devendo ser avaliado semestralmente e revisto quando necessário.

## **F**

**Ficha de Avaliação Diagnóstica**- De acordo com o Manual de processos-chave em Creche, do ISS, esta entrevista, que tem como objetivo proceder à clarificação de informação pertinente sobre as necessidades e desenvolvimento da criança e expectativas da família, é uma entrevista semiestruturada à família e inclui a observação do comportamento da criança, o que possibilita: o conhecimento da pessoa de referência da criança e sua família, a identificação das pessoas a quem a criança pode ser entregue diariamente, os contatos para eventuais emergências/ocorrências, a clarificação das necessidades da criança (preferências alimentares, interesses e jogos preferidos, etc) e expectativas da família. Desta entrevista saem informações para a integração da criança no seu grupo e espaço (*Programa de Acolhimento Inicial*), a realização do plano individual da criança (*Plano Individual*), a realização do Projeto Pedagógico (*Projeto Pedagógico de Sala*).

## **G**

**Gabinete de Atendimento** - Segundo o Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N<sup>o</sup> 167 — 31 de agosto de 2011, os gabinetes devem incluir mobiliário que permita a realização de trabalho administrativo e, ou pedagógico, receção e atendimento de crianças e famílias e arrumação dos arquivos.

## **P**

**Parceiros** - De acordo com o Manual de processos-chave em Creche, do ISS, outras organizações públicas ou privadas, organismos públicos, voluntariado, ou outras entidades coletivas ou individuais, que estabeleçam parcerias com a Resposta Social.

**Pessoal** - Segundo o Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N<sup>o</sup> 167 — 31 de agosto de 2011, a intervenção é assegurada por uma equipa técnica dimensionada em função da capacidade da creche e dos grupos de crianças, devendo ser constituída por: *a)* Duas unidades de pessoal, técnicos na área do desenvolvimento infantil ou ajudantes de ação educativa, por cada grupo até à aquisição de marcha que garantam o acompanhamento e vigilância das crianças; *b)* Um educador de infância e um ajudante de ação educativa por cada grupo, a partir da aquisição da marcha; *c)* Um ajudante de ação educativa para assegurar o pleno funcionamento do período de abertura e de encerramento da creche.

**Plano de Atividades sociopedagógicas** – De acordo com o Manual de processos-chave em Creche, do ISS, consiste no conjunto de atividades, estruturadas e espontâneas, adequadas a um determinado conjunto de crianças e nas quais se encontram subjacentes intenções educativas promotoras do desenvolvimento global de cada criança (físico, social, emocional, linguístico e cognitivo).

**Plano Individual** - – De acordo com o Manual de processos-chave em Creche, do ISS, o Plano Individual (PI) é um instrumento formal que visa organizar, operacionalizar e integrar todas as respostas às necessidades e expetativas da criança e da sua família. Tem

como principais objetivos promover: A aquisição de competências que a criança ainda não adquiriu face à sua faixa etária e a manutenção das competências já adquiridas.

**Processo Individual da Criança (Creche)** - Segundo o Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N.º 167 — 31 de agosto de 2011, o Processo Individual da Criança é constituído por um conjunto de documentos de cada criança. A creche deve organizar um processo individual de cada criança, do qual constem, designadamente: Ficha de inscrição; Critérios de admissão aplicados; Exemplar do contrato de prestação de serviços; Exemplar da apólice de seguro escolar; Horário habitual de permanência da criança na creche; Identificação, endereço e telefone da pessoa a contatarm caso de necessidade; Autorização, devidamente assinada pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais, com identificação da (s) pessoa (s) a quem a criança pode ser entregue; Identificação e contato do médico assistente; Declaração médica comprovativa do estado de saúde da criança e outras informações tais como dieta, medicação, alergias; Comprovação da situação das vacinas e grupo sanguíneo; Informação sobre a situação sociofamiliar; Registo de períodos de ausência, bem como de ocorrência de situações anómalas e outros considerados necessários; Registo da data e motivo da cessação ou rescisão do contrato de prestação de serviços. O processo individual da criança pode, quando solicitado, ser consultado pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais.

**Processo Individual do utente (R.S.I)** – De acordo com o protocolo r.s.i celebrado entre o ISS e a Associação Jardim de Infância O Sonho, do processo individual do utente consta, nomeadamente: a caracterização do agregado familiar; a data de início da intervenção; a ficha de acompanhamento; o registo das visitas domiciliárias efetuadas; o programa de inserção e a avaliação do programa de inserção.

**Projeto pedagógico** - Segundo o Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N.º 167 — 31 de agosto de 2011, Constitui o instrumento de planeamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela creche, de acordo com as características das crianças. Do projeto pedagógico fazem parte: O plano de atividades sociopedagógicas que contempla as ações

educativas promotoras do desenvolvimento global das crianças, nomeadamente motor, cognitivo, pessoal, emocional e social; e o plano de informação que integra um conjunto de ações de sensibilização das famílias na área da parentalidade.

## **R**

**Rendimento Social de Inserção (R.S.I)** – de acordo com o Guia Prático Rendimento Social de Inserção, ISS, visa garantir mínimos sociais, protegendo os grupos de maior fragilidade e vulnerabilidade, em situação de pobreza extrema, distinguindo-se de outros apoios e prestações sociais por incluir uma componente de integração e inclusão. É um apoio para os indivíduos e famílias mais pobres, constituído por:

- um **contrato de inserção** para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente;
- uma **prestação em dinheiro** para satisfação das suas necessidades básicas.

**Recreio** - Segundo o Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N<sup>o</sup> 167 — 31 de agosto de 2011, é constituído por um espaço exterior vedado, com uma zona coberta, com zonas de interesse para as crianças e que permita a utilização de brinquedos com rodas. Deve, ainda, contemplar equipamento diverso, estruturas fixas ou móveis, que permitam subir, trepar e escorregar, bebedouros, bancos para adultos, bancos e mesas para as crianças, recipientes para recolha seletiva de lixo e iluminação.

## **S**

**Sala de Atividades** – Segundo o Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N<sup>o</sup> 167 — 31 de agosto de 2011, estão organizadas de modo flexível e adequado às necessidades lúdicas das crianças, sendo recomendável que possuam ligação com o recreio. Devem estar equipadas com mobiliário e materiais didáticos adequados à faixa etária. As salas de atividades podem ser utilizadas para o repouso das crianças, desde que disponham de sistemas de escurecimento e equipamento adequado ao descanso das crianças (catre, lençol e manta individualizados);

T

**Técnico Superior Social** – De acordo com o Manual de Recursos Humanos da IPSS O SONHO, aplica conhecimentos técnicos e experiência profissional na sua área de intervenção; Focaliza-se na concretização dos objetivos e garante que os resultados desejados são alcançados; Coordena, orienta e dinamiza equipas de trabalho; Aplica conhecimentos de informática; Demonstra criatividade e iniciativa, gera novas ideias, inova em produtos, processos e métodos de trabalho; Cumpre as normas de Higiene e Segurança no trabalho; Zela pela segurança dos bens e haveres dos espaços onde desempenha as suas funções; Estuda e elabora o processo individual de cada agregado familiar, recolhendo a informação necessária; Elaborar o diagnóstico da situação da família; Realiza entrevistas com a família; Negoceia e define com a família o programa de inserção; Acompanha e valida o desenvolvimento do programa de inserção, a evolução dos elementos que integram o agregado familiar e mantém o processo da família atualizado, sistematizando a avaliação realizada, quer em momentos formais acordados com a família, quer em momentos informais; Gere, acompanha e avalia o trabalho desenvolvido pelas Ajudantes de Ação Direta; Efetua visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; Contata e estabelece relações de cooperação e parceria com os setores representados no Núcleo Local de Inserção bem como com outras entidades que desenvolvam a sua intervenção na comunidade; Articula com o Núcleo Local de Inserção, de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos; Elaborar com a equipa pluridisciplinar, o plano de ação anual, bem como relatórios de progresso semestrais; Realiza periodicamente reuniões com a equipa pluridisciplinar, no sentido de avaliar a eficácia da intervenção e estabelecer prioridades ou implementar novas estratégias de atuação; Gere os processos individuais de cada agregado familiar, enquanto mediador da intervenção em articulação com os diferentes intervenientes e entidades envolvidas no desenvolvimento dos programas de inserção; Cumpre e faz cumprir todos os procedimentos e /ou outras orientações do sistema de gestão da Qualidade bem como outras orientações que, legalmente, a organização lhe transmita.

## V

**Validação do plano individual** – De acordo com o Manual de processos-chave em Creche do ISS, o Plano Individual deve ser validado por todos os envolvidos na sua elaboração, nomeadamente:

- Educador de Infância.
- Ajudantes de Ação Educativa.
- Famílias das crianças ou outras pessoas significativas.
- Crianças, sempre que possível.
- Colaboradores de outros serviços ou entidades, se aplicável.

## Apêndice XX

### **PLANO INDIVIDUAL DE DESENVOLVIMENTO E PLANO DE INSERÇÃO DA CRIANÇA (Proposta de Modelo Colaborativo)**

#### **Protocolo**

Entre a resposta social de Creche e a resposta social de rendimento social de inserção (NLI de Setúbal), da IPSS O SONHO representada pelo seu presidente Dr. Florival Cardoso, com o número de identificação de pessoa coletiva 501076174;

É celebrado o presente protocolo, onde se pretende encontrar um modelo onde o plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção da família sejam consertados em parceria para o desenvolvimento integral da criança de família beneficiária de rendimento social de inserção. Atualmente, existem algumas lacunas no que concerne ao processo de inserção de crianças beneficiárias de R.S.I em Creche. Assim surge a necessidade da existência de um modelo colaborativo entre as respostas de Creche e R.S.I esperando que este traga benefícios para as crianças que se, e ainda pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objeto do Protocolo**

O presente protocolo tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que as duas partes se comprometem a elaborar um modelo comum onde o plano individual de desenvolvimento e o plano de inserção beneficie o desenvolvimento integral da criança e das famílias.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações do NLI SETÚBAL**

A entidade parceira obriga-se a:

1. Promover a inserção da criança na Creche e a avaliar se esta reúne condições financeiras para suportar o encargo da mensalidade;
2. Acompanhar a família para iniciar o processo de admissão da criança na Creche;
3. Informar a Creche acerca da situação do agregado familiar;
4. Informar a Creche sempre que haja alguma alteração relevante em relação à situação da criança e do agregado familiar;
5. Definir com a equipa da Creche e família da criança o programa de acolhimento da criança na Creche e o plano de inserção;

6. Identificar com a equipa da Creche e família da criança as competências não alcançadas, emergentes e alcançadas.
7. Elaborar com a equipa da Creche e família da criança o plano individual de desenvolvimento, priorizando objetivos pedagógicos;
8. Acompanhar a monitorização e revisão do plano individual de desenvolvimento

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações da resposta social de Creche**

A resposta social de Creche obriga-se a:

1. Promover a inserção da Criança na sala e na Creche;
2. Iniciar em cooperação com os técnicos, o processo de admissão e inscrição da criança;
3. Informar os técnicos, caso surja alguma situação relevante acerca da criança e da família;
4. Delinear em conjunto com os técnico o programa de acolhimento e plano de inserção da criança e da família;
5. Identificar com o técnico e família da criança as competências não alcançadas, emergentes e alcançadas.
6. Elaborar com o técnico e família da criança o plano individual de desenvolvimento, priorizando objetivos pedagógicos;
7. Acompanhar a monitorização e revisão do plano individual de desenvolvimento

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **Incumprimento e rescisão do protocolo**

O protocolo tem efeito, caso haja crianças, de famílias beneficiárias de R.S.I, com idades compreendidas entre os 0 e os 36 meses de idade, a frequentar a resposta social de Creche

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **Revisão do Protocolo**

Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de acordo prévio entre ambas as partes, a prestar por escrito.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

#### **Produção de Efeitos**

O presente protocolo produz efeitos a partir 01 de Setembro de 2017.

Aos ..... de .....de 2016

Assinaturas

**Apêndice XXI – Autorização e consentimento informado da direção**

Caro senhor,

No âmbito da investigação, para obtenção do grau de mestre em Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar (2º Ciclo), Departamento de Serviço Social, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias com o tema: As crianças de famílias beneficiárias de rendimento social de inserção. Os planos de desenvolvimento individual e os planos de inserção, cujo objetivo é reconhecer o papel das Educadoras de Infância e dos intervenores sociais como facilitadoras da inserção social das crianças, de famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inserção, venho solicitar a sua autorização para efetuar este estudo na IPSS O SONHO.

Nesta investigação pretendemos responder a duas questões:

- Como os educadores de infância entendem o plano de desenvolvimento individual como um plano de desenvolvimento humano e treino de competências dos pais e cuidadores para a inserção social da criança?

- Como os intervenores sociais (assistentes sociais, em Creche) entendem o plano de inserção social como um plano de desenvolvimento humano e treino de competências dos pais e cuidadores para a inserção social da criança?

Para a resposta a estas duas questões será necessário recorrer a momentos de observação direta e participante, a análise documental e a entrevista aos participantes, garantindo o anonimato, a confidencialidade e o sigilo.

Atenciosamente,

Dora Cristina Soeiro Mira

  
Setúbal, 06 de Novembro de 2015

Apêndice XXII - Minuta do consentimento informado dos participantes

Eu,

\_\_\_\_\_

declaro ter conhecimento de que a discente Dora Cristina Soeiro Mira, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias do Mestrado: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar (2º Ciclo), Departamento de Serviço Social, pretende realizar um estudo com o tema, as crianças de famílias beneficiárias de rendimento social de inserção. Os planos de desenvolvimento individual e os planos de inserção, cujo objetivo é reconhecer o papel das Educadoras de Infância e dos interventores sociais como facilitadoras da inserção social das crianças, de famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inserção.

Assim, declaro que concordo em participar na investigação de Mestrado em Serviço Social acima especificada.

Setúbal, 02 de Dezembro, de 2014

Assinatura do Técnico entrevistado

\_\_\_\_\_

E- mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_